



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PPG
ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS COM ÊNFASE EM
CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE-
PPGREC**

SANDY FERNANDES MENEZES

**NARRATIVAS DE MULHERES SOBRE PARTICIPAÇÃO FEMININA
NA POLÍTICA NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE MÉDIO RIO DE
CONTAS-BA**

JEQUIÉ - BA

2025

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E
CONTEMPORANEIDADE-PPGREC**

SANDY FERNANDES MENEZES

**NARRATIVAS DE MULHERES SOBRE PARTICIPAÇÃO FEMININA
NA POLÍTICA NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE MÉDIO RIO DE
CONTAS-BA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade como requisito para obtenção do título de Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade.

Orientador(a):

Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima de Andrade Ferreira

M543n Menezes, Sandy Fernandes.

Narrativas de mulheres sobre participação feminina na política no território de identidade Médio Rio de Contas-Ba / Sandy Fernandes Menezes.- Jequié, 2025.
190f.

(Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, sob orientação da Profa. Dra. Maria de Fátima de Andrade Ferreira)

1.Mulheres na política 2.Desigualdade de gênero 3.Discriminação de raça/etnia e classe 4.Violências I.Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia II.Título

SANDY FERNANDES MENEZES

NARRATIVAS DE MULHERES SOBRE PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA NO TERRITÓRIO MÉDIO RIO DAS CONTAS/BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, como requisito para obtenção do título de Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade

Linha de Pesquisa 2: Etnias, Gênero e Diversidade Sexual

Aprovado em: 24 de março de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



MARIA DE FATIMA DE ANDRADE FERREIRA
Data: 01/04/2025 13:14:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a Dr^a Maria de Fátima de Andrade Ferreira (UESB)
Presidente da Banca/Orientadora

Documento assinado digitalmente



HELANIA THOMAZINE PORTO
Data: 31/03/2025 19:42:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Helania Thomazine Porto (UNEB)
Examinadora Externa

Documento assinado digitalmente



ROSA DE LOURDES AGUILAR VERÁSTEGUI
Data: 31/03/2025 19:06:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a Dr^a Rosa de Lourdes Aguilár Verástegui (UEL)
Examinadora Externa

Documento assinado digitalmente



CANDIDA MARIA SANTOS DALTRO ALVES
Data: 31/03/2025 17:48:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Cândida Maria Santos Daltro Aves (UESC)
Examinadora Externa

Documento assinado digitalmente



JOSE VALDIR JESUS DE SANTANA
Data: 31/03/2025 22:01:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^o. Dr^o. José Valdir Jesus de Santana (UESB)
Examinador Interno

Documento assinado digitalmente



DANILO CESAR SOUZA PINTO
Data: 18/06/2025 12:59:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^o. Dr^o. Danilo Cesar Souza Pinto (UESB)
Coordenador do PPGREC

JEQUIÉ
2025

MENEZES, Sandy Fernandes. **Narrativas de mulheres sobre participação feminina na política no Território de Identidade Médio Rio de Contas-BA**. 189f. Dissertação (Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié-BA, 2025.

RESUMO

Esta dissertação, intitulada *Narrativas de mulheres sobre a participação feminina na política no Território de Identidade Médio Rio de Contas-BA*, realizada no Programa de Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC), Campus de Jequié, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, teve como objetivo analisar narrativas de mulheres brancas e negras que participam ou atuam na vida política e/ou ocupam espaços de poder no Território do Médio Rio de Contas. O estudo observa o que dizem, pensam e falam as interlocutoras sobre a participação feminina nesses espaços, considerando as desigualdades de gênero, raça/etnia, classe social e os preconceitos que podem (ou não) ter sofrido no campo de atuação e nas tomadas de decisão. Trata-se de uma pesquisa descritiva e qualitativa, que buscou apoio na abordagem quantitativa e interpretativa de análise. Justifica-se pela necessidade de enfrentamento, prevenção e combate às violências e desigualdades de gênero contra as mulheres, bem como seus entrelaçamentos com raça/etnia e classe social — especificamente, neste caso, contra mulheres que atuam na política ou ocupam espaços de poder, exercendo ou se candidatando ao cargo de vereadora municipal. Procuramos mostrar de que modo as violências contra a mulher ainda se mantêm na sociedade brasileira, marcada por mitos, ideologias e pelo entrelaçamento entre patriarcado, patrimonialismo, paternalismo e autoritarismo — um conjunto de relações sociais que se manifestam como relações de força entre a ordem e a desordem, presentes nas tensões sociais. Trata-se de uma rede de exercício de poder que produz machismo, misoginia e homofobia, sem precedentes. Mostra-se, ainda, como pode ser útil compreender as questões centrais sobre a complexidade das lutas das mulheres pela ocupação dos espaços públicos, bem como as dificuldades enfrentadas pelas entrevistadas — interlocutoras da pesquisa — que ocupam cargos políticos, vivenciando espaços sociais e cotidianos marcados por estereótipos, preconceitos, discriminação, desigualdades e exclusão social. Argumenta-se pela necessidade de investigar as relações de gênero nos espaços da política municipal em duas cidades do estado da Bahia, para além da sexualidade, a fim de iluminar as questões relacionadas às violências que o corpo da mulher enfrenta em um espaço machista, autoritário, misógino e racista. O impacto acadêmico desta pesquisa tem como indicativo a análise de gênero, raça/etnia e classe — marcadores sociais da diferença que, entrelaçados, geram desigualdades entre homens e mulheres nos espaços públicos, políticos e de poder. Afinal, trata-se de uma pesquisa que, a partir de seus resultados, busca contribuir para reverberar discussões contra práticas sociais segregacionistas, promover espaços de reflexão e fomentar lutas que movimentem a sociedade em prol da mudança de cenário, considerando que é na academia que as sujeitas formam seus ideais sociais e, nela, (re)produzem e socializam conhecimentos. O impacto social manifesta-se no estímulo ao acesso das mulheres a espaços políticos, contribuindo para a efetivação da lei de cotas de gênero na política. Busca-se, também, elucidar socialmente a necessidade de ampliação da norma, de modo a conduzir à modificação das leis partidárias para garantir, independentemente de partidos ou coligações, um percentual mínimo de cadeiras para mulheres no legislativo municipal. Os resultados obtidos indicam que, quanto maior o acesso e o avanço de mulheres brancas e negras ao direito de ter direitos, maior será o número de mulheres participando da política e ocupando espaços de poder. Consequentemente, aumentará a representatividade feminina nesses espaços, promovendo transformações sociais e políticas. Assim, será possível elaborar estratégias adequadas para o enfrentamento das desigualdades de gênero e suas interseções com etnia/raça e classe social, proporcionando uma melhor compreensão das iniquidades persistentes e das conquistas já alcançadas. Além disso, busca-se dar maior visibilidade ao papel social e às tomadas de decisão políticas das mulheres nos espaços tradicionalmente ocupados pelo poder masculino. Com os resultados desta pesquisa, espera-se contribuir para o combate à violência e às desigualdades de gênero, bem como às suas interlocuções com raça/etnia e classe social, enfrentadas pelas mulheres que ocupam o cargo de vereadora nos contextos investigados e na sociedade brasileira em geral.

Palavras-chave: mulheres na política. desigualdade de gênero. discriminação de raça/etnia e classe. violências.

MENEZES, Sandy Fernandes. Women's narratives about female participation in politics in the Middle Rio de Contas Identity Territory-BA. 189f. Dissertation Defense Text (Master's Degree in Ethnic Relations and Contemporaneity) – Southwest Bahia State University, Jequié-BA, 2025.

ABSTRACT

The research entitled *Women's Narratives on Female Involvement in Politics in Território Identity Médio Rio de Contas—BA*, conducted as part of the Master's Degree in Ethnic Relations and Contemporaneity at the Jequié Campus of the Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, aims to analyze the narratives of white and black women who participate in political life and/or hold positions of power in Território Médio Rio das Contas. The study examines how these women perceive and articulate their participation in these spaces, considering gender, race/ethnicity, social class inequalities, and the prejudices they may (or may not) have experienced in decision-making processes. This is a descriptive and qualitative research, with support from a quantitative approach, and it is justified by the need to address, prevent, and combat gender, racial/ethnic, and social class inequalities and violence against women, specifically against women in politics/spaces of power, particularly those holding or running for the position of city councilor. This research shows how violence against women continues to persist in Brazilian society, marked by myths, ideologies, and the entanglement of patriarchy, patrimonialism, paternalism, and authoritarianism—a network of social relations that manifests as power struggles between order and disorder, reinforcing a system that perpetuates toxic masculinity, misogyny, and homophobia on an unprecedented scale. The study also seeks to show how useful it can be to understand the central issues surrounding the complexity of women's struggles for occupying public spaces, the difficulties faced by the women interviewed, the research participants, who hold a political position, and their daily experiences of stereotypes, prejudice, discrimination, inequalities, and social exclusion. It argues for the need to investigate gender relations in local political spaces, in two cities in Bahia, beyond sexuality, to shed light on issues related to the violence that women's bodies face in the sexist, authoritarian, misogynistic, and racist environment. The academic impact of this study lies in its in-depth analysis of gender, race/ethnicity, and class, and how these social markers, when intertwined, generate inequalities between men and women in political spaces. After all, by its results, it also aims to foster discussions that challenge segregative social practices, promoting spaces for reflection and activism to move society toward change, considering that the academic environment is where individuals shape their social ideals and reproduce knowledge within their communities. The social impact highlights the importance of encouraging women's access to political spaces, reinforcing the effectiveness of gender quota laws in politics, and seeking to socially clarify the expansion of these regulations to guide party laws to be modified to ensure, regardless of parties/coalitions, a minimum percentage of seats for women in the city council. The results indicate that the greater the access and growth of women to the right to have rights, the greater the number of women participating in politics/spaces of power, and it will increase women's representativeness in these places and in social and political aspects. Thus, it seems possible to develop proper strategies to fight gender inequalities and their intersections with ethnicity/race, social class, and to provide a better understanding of the persistent inequities and achievements made, giving greater visibility to the social role and political decision-making of women in the space occupied by male power. After all, with these results, we hope to contribute to the fight against gender, race/ethnicity, and social class violence and inequalities against women in politics/spaces of power, where they hold the position of city councilor, and in Brazilian society.

Keywords: women in politics. gender inequality. racial/ethnic and class discrimination. violence.

A mulher, ausente do pólo dirigente, participava do sujeito tanto quanto o homem, mas em situação de dominação sofrida. Existe sem dúvida, um só sujeito, mas ele está presente de modo desigual em cada um dos pólos, o feminino e o masculino. O sujeito criador está presente também na mulher procriadora, da mesma forma que o sujeito encarnado no corpo amoroso da mulher está presente também no poder brutal do homem. O sujeito definido como transformação do indivíduo socialmente determinado em criador dele mesmo, está presente tanto no homem quanto na mulher, mas de maneira diferente . [...] É o que permite à mulher , quando o modelo ocidental de modernização se decompõe, quando perde sua elasticidade , poder eventualmente ocupar uma posição dominante num tipo novo de sociedade, na qual o homem, embora perdendo seu poder, não será reduzido a uma dependência análoga à mulher na sociedade masculina (Touraine, 2007, p. 212).

APRESENTAÇÃO

Eu sou Sandy Fernandes Menezes, nascida e criada em Jequié-BA. No momento desta pesquisa, tenho 26 anos, exerço a profissão de advogada e sou mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado Acadêmico em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Jequié – BA. Venho de uma família de comerciantes (pai e mãe) e tenho um irmão. No início da minha trajetória escolar, desenvolvi meus primeiros conhecimentos em um colégio particular da cidade (Colégio Dom Pedro II), no qual cursei a Educação Básica e o Ensino Fundamental. Já o Ensino Médio foi cursado no Colégio Antônio Pinheiro, também reconhecido como referência em ensino particular na cidade. Nesses espaços, descobri-me como sujeito e desenvolvi minha identidade como estudante.

Nesse contexto, vinda de uma família de pais trabalhadores, tive a oportunidade de expandir meus conhecimentos e usufruir de diversos meios para me desenvolver profissionalmente. No Ensino Fundamental, apesar de ser uma criança tímida, com poucos amigos, encontrava-me nos intervalos de aula na biblioteca da escola. Ali, comecei a me aproximar da leitura, momento no qual desenvolvi afinidade e apreço pela escrita. Na adolescência, a leitura passou a fazer parte da minha rotina e foi fundamental para a escolha da carreira profissional. Como estive muito próxima da leitura de livros de histórias e contos, percebi uma aproximação com a área da literatura.

Ainda muito jovem, busquei conhecer as áreas de conhecimento profissional e compreender qual curso mais me realizaria dentro das minhas preferências e escolhas, encontrando-me, então, no caminho do Direito. Anos depois, em 2017, iniciei minha trajetória acadêmica no curso de Direito da Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR), na cidade de Vitória da Conquista – BA. Durante o curso, me aproximei de grupos de pesquisa e extensão e, em 2019, passei a integrar o grupo LABEDIRE (Laboratório do Direito e do Discurso), que tinha como objetivo o estudo do discurso sob a ótica de Michel Foucault. Durante a graduação, participei de congressos, simpósios e seminários, sempre com apresentação de resultados de pesquisas no âmbito do direito social/coletivo, com a perspectiva de compreender como esse direito se manifesta na sociedade e seus discursos. Nesse período, direcionei meu apreço para a área da pesquisa, percebendo que o desejo de continuar pesquisando para além da graduação me mobilizava.

Retornei a Jequié-BA em 2020, durante o período da COVID-19, quando o mundo esteve imerso em um vírus de alto contágio, exigindo da humanidade reclusão. Assim, as aulas do curso de Direito foram concluídas de forma remota, em 2021. Nesse período, fui aprovada no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), obtendo autorização para o exercício da advocacia. Em 2022, já com o diploma de graduação em Direito e a carteira profissional, iniciei minha atuação na área. No entanto, o desejo de continuar estudando e pesquisando se manteve, e percebi que deveria permanecer no campo da pesquisa por meio de cursos que permitissem o desenvolvimento de análises sociais.

Foi então que, ao consultar o site da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus Jequié – BA, em 2022, encontrei uma seleção para aluno especial do Programa de Pós-Graduação, Mestrado Acadêmico em Relações Étnicas e Contemporaneidade, para cursar a disciplina “Gênero e suas Relações com Geração, Etnia e Classe”. Prontamente, inscrevi-me e, em seguida, fui selecionada como aluna especial da referida disciplina, que abordou, entre outros conteúdos, questões sobre o movimento feminista e a luta das mulheres por espaço. Nesse momento, desenvolvi um olhar minucioso sobre a temática e resolvi estudar as questões de gênero que atravessam as causas amplas da ocupação de espaços.

Posteriormente, encontrei a seleção da pós-graduação lato sensu em Etnicidade, Educação e (De)colonialidade, ofertada também pela UESB, campus de Jequié – BA. Foi por meio da submissão de uma pesquisa sobre a discriminação de mulheres em cargos públicos que consegui a aprovação, desenvolvendo minha monografia intitulada “Marta Rodrigues: a ascensão da mulher preta na política e os enfrentamentos dentro de um espaço racista e machista”, defendida em 2023. É importante informar que o programa de especialização em Etnicidade, Educação e (De)colonialidade ocorreu presencialmente no Órgão de Educação e Relações Étnicas (ODEERE), da UESB, campus de Jequié-BA, entre 2022 e 2023.

Foi no processo de construção da monografia que surgiu o tema desta dissertação de mestrado, em 2023, período em que, envolvida com leituras, estudos e pesquisas sobre a ascensão da mulher na política, decidi elaborar o projeto para inscrição na seleção do mestrado do PPGREC. Após a aprovação, fui designada para ser orientada pela Professora Dra. Maria de Fátima de Andrade Ferreira e, sob sua orientação, conseguimos desenvolver e delimitar a temática desta pesquisa.

Decidimos realizar a pesquisa no estado da Bahia. Assim, surgiu o recorte para a escolha do campo de pesquisa, considerando a territorialidade do espaço baiano, na Região do

Médio Rio de Contas, devido à necessidade de valorizar a localidade e também em razão do tempo do curso de mestrado para a realização da pesquisa, escrita e defesa desta dissertação. Nas reuniões de orientação, traçamos as etapas e fases da pesquisa, tomando como princípio a importância de ir a campo munida de referencial teórico. Para isso, dedicamo-nos aos estudos de gênero, raça/etnia, patriarcado, machismo e racismo, com foco nas dificuldades que envolvem a mulher na política, nos espaços de poder e na ocupação de cargos.

A partir daí, em conjunto, definimos o tema/objeto de estudo, estabelecido como “Narrativas de mulheres sobre a participação feminina na política no Território de Identidade Médio Rio de Contas – BA”, que também dá título a esta dissertação, estruturada em quatro partes.

A primeira parte (Parte I) apresenta “Uma introdução à pesquisa”, que trata do tema/objeto de estudo. Nela, discorremos sobre a justificativa da pesquisa, os objetivos formulados, o problema estabelecido e os pressupostos teóricos. Essa parte inicial oferece ao leitor a possibilidade de conhecer as abordagens centrais que norteiam a dissertação, a exemplo dos conceitos e categorias de análise envolvidos, como: questões de gênero, patriarcado, machismo, racismo e desigualdades nos cargos de poder/espaços políticos do território baiano investigado.

Na Parte II, apresentamos o “Marco teórico da pesquisa”, que oferece uma abordagem conceitual e analítica sobre os fundamentos teóricos utilizados, com apoio em material bibliográfico e documental. A seção contextualiza o tema e promove uma discussão aprofundada por meio de subtópicos como: “Conceitos, definições, concepções e categorias fundamentais da pesquisa”; “Gênero, masculino e feminino: hierarquia de opressão”; “Desigualdade de gênero e suas intersecções com etnia e raça”; “Subalternização do corpo feminino”; “Mulher: patriarcado, machismo, autoritarismo e misoginia”; “Políticas públicas para a mulher: uma breve contextualização”; “Redemocratização, luta das mulheres e feminismo no Brasil: direito ao voto, cidadania, emancipação e empoderamento”; “Gênero e feminismo: sexualidade, política e lutas sociais”; “A mulher no espaço de trabalho: capitalismo, dominação e exploração”; “Mulher e os espaços público e privado”; “Mulheres na política e nos espaços de poder”.

Em seguida, são discutidas questões fundamentais para a compreensão aprofundada do tema, como: “O sistema eleitoral e a política de cotas de gênero na sociedade brasileira”; “Preconceitos, discriminação e violência contra a mulher na política brasileira”; “Mulher negra: as disposições de gênero e suas intersecções com raça/etnia e classe social na

sociedade brasileira”. Por fim, o marco teórico encerra-se com uma reflexão sobre “Racismo, branquitude, branqueamento e democracia racial no Brasil”.

Na Parte III, intitulada “Trajetória percorrida pela pesquisa de campo”, apresentamos a escolha da “Classificação, método e procedimentos teórico-conceituais da pesquisa”; “Breve descrição sobre a construção do marco teórico”; “É chegada a hora do campo: técnicas, instrumentos e procedimentos de coleta de dados”; “Contexto do Território de Identidade Médio Rio de Contas, no Estado da Bahia”; “Jequié-BA”; “Ipiaú-BA”; “Tratamento, análise, interpretação, resultados e discussão dos dados”; “Perfil das mulheres na política, interlocutoras da pesquisa”; “O que dizem/pensam/falam as mulheres brancas e negras que participam da vida política no Território de Identidade Médio Rio de Contas sobre a participação feminina na política”; “Sobre o machismo e o racismo enfrentados pelas mulheres brancas e negras no espaço político”; “Sobre a violência de gênero e etnia/raça: o que dizem as interlocutoras”; “Sobre as cotas de gênero, projetos de promoção da mulher na política e projetos sociais”; “Sobre os projetos sociais das interlocutoras, caminhadas e contribuições”.

Por fim, a Parte IV apresenta a “Conclusão e considerações finais da pesquisa”.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que contribuíram para a conclusão dessa pesquisa, primeiramente agradeço a Deus por ter me permitido vencer esse processo acadêmico, na certeza de que tudo daria certo, a fé me trouxe até aqui. Apesar da pouca idade prosperei na luta acadêmica com o apoio da minha família e orientadora.

Agradeço a minha família, pelo apoio e incentivo, a eles devo a minha conquista, obrigada por acreditarem, obrigada por não deixarem eu desistir desta etapa. Vocês são o meu combustível diário para que eu alcance os meus sonhos profissionais. Dedido, a conclusão dessa pesquisa ao meu esposo João Pedro, aos meus pais Sandoval e Alieti e ao meu irmão Vitor.

Agradeço a minha orientadora, Prof. Dra. Maria de Fátima de Andrade que esteve ao meu lado nesta caminhada, sendo a principal incentivadora deste estudo, agradeço pelo apoio intelectual e pela partilha do seu vasto conhecimento, agradeço ainda pelos conselhos e direcionamentos profissionais/acadêmicos que só podem ser transmitidos pela dedicação a educação e a formação de pesquisadores. A sua confiança no meu potencial me fez chegar até aqui. O meu eterno muito obrigada!

Agradeço ao PPGREC (Programa de Pós Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade), pela acolhida, especialmente ao ODEREE (Órgão de Relações Étnicas). Agradeço aos mestres do Programa que apoiam os alunos e a pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001- Portaria CAPES 206/2018.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

LISTA DE SIGLAS

FAINOR	Faculdades Independente do Nordeste
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LABEDIRE	Laboratório de Estudo do Direito e do Discurso
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ODEERE	Órgão de Educação e Relações Étnicas
PPGREC	Programa de Pós Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados sobre quantidade de mulheres e homens que ocupam lugar em Câmara Municipal e Prefeituras, região Médio Rio das Contas, 2023.....	137
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Dados identitários retirados do formulário (apêndice 2), 2024.....	139
Quadro 2- Desigualdade de gênero, etnia/raça no espaço público.....	148
Quadro 3- Desigualdade de representação política e participação feminina na política: interferência (ou não) do machismo e racismo na ocupação de cargos por mulheres, 2024..	157
Quadro 4 - Participação da vereadora na equiparação de direitos para homens e mulheres e na elaboração de projetos de combate ao racismo e sexismo, 2024.....	164

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Estatística de representação de mulheres na política, IBGE, 2018.....	96
Figura 2- Senado Federal, 2022.....	97
Figura 3 – Senado Federal, 2022.....	97
Figura 4 - Mapa cidades Médio Rio das Contas-BA.....	131
Figura 5 – Centro de Jequié-BA, 2023.....	132
Figura 6 – Câmara de vereadores, Jequié-BA, 2021.....	133
Figura 7- Centro de Ipiaú-BA,2024.....	134

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

APRESENTAÇÃO

AGRADECIMENTOS

LISTA DE SIGLAS

LISTA DE FIGURAS

LITA DE TABELAS

PARTE I

1. Uma introdução a pesquisa **20**

PARTE II

2. Marco teórico da pesquisa..... **40**

2.1. Conceitos, definições, concepções e categorias fundamentais da pesquisa.....41

2.1.1 Gênero, masculino e feminino: hierarquia de opressão.....50

2.1.2 Desigualdade de gênero e suas intersecções com etnia e raça.....57

2.1.3 Subalternização do corpo feminino.....63

2.1.4 Mulher: patriarcado, machismo, autoritarismo e misogonia.....69

2.2 Políticas públicas para a mulher: uma breve contextualização..... **74**

2.2.1 A Redemocratização, a luta das mulheres e o feminismo no Brasil: direito ao voto, cidadania, emancipação e empoderamento.....77

2.2.2 Gênero e feminismo: sexualidade, política e lutas sociais.....83

2.3 A mulher no espaço de trabalho: capitalista-dominação-exploração..... **86**

2.3.1. A Mulher no espaço público e privado.....90

2.3.2. Mulheres na política e espaços de poder.....93

2.3.3 Sistema eleitoral e política de cotas de gênero na sociedade brasileira.....101

2.3.4. Preconceitos, discriminação e violência política contra a mulher.....105

2.4 Mulher negra: as disposições de gênero e suas intersecções com raça/etnia e classe social na sociedade brasileira.....108

2.4.1. Racismo, branquitude, branqueamento e democracia racial no Brasil.....111

PARTE III

3. Trajetória percorrida pela pesquisa de campo..... **117**

3.1 Classificação, método e procedimentos teóricos-conceituais da pesquisa.....117

3.2 Breve descrição sobre a construção do marco teórico da pesquisa.....120

3.3. É chegada a hora do campo: técnicas, instrumentos e procedimentos na coleta de dados.....124

3.4. Contexto do Território de Identidade Médio Rio de Contas do Estado da Bahia.....131

3.4.1. A cidade de Jequié-BA.....133

3.4.2. A cidade de Ipiaú-BA.....135

3.5. Tratamento, análise, interpretação, resultados e discussão	136
3.5.1 Perfil das mulheres na política, interlocutoras da pesquisa.....	138
3.5.2 Narrativas das mulheres do Território de Identidade Médio Rio de Contas sobre a participação feminina no espaço da política.....	143
3.5.3 Sobre violência de gênero, machismo e racismo enfrentados pela mulher branca e negra no espaço político.....	151
3.5.4 Sobre as cotas de gênero, projetos de promoção da mulher na política e projetos sociais.....	160
3.5.5 Sobre os projetos sociais das interlocutoras, caminhadas e contribuições.....	166

PARTE IV

4. Conclusão e considerações finais.....	171
---	------------

Referências.....	179
-------------------------	------------

Anexos

Apêndice

PARTE I

UMA INTRODUÇÃO À PESQUISA

Ainda que os/as pesquisadores/as reconheçam a conexão entre sexo e aquilo que os/as sociólogos/as da família chamaram de "papéis sexuais", esses/as pesquisadores/as não postulam um vínculo simples ou direto entre os dois. O uso de "gênero" enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade (Scott, 1995, p. 76).

1 Uma introdução à pesquisa

Esta pesquisa, intitulada *Narrativas de mulheres sobre a participação feminina na política no Território de Identidade Médio Rio de Contas-BA*, realizada no mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade, campus de Jequié, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), empregou a abordagem descritiva e qualitativa, com apoio da análise quantitativa, com foco nas narrativas das interlocutoras sobre desigualdades de gênero e suas intersecções com etnia/raça e classe, tratando especificamente da participação feminina no espaço da política/espaço de poder dentro do Território de Identidade Médio Rio de Contas, no estado da Bahia.

Nessa perspectiva, tem como objetivo principal analisar as narrativas de mulheres brancas e negras que participam/atuem na vida política e/ou ocupam/ocuparam espaço nesse cenário, nos municípios sediados no Território de Identidade Médio Rio de Contas do estado da Bahia, observando o que dizem/pensam/falam as interlocutoras sobre a participação feminina nesses espaços, considerando suas narrativas sobre desigualdades de gênero, raça/etnia, classe social e preconceitos que essas mulheres podem (ou não) ter sofrido.

Nessa perspectiva, investigou-se a mulher dentro do ambiente político/espaço de poder e, especificamente, no recorte do Legislativo, mulheres nos cargos de vereadoras municipais em exercício (ou não) e, posto isso, é importante mencionar que, para fazer essa análise, foi feito um estudo amplo acerca do movimento de saída da mulher do espaço privado e sua ascensão ao campo público/político, espaços de poder.

Assim, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de enfrentamento, prevenção e combate às violências e desigualdades de gênero e seus entrelaçamentos com raça/etnia e classe social, frente às mulheres que atuam ou estão na iminência de atuar no cargo de vereadora municipal, no período referente a 2023-2024, a partir de abordagens no campo da pesquisa.

Além disso, a necessidade de discutir essa temática deve-se ao fato de que esses preconceitos ainda se fazem presentes na sociedade brasileira. Não é novidade. No Brasil, como sabemos, conforme notícias de jornais e mídias em geral, estudos e pesquisas, as mulheres que ocupam/ocuparão um cargo político sofrem estereótipos, preconceitos, discriminação, processos de desigualdade e até mesmo exclusão social, além de diferentes e complexos tipos de violência. Portanto, a relevância da pesquisa está, também, na necessidade de observar as violências que o corpo da mulher enfrenta na sociedade brasileira, um espaço

social machista, autoritário, misógino e racista.

É importante trazer à baila o impacto acadêmico que esta pesquisa tem e mostrar que esta investigação tem o intuito de promover uma maior análise dos marcadores sociais da diferença que patrocinam a desigualdade de gênero e seus entrelaçamentos com raça/etnia e classe, dentro de espaços públicos/espacos de poder.

Da mesma forma, estudos sobre essa temática podem auxiliar na reverberação de discussões e reflexões críticas com o teor de exterminar moldes sociais segregacionistas e questões que já foram evidenciadas por outras pesquisas e estudos de diferentes áreas do conhecimento. Além disso, a promoção de discursos revolucionários faz com que a sociedade se movimente em prol da mudança de cenário, tendo em vista que é na academia que os indivíduos-sujeitos formam seus ideais sociais e, ali, reproduzem conhecimento com a coletividade em que se inserem.

Desse modo, esperamos que o impacto social desta pesquisa — que visa estimular o acesso das mulheres à ocupação de espaços públicos, políticos/de poder — seja fundamental à efetivação da lei de cotas de gênero na política, buscando, socialmente, elucidar a importância da ampliação da norma, de modo a conduzir as leis partidárias a serem modificadas para garantir, independentemente de partidos/coligações, um percentual mínimo de cadeiras para as mulheres no Legislativo municipal.

Nessa perspectiva, esta dissertação tem como foco a luta da mulher brasileira para tornar-se um sujeito de direito e, nesse sentido, esta pesquisa traz uma contextualização histórica e social acerca do gênero e do sexo como marcadores sociais que conduzem a mulher ao espaço doméstico e restringem o acesso ao mercado de trabalho. De certa forma, é por meio dos estudos feministas que conseguimos observar esse corpo caminhando rumo à cidadania, despreendendo-se da subalternização.

Em primeiro plano, foi feito um estudo acerca do conceito de gênero, buscando contextualizar a história das mulheres e as ideologias da dominação, observando as mudanças que vêm ocorrendo ao longo dos séculos e que envolvem questões para além do órgão sexual. Traçamos uma compreensão do sexo e do corpo que envolve o biológico e a subjetividade do sujeito que, em tese, promove a distinção entre homens e mulheres. Porém, essa distinção está para além da genitália. Em verdade, o sexo destoa da forma como o sujeito se percebe e performa e, assim sendo, é nessa abordagem que o gênero se destaca como marcador social e não sexual.

Para maior entendimento sobre o tema de gênero em questão, esta pesquisa buscou

compreender a trajetória de lutas feministas, uma vez que é no feminismo que o termo “gênero” eclode como necessário e também como fonte primordial para entender que a mulher não se encontra atrelada apenas ao espaço privado, às funções domésticas. O seu útero não a condiciona ao maternar; pelo contrário, a feminilidade feminina permite que esse corpo performe uma condição própria, subjetiva, de representatividade e domínio do corpo. Esse empoderamento permite que essa mulher seja, de fato, cidadã — cidadania esta equivalente à do homem. Da mesma forma, são nas produções acadêmicas e no percurso de luta do feminismo que se observa a dificuldade da mulher em adentrar o âmbito social, devido à tendência dicotômica entre homem e mulher e, nesse sentido, o movimento busca romper as barreiras para alcançar a equidade.

Esse é um dos motivos pelos quais esta pesquisa encontrou apoio no feminismo — um movimento no qual a mulher discute questões importantes e busca conquistar seus direitos, o direito a ter direitos e, a partir de reflexões, o feminismo reproduz uma onda de libertação das amarras da dominação masculina. Como destaca Touraine (2010, p. 182), a construção das mulheres “como sujeitos começa através das lutas pela igualdade, mas somente se afirma realmente com a reivindicação de sua diferença”.

De fato, o feminismo trouxe contribuições a esta pesquisa, principalmente para entender as transformações sociais no sentido de combater arbitrariedades e violências contra a mulher. Nessa perspectiva, para promover a conquista de direitos, o feminismo buscou compreender o local ocupado pela mulher no organismo social, partindo, num primeiro momento, para buscar as questões referentes ao ambiente doméstico. Em vista disso, o feminismo surgiu como uma necessidade real de rompimento da dicotomia espacial — o lugar do homem e o lugar da mulher —, a fim de compreender e romper essas barreiras e lutar pela igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Partindo dessa compreensão, tendo como base os estudos feministas, procuramos encontrar caminhos possíveis para entender as questões centrais sobre a mulher, para só então buscar uma discussão sobre a chegada da mulher na política. Foi assim que se tornou possível perceber as implicações sociais que atravessam a mulher dentro do mercado de trabalho e a distinção primária entre o macho e a fêmea. As críticas mais pertinentes sobre essa abordagem mostram que, para acessar o ambiente público de representação cidadã, é preciso analisar os estudos feministas e a quebra do estigma segregacionista entre homens e mulheres. Desde já, fica claro que esse movimento emerge no sentido de buscar a conquista dos direitos sociais da mulher enquanto indivíduo, corpo e sujeito.

É importante destacar que foi através dos movimentos de rua que as mulheres manifestaram a necessidade de acesso à cidadania e ao mercado de trabalho e que, foi nessas revoluções que elas foram vistas como indivíduos. Portanto, podemos elucidar que, de fato, foi por meio do organismo social como um todo que as mulheres chegaram ao estágio de visibilidade, com maior acesso e/ou maior demonstrativo de mulheres imersas nos diferentes espaços da sociedade.

Não menos importante, devemos ressaltar a necessidade dos estudos de gênero e sexo para a compreensão do tema desta pesquisa, pois permitiram uma melhor compreensão acerca da dominação do corpo feminino. Assim, a partir dos estudos de gênero, foi feito um adendo teórico no qual procuramos entender as questões que despontam o gênero como um “fenômeno” que traduz a formação do sujeito com base em relações e construções sociais que determinam o que aquele corpo irá representar. Do mesmo modo, foi possível entender que, para além do gênero, o sexo vai diferenciar o biológico da sexualidade, para que o entendimento seja no sentido de desmistificar a sexualização do corpo feminino; o sexo parte para uma subjetividade do corpo que também não deve ser condicionada à genitália.

Neste sentido, para além das discussões sobre a mulher que envolvem o feminismo e os marcadores de gênero e sexo, essa pesquisa apresenta intersecções com as questões raciais/étnicas e de classe social, buscando saber de que modo esses marcadores sociais da diferença envolvem a mulher branca e a mulher negra no contexto social, público e político.

Ou seja, procuramos estudar as definições de gênero e sexo e as implicações de raça/etnia e classe social, na perspectiva de enfrentamento de uma mulher branca e negra na política, e procurar entender a pré-determinação de institutos que financiam a manutenção de um espaço político machista e racista.

Neste sentido, é importante mencionar que, com essas estruturas sociais engessadas, conseguimos desvelar os obstáculos sociais imbricados ao racismo e entender de que modo possuem uma interseccionalidade com o sexismo e a classe social. Por isso, os marcadores sociais reverberam as desigualdades sociais e, nesse sentido, as mulheres brancas e negras na política/espço de poder tornaram-se objeto desta pesquisa.

Na verdade, essa questão vivenciada pelas mulheres não é novidade. Conforme a complexidade do tema/objeto de estudo, suas particularidades e os contextos onde atuam as mulheres na política, as vereadoras residentes em Jequié e Ipiaú, BA, foram selecionadas como interlocutoras da pesquisa. A partir da compreensão da importância desta pesquisa, foi possível perceber a relevância de buscar referenciais que estudam/pesquisam o tema, para

compreender de que modo surgiu e se mantém o movimento de mulheres e o feminismo. Para isso, o movimento feminista foi tomado como ponto de partida para estudos de gênero, sexo e concessão de direitos das mulheres, e é importante destacar que esse fenômeno fomentou uma análise histórico-social e cultural para que a mulher adentre ao espaço público.

Os dogmas religiosos influenciaram e foram predominantes na formação das sociedades e, durante a colonização, a formação da sociedade brasileira não se escapou dessas questões. Argumenta-se que a condição pragmática da igreja prevê que a mulher é fonte de produção humana; isto é, a maternidade e o casamento são institutos sagrados que envolvem a mulher e sua feminilidade. Nesse sentido, a mulher esteve envolta na divindade da proliferação de vida, enquanto o homem, com base no fenótipo atrelado à força e ao vigor, foi imerso em atividades braçais de trabalho fora do lar.

Tal compreensão nos permite entender que os ideais religiosos, ao mencionar o biológico como fonte de procriação, mostram que é um dever o fato da mulher parir, passando a ser uma obrigação da mulher a criação humana e a uma tendência social de distinguir os indivíduos entre machos e fêmeas, homens e mulheres, feminino e masculino. Desse modo, atribui-se uma separação e segregação espacial entre homens e mulheres. Essa segregação pode ser observada tanto pelo papel desempenhado pelo homem na atividade laboral, como pelo papel da mulher de maternar. Essa ideia tende a reverberar o homem em uma redoma de masculinidade e poder de dominação-subordinação, devido à sua força atrelada à mão de obra de maior precisão e à predisposição tida para promover o sustento financeiro das famílias. Portanto, dentro das unidades familiares, a mulher exerce o papel de gerar vida e possui funções domésticas, atividades imbricadas ao gênero feminino e à predisposição ao cuidado.

A partir daí, surgiram provocações e questionamentos da pesquisa sobre o lugar da mulher no trabalho, a relação entre o patriarcado, o autoritarismo e o capitalismo, formas de dominação-subordinação e exploração do homem para com a mulher, com foco no machismo, racismo, na desigualdade social e preconceitos de classe, raça/etnia, e o distanciamento da mulher dos espaços de poder.

Assim, uma análise dessas questões contribuiu para aprofundar conhecimentos sobre desigualdades de gênero e segregação entre os sexos, possibilitando a compreensão de que tudo isso vai além do biológico. E, com o determinismo posto, a sociedade seguiu a distinção do corpo para com as atividades sociais, o que impulsionou a divisão ocupacional de espaços entre homens e mulheres. Por esse motivo, a presente pesquisa, a todo momento, procurou levantar a importância histórica da oportunização de direitos sociais para as mulheres, para só

então discutir a entrada da mulher no campo político.

Ainda dialogando sobre o feminismo, podemos apontar que a ascensão da mulher nos espaços de comando trata-se de uma revolução que eclodiu no movimento feminista. Em verdade, o feminismo buscou consagrar direitos para as mulheres e trouxe questionamentos para além dos direitos básicos. Nesse percurso de luta, trouxe para a mulher não só liberdade, cidadania e dignidade, mas também contribuiu, para além dos direitos fundamentais e básicos humanos, para a efetivação da representatividade feminina.

Por este motivo, o espaço público de comando é considerado um local de extrema importância para o estudo das ciências sociais, lembrando que esse espaço sempre fora sediado pelo homem branco cis; ele é quem esteve ocupando o local de dominação e maior poder dentro de coletivos/grupos. Esse processo é marcado pelo machismo e pela misoginia e, assim, os espaços de organização social, por muito tempo, seguiram dominados pelos homens.

Tal regulamentação social reflete o processo de colonização, no qual o homem branco europeu ditou a ocupação de território e exerceu o poder de liderança sobre os corpos negros dos africanos e indígenas. Em consonância a isso, havia uma nítida exploração do corpo da mulher. Historicamente, a figura masculina esteve por muito tempo no lugar de dominação desde a primeira formação das cidades. Desse modo, notamos que o machismo prevalece nas relações sociais em decorrência de uma herança cultural que elegeu o poder do macho como centralizador, dominador e autoritário. Podemos dizer que esse poder do macho segue uma ordem colonial na qual o homem herdou não só a dominação dos territórios, mas também do organismo social.

Em consonância com o que foi posto sobre a dominação masculina dos espaços sociais de poder, buscamos analisar a inserção da mulher na política, partindo inicialmente das primeiras conquistas sociais da mulher no ambiente social, desde o voto.

A partir dessas considerações, tomamos a mulher como sujeito político e, conseqüentemente, como indivíduo no legislativo municipal e, por meio da aplicação da pesquisa de campo, conseguimos observar a superação de injustiças e violências de gênero nas relações de poder dentro da sociedade.

É importante destacar que é dentro desse contexto que a mulher branca foi protagonista no movimento feminista e nas ondas revolucionárias, levando-se em consideração que a mulher branca partia de um local de maior possibilidade de aquisição de conhecimento, na casa grande, com maior possibilidade de estudo científico, ao ser

esposa/filha de grandes senhores. A partir daí, essas mulheres conquistaram direitos básicos com o movimento feminista; entretanto, em nenhum momento foi dado destaque à mulher negra dentro desse cenário.

A partir desse entendimento, buscamos estudar sobre o lugar da mulher branca e da mulher negra, com atenção voltada para compreender a distinção de ocupação de espaço da mulher branca e da mulher negra na sociedade brasileira. Também procuramos discutir e refletir sobre o lugar ocupado pela mulher branca e a vivência de privilégios da branquitude, e sobre as barreiras que a mulher negra enfrenta devido à racialização étnica. Nesse sentido, esta dissertação traz discussões do campo da branquitude e do branqueamento social, marcadores que se originaram no período da colonização da sociedade brasileira.

Para a compreensão dessa questão, buscamos referenciais como Bento (2022), Munanga (2024), dentre outros, que apontam regramentos da colonização europeia e, assim, tendem a promover um branqueamento social. A partir desse entendimento, foi possível realizar uma análise bibliográfica e documental para tomar conhecimento sobre a luta da mulher negra para além do sexismo, para ocupar espaços públicos e sociais. Ocorre que, apesar de existir um marcador de gênero, os estudos de raça classificam a mulher negra em um local ainda mais distante socialmente do que o minimamente ocupado pela mulher branca, pois, nesse processo, a associação patriarcal entre saber e poder é visível.

Além disso, é importante ressaltar que os estudos e pesquisas sobre o feminismo mostram a mulher como uma sujeita revolucionária; esse adjetivo é percebido na trajetória dos movimentos sociais ao observar a mulher nas ruas em movimentos em prol da igualdade de direitos. Em verdade, dentro das definições de papel social e da herança da colonização brasileira, os resultados revelam que a mulher que ocupa esse papel teve acesso à educação dentro da casa grande, ou seja, nesse cenário estamos falando de um corpo branco. Sabemos que a mulher negra, nesse contexto, esteve dentro das senzalas, cuidando dos afazeres domésticos da casa grande, ocupando o lugar de servidão, sem acesso à educação e ao trabalho das indústrias mercantis e outros espaços.

Para entender essa relação, buscamos contextualizar os motivos históricos que ditam a segregação racial e que regem a dificuldade de acesso que o corpo negro enfrenta no mercado de trabalho, a ausência do negro/a na educação e nos espaços sociais, e, especificamente, no local de trabalho público, que advém de um processo colonial. No Brasil, a ideologia da democracia racial ainda se mantém no imaginário da sociedade e reproduz conflitos, estigmas, preconceitos, discriminação e desigualdades.

Para trilhar essa trajetória, quebrar as barreiras e os obstáculos sobre as questões raciais, a mulher negra esteve munida da essencialidade do estudo voltado ao feminismo negro, uma epistemologia social que ganha força através das experiências e vivências das mulheres negras, que por muito tempo estiveram em um não-lugar.

E o que seria o não-lugar? Marc Augé (2012, p. 73) explica: “Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar”.

Com base nos apontamentos do autor (2012), a hipótese que ele defende é a de que “a supermodernidade é produtora de não-lugares”, portanto, constrói “espaços que não são em si lugares antropológicos e que, contrariamente à modernidade baudelairiana, não integram os lugares antigos, a saber: ‘estes, repertoriados, classificados e promovidos a “lugares de memória”, ocupam aí um lugar circunscrito e específico”’.

Contudo, ao falar de um dado não-lugar, estamos indicando um lugar negativo, em tese, que encontra ausências. Ora, e o que seria essa ausência? A ausência de lugar é encontrada em si, de maneira propriamente dita. Para entender melhor essa abordagem, é preciso compreender que espaço também colide com lugar: o espaço é abstrato e trata de fenômenos e acontecimentos, já “lugar” pode-se definir como uma reunião de elementos que são transitórios, que coexistem com uma certa ordem (Augé, 2012).

Para Augé (2012), os não-lugares criam tensão solitária, enquanto os lugares criam um ideal social orgânico. Os não-lugares estariam sendo constituídos com base em diferentes cenários, qual seja, em relação a uma dada e certa finalidade, como transporte, trânsito, lazer, e também com a realidade de manter uma relação com os sujeitos que de fato ocupam esses espaços. Esses não-lugares partem de um ideal de que será sempre feita uma tentativa, por vezes incansável, de comprovar a inocência dos sujeitos. Além disso, esses não-lugares estariam sempre a utilizar textos e palavras que sigam um modo de prescrição, ou proibição, ou mesmo uma forma; ou seja, nesses não-lugares existem códigos para condicionar aqueles sujeitos pertencentes a eles, que seriam um *modus operandi*.

Augé (2012) ainda menciona a ideia de que esse não-lugar trata-se de uma representação do sujeito sozinho; apesar de ter semelhanças com os demais indivíduos, estariam esses sujeitos imersos em um grupo minoritário, em tese, um grupo à margem. Os não-lugares medem um conjunto de relações consigo e com os outros que só correspondem a finalidades específicas e engessadas. Recorta-se a seguinte definição dita por Augé (2012, p. 95): “o espaço do não-lugar não cria nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e

similitude”.

Logo, nesta pesquisa, o dito não-lugar refere-se a essa atmosfera de solidão que o corpo negro enfrenta. O corpo negro traz consigo a herança da escravidão e de uma destinação padronizada de servidão. Por isso, necessitamos estudar como haverá a ocupação destes espaços sociais pelo coletivo de mulheres brancas e/ou negras, que carregam a herança colonial de um país hierarquizado que coloca a mulher dentro de não-lugares.

Diante dessa constatação, percebemos a importância de compreender, de diferentes perspectivas, como a mulher branca e negra conseguem conquistar espaço na política/lugar de poder e de que modo a mulher foi paulatinamente e arduamente conquistando o direito a ter direitos. Para melhor compreender a ascensão feminina na política, no lugar de poder, mostramos uma discussão sobre o direito da mulher, a luta frente ao machismo e a constante busca por conquista de espaços de representação e, através desse caminhar, foi possível perceber que foi por meio do movimento feminista que houve uma mudança no cenário mundial, seguida do direito ao voto e das primeiras candidaturas de mulheres.

Somadas às discussões sobre a representatividade feminina na política, as questões raciais ganharam força. Ou seja, para além do feminino, o corpo feminino negro depara-se com processos discriminatórios e condicionantes de espaço para além das definições de macho e fêmea; logo, há quesitos que juntos formam fronteiras ainda mais complexas de serem diluídas socialmente. Na verdade, a mulher branca que acessa o local de poder emerge de um processo de capitania hereditária, no qual encontra-se ao lado dos grandes senhores detentores de terra; já a mulher negra não chega tão rápido a esse local devido à etnia/raça e classe social.

Para aprofundar conhecimentos sobre essas questões, esta pesquisa buscou realizar uma abordagem teórica com o emprego da análise bibliográfica, que foi feita com base em diversos autores voltados ao estudo do colonialismo, patriarcado e racismo, tomados como suporte bibliográfico.

Nas obras de Heleieth Saffioti (2015), por exemplo, as discussões acerca do patriarcado foram essenciais para entender as ramificações desse fenômeno de dominação masculina e suas consequências que atravessam o poder do macho nas relações de gênero produzidas por machismo, misoginia e autoritarismo.

Além de buscar as contribuições de Saffioti sobre o patriarcado, esta pesquisa caminhou nos estudos sobre gênero de Judith Butler (2018), Pierre Bourdieu (2012), John Scott (2005) e outros referenciais que tratam o gênero como uma determinação social que é

performativa. Acerca das questões que abordam a participação da mulher negra, houve a necessidade de buscar conhecimentos na epistemologia do feminismo negro, que permitiu uma maior compreensão por meio dos ensinamentos de Angela Davis (2016), Sueli Carneiro (2011), Djamila Ribeiro (2018) e outras autoras que pesquisam e escrevem sobre o tema.

Outrossim, com base no que foi posto, o recorte desta pesquisa parte de estudos sobre gênero e raça, que permite uma análise acerca da dificuldade enfrentada pelas mulheres brancas e negras para alcançar os cargos públicos. Portanto, procuramos mostrar que o mundo político continua sendo patrocinado pelo machismo, que fomenta a predominância masculina nos cargos públicos, demonstrando aversão ao feminino.

Por isso, partindo de uma perspectiva das mulheres brancas e negras que visam obter representatividade popular, temos, aqui, uma pesquisa voltada para as problemáticas sociais de gênero e suas intersecções com raça/etnia e classe social, que reverberam preconceitos vivenciados por mulheres brancas e reprimidas para com as mulheres negras.

Por outro lado, vale mencionar que a metodologia empregada no desenrolar desta pesquisa tem disposição exploratória, descritiva, apoiada em conceitos/constructos, concepções e definições fundamentais à compreensão do tema e, também, nas vivências/experiências vividas pelas interlocutoras da pesquisa. Através dos apontamentos percorridos pelos métodos da pesquisa, chegamos à discussão principal desta dissertação, que tratou do papel e lugar ocupado pela mulher na sociedade civil, não só como cidadã, mas como representante do povo e, respectivamente, das implicações enfrentadas dentro dos cargos de poder político.

Portanto, esta pesquisa fez uma análise de como se dá o acesso da mulher branca e negra ao cargo público e a ocupação desses cargos diante de uma supremacia branca, que emprega o racismo e o sexismo no momento da elegibilidade. Essa percepção foi empregada sem pretensão de desenvolver uma abordagem comparativa de pesquisa, mas apenas para observar de que forma se dá a ocupação de mulheres brancas e negras nos espaços públicos. Assim, buscamos investigar sobre o direito da mulher à ocupação do espaço de poder/da política e a trajetória profissional das interlocutoras, considerando quais são os desafios experimentados por essas mulheres nos espaços públicos.

Nesse sentido, compreendemos que o espaço público não é um espaço neutro, mas um lugar no qual as desigualdades se manifestam e são visíveis, até mesmo de modo gritante. Esse lugar, quando ocupado por mulheres, torna-se um ambiente de disputa desigual e mostra diferentes formas de exclusão e violências contra a população que não possui privilégios. Isto

porque, na sociedade machista, misógina e autoritária, privilegia-se determinados indivíduos em detrimento de outros. Essas reuniões públicas de governantes mostram como se dão as interações sociais, munidas de preconceitos, discriminação e/ou exclusão social. Ou seja, o coletivo de governantes, em seus discursos e atos, reflete as relações sociais desiguais, ao mesmo tempo em que pesam sobre elas.

É evidente que as questões de gênero, etnia/raça e classe social são indissociáveis das vivências e das narrativas das mulheres políticas. Contudo, é por meio das experimentações socioculturais que essas mulheres vivenciam que elas conseguem ultrapassar barreiras. Portanto, é por meio de movimentos individuais de mulheres ativistas ou por meio de grupos sociais, de reivindicações e de luta pelo direito das mulheres, que o direito à igualdade se estabelece.

A partir desse entendimento, esta pesquisa recolheu informações sobre modos de interação e participação, experiências e vivências das mulheres interlocutoras da pesquisa, com o intuito de saber o que dizem/falam/pensam sobre atos/manifestações racistas, sexistas e, até mesmo, sobre as classificações de classe social no âmbito público.

Também, por meio de estudos sobre o feminismo negro, foi possível notar as implicações ainda maiores que as mulheres negras enfrentam dentro do espaço social e político. Por isso, procuramos aprofundar o conhecimento sobre a questão racial para termos um recorte macro dentro do espaço de trabalho público.

De maneira evidente, a pesquisa exigiu uma análise interseccional entre sexismo e racismo frente às mulheres ocupantes de cargos públicos municipais e, assim, foi possível observar que o espaço de poder sempre foi dominado por homens brancos que são representantes, ao que parece, de heranças de uma monarquia portuguesa misógina, machista e autoritária, que introduziu a colonização e o processo de dominação de território e da população subordinada. Em decorrência disso, as movimentações de gênero na política conceberam espaço primeiro à mulher branca, que pertence ao nicho de maior privilégio social. Assim, a herança das famílias coloniais permite a acessibilidade ao corpo da mulher branca.

Sabemos que, a mulher branca, filha/esposa dos homens brancos, teve contato com a educação para manter uma herança oligárquica e, assim, essas mulheres fizeram os primeiros movimentos feministas em prol do direito ao voto.

Neste sentido, compreendemos que, de fato, há uma segregação racial dentro dos movimentos que consagraram a mulher branca socialmente, apesar da existência de direitos

constitucionais que visam a igualdade racial, e o racismo ser apontado como fenômeno da diferença. É deveras notável que, apesar disso, a mulher negra sofre um processo de racialização que a afasta cada vez mais do movimento sólido feminista de ocupação de espaços públicos.

Por esse motivo, foi necessário estudar as vivências de mulheres brancas e negras quando conseguem ocupar o cargo de vereadoras, com o intuito de observar a restrição que a mulher tem aos cargos políticos, espaços de poder. Podemos evidenciar que, no Brasil, por uma única vez, tivemos uma mulher ocupando a presidência da República. Em coleta de dados para o estudo desta pesquisa, foi feita uma consulta no site da Assembleia Legislativa da Bahia, obtendo como resultado, em 2023, um total de 3 senadores homens eleitos e nenhuma mulher ocupando esse lugar; e, com relação a deputados/as, no Estado da Bahia, temos um total de 63 deputados eleitos, sendo 9 mulheres e apenas uma mulher autodeclarada negra.

Historicamente na sociedade brasileira, as mulheres brancas e, em maior quantidade, as mulheres negras são afetadas pela desigualdade na política; todas elas são atacadas o tempo todo pela sua condição de mulher nos espaços públicos, da política/lugar de poder. É comum a banalização da violência política de gênero contra a mulher, sendo que esse processo mostra que há a criação de ambientes não apenas hostis, mas também perversos, preconceituosos, autoritários, de discriminação, produção de desigualdades e exclusão diversa. Sendo assim, considerado um lugar violento, em sua maioria masculinizado por um quantitativo acentuado de homens nos cargos.

De acordo com resultados apontados por pesquisa do Ranking da Inter-Parliamentary Union (2020), o Brasil é um dos piores países no que se refere à representatividade política feminina e, atualmente, ocupa o terceiro lugar na América Latina com menor representação parlamentar de mulheres, como afirmam Katia Marko e Fabiana Reinholz (2020), tanto de mulheres brancas quanto de mulheres negras.

De acordo com a reportagem sobre política, intitulada *Brasil está entre piores em representação feminina no Legislativo*, de acordo com o Ranking da Inter-Parliamentary Union (2023), publicada em 1º de abril de 2023 por Carolina Pimentel, repórter da Agência Brasil, Brasília, essa situação-problema no campo da política brasileira é séria e tal fato indica que é preciso buscar mudanças para combater a violência política contra as mulheres.

Nessa perspectiva, os termos colonialismo, patriarcado, patrimonialismo, paternalismo, autoritarismo, capitalismo, sexismo, racismo, dentre outros, foram valorizados

pela pesquisa e apresentados ao longo desta dissertação. Esses conceitos foram desvelados sob o viés qualitativo e contribuíram para desenvolver uma abordagem social no campo de investigação, realizada através da coleta de dados por observação direta, assistemática e sistemática, entrevistas semiestruturadas, conversas formais e informais e pela aplicação de formulário fechado e aberto.

Esse último instrumento foi denominado formulário, de acordo com sua forma de aplicação, para atender às orientações dos referenciais utilizados no processo metodológico da pesquisa. Assim, a pesquisa procurou coletar relatos de fatos e situações vividas pelas interlocutoras investigadas e, quanto à sua classificação metodológica, trata-se também de uma pesquisa descritivo-interpretativa, tendo em vista que a intenção é produzir uma descrição e interpretar o que narram (falam/dizem/pensam) as interlocutoras da pesquisa sobre suas vivências, experiências e relações de interação na política/espço de poder, de que modo as interlocutoras que exercem/exerceram o cargo público municipal de vereadora, em exercício ou na iminência do cargo, narram sobre o lugar/espço da política/poder ocupados por elas.

Durante a abordagem exploratória, é importante retomar que esta pesquisa buscou, dentro do espço público de governança, delimitado dentro das câmaras legislativas municipais no Território de Identidade Médio Rio de Contas – cidades de Jequié e Ipiaú, BA –, verificar a existência de mulheres brancas e negras nesses locais e quais as dificuldades que essas interlocutoras encontraram/encontram (ou não) para exercer o cargo diante da violência de gênero e suas intersecções com etnia/raça e classe social, especificamente contra a mulher, na política/nos espços de poder.

Para sua realização, a presente pesquisa foi dividida em três momentos interligados. No primeiro, Etapa I, o objetivo foi realizar um estudo exploratório, com a intenção de coletar dados para a elaboração do projeto de pesquisa. No segundo, Etapa II, realizamos a pesquisa propriamente dita, considerando suas fases distintas: a da pesquisa teórica e a da abordagem de campo, que foram desenvolvidas simultaneamente, considerando o que o campo revelava como novos achados da pesquisa.

É importante apontar que a Etapa II foi subdividida em duas fases. A primeira, Fase I, foi destinada ao aprofundamento do marco teórico da pesquisa. Esse foi o momento em que buscamos apoio no referencial teórico para aprofundar conhecimentos sobre conceitos, concepções, definições e construir categorias da pesquisa, elaboramos o quadro teórico-metodológico da pesquisa e, também, a pesquisadora se preparou para a entrada no campo de

pesquisa munida de teoria.

A segunda, Fase II, corresponde à pesquisa de campo, que seguiu o percurso metodológico iniciado com a entrada da pesquisadora no campo de investigação para contato aproximado com o campo e interlocutoras e, a partir daí, realizar a coleta de dados, seguida do tratamento, análise e interpretação, resultados e discussão dos dados recolhidos pela pesquisa.

Essa fase foi realizada através da observação *in loco*, direta, assistemática e sistemática, da aplicação de formulário fechado e aberto, entrevista semiestruturada e conversas formais e informais com as interlocutoras, mulheres na política/espços de poder, que decidiram participar da pesquisa e que ocupam/ocuparão o cargo de vereadoras em localidades do interior do estado da Bahia, sediadas no Território de Identidade Médio Rio de Contas-BA, recorte feito pela pesquisa exploratória. E, por fim, ainda na Fase II, iniciamos a escrita desta dissertação, buscando fazer correções pontuais de revisão da língua portuguesa e procuramos verificar lacunas para fechar cada uma delas e chegar à Etapa III.

A Etapa III, da conclusão e considerações finais da pesquisa, foi o momento em que buscamos verificar se os dados coletados, que sofreram tratamento, análise, interpretação, resultados e discussão, foram suficientes (ou não) para responder ao problema principal, a outras questões que surgiram ao longo da investigação e aos objetivos desta pesquisa.

Desse modo, procuramos dar continuidade a este percurso apresentando, nesse momento, o que foi possível fazer, olhar, investigar, encontrar no campo e escrever sobre as narrativas das interlocutoras acerca do que foi perguntado pela investigação, através de seus instrumentos de pesquisa. Nesse sentido, foi considerado que havia um prazo estabelecido para a defesa final desta dissertação, apresentando-a à banca de professores-doutores para avaliação e ao público de modo geral, com a intenção de socializar e divulgar os resultados da pesquisa realizada no percurso de 2023-2024, no curso de mestrado do Programa de Relações Étnicas e Contemporaneidade – ODEERE/UESB, campus de Jequié-BA.

Portanto, para a realização desta pesquisa foram construídos os seguintes elementos: delimitação do assunto/tema/objeto de estudo, formulação do problema elaborado, objetivo geral e seus desdobramentos, objetivos específicos estabelecidos, além de pressupostos da pesquisa. De acordo com a justificativa e problemática do tema/objeto de estudo, foi formulado o problema principal: — O que dizem/pensam/falam as mulheres brancas e negras que participam/atuam da vida política no Território de Identidade Médio Rio de Contas, BA, sobre a participação feminina na política, acerca das desigualdades de gênero e suas interseções com etnia/raça, classe social, seu papel social e tomadas de decisão no espaço

ocupado pelo poder masculino?

A partir do problema principal, a pesquisa delimitou e formulou o seguinte objetivo geral: analisar narrativas de mulheres brancas e negras que participam/atuam da vida política e ocupam/ocuparam espaço neste cenário, no Território de Identidade Médio Rio de Contas, observando o que dizem/pensam/falam as interlocutoras sobre a participação feminina nesses espaços, considerando desigualdades de gênero, raça/etnia, classe social e preconceitos que podem (ou não) ter sofrido no campo de atuação e nas tomadas de decisão.

Para a realização da pesquisa, o objetivo geral foi desdobrado em objetivos específicos, considerando duas etapas para o desenvolvimento da investigação: a Etapa I, da elaboração do projeto de pesquisa, e a Etapa II, da pesquisa de campo, que foi dividida em duas fases. A primeira fase corresponde ao aprofundamento do Marco Teórico da pesquisa, e a segunda fase, à Pesquisa de Campo. Para a realização da Etapa I, foi formulado o objetivo específico, a saber: (a) realizar abordagem exploratória com levantamento bibliográfico e documental sobre violência contra a mulher, desigualdade de gênero e raça, participação/atuação de mulheres na política brasileira e outras questões relacionadas ao tema/objeto de estudo, além de elaborar uma pesquisa de Revisão Sistemática de Literatura – RVS, para realizar investigação focada no tema em questão, a fim de identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis, com vistas a ajustar/atualizar o projeto de pesquisa.

Para o desenvolvimento da pesquisa na Etapa II, Fase I, do aprofundamento do Marco Teórico, foi respondido o seguinte objetivo específico: (b) elaborar o marco teórico da pesquisa, buscando aprofundar conhecimentos, conceitos, concepções e definições dos principais termos relacionados ao tema/objeto de estudo, além de categorias e questões referentes à sua contextualização, discussão e interlocuções com os referenciais selecionados para a construção do quadro teórico da pesquisa.

Para a realização da Fase II da Etapa II da pesquisa, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (c) aplicar os instrumentos de pesquisa — formulário fechado e aberto e observação *in loco*, direta e assistemática — às interlocutoras, mulheres na política, para identificar mulheres brancas e negras que participam/atuam da vida política no Território de Identidade Médio Rio de Contas – BA, observando as variáveis que caracterizam/traçam o perfil das pesquisadas (idade, sexo, gênero, raça, etnia, tempo na política, ocupação/participação atual — vereadoras, candidatas ou que atuam entre 2023-2024, dentre outras), com a finalidade de selecionar as interlocutoras da pesquisa; (d) realizar observação

in loco, direta e sistemática, e entrevista semiestruturada (anotações e gravação), além de formulário fechado e aberto, para investigar o que dizem/pensam/falam as mulheres brancas e negras que participam da vida política no Território de Identidade Médio Rio de Contas sobre a participação feminina no espaço da política e qual a opinião das interlocutoras sobre a pesquisa que aborda as desigualdades de representação que a mulher enfrenta.

Ao longo da pesquisa, no campo, foram surgindo outras questões, a saber: (a) Em relação à participação/atuação feminina na política brasileira, você acredita que o machismo e o racismo interferem na ocupação dos cargos? Já ouviu falar sobre desigualdade de gênero? Se sim, percebe alguma relação com as questões de raça/etnia e classe social dentro do espaço de poder público/espaço da política? O que você já ouviu falar sobre o local público de tomada de decisão e a ocupação masculina nesse espaço? (b) Você sabe informar se, no município no qual exerce/exerceu sua função nesse espaço, já houve outra mulher branca ou negra nas cadeiras do Legislativo? (c) De que modo você percebe a política, os saberes e as práticas vivenciadas por você no cargo? Você considera importante a presença das mulheres nas cadeiras do Legislativo Municipal? Se sim, de que modo percebe a atuação da mulher negra no espaço/ambiente de poder público? Percebe se há algum privilégio? Se sim, pode falar um pouco sobre isso? (d) Sobre os projetos de lei orgânica municipal, pareceres e implantação de regulamentos: você sabe responder se esses documentos são elaborados com o intuito de buscar a equiparação de direitos para homens e mulheres no âmbito social/político/espaço de poder? Qual sua opinião? Você percebe que é importante (ou não) trabalhar com projetos que promovam o combate ao racismo e ao sexismo contra a mulher nesses espaços? Se sim, quais são as referências que utiliza para trabalhar com essas temáticas nas audiências com os demais colegas de mesa? Você sabe dizer se as abordagens que atendem ao público feminino incomodam os homens que exercem a função social de comando/organização pública nesses espaços? Se sim, o que já percebeu/ouviu/viu sobre essa questão?

Além dessas questões, para analisar as narrativas de mulheres brancas e negras que participam/atuem da vida política no Território de Identidade Médio Rio de Contas – BA, a pesquisa procurou interrogar as interlocutoras sobre: (e) O que você sabe dizer sobre as cotas de gênero nos partidos políticos? Se não houvesse a obrigatoriedade das cotas de gênero nos partidos, você acredita que haveria mulheres no exercício de cargos do Legislativo? Você milita no partido a favor das mulheres? Se sim, costuma militar no âmbito político em prol das mulheres no seu espaço de atuação? Por favor, se sim, pode falar/narrar um pouco sobre

sua participação/atuação? (f) Você percebe alguma dificuldade em exercer sua profissão em razão de ser mulher? Se sim, a que/quem atribuiria essa(s) dificuldade(s)? O que você sabe dizer sobre ser uma mulher negra no espaço de poder/da política? Você percebe que esse é um condicionante que amplia ainda mais (ou não) as dificuldades da mulher para exercer/atuar/participar da vida política? Se sim, pode comentar um pouco sobre essa questão?

Nesta pesquisa, de acordo com sua classificação descritiva e qualitativa, não se exige hipótese, mas, como questão norteadora, foi formulado o seguinte pressuposto, utilizado como um dos holofotes da investigação: quanto maior o acesso e o avanço de mulheres brancas e negras ao direito de ter direitos, haverá maior quantitativo de mulheres participando da política/espacos de poder e aumentará a representatividade da mulher nesses lugares e em aspectos sociais e políticos. E, do mesmo modo, será possível elaborar estratégias adequadas ao combate/enfrentamento das desigualdades de gênero e suas interseções com etnia/raça, classe social e, assim, proporcionar uma melhor compreensão das iniquidades persistentes e das conquistas alcançadas, além de dar melhor visibilidade ao papel social e às tomadas de decisão políticas das mulheres no espaço ocupado pelo poder masculino.

A coleta de dados foi realizada com a aplicação de instrumentos da pesquisa (observação direta, assistemática e sistemática, formulário fechado e aberto, entrevista semiestruturada, conversas formais e informais), previamente elaborados e de acordo com as exigências do objeto de estudo, problema e objetivos da investigação.

As questões de gênero e suas interlocuções com raça/etnia, classe social e ocupação de cargo no legislativo municipal foram categorias valorizadas pela pesquisa, e vale destacar que a pesquisa buscou a possibilidade de incluir, entre as participantes mulheres — quais sejam, mulheres brancas e negras —, aquelas que já estão no cargo e/ou as que estão na iminência do cargo, para a realização desta dissertação (2023-2024).

Lembramos que, quanto à pesquisa propriamente dita, foi importante dispor que a investigação respeitou as Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, uma vez que a presente pesquisa foi feita com seres humanos.

Vale mencionar que o projeto de pesquisa foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), que fez uma avaliação favorável à sua realização, conforme as diretrizes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), de modo que houve a devida permissão para ingresso no campo no mês de fevereiro de 2024. Faz-se necessário elucidar, também, que as participantes que aceitaram participar da pesquisa tiveram

conhecimento do projeto/intenção da pesquisa e da abordagem utilizada.

Assim, após a busca pela aproximação com o campo e com as investigadas, apresentamos o projeto, e estas se mostraram à vontade, tomando decisão própria para narrar seus relatos, saberes, posições políticas sobre a questão da mulher no espaço de poder/da política. Do mesmo modo, assinaram o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), para que reste pública a sua livre vontade de participar desta pesquisa. É válido elucidar que, nesse momento do contato da pesquisadora com as pesquisadas, foi garantido às interlocutoras o sigilo das informações indicadas, bem como ficaram cientes de que poderiam desistir a qualquer momento, se assim decidirem.

É preciso destacar que esta pesquisa foi realizada com mulheres brancas e negras, selecionadas pela pesquisa, que permeiam o cargo de vereadora nas câmaras municipais legislativas e/ou as que estão na iminência de elegibilidade, tomando como espaços específicos o Médio Rio de Contas – Bahia, Território de Identidade baiano que abarca o grupo das seguintes cidades: Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá, Ubatã.

E, com sua realização, esperamos dar contribuições importantes a partir de seus resultados, que foram socializados no bojo deste texto e, posteriormente, serão publicados com a intenção de divulgar amplamente o que foi coletado no campo da pesquisa. Ou seja, essa pesquisa elucida dados coletados de narrativas de mulheres que fazem parte da sociedade brasileira e que passaram a ocupar um cargo público eletivo. É importante indicar que esta é uma pesquisa pública e que seus dados, coletados no campo de investigação, foram analisados e mostram a possibilidade de criação de espaços de discussão, debates e reflexões sobre o tema e o problema em questão.

Em verdade, com esta pesquisa, também esperamos buscar estimular a criação de estratégias de enfrentamento e combate às violências políticas contra as mulheres brancas e negras nos espaços de poder da política na sociedade brasileira. Nela, procuramos trazer uma exposição acerca da realidade de mulheres no cargo público de vereadoras que, com a narrativa de violências sofridas e de enfrentamentos diários, mostram resistência e proatividade diante da reprimenda de gênero.

Afinal, tomando emprestada a fala de Céli Regina Jardim Pinto (2010), esperamos que esta pesquisa seja uma referência para se questionar, pensar e repensar uma das questões mais centrais quando o tema é a presença e a participação com envolvimento da mulher no espaço

público de decisão: “em geral, ou na política, em particular, é a seguinte: que mulheres queremos nos cenários políticos? Todas as mulheres, independentemente de classe, posição política, comprometimento com as questões de reconhecimento das minorias sem poder?” (2010, p. 18).

Assim, ainda em forma de provocação, retomamos o questionamento da autora: “Ou estamos lutando para elegermos nos parlamentos e nas posições-chave de poder, mulheres feministas que defendem as grandes causas do movimento?” (Pinto, 2010, p. 18). Em busca de uma resposta, é possível dizer que a presença da mulher na política brasileira é fundamental para garantir a diversidade e as práticas e ações democráticas, além de assegurar que políticas públicas (como educação, saúde, direitos reprodutivos, combate à violência contra a mulher, feminicídios, estereótipos, preconceitos, discriminação, desigualdades e exclusão de gênero) sejam implementadas e atendam às necessidades das mulheres.

Contudo, por tudo que foi possível observar no percurso desta pesquisa e dos resultados obtidos, podemos afirmar que a realidade do Território de Identidade Médio Rio de Contas, Bahia, mostra que a representatividade feminina ainda é desafiadora, apesar dos avanços já conquistados, e ressaltar que as barreiras estruturais, sociais e culturais enfrentadas pelas mulheres ainda persistem. Essa é uma realidade nua e crua de experiências vividas no espaço público, da política e do poder.

PARTE II**MARCO TEÓRICO DA PESQUISA**

O poder do macho, embora apresentando várias nuances, está presente nas classes dominantes e nas subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não-brancos. Uma mulher que, em decorrência de sua riqueza, domina muitos homens e mulheres, sujeita-se ao jugo de um homem, seja seu pai ou seu companheiro. Assim, via de regra, a mulher é subordinada ao homem. Homens subjugados no reino do trabalho por uma ou mais mulheres detêm poder junto a outras mulheres na relação amorosa (Heleieth Saffioti, 1987, p.16).

2. Marco teórico da pesquisa

Estudos sobre gênero e política têm constatado que os partidos políticos constituem os principais *gatekeepers* do acesso das mulheres a estruturas de decisão política. Na medida em que os partidos (a) fazem o recrutamento e a seleção de candidatos, (b) são detentores de recursos políticos e financeiros que movem o processo legislativo por meio da constituição de lideranças e comissões parlamentares que dão destaque a alguns representantes que concorrem à reeleição em pleitos futuros, eles são centrais em estudos sobre desempenho eleitoral. Assim, uma análise sobre a eleição de mulheres e membros de outros grupos subalternizados requer consideração sobre o papel dos partidos (Teresa Sacchet, 2020, p. 75).

Nesta Parte II da dissertação, referente ao marco teórico da pesquisa, apresentamos os resultados da análise das teorias e abordagens teóricas, além da análise de documentos utilizados para a elaboração do quadro teórico empregado nesta pesquisa sobre *Narrativas de mulheres sobre a participação feminina na política no Território de Identidade Médio Rio de Contas-BA*.

Para melhor clareza e precisão sobre a bússola utilizada para a realização desta pesquisa, a fim de melhor compreender as estratégias que foram utilizadas para facilitar a construção do marco teórico, demarcamos o seguinte quadro conceitual sobre mulheres no espaço da política, que será observado nessa parte II, a qual, está composta dos subtópicos, a saber: 2.1 *Conceitos, definições, concepções e categorias fundamentais da pesquisa*; 2.1.1 *Gênero, masculino e feminino: hierarquia de opressão*; 2.1.2 *Desigualdade de gênero e suas intersecções com etnia e raça*; 2.1.3 *Subalternização do corpo feminino*; 2.1.4 *Mulher: patriarcado, machismo, autoritarismo e misoginia*; 2.2 *Políticas públicas para a mulher: uma breve contextualização*, 2.2.1 *Redemocratização, luta das mulheres e feminismo no Brasil: direito ao voto, cidadania, emancipação e empoderamento*, 2.2.2 *Gênero e feminismo: sexualidade, política e lutas sociais*. 2.3. *A mulher no espaço de trabalho: capitalista-dominação-exploração* 2.3.1 *Mulher e espaço público e privado* 2.3.2 *Mulheres na política e espaços de poder*, 2.3.3 *O sistema eleitoral e política de cotas de gênero na sociedade brasileira* 2.3.4 *Preconceitos, discriminação e violência contra a mulher na política brasileira* 2.4 *Mulher negra: as disposições de gênero e suas intersecções com raça/etnia e*

classe social na sociedade brasileira, 2.4.1 Racismo, branquitude, branqueamento e democracia racial no Brasil.

2.1 Conceitos, definições, concepções e categorias fundamentais da pesquisa

A presente pesquisa partiu da análise de conceitos, definições e concepções de gênero e suas interseções com etnia/raça, classe social, desigualdade social e racial, racismo, sexismo, dentre outros marcadores sociais que implicam na formação da sociedade.

Em verdade, esses conceitos/constructos, definições e/ou concepções foram apresentados ao longo desta dissertação para buscar uma compreensão do porquê ocorrem tantas diferenças no âmbito social. Em resumo, podemos apontar que as ramificações dessas conjunturas sociais segregacionistas, que se ampliam cotidianamente, fomentam um ambiente discriminatório. Devido à existência desse estigma, é necessário que haja um estudo macro acerca desse sistema organizacional que nos rodeia; essa união de conceitos gera o recorte do objeto investigado.

Inicialmente, foi necessário destrinchar o conceito de gênero como uma categoria que nasce da oposição entre masculino e feminino e, apesar da amplitude e dos desdobramentos dados ao termo, é importante destacar que a discussão sobre gênero emerge socialmente através do movimento de mulheres. Foi partindo do viés do feminino, do corpo da mulher e de sua feminilidade que as discussões sobre o antagonismo da sujeita diante de uma condição biológica determinada pela genitália começaram a ganhar força (Scott, 1995).

O termo “gênero”, na gramática, é indicado para classificar fenômenos, sendo até mesmo um sistema consensual de distinção; portanto, “gênero” não está necessariamente atrelado aos traços do sujeito. Vale apontar que o termo foi usado com grande incidência no movimento feminista para elucidar uma aversão ao determinismo biológico e evidenciar a distinção dos sexos. No começo, o uso do termo gênero estava posto como uma palavra correlacionada ao estudo da mulher e sua condição desvinculada do masculino, sendo algo inovador, pois antes o homem e a mulher não se dissociavam nos estudos do sexo. Na verdade, as mulheres tiveram a necessidade de adentrar os espaços e trouxeram o termo para ampliar a discussão no cenário social e político, e os diálogos foram para além da diferença entre os sexos (Scott, 1995).

De forma lógica, através de grandes estudos sobre gênero, pode-se chegar a uma definição para além do que foi posto nas ciências biológicas, tomando “gênero” como um

elemento que determina as relações sociais entre os sexos, e que eclode para além das diferenças entre os sexos; ou seja, gênero é um fenômeno que se constrói junto às relações de poder. Podemos dizer que gênero, para Scott (1995), é um elemento consubstanciado nas relações sociais que rejeita explicações biológicas, não aceitando a dita subordinação feminina. O gênero, para o autor, é visto como um instituto de construção cultural.

É necessário elucidar que essa rejeição ao biológico faz com que os estudos de gênero indiquem a mulher como objeto de análise, porque essa sujeita faz parte de uma simbologia e/ou mitologia que, por muito tempo, a colocou em um espaço condicionado pelo sexo ou pelo dito feminino. O termo “gênero” inclui as mulheres e faz parte da história das mulheres para a constituição da posição política da sujeita (Scott, 1995). A autora explica que “com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, ‘gênero’ tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens” (p. 75).

Ou seja, o uso do termo “gênero” é um meio de indicar construções culturais criadas pelo sujeito que lhe definem. Na verdade, essa criação cultural surge de uma dada categoria social adequada aos homens e mulheres, que são nada mais, nada menos que corpos sexuados. Em tese, essa é uma forma de se referir à identidade social subjetiva de homens e mulheres; portanto, o gênero nada mais é do que uma categoria sob um corpo.

Daí a importância de estudar e teorizar gênero dentro dos estudos feministas, pois essas definições possuem uma abordagem que libertam a mulher enquanto sujeita e enquanto corpo. Até hoje, os estudos de gênero se solidificam através de lutas contra definições de sexo biológico e, em verdade, o gênero, enquanto fenômeno, deve ser compreendido como uma condição social que ultrapassa a separação entre o feminino e o masculino. É dentro dessa perspectiva que conseguimos perceber que a mulher ganha espaço nos estudos de gênero.

Podemos dizer também que gênero é todo um sistema de relações que pode (ou não) incluir o sexo, porém não está atrelado ao sexo, nem mesmo é termo que determina a sexualidade (Scott, 1995). Por isso, existe uma grande necessidade de distinguir os termos sexo e gênero e reconhecer que essas palavras não coadunam com macho x fêmea. Portanto, para além dessa definição de gênero, ou para além do órgão sexual e sua pré-determinação, a subjetividade da sexualidade do sujeito está sobreposta à dominação do corpo; ou seja, feminino necessariamente não pode ser dito como objeto de prazer.

O sexo parte dentro de uma discussão que abrange domínio, o sexual, o poder e a satisfação, que não são necessariamente características do feminino ou da fêmea; neste

sentido, Foucault menciona (1999, p.116-117):

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.

Para Foucault (1999), existe uma discussão sobre sexualidade no sentido de que esse instituto existe para além dos corpos, órgãos, localizações sumárias, prazeres, sistemas anatômicos ou fisiológicos. O sexo possui sua propriedade intrínseca, sendo constituído por formas e maneiras distintas. Para a mulher, pode ser percebido por meio do que entende enquanto comum entre homens e mulheres, e/ou pelas ausências que esses possuem, ou mesmo, dentro dos estudos psicológicos, estaríamos diante do sexo definido pelo biológico e fisiológico; daí, então, estaríamos falando do que a psicanálise vai alocar como instinto e entrelaçamento de funções.

O sexo foi universalmente determinado e definido pelas funções biológicas e fisiológicas, e/ou relacionado à anatomia e à falha. Nesse sentido, existe uma linha que liga as ciências biológicas da reprodução à sexualidade, como se o sexo e o poder fossem linhas de dominação de um sistema reprodutor. Porém, o sexo não é um instituto que irá reproduzir sexualidade ao longo de todo seu contato com o poder. De maneira contrária ao que se entende, o sexo seria especulativo e igualmente mais interior; ele estaria envolto das tendências da sexualidade, sendo posto pelo poder, sendo conceituado à medida em que se sobrepõe ou se organiza nas captações de corpos, forças, energias, sensações e prazeres (Foucault, 1999).

Apesar de todos esses arquétipos, devemos observar a distinção que existe entre gênero e sexo. Nos estudos de Butler (2003), para a autora, essas definições engessadas de que o sexo é natural e o gênero é cultural são bastante genéricas, de modo que indaga: como esse cultural iria definir a condição de gênero?

Assim, Butler (2003) parte de um entendimento social no qual a concepção universal da pessoa se locomove e modifica-se dentro de um grupo. A autora entende que o gênero parte de um constructo histórico-antropológico, que também parte das relações entre os sujeitos e contextos específicos para formar o dito “gênero”.

Portanto, para Butler (2003), o gênero não é visto e construído só no cultural; é uma reunião de atos repetidos em uma estrutura de poder reguladora, que se firma no tempo para

reproduzir uma substância a ser seguida em uma classe natural do ser. Os estudos desta temática desconstroem a aparência rasa do que seria gênero e buscam, dentro desses moldes compulsórios, o que de fato faz o sujeito performar um gênero.

Dentro deste tópico conceitual, é importante elucidar o feminismo como outro marcador essencial que coaduna com as discussões de gênero. Um movimento social que tem como definição a luta constante em prol das mulheres dentro da sociedade, o feminismo atua em uma busca contínua pela solidificação de direitos, de modo que pretende obter acesso à dignidade humana para uma minoria pouco assistida – a mulher.

O feminismo é considerado um movimento de libertação, de busca e conquista de direitos, quais sejam: cidadania, condição humana, dignidade e liberdade para a mulher. Esses direitos conduzem a sujeita à condição de cidadã, fazendo com que essa sujeita usufrua de direitos e deveres enquanto indivíduo. Foi por meio de lutas e reivindicações que as mulheres foram às ruas em busca da implementação/efetivação de normas que viabilizassem o corpo feminino dentro da sociedade enquanto sujeita.

Nessa perspectiva do movimento feminista, que é dividido em ondas, temos que evidenciar o acesso ofertado à mulher, devido ao feminismo e suas revoluções; uma delas foi o voto. A conquista do voto representa não só um passo largo em prol da democracia, mas também uma ruptura do limbo social de um “não-lugar” (Augé, 2012). O voto representa não só um direito à mulher, mas uma concessão de igualdade social. Para Bester (1997, p. 13):

Assim, a extensão do voto para as mulheres significava e significa, ainda hoje, o acesso aos canais de decisão, executivos ou legislativos e, nesses, a fundamental possibilidade de serem tratadas questões femininas, de serem legislados assuntos relativos às mulheres, através da ótica das mulheres, sejam referentes ao direito do trabalho, aos direitos sociais, culturais, da personalidade, de família, reprodutivos etc.

Por outro lado, é importante introduzir a questão do espaço social e suas nuances ocupacionais, qual seja, de que o espaço público se fomenta pela estrutura da esfera privada, trazendo reflexões sobre a organização do lar e da família. Esse entendimento é posto diante de um sistema capitalista que reproduz um patriarcalismo. Logo, é necessário expor que é por meio das relações grupais, de coletivo e de conjunto que os sujeitos performam o sistema vivenciado dentro de pequenos nichos. Assim, trazendo a discussão para o campo dos estudos de gênero, estamos imersos em uma pesquisa que trata acerca da ocupação de espaço da mulher dentro de coletivos significativos, e o gênero é uma barreira que existe socialmente como forma de condicionante ocupacional de espaço para as mulheres. Essas sujeitas saíram

de dentro de seus lares, ruas e bairros, envoltas em um processo machista, para buscar equiparação de direitos no ambiente público (Bester, 1997).

O espaço adquirido pela mulher na sociedade parte de um estudo minucioso sobre o corpo feminino, sobre gênero e sexo, que envolvem as dicotomias entre homens e mulheres. Esses estudos comprovam que as discriminantes sociais nascem dessas distinções biológicas equivocadas. E é por meio do feminismo que as mulheres começam a ultrapassar as barreiras da diferença.

Para melhor conceituação deste estudo, é necessário analisar os marcadores da diferença para, então, destrinchá-los no decorrer da pesquisa. Partindo do que já foi descrito neste tópico, sabemos que esse estudo caminha dentro das discussões de gênero, sexo, feminismo, raça/etnia e classe social. No tocante a essa temática, podemos destacar que a mulher negra sofre um segregacionismo ocupacional devido à sua etnicidade. A discussão racial implica no corpo feminino negro em seu acesso a direitos.

É importante estudar não só a mulher branca, que esteve no local histórico de sujeita à procura de espaço, mas também trazer a mulher negra para a pauta de discussões, lutas e reivindicações. Nesse contexto, buscamos incluir as categorias etnia/raça e classe social como marcadores sociais da diferença fundamentais para compreender o racismo, as violências e desigualdades contra a mulher negra, pois, a partir deles, é possível traçar uma amplitude de conceituações e discussões. Dentro dos diálogos raciais, é necessário primeiro observar o fenômeno da branquitude e seus privilégios. Em verdade, estamos falando de uma tendência social de uma supremacia branca que visa implementar o branqueamento coletivo. Nessa vertente surge o racismo e sua subsunção, devido a ideologias étnico-raciais. De fato, as temáticas raciais encontram respaldo dentro de oligarquias de opressão e violências que restringem os sujeitos devido a uma raça/etnia e classe social.

Existe, em tese, uma divisão de raças; logo, Schwarcz (2024, p. 56-57) define que:

Conceitos retirados do darwinismo social, do evolucionismo e do determinismo racial ajudavam então a explicar, com a força da biologia, o que era, na verdade, efeito da violência da modernidade. Pode-se afirmar, portanto, que é nesse contexto que se dividem grupos sociais como raças; isto é, a biologia ocidental inventa a raça. Segundo Michel Foucault, uma das condições que explicariam o surgimento do racismo seria o “biopoder”, um instrumento de controle político e de regulação econômica, caracterizado por um conjunto de discursos e práticas que fundam e organizam a sociedade burguesa capitalista, criando mecanismos de avaliação oficiais: ela é classificada, vira objeto de pesquisas e censos. Explica o filósofo francês que o racismo surge, assim, no mesmo momento em que o Estado-nação passa a controlar as populações e em que a bandeira da “purificação das” “raças”

vira objeto privilegiado da normalização social. Nesse processo, os discursos médicos e biológicos ganham importância estratégica nas tecnologias do poder, que incluem práticas de vigilância e de punição para a sociedade e tudo o que fosse considerado desvio.

Portanto, foi necessário definir ainda a essencialidade do estudo e das discussões acerca da etnia/raça nesta pesquisa, pois é por meio do diálogo e de reflexões/críticas que surgem os enfrentamentos acerca do racismo. Ora, é dentro dos estudos sobre branquitude e seus privilégios que entendemos a manutenção da segregação racial em um sistema de opressão. Essa ideologia nutre-se devido ao movimento escravista, e, na época da escravidão, propagou o preconceito, a discriminação racial e a ideologia do diferente, pensamentos postos na sociedade até hoje. Daí, então, tem-se a justificativa para a exclusão da mulher negra no mercado, na educação e na política, pois a mulher negra representava e representa ainda hoje o berço do machismo, da misoginia, do autoritarismo e do racismo em uma só persona.

Na verdade, raça é uma classificação que se sobrepõe como definidora de condição social, de classe e de cor da pele; raça condiciona o espaço de trabalho, de ocupação, de moradia, de educação e de saúde. A negritude segrega até mesmo direitos fundamentais e ignora os direitos humanos. A raça é tida como um marcador que foi se consolidando com a colonização e esse sistema de supremacia branca patriarcal. Essa estrutura colocou o negro na servidão e na marginalidade e, historicamente, o negro tornou-se mercadoria. O corpo negro fora considerado como objeto de trabalho/abjeto e esse mesmo corpo foi violentado, estuprado e repellido do todo social, gerando uma subalternização racial (Albernaz; Soares; Lewis, 2009).

É importante conceituar o termo “raça”, que antes tratava-se de um termo utilizado para abordar subdivisões da espécie humana, a qual estaria dividida em continentes/populações, caracterizadas pela particularidade morfológica, tais como cor da pele, formato do nariz ou dos olhos, textura do cabelo. As questões psicológicas também somavam para a definição potencial das raças em civilizações. Esse processo de racismo justificava o tratamento e o estatuto social entre os grupos étnicos. Ocorre que, no século XIX, essa ideia de separação de sujeitos pela condição física e/ou genética por continentes foi sendo superada, à medida que Guimarães instituiu (1999, p. 148):

Ou seja, não existem subdivisões da espécie humana que possam ser, de modo inequívoco, identificadas pela genética e às quais correspondam qualidades físicas, psicológicas, morais e intelectuais distintas. As diferenças morais e intelectuais entre os grupos humanos (populações razoavelmente estáveis, num dado território) só poderiam ser cientificamente explicadas,

portanto, por diferenças culturais. Os conceitos de "população", em biologia, e de "etnia", em ciências sociais, deveriam então substituir o conceito de "raça", ele mesmo transformado, doravante, em tropo para desatualização científica ou racismo, tout court.

Após a virada do século, precisamente no começo do século XX, quando a discussão sobre a casa grande e a senzala entra em voga, temos um processo de mudança na conceituação do termo “raça” pelos cientistas. A percepção social sobre raça passa a caminhar para uma visão dicotômica ligada à cor da pele. Dentro dos estudos de raça e racismo, devemos observar a seguinte definição de Guimarães (1999, p. 149):

Não é de estranhar, portanto, que nas ciências sociais brasileiras o conceito de raça, além de exprimir a ignorância daqueles que o empregavam, denotava também seu racismo. "Raça" passou a significar, entre nós, apenas "garra", "força de vontade" ou "índole", mas quase nunca "subdivisões da espécie humana", as quais passaram a ser designadas, apenas, pela cor da pele das pessoas: branca, parda, preta etc. Cores que vieram a ser consideradas realidades objetivas, concretas e inquestionáveis, sem conotações morais ou intelectuais, as quais — quando existentes — eram reprovadas como "preconceitos".

Ou seja, dentro do estudo de raça conseguimos traçar algumas definições por meio das conceituações de Guimarães (1999). O autor aponta que a “raça” no Brasil advém de um processo de não adesão ao processo anti-racialismo. Essa determinação está vinculada à escravidão da população negra (africana) na época do colonialismo. É nesse momento que esbarramos na tendência de branqueamento de corpos.

Pois bem, é justamente a partir daí que aparece a necessidade de teorizar as "raças" como o que elas são, ou seja, construtos sociais, formas de identidade baseadas numa idéia biológica errônea, mas eficaz, socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Se as raças não existem num sentido estritamente realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, são, contudo, plenamente existentes no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações dos seres humanos (Guimarães, 1999, p. 153).

Portanto, antes mesmo de estudarmos racismo nos tópicos seguintes, o marcador raça deve ser colocado para entendermos que, no Brasil, houve um processo de ascensão de povos. Em verdade, a entrada de diversas nações nas terras brasileiras permitiu a chegada de indivíduos de diferentes origens, formando um país multicontinental. Ocorre que o método de dominação de terras foi marcado pela exploração dos africanos trazidos como objeto de mão de obra. Esse movimento fez com que houvesse uma ordem hierárquica baseada na cor.

Guimarães (1995, p. 34) menciona: “A ‘cor’ passou a ser uma marca de origem, um código cifrado para a ‘raça’”.

Na colonização, houve uma dominação de território, e os sujeitos foram separados pela nação/povo. Ocorre que os africanos foram alocados em um processo de escravidão, e sua função de mão de obra exploratória colocou o corpo negro no local da servidão. Neste seguimento, o corpo negro foi colocado à margem social desde o processo colonial. Elencamos, nessa pesquisa, esses traços históricos da racialização de espaços que se originou na escravidão. Por este motivo, a mulher negra enfrenta barreiras para além do sexismo. A soma da segregação de gênero aliada à raça tende a alocar a mulher negra em uma subalternidade social que lhe retira a condição humana. Os marcadores da diferença tendem a alocar essas sujeitas em um dito não-lugar, como antes explicado.

A ausência da mulher negra no âmbito social pode ser percebida devido às problemáticas raciais postas contra ela; inclusive, tem-se também a ideia de que o corpo da mulher negra é hipersexualizado. Essa percepção posta socialmente coloca a mulher como corpo simbólico e, desse modo, a imagem da mulher negra criada pelos homens brancos é a de um objeto sexual. O homem branco europeu entende que a mulher negra é objeto de serventia, de mão de obra barata, bem como de servidão sexual. Por esse motivo, foi importante buscar uma compreensão sobre a intersecção entre gênero, etnia/raça e classe social, partindo sequencialmente para uma análise da mulher branca e da mulher negra nos espaços e como essas enfrentam violências simbólicas em seus corpos.

Portanto, a partir dessa compreensão, é possível justificar que a pouca ocupação das mulheres na sociedade advém do machismo, autoritarismo e patriarcado, modelos que existem antes mesmo da formação e organização política do Brasil. Na verdade, a sociedade reflete aquilo que vive e prega e, logo, na política não seria diferente: o homem acumula poder e detém a decisão em espaços privados e públicos e, por óbvio, essa logística segue em um nicho macro que é a política organizacional do Estado.

Em resumo, esse estudo destaca os empecilhos que o corpo feminino experimenta, sendo branco ou negro, no âmbito público. É sabido que ambas enfrentam dificuldades no espaço de poder; ocorre que a realidade da mulher negra ultrapassa a segregação de gênero/sexo. Essa sujeita de fenótipo negroide, primeiro, é coisificada e rotulada como abjeto para depois ser percebida enquanto sujeita. O corpo da mulher negra é sinônimo de luta dentro de um sistema sexista racializado.

Não é novidade que, no espaço público, existe de fato uma sub-representação

feminina. As mulheres brancas e negras sofrem com uma desigualdade de gênero patrocinada pelo machismo neste ambiente político. Entretanto, a discriminação de cor atua de maneira mais acentuada sobre o corpo negro, e a mulher negra enfrenta uma menor representação devido à herança colonial que reprime a população negra no espaço de comando, devido ao ideal racial branqueado. Já a mulher branca consegue avançar no campo público devido à herança de uma família monárquica detentora do poder.

Devemos destacar que os regramentos sociais que idealizam a igualdade de gênero ainda não atendem ao conceito ideal de igualdade por serem normas frias, reproduzidas por homens brancos, machistas, racistas e misóginos. A cota de gênero representa um regramento que visa a equidade; entretanto, na prática, sua aplicabilidade é prejudicada por sistemas opressores.

Portanto, a ocupação de cargos por mulheres é fruto de uma luta coletiva que nasce com o feminismo. O movimento busca a concessão de direitos em diversos âmbitos e, nessa direção, o feminismo prega o ideal de igualdade de gênero, igualdade de funções e salários, direito a ter direitos, emancipação política, social e cidadania. Nesse sentido, é preciso buscar conhecer a luta e as conquistas do feminismo e do feminismo negro, em prol de movimentos sociais que atendam à coletividade feminina e ao grupo feminino étnico-racial negro. A ideia é que tanto mulheres brancas quanto mulheres negras ocupem espaço socialmente e façam representações plurais; ou seja, o objetivo dessa pesquisa é evidenciar a necessidade de termos mulheres brancas e negras em espaços de poder/na política.

A representação feminina na política nada mais é do que uma necessidade operacional das mulheres para que obtenham visibilidade e legibilidade como cidadãs. A representação política é uma maneira de obter não só direitos, mas de empoderar a mulher quanto à sua capacidade de ser sujeita, livre de amarras de gênero e raça (Butler, 2018).

Portanto, considerando a importância das questões aqui colocadas sobre conceitos, definições, concepções e categorias fundamentais da pesquisa, subdividimos este tópico em quatro subtópicos, a saber: *2.1.1. Gênero, masculino e feminino: hierarquia de opressão; 2.1.2. Desigualdade de gênero e suas intersecções com etnia e raça; 2.1.3. Subalternização do corpo feminino e, por último, o subtópico 2.1.4. Mulher: patriarcado, machismo, autoritarismo e misoginia.*

2.1.1 Gênero, masculino e feminino: hierarquia de opressão

Para tratar de gênero, masculino e feminino, dentro da hierarquia de opressão promovida pelo patriarcado, foi necessário começar a estudar gênero como uma abordagem diferente do sexo. O sexo possui uma análise ligada ao biológico, uma vez que o gênero emerge de estudos que tratam da construção cultural e de como o sujeito pode performar nuances femininas/masculinas dentro de um corpo feminino/masculino, com implicações sociais que lhe atravessam. Para Butler (2018), o gênero é uma superfície neutra sob a qual a cultura irá agir e ali se transformar.

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (Butler, 2018, p.24).

Na verdade, para Butler (2018), a distinção entre gênero e sexo trata-se de uma descontinuidade radical entre corpos sexuados; o gênero estaria culturalmente construído no meio em que se reproduz. Partindo de uma análise acerca do binarismo, o termo homem não decorre exclusivamente do corpo masculino, assim como mulher não decorre necessariamente da interpretação de corpo feminino. Por esse motivo, podemos também observar que Beauvoir (1980), na obra *O Segundo Sexo*, explicita a seguinte frase: “a gente não nasce mulher, torna-se mulher”.

As primeiras definições de gênero possuem base conceitual na construção do entendimento acerca da segregação de espaço social entre homens e mulheres, e foi por meio da revolução feita na obra de Simone de Beauvoir (1980a, 1980b), *O Segundo Sexo*, apresentada em dois volumes (*O Segundo Sexo – fatos e mito*, vol. 1, e *O Segundo Sexo – experiência vivida*, vol. 2), que a sociedade passou a estudar gênero e sexo de forma dissociativa e segregada.

A partir do discurso sobre essas categorias como fenômenos distintos, passamos aos estudos de Butler (2004), o qual indica, desde logo, que a mulher é protagonista nessas discussões devido à necessidade que as mulheres possuem de terem maior espaço social, visto

que os estudos de gênero, em sua maioria, estão atrelados ao desvínculo do gênero com o órgão sexual. Os estudos de gênero expõem pré-concepções de subordinação biológica anteriormente postas, que justificam o lugar de dominação que fora indicado para a mulher.

Para quebrar os estigmas da inferioridade feminina, Beauvoir (1980) quebra paradigmas ao trazer o corpo feminino e os prazeres desse corpo de maneira sexual, à medida em que aborda o desejo e a sexualidade como condições intrínsecas da sujeita. Portanto, para além disso, os estudos sobre gênero e sexo trouxeram os primeiros diálogos sobre o corpo da mulher, tendo a mulher nesse percurso um maior palco para sua feminilidade, que denota prazeres subjetivos no campo do desejo. Nesse momento, tem-se a quebra do estigma social imposto pelo imaginário social de que o feminino representa reprodução dentro de uma estrutura de dominação.

A partir da compreensão de Simone de Beauvoir (1980a, 1980b), o estudo sobre o sexo vai para além da formação da genitália e da sua funcionalidade biológica. Os prazeres do órgão são compreensões que não se confundem com gênero; essas questões independem do feminino e do masculino, e/ou da definição de feminino e masculino atribuída pelo órgão sexual. Beauvoir (1980a, p. 28) aponta que “é exercendo a atividade sexual que os homens definem os sexos e suas relações, como criam o sentido e o valor de todas as funções que cumprem: mas ela não está necessariamente implicada na natureza do ser humano”.

Na verdade, gênero nada tem a ver com genitália e sua função reprodutora sexual; o gênero surge por meio daquilo que o corpo se aproxima socialmente e representa enquanto ser. Portanto, o conceito de gênero não trata expressivamente sobre a desigualdade entre homem e mulher; o gênero desponta como uma definição do sujeito, como ele se identifica dentro do organismo social através de suas conjunturas intrínsecas e pessoais. Os conceitos de gênero fazem parte de uma categoria histórica e geral, e o sexo faz parte de outra vertente que caminha em um estudo sobre sexualidade.

Por esse motivo, em Beauvoir (1980a) elenca-se a diferença sexual em ações hormonais, ao passo em que a mulher diferencia-se do homem fisiologicamente, seja pelo peso, formação esquelética, morfologia, condição de parto, sua menor força muscular; essas distinções físicas fomentam a tese de inferioridade feminina. O macho, dentro das funções destinadas às atividades com o corpo, possui mais vantagens devido à sua estrutura óssea de maior peso e maior força, que o levam a estar em um local de superioridade.

Vale mencionar que, por meio dessas definições e confusões de conceitos, o homem tende a ocupar uma hierarquia social e toma um local de maior visibilidade, por ser alocado

em local de domínio do corpo tanto no trabalho como sexualmente. Por meio dessa dicotomia dos corpos e da dominação do macho sobre o corpo feminino no âmbito sexual/reprodutivo e do trabalho, o patriarcado nutre-se de concepções discriminatórias e (pre)concepções para manter-se na sociedade. De fato, no passado havia a primazia masculina devido à função do homem em ocupar o território/propriedades, e isso é instituído por escritos da época e por histórias que são disseminadas pelo povo (Saffioti, 2015).

Por esse motivo, os mecanismos de poder que reproduzem um sistema polarizado patrocinam o movimento de segregação entre o masculino e o feminino desde o biológico até a organização estrutural do Estado; há uma diferença de lugar ocupado pelo macho e pela fêmea. Os homens empregam o poder de dominação, comando e autoridade; já a mulher encontra-se no papel de sujeição, obediência e subalternização. De maneira implícita, existem espaços que determinam o que é ser homem e ser mulher, ser menino e ser menina e o que deve/pode ou não fazer/sentir, a mulher e o homem.

Devido a essa formação dicotômica social que divide homens e mulheres em macho e fêmea, houve a necessidade de estudar as definições de gênero e sexo como fenômenos distintos. A partir desse movimento de distinção, as feministas começaram a usar a palavra gênero em 1970. O termo possibilitou ampla discussão sobre a ascensão feminina no âmbito social. Dessa forma, o estudo do gênero trouxe a necessidade de desprender a mulher daquela formação objetiva biológica, levando em consideração as relações sociais para só então determinar o gênero do sujeito.

A propagação do uso do termo gênero proporcionou a quebra do determinismo biológico; nesta fase, a relação entre a condição sexual como indicativo de gênero foi rompida. Depois dos estudos de gênero, passou-se a condicionar o gênero por meio da formação social. É importante explicitar que a mulher está dentro dessa discussão de gênero, muito devido à inferioridade atribuída a esse corpo. Essa condição adveio da distinção física que a fez/faz ser submissa ao domínio do corpo masculino, que possui, em tese, maior força e um viés de dominação do mais fraco.

Foi a partir das questões que envolvem gênero que a mulher, enquanto sujeita, começou a ser discutida dentro de estruturas performáticas, de modo que o seu performar possibilitaria o acesso ao mercado de trabalho, à educação, à igualdade de direitos, ao exercício da cidadania, pois essa condição de gênero ligada ao social tende a reprimir a função exclusiva doméstica imbuída à mulher. Com os estudos de gênero, o foco dos corpos passou a ser suas formações através do desenvolvimento de grupos sociais.

Com efeito, para Scott (2012), o gênero foi utilizado como um termo; já para os sociólogos, o gênero nada mais é do que uma forma de designar o reconhecimento social dos indivíduos, sendo o reflexo de uma atribuição de identidade sexuada pelos outros. Alguns sociólogos apontam que o termo também é usado para determinar a descrição oferecida pelos indivíduos sobre si mesmos. Em resumo, entende-se que as discussões de gênero tendem a recusar a ideia de que a anatomia da mulher traça seu destino. Scott (2012) aponta que os papéis sociais destinados às mulheres são convenções sociais e não determinações biológicas.

Nos primeiros movimentos feministas, buscou-se estudar o motivo que leva o gênero a ser usado como uma construção social; ou seja, a ideia do feminismo é analisar as relações de homens e mulheres em desigualdades frente a cenários distantes. É importante mencionar que o gênero, em primeiro momento, foi aplicado a todos, devido a um sistema de organização social que se fundamenta pela rotulação sexual do corpo, partindo desta perspectiva de que gênero faz menção a uma categoria que separa os sujeitos pelo sexo. Scott (2012, p. 333) afirma que:

Gênero era sobre mulheres e homens, sobre como os traços atribuídos para cada sexo justificavam os diferentes tratamentos que cada um recebia, como eles naturalizavam o que era fato social, econômico e desigualdades políticas, como eles condensavam variedades da feminilidade e masculinidade em um sistema binário, hierarquicamente arranjado.

Por isso, é fundamental compreender algumas questões que se relacionam às concepções de gênero. Por exemplo, antes, a distinção sexual potencializava uma formulação de gênero a ser seguida, na qual o corpo, em tese, caminharia para o respectivo nicho que lhe aproxima biologicamente. Ora, se o sujeito nasce com uma genitália masculina, em tese, este caminharia para o gênero masculino, assim como o sujeito que nasce com a genitália feminina adentraria o gênero feminino. Porém, o estudo do gênero surge para romper esse estigma e analisar o gênero como uma performance social que o corpo traduz.

Por esse motivo, nesta pesquisa, as conceituações de gênero e sexo emergem com um nível de essencialidade necessária para buscar uma compreensão científico-social sobre as condicionantes que a mulher enfrenta socialmente e biologicamente. Na realidade, para entender os institutos que promovem a distinção entre os sujeitos na sociedade patriarcal e sexista, primeiro devemos compreender os locais que o corpo ocupa.

De fato, o sexo representa aquilo que se encontra na superficialidade do sujeito, no corpo e seus prazeres, diferença anatômica; já o gênero fica dentro de um espaço social de

representatividade e subjetividade. Ora, gênero seria uma categoria social para a atribuição de corpos sexuados; o homem/mulher podem ter um órgão sexual feminino/masculino e não ter necessariamente o gênero correspondente ao seu sexo.

Enquanto não podemos exatamente separar nossos corpos de nós mesmos, nós podemos cogitar a ideia de que corpos não são o suficiente para providenciar uma segura definição de identidade, papéis e orientação sexual. A ideia mais radical de entendimento de gênero é sobre a concepção de várias definições de homem/mulher, masculino/feminino, na sua complexidade e instabilidade. É sobre as lutas para manter os significados no lugar (impor e fazer cumprir as normas) e lutas para resistir ou derrubá-los. É sobre os interesses que motivam essas lutas, as apostas e os apostadores. Seu alcance se estende para além das mulheres e homens, masculino e feminino chegando às grandes estruturas e processos (tal como capitalismo e nacionalismo) nos quais e pelos quais relações sociais são formadas e fronteiras políticas patrulhadas. Nesta perspectiva, gênero nos lembra que não há representação inequívoca das mulheres, que isto sempre é uma questão de política (SCOTT, p. 337, 2012).

Para melhor compreensão desses institutos e suas ramificações no bojo da sociedade, podemos observar que, historicamente, desde a formação da sociedade, a mulher esteve destinada a prover vida devido à sua condição primária de gerar e parir. Já o papel do homem esteve atrelado à demarcação social do território, com a dominação de espaços. O homem detinha maiores habilidades para o trabalho no campo, para fornecer a subsistência de suas famílias, compostas por ele, pela mulher e pelos filhos. Assim, o homem, em tese, esteve na base da família como o responsável pelo sustento do lar.

Dentro dessa perspectiva de formação social, podemos estudar o que Bourdieu (2012) entende por esse movimento de dominação do macho. Em verdade, a dominação masculina foi inserida na sociedade de forma inconsciente e, de fato, o primeiro fator que suscita a separação de espaço entre mulher e homem é a biologia dos dois gêneros, sistema de aparência “natural” que é apontado como diferença da natureza: o homem na caça e a mulher em casa; o homem no espaço público, da rua, e a mulher no espaço privado, no âmbito doméstico, da casa.

Assim, Bourdieu (2012, p. 31) aponta:

Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo — o desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada, ou mesmo, em última

instância, como reconhecimento erotizado da dominação.

Os dominados cedem à dominação imposta pelos dominadores devido a uma condição natural. Dentro desse contexto, os corpos dominados acabam por desenvolver uma autodepreciação, uma desvalorização e consequente aceitação. Esse instituto da dominação seria algo similar a uma violência simbólica, como se o dominado não pudesse abandonar o círculo de dominação devido a uma falsa ideia de ordem natural. Essa ideologia de corpos, diante desse processo, tende a fabricar um habitus social (Bourdieu, 2012).

Conforme Giffin (1994), o primeiro fator de diferença entre os gêneros é visto no corpo; a diferença biológica entre os sexos ou a diferença anatômica é a primeira justificativa para a distinção social construída no imaginário dos sujeitos. Ocorre que, com as ciências sociais, a classificação do gênero em sexos diferentes é rompida por movimentos que atuam frente à classificação do gênero como uma construção social. Para exemplificar esse conceito de gênero vinculado ao biológico, podemos apontar a religiosidade: a religião prega a reprodução feminina como obrigação daquele corpo, como algo altruísta, ligado ao biológico; entretanto, as ciências sociais rompem com essa barreira biológica.

Devido a essa segregação de espaço movida pelo biológico, o homem esteve vinculado à chefia do lar devido às suas atividades basilares de caça, tomada de território, conquista de pecúnia e outras atividades de força que mantiveram o homem no exercício do poder da família. O exercício de atividades que levam o homem ao poder de uma família reflete necessariamente um papel de domínio do espaço de trabalho.

Engels (1984) indica que o espaço de trabalho foi ocupado por homens, como uma tradução da condução masculina da fonte de renda e subsistência da família. Podemos mencionar que, na formação da família, temos a figura masculina como mantenedora financeira do lar. Neste viés, a mulher ocupante do espaço doméstico tende a laborar no ambiente doméstico e concebe a criação dos filhos, mantendo os cuidados com a casa; portanto, essa sujeita fica envolta em um papel de servidão do marido.

Para Engels (1984, p. 235):

As ferramentas de produção foram fabricadas e possuídas por ele. Os rebanhos eram as novas ferramentas de produção, e domar e cuidar deles era obra dele. Consequentemente, ele possuía o gado e as mercadorias e escravos obtidos em troca deles. Todo o excedente ora resultante da produção cabia ao homem. A mulher compartilhava de sua fruição, mas não podia reivindicar sua propriedade.

Dentro dessas concepções de poder masculino sobre a família, temos a propriedade e o Estado enquanto definições diluídas nessa formação. Apesar desta estrutura ter sofrido mudanças ao longo dos séculos, não podemos deixar esvaziar as discussões e lutas constantes para o extermínio do poder do macho. O patriarcado e seus aliados mantêm-se nos espaços sociais, ditando normas devido ao seu enraizamento cultural na família, na propriedade e no Estado. Contudo, podemos observar que existem maneiras de combater a dominação masculina repleta de antifeminismo; é por meio de lutas em prol da igualdade entre os sujeitos homens e mulheres que o patriarcado vem sendo combatido.

É sabido que, com um movimento reflexo e plural, o público reflete a estrutura do espaço privado e coloca esse homem, que é visto como chefe da família, no ambiente público como chefe de governo e de Estado. O propriamente dito “macho” é tido como o sujeito de maior poder. Dentro dessas definições que conduziam o homem ao centro das organizações particulares (família) e públicas (Estado), as ondas de movimento feminista colocam a mulher em um papel ativo de resistência. O rompimento com o campo doméstico e a ascensão ao espaço de trabalho representam a luta em prol do direito das mulheres. Esses atos, que buscam a equiparação de espaço aos gêneros e o acesso livre da mulher ao trabalho e ao âmbito de poder, são instituídos no feminismo e em ativismos plurais.

De forma histórica, temos que, na industrialização, as atividades de maior produção começam a ser notadas de forma singela. As pequenas atividades manuais, de maquinário e operação fabril começam a sofrer uma leve inserção feminina, ainda que como mão de obra barata, devido à necessidade de maior quantitativo de pessoas. Esse movimento permite uma análise da onda de adesão da mulher ao trabalho extra lar. Essa ascensão da mulher em também ir em busca do trabalho operário demonstra uma capacitação feminina nunca antes percebida; porém, nasce aí a problemática do local de exploração dessa mão de obra e da sua permanência em um local de subalternidade.

Por fim, como explica Saffioti (2013), apesar dessa aparição nas atividades operárias, a manufatura ainda estava regida pelo patriarcado, no qual o marido detinha o poder sobre aquela sujeita que ocupava locais apenas destinados ao lar. Naquela época, o processo de retirada dessa sujeita desses espaços/lugares era regado por muita luta e embate para sua adesão à sociedade:

As análises que deploram o fato de a mulher necessitar desenvolver atividade remunerada iludem, na verdade, o problema central, deixando de examinar o modo próprio de alienação de cada tipo estrutural como fator essencial da integração dos indivíduos na sua sociedade. A análise não pode, pois,

centrar-se apenas no trabalho feminino como a atividade-meio que permite à mulher obter os meios de subsistência de que necessita. Este constitui tão somente um aspecto da questão e, de nenhum modo, deplorável. Necessário se faz ultrapassá-lo, examinando o grau de exploração de que é alvo o trabalho feminino enquanto atividade exercida por um contingente humano subvalorizado sob vários aspectos; e, sobretudo, as implicações, quer no nível da personalidade feminina, quer no nível da organização e da estrutura da sociedade, do não trabalho remunerado da mulher, isto é, de sua marginalização do sistema produtivo de bens e serviços (SAFFIOTI, 2013, p.68).

A partir dessa compreensão, buscamos, no próximo subtópico, apresentar uma discussão sobre *desigualdade de gênero e suas intersecções com raça/etnia* e classe social, falando das práticas patriarcais, autoritárias e da dominação masculina, dentro das relações sociais, como se emprega o poder do macho sobre a mulher.

2.1.2 Desigualdade de gênero e suas intersecções com raça/etnia e classe social

O termo desigualdade é complexo, difuso, plural e de difícil definição; porém, tratamos aqui de uma vertente social que surge junto com os seguintes marcadores: classe social, segregação de funções, disparidade de raça, etnia e questões de gênero. Ora, para falar em desigualdade, precisamos primeiro falar de indivíduo e formação social, como os sujeitos se aproximam em nichos dentro de suas igualdades e como se distinguem entre si.

Assim, tal interpretação é legitimada pela Constituição para que os indivíduos sejam tratados com justiça e, para isso, esses precisam inicialmente ter grupos de pertencimento e similaridade (Scott, 2005), como o mesmo explica Scott:

O problema tem sido que “o indivíduo”, apesar de todas as suas possibilidades de inclusão, tem sido concebido em termos singulares e sido representado tipicamente como homem branco. Para qualificar-se como indivíduo, uma pessoa tem de demonstrar alguma semelhança com essa figura singular. (A história dos direitos civis e dos direitos das mulheres envolveu o argumento sobre o que essa semelhança significaria.) A dificuldade aqui tem sido a de que a abstração do conceito de indivíduo mascara a particularidade da sua figuração. Somente aqueles que não se assemelham ao indivíduo normativo têm sido considerados diferentes (SCOTT, 2005, p. 24).

Para conceituar desigualdade, conseguimos, em primeiro momento, demonstrar que existe um contraste pré-existente entre o que seria igual e o que seria diferente. Dentro desta

perspectiva, observa-se que, em um conjunto de pessoas, existe uma tendência humana em agrupar os indivíduos pelas semelhanças. Para essa coesão, consideramos aspectos sexuais, profissionais, étnicos, de gênero e outros para reunir ou repelir esses sujeitos como iguais ou como diferentes. Nesse sentido, temos a chamada “ordem dos contrários” dentro das definições de igualdade e diferença (Barros, 2019).

Neste seguimento, podemos elencar que, entre igualdade e desigualdade, existe um contraponto de circunstância, associada a uma forma de tratamento; por vezes, essa circunstância é política ou depende de situação social. O tratamento com igualdade ou desigualdade é posto quando há dois ou mais sujeitos com aspectos e direitos específicos, a quem sejam concedidos privilégios ou restrições, a depender de suas características que envolvem sexo, gênero, profissão e etnia (Barros, 2019).

Ora, a desigualdade que tece discriminação de gênero, etnia/raça e classe social é fruto da colonização portuguesa, que trouxe o homem branco colonizador como a figura de dominação e comando/poder. Essa figura masculina emerge no cenário colonial, no primeiro momento, para aplicar seu conhecimento. Ou seja, na realidade, a colonização europeia tende a ser um movimento de apropriação de território, corpos e cultura. O Brasil foi um país explorado pela coroa portuguesa de forma clara; os indígenas foram escravizados e houve uma oferta política de “troca” que prometia a aquisição de terras e iguarias em troca de objetos e da falsa ideia de repasse de cultura. Nesse movimento empregou-se um movimento de branquitude, a ideia de brancura e de branqueamento no ambiente social brasileiro, que foi o primeiro demonstrativo da criação da desigualdade do povo originário para com os colonizadores.

Nesse sentido, começamos brevemente a estudar os primeiros pontos da desigualdade posta nesta pesquisa. Primeiramente, destacamos o termo gênero como uma discriminação ocupacional de lugar/espço que segrega homem e mulher em uma falsa ideia de condição biológica.

Na prática, a desigualdade contra a mulher surge na análise de gênero, partindo de uma premissa capacitista, sexista, machista, autoritária e patriarcal, que demarca a segregação sofrida pela mulher nos cargos/funções, levando-a à categoria de diferença e comparativo frente ao macho. A própria questão advertida nos sexos biológicos trata de distinguir os sujeitos entre fêmea e macho e, de fato, de maneira equivocada, as pessoas assimilam sexo ao gênero, questão anteriormente esclarecida nesta dissertação. Entretanto, é válido evidenciar que a primeira percepção social de desigualdade de gênero é lida pelo sexo e pelo fenótipo

(Saffioti, 1987).

Sendo assim, o comparativo do corpo é um dos primeiros pontos de discriminação ocupacional enfrentada pelo gênero. A mulher pouco ocupa cargos de trabalho devido à sua historicidade ligada ao fazer manual ou doméstico. Para a mulher conquistar espaço na sociedade fora do espaço doméstico, foi através do artesanato ou mesmo por atividades intimistas que não a traziam ao exterior social, para só depois adentrar ao processo de atividades fabris. Desse modo, a desigualdade de gênero parte muito de uma questão física, na qual a inferioridade feminina surge e acaba por ser uma verdade absoluta que as próprias mulheres, mesmo ocupando funções de força, levam-se a acreditar que sua condição física é menor do que a masculina. Logo, no mercado de trabalho, essa condição emerge de maneira histórica, desde a formação social e a demarcação de terras, como aponta Saffioti:

Não é difícil observar que homens e mulheres não ocupam posições iguais na sociedade brasileira. Embora este fenômeno não seja exclusivo do Brasil, é sobre esta nação, fundamentalmente, que incidirá a análise aqui desenvolvida. A identidade social da mulher, assim como a do homem, e construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem (SAFFIOTI, 1987, p. 8).

A desigualdade de gênero parte das próprias condições sexuais que se confundem com gênero. O fato de prover vida torna a mulher um ser mais apto a gerar a prole e lhe retira a função social de trabalho. Por esse motivo, as mulheres tendem a vivenciar a maternidade e evadir o mercado de trabalho, devido à iminência de uma dupla jornada que a objetifica e a questiona em todos os aspectos maternos e trabalhistas. Adiante, também serão postas as questões do patriarcado e suas composições de domínio sobre a mulher, dentro de uma sociedade machista, autoritária e misógina, fenômenos que tomam destaque e contribuem melhor para a compreensão dessa questão. Pois, é através de um olhar criterioso sobre a impossibilidade do exercício de uma dupla atividade que a mulher foi condicionada a não extrapolar o âmbito público. A sociedade patrocina a continuidade dessas classificações devido a uma condição social da mulher, na qual a mesma se encontra em posição de sujeita dominada, subordinada/subalternizada.

Por outro lado, a desigualdade de etnia/raça e classe social traz outras questões também postas, que historicamente reproduzem a colonização branca sobre os corpos negros, que foram discriminados e violados. A exploração do corpo negro foi similar a um processo

animalesco durante a época da escravidão. A população negra foi mercadoria de troca e objeto de trabalho braçal pelo homem branco europeu, que dominou a ocupação das terras brasileiras na formação da sociedade. Ou seja, o corpo negro foi estuprado e manipulado. Nessa discussão sobre a desigualdade étnica, existem marcadores de violências plurais.

Sobre o sistema escravista e o processo de desigualdade racial, Barros (2018, p. 13) aponta:

A estratificação social no Brasil Colonial fundou-se no deslocamento imaginário da noção desigualadora de escravo para uma coordenada de contrários fundada sob a perspectiva da diferença entre homens livres e escravos. Nessa perspectiva, passa-se a considerar que um indivíduo não está escravo, ele é escravo. Essa desigualdade radical que é a escravidão — um fenômeno conhecido desde a Antiguidade, mas com características distintas — via-se no período moderno transformada em diferença pelo sistema escravista atlântico. Tornada diferença aos olhos do sistema escravocrata, a escravidão era levada também a se entremear com outras diferenças, igualmente construídas historicamente. “Negro”, “africano” e “escravo” passavam a constituir um único novelo de diferenças na lógica do escravismo colonial moderno.

A partir daí, tem-se que a desigualdade de etnia/raça e classe emerge da história perversa da colonização branca europeia, heterossexual, católica e patriarcal, como um fenômeno que alocou o africano negro e a africana negra, aqui escravizados, como servos, e essa posição do negro/a o/a coloca como não sujeito. Nessa perspectiva, podemos mencionar que a desigualdade racial advém das questões que abordam raça e racialização. Dentro desse estudo, que será brevemente desenvolvido adiante, percebemos que aqueles que se distanciam/diferenciam devido aos seus grupos, através de fenótipos e/ou pelas características biológicas, psicológicas, físicas e sociais, se agrupam pelas semelhanças e tendem a formar um estigma frente ao diferente; a partir daí, a desigualdade racial é posta.

Nesse viés, a brancura, dentro desse sistema, idealiza a desigualdade racial não só pela cor, mas pelo fenótipo, pela herança africana de um povo escravizado e até mesmo explorado. Devido ao seu menor domínio social e distanciamento do poder, temos um processo de desigualdade racial visto dentro das classes sociais, que tendem a ter um quantitativo negro nas linhas da pobreza, enfrentando o papel de servidão. Ora, justamente devido à desigualdade de raça/etnia é que a desigualdade social emerge. Ou seja, a desigualdade racial é formada e moldada por meio da soma das diferenças de grupos dominantes e dominados.

Por essa abordagem, podemos evidenciar o racismo estrutural vivenciado dentro do sistema organizacional do Estado. Esse fenômeno nasce por meio de suas manifestações e

pela sua forma nítida de segregar sujeitos e grupos. A sociedade, de forma geral, promoveu um ideal branco que tem maior percentual de categorização de espaços do que a democracia propriamente dita (Gonzales, 1984).

A desigualdade de raça sempre existiu na sociedade, sendo patrocinada pela branquitude. A ideia era/é de que os brancos possuem maior poder e domínio territorial devido à sua posição de senhores/senhoras; portanto, com o controle social, a branquitude domina os espaços, fomentando a desigualdade racial. Essa ideologia é, no mínimo, perversa.

Por esse motivo, nutrimos a essencialidade do estudo sobre as questões de raça/etnia e classe social como uma construção fundamental para entender as dificuldades enfrentadas, especialmente pela mulher negra, no acesso ao espaço de poder/da política. Sem dúvida, o processo de retirada e extermínio de características da população negra da construção da sociedade brasileira nasce devido a um determinismo cultural que aprisionou o corpo negro e tende a fomentar a discriminação ao dito diferente.

Vale indicar que esse corpo negro, além de ser explorado sexualmente como objeto de satisfação pela branquitude, era o mesmo corpo objeto de serviência e oferta de mão de obra doméstica dentro das casas grandes. Especialmente a mulher: a mulher negra é vítima de uma desigualdade plural. Podemos indicar que, para a igualdade alcançar a mulher negra, tem-se um processo ainda mais distante, talvez inalcançável; a ausência da posição de sujeita e a condicionante do corpo negro impedem a equiparação de direitos frente a uma cultura franqueada pela brancura:

O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. Nas palavras de um acadêmico, "a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa" .A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias (DAVIS, 2016, p. 24).

Para a mulher negra, a desigualdade racial perpassa o gênero e a raça; estas eram/são incrivelmente vulneráveis, estando diante de uma desigualdade que enfrentam enquanto mulher e enquanto corpo negro, ou mesmo como corpo de dominação e exploração. É importante mencionar que o estupro de mulheres negras durante a escravidão tratava-se de uma expressão do homem branco colonizador para impor seu domínio econômico de

proprietário e de controle sobre as mulheres escravizadas (Davis, 2016). Neste sentido, Gonzales (1984, p. 228) esclarece:

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas.

A mulher negra, enquanto empregada doméstica, representa não só a subalternidade da mulher, que foi/é alocada como objeto de servidão. Isto representa um processo de desigualdade racial/ocupacional, pois a mulher negra encontra-se na servidão da branquitude. Ser mulher negra dentro do organismo social representa a subclasse (Davis, 2016).

Por esse motivo, é importante estudar, de forma macro, nesta pesquisa, que a mulher negra sofre violências que não são vistas no corpo branco. A domesticação do corpo negro é colocada como uma servidão de mão de obra. A inferioridade de função da mulher negra é um fato que advém do enraizamento cultural racista; essa mulher negra, estudada nesta dissertação, sofre ainda com a exploração sexual.

Por fim, podemos dizer que a mulher negra é uma das principais vítimas de preconceitos e discriminação na sociedade brasileira e em todo o mundo. A interseccionalidade de gênero e raça soma ideais de objeto social coisificado e, por muito tempo, foram realizados estudos em separado, de forma excludente. Porém, a intersecção das condicionantes permitiu a formação lógica de como o mecanismo opressor se mantém de pé até hoje (Akotirene, 2019).

Para aprofundar conhecimentos sobre essa realidade vivida pela mulher, destacando-se a distinção de subalternidade do corpo da mulher branca para o corpo da mulher negra, consideramos a importância de tecer discussões e reflexões sobre *2.1.3 Subalternização do corpo feminino*.

2.1.3 Subalternização do corpo feminino

É válido elucidar que a síndrome da inferioridade feminina advém de um conjunto de situações postas socialmente. Na verdade, a questão biológica tem influência na diferença de ocupação do espaço de trabalho pela mulher.

A formação social colonial apontava o homem como a base da pirâmide e, nesse sentido, é possível analisar a questão do corpo e seu lugar ocupacional na sociedade sob a perspectiva do autoritarismo e do patriarcado. O primeiro fator que observamos ao abordar temas ligados a discriminantes sociais que afastam a mulher do meio social são as impressões do corpo.

Ao falar de corpo, as discussões acerca do sexo e do gênero são reflexos de um questionamento que emerge da conceituação do homem e da mulher dentro de categorias biológicas, criando uma classificação do indivíduo que se distingue pela fisiologia. Essa distinção é atrelada ao corpo, que reflete no sexo e, em tese, nas concepções de gênero.

Entretanto, na verdade, ao falarmos de corpo estamos imersos em marcadores simbólicos que evidenciam as questões relacionadas a gênero, sendo que o marcador gênero desponta com determinadas configurações e nuances comportamentais subjetivas que auxiliam na demarcação do espaço que o corpo ocupa e/ou deve/pode ocupar no âmbito social.

Assim, partindo dessa premissa, é importante analisar o que Michel Foucault (1999) conceitua, tendo em vista que as relações político-sociais envolvem uma produção de discurso. O autor, em seus estudos, traz noções do processo de gênero que foram construídas historicamente pela produção do discurso. Sem dúvida, o marcador de gênero coaduna com a expressão corporal e influencia na demarcação do espaço que o corpo ocupa nos espaços e interações sociais.

As categorias sexo e gênero, como antes já elencado, caminham em vertentes separadas. Estes, apesar de serem institutos distintos, caminham no mesmo campo discursivo, como explica Michel Foucault (1999). No pensamento foucaultiano, as relações político-sociais envolvem a produção do discurso e, na História da Sexualidade, o autor mostra que as noções do processo de gênero são construídas historicamente pela produção do discurso. Nesse sentido, Foucault (1999, p. 28-29) lembra que:

[...] para um discurso onde a conduta sexual da população é tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção; passa-se das

teses maciçamente populacionistas da época mercantilista, às tentativas de regulação mais finas e bem calculadas, que oscilarão, segundo os objetivos e as urgências, em direção natalista ou antinatalista. Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico. [...] Os racismos dos séculos XIX e XX encontrarão nelas alguns de seus pontos de fixação. Que o Estado saiba o que se passa com o sexo dos cidadãos e o uso que dele fazem e, também, que cada um seja capaz de controlar sua prática. Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injeções o investiram.

Dessa forma, partindo dos estudos de Foucault (1995), o corpo é uma superfície apta a receber acontecimentos. Ora, biologicamente, é um lugar de representação da fisiologia humana, que carrega o metabolismo e o sistema humano; portanto, seria o corpo a base da existência do ser. Porém, nas ciências sociais, o corpo tem relação com poder e política. Essas relações investem, marcam, dirigem e conduzem o corpo; é como uma força de produção social em que o corpo é investigado por relações de poder e de dominação. Inclusive, só se encontra preso no trabalho o corpo que é dominado e que é objeto de sujeição.

Partindo de concepções globais de que o corpo é sociologicamente objeto de reprodução do meio em que se encontra inserido, temos a conexão do corpo com o gênero. Nessa discussão, dentro deste estudo, o corpo feminino é o protagonista da pesquisa. Dessa forma, o corpo da mulher enfrenta uma tendência que a inferioriza pelo biológico, que a condiciona e a capacita devido à sua função pré-estabelecida pela ordem patriarcal, na qual a mulher deve permanecer no lugar devido à sua condição de materno.

Entretanto, apesar de ter alcançado os direitos que a definem como cidadã e ter conquistado acesso ao coletivo social enquanto sujeita, o corpo feminino ainda tem grandes dificuldades para ser inserido socialmente. Dentro do ambiente público, por exemplo, o acesso é dificultado devido à herança estereotipada do corpo da mulher ligado aos afazeres domésticos (privado).

Além disso, por muito tempo, o corpo feminino trouxe um desejo sexual que reproduzia muito a posição da mulher como objeto de satisfação sexual. Essa configuração do sexual também a coloca como submissa; sua submissão dentro das questões sexuais parte da condição de dominação do sexo pelo macho, que a todo momento impõe a superioridade masculina.

Entre os espaços sociais em que se apresenta, nas artes o corpo feminino é reconhecido como objeto do olhar e do desejo (aspectos que logo se tornam

alvo das campanhas publicitárias), mas aparece calado devido ao pudor que lhe é exigido como marca de feminilidade. De acordo com Perrot, esse silêncio permeia a função anônima e impessoal da reprodução, bem como a reprovação do prazer sexual, que através dessas práticas sociais constitui a ‘frigidez’ feminina. Esse silêncio oprimente é reforçado pelo discurso médico no que se refere às doenças das mulheres (sempre consideradas eternas doentes) e ao seu restrito papel familiar (MATOS, 2004, p.243).

Podemos, assim, elucidar que, por muito tempo, o corpo feminino representava um desejo animalesco do sexual. Essa questão reflete muito sobre a posição da mulher como objeto de satisfação do homem, ligando esse corpo feminino ao sexo. Na realidade, esse entendimento permite que a mulher se perceba no lugar de produção do prazer masculino.

Partindo para uma vertente com ramificações conceituais, encontra-se, ao lado do ideal, aquilo que seria o oculto do corpo feminino: a questão do corpo como reprodução do divino. Dentro de um viés teleológico, a mulher é um ser que possui a máxima divina de gerar vida. Então, estamos diante de duas funções pré-estabelecidas frente ao corpo da mulher, que são a reprodução da vida e a satisfação. O órgão reprodutor feminino é um dos primeiros fatores que deve ser analisado quando tratamos das questões do corpo. Esse entendimento patrocina a ideia de que a mulher e seu corpo estiveram primeiramente em um lugar de produção do prazer para o homem e, com o auxílio das crenças religiosas, o corpo é o abrigo da formação de novas vidas. Temos, portanto, uma dupla violência que se observa ao analisar o corpo feminino: primeiro, a exploração sexual e o domínio corpóreo, similar a um objeto de satisfação sexual; e, segundo, o mito da maternidade como função social (Tilio et al., 2021).

Com apoio da concepção de Hannah Arendt (2001) sobre o corpo da mulher, Santos, Neves e Reis (2020, p. 155) afirmam que:

Esse corpo é condicionado à fertilidade pela sociedade. Temos esse fator naturalizado socialmente, onde o corpo feminino está submetido a ótica de corpo sem corporeidade, ou seja, um corpo visto como objeto, algo pronto, doutrinado, exposto, sem o direito de falar, viver e se expressar, de maneira que a mulher fica presa as ordens impostas, demonstrando assim um corpo submisso e sem direito de afeto. Esse padrão é perpassado pela lógica de poder e caso a mulher desvie é excluída da sociedade.

Dentro de uma perspectiva doméstica e familiar, a mulher ocupa o lugar de mantenedora da proliferação da espécie, enquanto o homem mantém o sustento do lar com o alimento e as necessidades básicas. A mulher está posta para dentro da unidade familiar, atendendo às necessidades da instituição e da proliferação da criação humana Arendt (2001).

Em uma perspectiva de entendimento e formação da esfera pública, temos a ideia de

que o público nasce às custas da esfera privada (família), e, de fato, o público surge nos moldes da formação do lar. Nessa perspectiva, o labor da mulher estava ligado à função materna, qual seja, na manutenção da espécie humana. Já o homem, por estar ligado ao trabalho extra lar, estaria na atividade pública. Houve, portanto, uma continuidade dessa logística sistêmica; por isso, o corpo feminino foi dominado no âmbito público, pois, no privado, fora objeto de sujeição Arendt (2001).

De maneira histórica, podemos apontar que o corpo feminino é o primeiro território a ser colonizado pelo colonizador, homem branco europeu. Na verdade, a dita vulnerabilidade feminina é percebida pelo homem devido ao processo de dominação-subordinação de corpos e da sexualidade tomada como prazer. A dominação de corpos femininos tende a alavancar o sistema patriarcal, e a exploração das mulheres torna-se um ato empregado como forma do macho obter controle social. Esse processo de poder sobre as mulheres é denominado contrato social e sexual, ao tempo em que a dominação masculina sobre a mulher na sociedade é herança de um determinismo biológico que refletiu teorias de inferioridade (Santos; Neves; Reis, 2020):

O corpo feminino pode ser pensado como o primeiro “território” a ser conquistado e ocupado pelo colonizador (homem, branco, cristão, europeu e heterossexual). Nas mais diversas situações de conflitualidades violentas, a vulnerabilidade do corpo feminino é acentuada: desde as conquistas coloniais, às guerras civis e interestatais, às ocupações e intervenções militares. Imperialismo, colonialismo e guerras foram, em geral, empreitadas masculinas e masculinizadas. Nesses contextos, a violação do corpo feminino por homens colonizadores, militarizados ou armados, do lado “amigo” ao “inimigo”, repete-se histórica e violentamente. Na disciplina das Relações Internacionais, a perspectiva feminista, iniciada desde o final dos anos 1980, justifica-se neste tipo de ocorrência (BALLESTRIN, 2017, p.1038).

Ocorre que, além dessa discussão sobre a inferioridade do corpo feminino dentro da sociedade, precisamos fazer um recorte específico ao tratar de corpos femininos negros. Nos estudos sobre a mulher negra, percebe-se uma objetificação do corpo, que caminha em uma categoria ainda mais violentada, com base no que já indicamos nesta pesquisa. O corpo da mulher negra é marcado por um sexismo e racismo que são marcadores socialmente significativos. A violência contra esse corpo é reproduzida por meio do colonizador branco. O corpo da mulher negra foi, em primeiro plano durante a escravidão e colonização portuguesa, violentado, explorado e hipersexualizado. Nesse sentido, Triles (2021, p. 97) lembra que:

A hipersexualização dos corpos femininos faz com que, na maior parte das vezes, sejam corpos que estão mais expostos ao olhar patriarcal, sobretudo quando se trata de corpos negros. Isso acontece devido ao processo que, desde a colonização, destituiu simbolicamente e fisicamente os corpos negros de sua humanidade mais basal, conseqüentemente tornando-os corpos objetificados e hipersexualizados. Então, aquele que vê, analisa e deseja algo/alguém se encontra em uma posição dominante que ativamente exerce uma ação, enquanto quem é visto e desejado não escolhe sofrer um processo objetificador pelo olhar do outro.

Como também, é importante lembrar, conforme discutimos no tópico anterior, que a tônica escravista alocou a mulher negra em duas categorias: a primeira, como meio de rentabilidade econômica no sistema; e, no segundo momento, como um produto sexual. Na verdade, a apropriação do corpo da mulher negra permaneceu até mesmo após a abolição da escravatura. Como destacam Carmo e Rodrigues (2021), há uma erotização do corpo da mulher negra ligada a algumas ideologias, a exemplo da subserviência sexual que foi associada a essas mulheres, naturalmente rotuladas como escravas sexuais devido ao corpo. A animalização dos corpos negros pelo colonizador contribuiu para a violência simbólica.

Dentro dessa discussão, podemos indicar que, dentro das formações de pirâmide social, em organizações coletivas, temos o seguinte apontamento feito por Carmo e Rodrigues (2021, p. 78):

“Isso mostra o quanto a mulher negra, por um lado, é caracterizada apenas como produto sexual e como um alvo de tentativas para atividades sexuais e, por outro lado, não é considerada como uma mulher para se manter relações de afetividade duradoura e nem mesmo para o matrimônio (OLIVEIRA, 2016). Esta caracterização da subserviência sexual se deu a partir uma associação dos negros, notadamente das mulheres, a seres da natureza em decorrência de suas especificidades físicas/biológicas (PACHECO, 2013). Assim, ao animalizar os corpos negros, e também indígenas, a ideologia colonial branca criou um discurso que justificou a violência contra esses corpos. Como aponta María Lugones (2014) “tornar os/as colonizados/as em seres humanos não era uma meta colonial” (p. 938)”.

Historicamente, como lembra Ângela Davis (2016), tem-se como característica marcante do racismo o ideal de que o homem branco, especialmente os que possuíam poder econômico, detinha um direito incontestável de acesso ao corpo da mulher negra e, em verdade, a escravidão pairava não só no trabalho, mas também no sexo. A exploração sexual foi introduzida pelos donos de terra que, também, tinham direito de propriedade sobre o corpo das escravas, à licença para o cometimento de estupros e violências que eram facilitadas pela dominação econômica fomentada pela colonização e escravidão, posteriormente pelo

capitalismo.

Lélia González (2020) também lembra que a mulata foi, por muito tempo, associada não só a um objeto de mão de obra barata, mas, devido ao sexismo, o corpo da mulata foi objeto de exploração sexual e, assim, o simbolismo que envolve o corpo da mulher negra encontra-se atrelado a fatores sociais que nutrem toda essa sistemática. Na realidade, a mulher negra, além de ter sido explorada sexualmente pelos colonizadores e tida como cozinheira, lavadeira e ama de leite, foi também sexualizada culturalmente pelos europeus. Além disso, o carnaval trouxe uma hipersexualização do corpo da mulher negra, como objeto de desejo, objeto de exposição econômica, similar a mercadoria. Assim, os turistas colocaram o estigma de categoria erótica-exótica contra a mulher negra, que expõe uma sensualidade notada no processo de escravização González (2020). Além disso:

A profissão de mulata é exercida por jovens negras que, num processo extremo de alienação imposto pelo sistema, submetem-se à exposição de seus corpos (com o mínimo de roupa possível), através do “rebolado”, para o deleite do voyeurismo dos turistas e dos representantes da burguesia nacional. Sem se aperceberem, elas são manipuladas, não só como objetos sexuais mas como provas concretas da “democracia racial” brasileira; afinal, são tão bonitas e tão admiradas! Não se apercebem de que constituem uma nova interpretação do velho ditado racista “Preta pra cozinhar, mulata pra fornicar e branca pra casar”. Em outros termos, são sutilmente cooptadas pelo sistema sem se aperceberem do alto preço a pagar: o da própria dignidade (GONZÁLEZ, 2020, p. 59).

Desse modo, a negra, objeto de desejo, foi colocada como objeto de iniciação da vida sexual do homem branco e, por isso, a prática sexual realizada com as mulheres crioulas para o posterior casamento com a mulher branca, pura, virgem e frágil, foi idealizada como uma forma de discriminação da mulher negra. Além disso, a imagem da mulata foi explorada de diferentes modos pela dominação-exploração masculina e, no Carnaval, essa prática reproduz o destaque para o corpo da mulher negra e da mulata, que é erotizado em um movimento cultural brasileiro devido à ancestralidade escravocrata imbricada sob o corpo negro. Nesta toada, tem-se a mulher negra como rainha das escolas de samba; apesar do destaque dado à sujeita, a exposição corporal/cultural é posta de forma velada. Desse modo, conseguimos enxergar o reflexo da violação e exploração do corpo das mulheres negras e mulatas, como salienta Gonzales (1984).

Por meio de ideologias diversas, também podemos indicar a subalternização do corpo negro da mulher colocada na figura da “mãe-preta”. Apesar de subalternizada e dita empregada doméstica dos senhores, a mulher negra tornou-se fonte de acolhimento para as

crianças. Esse corpo vem ocupando espaço na cozinha das casas dos senhores, no trabalho doméstico e/ou no lugar de mulher ama de leite, amamentando, cuidando e criando os filhos das brancas. O corpo negro, por muito tempo, foi abjeto social, um corpo que foi violentado e explorado pela dominação do homem branco. Essa subalternização do corpo feminino é, assim, vista como um corpo evocado.

A subalternidade do corpo da mulher é vista na fisiologia, no sexo, no dever de parir e no espaço doméstico. Já o corpo da mulher negra encontra-se na condição de escrava; além de ser inferior, enfrenta uma posição de menor importância social devido à negritude que carrega. A discriminação de cor pondera sobre a subalternidade do corpo feminino negro.

A seguir, no subtópico *2.1.4 Mulher: patriarcado, machismo, autoritarismo e misoginia*, mostramos o entrelaçamento desses conceitos e de que modo influenciam nas relações de gênero, vivências entre homens e mulheres na sociedade patriarcal e paternalista.

2.1.4 Mulher: patriarcado, machismo, autoritarismo e misoginia

De maneira lógica, para estudar a mulher na sociedade e sua posição de inferioridade frente ao coletivo social, devemos entender os institutos que movem essa pré-condição de subalternidade. Temos que, primeiro, analisar o patriarcado, que é um sistema que existe no mundo todo e se manifesta de diferentes formas e, em regra, é revertido pela opressão, dominação e exploração, características que se apresentam de modo complexo junto ao capitalismo.

Essa relação entre o capitalismo e o sistema patriarcal constitui-se como um jogo de dominação-exploração e de desigualdades de gênero contra as mulheres e, nesse jogo, as mulheres são submetidas ao controle dos homens.

Diante disso, a primeira indagação que surgiu e trouxe inquietações e provocações à pesquisa foi sobre o patriarcado e de que modo funciona esse sistema/ordem patriarcal. Para entender o patriarcado, logo percebemos que é importante saber que a ordem patriarcal exige estudos sobre família e análise cuidadosa de discursos normativos sobre os papéis familiares. Para tanto, buscamos uma definição de família dentro do patriarcalismo e de que modo as famílias patriarcais funcionam.

Esse tipo de família é definido como aquela em que os homens possuem o poder de liderança de forma exclusiva e, em verdade, a organização de sujeitos no ambiente familiar

está submetida ao poder paterno; isto é, o pai é considerado o chefe da família, o patriarca.

Em consulta e revisão de apontamentos sobre a formação da família patriarcal, observamos diferentes conceitos acerca da família patriarcal; dentre eles, destacamos o conceito cunhado por Cachaputz (2004, p. 70), a saber:

A família era patriarcal. O pai (pater), chefe da família, era revestido também da autoridade de sacerdote (pontifex), de juiz (domesticus magistratus). Eram membros da família, submetidos à autoridade do chefe (caput), os filhos (patrea potestas), a mulher (manus) e os escravos (dominica potestas). Era fundamentada no princípio da autoridade, com as características de uma entidade política, obediente ao patriarca.

Nesse viés, é possível construir o entendimento de que o homem é colocado como chefe da família através do sistema de comando, e a família está sob a chefia do patriarca, que reproduz esse ideal na formação da sua própria família monogâmica, heterossexual, na qual o homem (marido) promove o sustento e a mulher (esposa) cuida dos filhos. Na concepção de Engels (1984), a evolução do conceito parte das famílias e da fusão desse papel de patriarcado do pai ao marido. Devemos entender que a mulher, no começo da formação social, esteve explorada sexual e fisicamente para manter a economia doméstica, devido à sua fisiologia de menor tamanho e menor força. Entretanto, o fato de o homem destinar sua força ao trabalho nas atividades fabris permitiu o acesso ao local de maior poder, devido à possibilidade do trabalho fora do lar. Apesar de a sociedade ter, no começo, uma economia familiar doméstica, na propriedade privada, tem também o momento de saída do homem do contexto do lar, diz Engels (1984).

Conforme Saffioti (2015), o poder patriarcal emerge mais na figura do marido, que possui maior domínio sobre as esposas, em uma relação que:

À medida que as(os) teóricas(os) feministas forem se desvincilhando das categorias patriarcais, não apenas adquirirão poder para nomear de patriarcado o regime atual de relações homem-mulher, como também abandonarão a aceção de poder paterno do direito patriarcal e o entenderão como direito sexual. Isto equivale a dizer que o agente social marido se constitui antes que a figura do pai. Esta se encontra atenuada nas sociedades complexas contemporâneas, mas ainda é legítimo afirmar-se que se vive sob a lei do pai. Todavia, a figura forte é a do marido, pois é ela que o contrato sexual dá à luz. O patriarcado cedeu espaço, não à mulher, mas aos filhos. O patriarca que nele estava embutido continua vivo como titular do direito sexual (p. 59).

Para falar de patriarcado, Paterman (1993) menciona que existe, nas relações

conjugais, especificamente no casamento, uma subordinação da mulher devido ao seu dever de satisfação sexual ao marido, além de obediência. Ocorre que essa relação posta dentro das famílias demonstra um modelo de contrato sexual. Neste sentido, temos que o contrato social está ligado à liberdade e o contrato sexual à subordinação; porém, essa liberdade está posta para o homem e não para a mulher. Por este motivo, os contratos pregam, em tese, a ideia de equidade e, na realidade, mantêm-se através do contrato sexual. A partir daí, grandes institutos de poder refletem contrato, em um modelo do que deve ser seguido socialmente, no qual a mulher encontra-se sempre em subalternidade.

As relações patriarcais, de poder e hierarquias, perpassam não só a sociedade, mas o patriarcado contamina toda a sociedade civil, inclusive o Estado. O contrato original traduz esse contrato instituído pelos homens, cujo objeto são as mulheres. Em verdade, a diferença sexual no âmbito social permeia a diferença política, ligada à sujeição e à liberdade. O patriarcado expressa uma expressão de poder político dentro da máxima de que o pessoal é político. A dominação masculina é vista como um patriarcado, uma abordagem que significa operar segundo a ideologia patriarcal, que determina como natural a relação de dominação-exploração Saffioti (2015).

Outro grande fenômeno que representa esse ciclo de contrato original entre homens e mulheres, em que o homem domina o lar e o Estado, é o capitalismo como movimento de representação do patriarcado. Apesar de vermos que, no capitalismo, as relações de trabalho dentro da produção familiar sofreram mudanças, o sistema de produção voltado ao capital e à mão de obra barata mantém a política da subordinação no trabalho da mulher dentro de um regime patriarcal societário, de subordinação, dominação e exploração. Como lembra Saffioti (2015), existe uma subvalorização da capacidade da mulher e, apesar de haver um momento de desenvolvimento laboral de produção, o local que a mulher ocupa é subvalorizado, a chamada produção marginalizada.

Além disso, para melhor compreensão sobre esse processo de subvalorização e dominação da mulher pelo poder masculino, é necessário observar que a dominação masculina sobre os corpos femininos é uma forma particular de violência simbólica dentro da família, e a divisão desigual do trabalho reflete essas relações preteridas.

Saffioti (2013), na sua obra *Mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, resultado de sua pesquisa realizada com mulheres trabalhadoras têxteis e professoras primárias, afirma que, com o capitalismo e a divisão da sociedade de classes, onde há uma nítida marginalização e subordinação-dominação de sujeitos na ocupação do trabalho, nota-se

que a mulher ocupa o local do proletariado e o homem o do burguês. Nessa perspectiva, como procura mostrar a autora, o sexo é tido como fonte de inferiorização social da mulher; desde a formação das famílias, o sexo segrega os espaços e, naturalmente, o sistema patriarcal do poder do pai, marido e homem mantém-se nas relações extra-lar.

Por isso, para Saffioti (2013), o problema que atinge a mulher não é uma questão isolada da sociedade, mas produzida e reproduzida pelos espaços sociais, suas normas e formas de controle, preconceitos e discriminação da mulher. Saffioti (2015) traz para a pauta de suas discussões e pesquisa o entrelaçamento entre gênero, patriarcado e violência e explica que a mulher que surge no capitalismo é uma mulher que se encontra imersa no sistema de relações patriarcais patrocinado pela Igreja Católica e pelas colônias familiares. A partir daí, temos no capitalismo as problemáticas emergentes sobre a ocupação social da mulher no mercado de trabalho, que advêm das relações patriarcais. O patriarcado organiza a família, seja no lar ou na atividade laboral, em uma estrutura formando um nicho de subordinação e exploração, reproduzida no Estado.

Mas, diante de tudo isso, onde entram as ações e práticas entrelaçadas do machismo, autoritarismo e misoginia? Essa é uma relação perversa e tem como consequência o aumento da ausência de mulheres nos espaços públicos no Brasil e em todo o mundo. Essas discussões mostram, de forma perversa, de que modo a mulher ainda é tratada nas relações de gênero, entre homens e mulheres.

O patriarcado patrocina uma cultura machista e, na realidade, a sociedade brasileira mostra que herdou tendências machistas devido ao movimento patriarcal que, aqui, se apresenta com características próprias do sistema colonial e permeou a formação da sociedade brasileira e as ramificações organizacionais e institucionais, concomitantes ao racismo estrutural e institucional.

Para conceituar o termo machismo, foi necessário buscar os adjetivos que caminham em volta do movimento machista, uma vez que valores patriarcais atravessaram as relações sociais de produção social e, para o sujeito ser machista, este deve exercer uma compreensão do mundo fechada na imagem do homem branco colonizador detentor de poder, de maneira misógina. Os sujeitos que entendem o homem como protagonista/dominador das estruturas, organizações e relações sociais são sujeitos machistas.

De maneira descritiva, temos que misoginia é uma forma de aversão à mulher, um modo de tratar a mulher com perversidades, violências, agressões, hostilidade, enfim, uma aversão ao feminino, a ponto de ser intolerável, sentir ódio, matar.

Para Drumont (1980, p. 82):

O machismo constitui, portanto, um sistema de representação-dominação que utiliza o argumento do sexo, mistificando assim as relações entre os homens e as mulheres, reduzindo-os a sexos, hierarquizados, divididos em polo dominante e polo dominado que confirmam mutuamente numa situação de objetos.

Desse modo, a misoginia caminha lado a lado com o machismo e o autoritarismo. Ora, quando o sujeito acredita que o homem é sinônimo de poder e domínio político-social, esse sujeito, em regra, terá uma aversão à mulher, seja no sentido de sujeita social ou como cidadã. O indivíduo-sujeito que possui ideais machistas em seu conceito tende a exercer hostilidade frente às mulheres. Ou seja, para definir o indivíduo como machista, esse sujeito deve empregar o autoritarismo e a violência quando se encontra nas relações com as mulheres, e essa prática encontra-se presente em atos de agressão corporal e de violência psíquico-mental.

Sobre essa questão, discorre Saffioti (1979, p. 150):

Pode-se dizer que esta corrente sustenta que o patriarcado não resume a dominação da mulher, a submissão da mulher ao 'poder do macho', à disseminação de uma ideologia machista, mas esta também é um instrumento importante de exploração econômica que tem como principal beneficiário o homem branco, rico e adulto. Neste sentido, a violência contra a mulher seria fruto desta socialização machista conservada pelo sistema capitalista, desta relação de poder desigual entre homens e mulheres, que estabelece como destino natural das mulheres a sua submissão e exploração pelos homens, forçando-as muitas vezes a reproduzir o comportamento machista violento.

É importante expor que o machismo e a misoginia se sustentam através do patriarcado, seja pelo patrocínio dado às relações patriarcais de patriarca e de mulher subordinada. No mesmo sentido, temos a misoginia, que se mantém devido à violência que o homem reproduz sobre a mulher. Muitos desses institutos refletem um mecanismo social e histórico de inferioridade da mulher, que muitas vezes advém da sua condição física inferior, seus afazeres domésticos e seu dom de gerar vida. Logo, o movimento machista emprega uma dominação contra a mulher que a diminui enquanto sujeito e a inferioriza.

De fato, o patriarcado caminha junto ao movimento machista e ao autoritarismo. Isto posto, a tendência é que o homem enquadre a figura da mulher em um espaço de submissão. Ora, para que esse processo fosse solidificado, o patriarcado, lá atrás, alocou o chefe da família como agente dominador que estava na organização dos lares e dos corpos que lhes

serviam; esse chefe trata-se do homem branco colonizador.

Logo, no mesmo discurso, permeado de maldades, preconceitos, discriminação e agressões físicas e/ou verbais, simbólicas, psicológicas, a misoginia eclode e o autoritarismo se sobressai por existir a necessidade masculina de seguir um sistema patriarcal de domínio frente às unidades singulares e plurais.

Portanto, vale dizer que o autoritarismo está ligado ao movimento de autoridade máxima do homem, que é o dominador de terras. Essa autoridade é fruto de uma ausência de democracia, ou mesmo de falta de liberdade da mulher, objeto de sujeição. Em tese, o processo de machismo tende a rodear a mulher de uma sensação de impotência, ou mesmo de uma falsa impressão de incapacidade enquanto sujeita.

O machismo é empregado pelo entendimento de que o macho deve formar uma redoma de proteção e dominação sobre a mulher, que vive, em tese, sob suas ordens, conceito advindo do direito patriarcal (Saffioti, 2013). Por esse motivo, é que se faz importante estudar esses institutos, pois é devido a essas definições sociais que os paradigmas de gênero e classe são formados e aplicados no subconsciente das mulheres e, também, dos homens.

Ao concluir esse subtópico *2.1.4 Mulher: patriarcado, machismo, autoritarismo e misoginia*, procuramos mostrar, no tópico 2.2, de que modo as políticas públicas para a mulher estão sendo implementadas (ou não) e têm beneficiado as mulheres na sociedade brasileira, buscando descrever uma breve contextualização das políticas públicas já existentes, considerando o fortalecimento do movimento feminista nesse contexto.

2.2 Políticas públicas para a mulher: uma breve contextualização

De maneira histórica, foi durante a Revolução Francesa que as mulheres começaram a se reunir dentro de alguns clubes femininos e, nesses espaços, surgiram queixas, inquietações e diálogos acerca da desigualdade de gênero e da ausência de direitos. Foi nesse período que as mulheres chegaram a discutir sobre a condição doméstica imposta a elas desde a formação das cidades. Além disso, as mulheres discutiram acerca do espaço ofertado na prostituição de maneira mais direta, processos esses originados na colonização.

Nesse momento, algumas tomadas de decisão foram importantes, como, por exemplo, a elaboração de petições e panfletos distribuídos nas ruas para informar que as mulheres estavam se reunindo enquanto um coletivo de luta e reivindicação por direitos. As discussões

giravam em torno da busca pelo voto, por trabalho e educação. As discussões surgiram com o objetivo de efetivar um movimento a favor de mudanças no cenário político, educacional, do espaço de trabalho e social.

Assim, Alves e Pitanguy (2022, p. 45) lembram que:

Em 1789, as mulheres apresentam à Assembleia Nacional um documento no qual afirmam, sem meias-palavras, sua revolta: “Destruíste os preconceitos do passado, mas permitistes que se mantivesse o mais antigo, que exclui dos cargos, das dignidades das honrarias e, sobretudo, de sentar-se entre vós, a metade dos habitantes do reino (...). Destruíste o cetro do despotismo (...) e todos os dias permitis que treze milhões de escravas suportem as cadeias de treze milhões de déspotas”.

Outro marco significativo foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, que estabeleceu alguns direitos civis ao homem. Esse documento fazia referência apenas ao homem na figura masculina e, especificamente, ao homem branco, heterossexual. Por esse motivo, houve uma necessidade das mulheres de ter um documento de concessão de direitos, tendo em vista que elas também são cidadãs.

As mulheres movimentaram discussões acerca dessa restrição feminina nessa publicação de direitos dos homens e começaram a lutar e reivindicar seus direitos. Em 1791, a ativista Olympe Guédes publicou a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. Apesar de ter sido, na época, um ato ainda intimista, que tratava de uma projeção distante, de uma perspectiva futurista, foi muito importante, pois marcou a ocorrência do primeiro ato público em prol dos direitos das mulheres.

Entretanto, no começo essa movimentação feminina não avançou, pois, entre 1960 e 1970, o Brasil passava por um processo de militarização, o chamado regime militar, que cerceou direitos e, por óbvio, excluiu a tendência progressista do direito da mulher em ser parte de uma democracia social. Portanto, essa fase quase não possui indicadores sociais de luta e conquista de direitos. No militarismo, a mulher sequer foi vista; diante do cenário hostil, houve silenciamento e exclusão de conquistas já obtidas.

Passado o militarismo, o movimento de mulheres reaparece e adota ações variadas em suas diversas formas de mobilizar a sociedade em prol do direito feminino. Esses movimentos utilizavam abaixo-assinados, manifestos, publicações de livros e textos em jornais para movimentar as discussões. Através desses debates, as mulheres chegaram a um patamar nunca antes visto. Dentre as intelectuais, as primeiras vozes que eclodiram pelo direito das mulheres saíram de dentro da burguesia e da aristocracia, haja vista que nesse ambiente foi possível o

acesso à educação. É importante dizer que o feminismo primeiro esteve atrelado ao liberalismo, em busca de liberdades individuais, e só depois adentrou ao socialismo (Perrot, 2017).

Inclusive, o feminismo tem início com a chamada primeira onda sufragista, reconhecida pela sua abordagem de caráter organizativo e, apesar de, no primeiro momento, o movimento obter destaque pela conquista do direito ao voto, também se destacou pelas discussões cívicas acerca das melhores condições de trabalho, com análise do salário e jornadas para as mulheres. Dentro desse movimento, surgiram as primeiras representações sócio-políticas a favor das mulheres.

Portanto, para tratar das políticas públicas para as mulheres no Brasil, foi preciso primeiro buscar entender de que modo o feminismo chega, se manifesta e como se aplica esse movimento para concessão de direitos e políticas públicas. No século passado, o feminismo de fato chegou ao Brasil através de Nísia Floresta (1989) e suas inquietações sobre a veracidade do movimento feminista. A autora traduziu para a língua portuguesa a obra que trata dos direitos da mulher e das injustiças cometidas pelos homens, de Mary Wollstonecraft. Essa autora é uma das principais estudiosas sobre a defesa dos direitos da mulher e das injustiças dos homens, e foi assim que, no século XIX, tomamos conhecimento sobre o marco histórico do movimento feminista no Brasil.

Essa obra, *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, de Mary Wollstonecraft, foi publicada na Inglaterra, e um dos principais destaques foram os questionamentos críticos da autora sobre as abordagens de Jean-Jacques Rousseau, em sua obra *Contrato Social e Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Rousseau expõe suas principais ideias nessa obra e elucida sua declaração sobre a mulher, que, na sua concepção, deveria ser educada apenas para dar prazer e cuidar do seu esposo e de seus filhos.

Assim, o intelecto da mulher deveria ser esquecido e o seu papel de passividade enaltecido; a ideia era que os homens negassem à mulher o direito à educação, colocando-a no lugar da ignorância e do desconhecimento. É importante destacar que Rousseau foi um dos maiores expoentes do século XVIII e, assim como muitos outros autores desse período iluminista, reproduziu em seus escritos a sua percepção sobre a família patriarcal.

Por outro lado, é importante indicar que Stuart Mill, uma das primeiras referências na Europa a falar sobre o voto feminino e a essencialidade desse ato para as mulheres, apresentou estudos e defendeu a tese de igualdade entre o homem e a mulher. Ele foi pioneiro na defesa dos direitos da mulher, impulsionando grande contribuição para os estudos do

feminismo. Na visão do autor, por exemplo, a mulher não possui distinção intelectual frente ao homem, apoiando a liberdade de expressão. Para o autor, a submissão da mulher se dava por uma questão cultural; por esse motivo, a mulher esteve longe da política.

Vale indicar que, em sua obra *A Subjugação da Mulher*, Stuart Mill mostra a ideia de equiparação de direitos entre homens e mulheres, criando caminhos de acesso para a mulher ocupar espaços sociais. A tese que o autor mais defendia era de que a subjugação de um sexo ao outro é uma barreira para o progresso humano (Mill, 1869).

A primeira onda do feminismo trouxe um importante papel no direito da mulher: o direito ao voto, em união com a classe das operárias, denominadas “União das Operárias, Chapeleiras e Classes Anexas”, que, em manifesto de 1917, reivindicavam: “Se refletirdes um momento vereis quão dolorida é a situação da mulher nas fábricas, nas oficinas, constantemente amesquinhas por seres repelentes” (Pinto, 2003, p. 35 apud Pinto, 2010).

É importante destacar que o voto foi o primeiro ato revolucionário, enquanto política pública, que deu possibilidade à mulher de ser considerada cidadã. O Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, também conhecido como Lei Saraiva, tratou da redução do número de votantes, considerando a condicionante de qualificação e renda que foi aplicada frente ao voto; inclusive, o voto foi nessa época condicionado como facultativo. Nesse momento, foi permitida a possibilidade de mulheres diplomadas votarem e, desse modo, as mulheres brancas, herdeiras da burguesia, tiveram acesso ao voto, mesmo que de forma ainda tímida (Marques, 2019).

Diante da complexidade dessa discussão, a seguir apresentamos o subtópico 2.2.1 *A redemocratização, luta das mulheres e feminismo no Brasil: direito ao voto, cidadania, emancipação e empoderamento*, procurando mostrar os caminhos e descaminhos do feminismo e suas lutas que tendem a proclamar direitos específicos para as mulheres em seu coletivo, e o subtópico 2.2.2 *Gênero e feminismo: sexualidade, política e lutas sociais*.

2.2.1 A Redemocratização, a luta das mulheres e o feminismo no Brasil: direito ao voto, cidadania, emancipação e empoderamento

Primeiramente, é importante indicarmos que, durante muito tempo, o direito de votar era exclusivo do homem branco europeu, possuidor de terras, bens e intelecto. Portanto, quando falamos do voto enquanto sufrágio universal nos livros de história, estamos nos

referindo a essa possibilidade do homem branco de votar; apesar do uso do termo “universal”, a restrição à mulher era algo óbvio. A ideia de sufrágio universal advém da quebra do regime monárquico de poder; com o voto, a democracia se fazia presente. Então, o voto passou a ser universal para quebrar o estigma monárquico. Ocorre que, dentro desta pesquisa, a mulher teve acesso ao voto tempos depois, não necessariamente quando houve o sufrágio universal.

Assim, parece ser adequado considerar o ano de 1848 como um marco na conquista do sufrágio universal, ainda que “universal” se referisse apenas a uma parte da população. Deve-se aqui destacar a influência dos movimentos revolucionários do século 19, descritos anteriormente, na formação de uma consciência da exclusão e da desigualdade de tratamento oferecido às mulheres – e isso não apenas nos países concentrados na parte setentrional do mundo, mas também nos da parte meridional, tal como o Brasil. Em terras brasileiras, foi com a pacificação ocorrida no Segundo Reinado que principiaram as reivindicações por todos os lados. O surgimento de periódicos dirigidos por mulheres e para mulheres fez com que as contestações femininas se multiplicassem e se difundissem por quase todo o Império, tanto que, na segunda metade do século 19, surgiu o que se pode chamar de um movimento de mulheres, solicitando uma maior participação no mundo público e político (KARAWAJCZYK, 2020, p.67-68).

Nesse sentido, a luta das mulheres em prol dos direitos femininos iniciou-se por volta de 1848. Nesse período, o movimento foi percebido enquanto luta feminista, que começou a ganhar força nos Estados Unidos. Inclusive, a luta pelo voto feminino teve como destaque a seguinte bandeira: “A negação do direito ao voto é a expressão máxima de subalternidade civil da mulher” (Alves; Pitanguy, 2022, p. 54). De maneira histórica, o voto feminino nasceu através de um grupo de mulheres abolicionistas que convencionaram em Seneca Falls, Nova York, uma convenção de dois dias com a ideia de discutir a condição social, civil, religiosa e os direitos das mulheres.

A reunião de mulheres nas ruas em busca de direitos civis, especialmente em prol da conquista do voto, foi popularmente conhecida como movimento das “sufragistas”, que resultou na conquista do voto feminino. Em diversos países do mundo, o movimento se manifestou em clubes, associações, partidos e editoras (Alves; Pitanguy, 2022).

É importante trazer à baila que, nessa época, para além das questões do voto, esse grupo de mulheres lutou pela igualdade de direitos no espaço de trabalho. Alguns discursos reverberam a problemática da dupla jornada e da diferença salarial entre os sujeitos. Esse grupo de mulheres estava em busca de equiparação de direitos políticos; para além da liberdade, queriam igualdade de direitos entre homens e mulheres. A primeira das seis emendas apresentadas em prol do sufrágio feminino foi elaborada por Lopes Travão,

Leopoldo de Bulhões e Casemiro Júnior. Esses autores previam a possibilidade da mulher ser eleitora desde que diplomada, com títulos científicos e de professora, além de ter posse de bens e não estar sob poder marital ou paterno (Karawejczyk, 2020).

No Brasil, a primeira mulher que obteve registro como eleitora foi a dentista Dra. Isabel de Matton Dillon, baiana, que, em 1887, se alistou e apelou à Lei Saraiva para votar. Vale destacar que a dentista Isabel tratava-se de uma mulher branca pertencente à burguesia, sendo a primeira eleitora propriamente dita.

Vale ressaltar que, quando o governo republicano convocou eleições para a Assembleia Constituinte, em 1890, a dentista foi impedida de votar pela mesa. Essa condição demonstrou que a mulher, apesar de ter conquistado o direito ao voto, ainda enfrentou dificuldades para efetivar esse direito, devido à estruturação machista social que erradica a presença feminina no ambiente público. Tal norma não nega o direito, porém o fato de não proibir já abre margem à concessão do direito em 1932 Brasil (2020).

A herança de uma sociedade marcada pela ausência da mulher em locais de decisão demonstra que esse não acesso da mulher ao espaço público existe desde o começo da formação da comunidade. Essa mesma mulher baiana, a dentista Dra. Isabel de Matton Dillon, foi a primeira mulher a candidatar-se ao Congresso Nacional Constituinte da República, como ato simbólico por ter sido a primeira mulher votante (Alves; Pitanguy, 2022):

Branca Alves (1980, p. 91) chama atenção para a figura de Josefina Álvares de Azevedo, que, em 1891, fez um apelo ao Congresso Constituinte, reivindicando o direito das mulheres participarem das eleições em todas as suas etapas, votando e sendo votadas, em total igualdade de condições. Tal como destacado no capítulo anterior, para ela, o sufrágio realmente universal seria um símbolo poderoso a ser alcançado, pois trazia em si uma promessa de igualdade, de um tratamento mais justo para as mulheres. Segundo Josefina: “A nossa Constituinte, prestes a reunir-se para firmar a lei base da nova nacionalidade, deverá ser o ponto de partida para essa grande reforma” (A Família, 26/04/1890, p. 1) (Karawejczyk, 2020, p.112).

Na 20ª sessão dos congressistas, o deputado Cesar Zama discutiu as questões que envolviam a indicação do voto direto ao Presidente da República. Nessa temática, o deputado ainda induziu a primeira discussão sobre o sufrágio feminino, no sentido de que ele propagou a ideia de que, se fosse acolhido o sistema republicano e a democracia, o voto deveria ser universal de maneira integral para alcançar todos os indivíduos (Karawejczyk, 2020).

Podemos afirmar que, dentro da Primeira República, as feministas formaram seu pacto de libertação. Por meio de organizações próprias e eventos, as mulheres que pertenciam à

elite, de fato, solidificaram a primeira onda feminista pela conquista do voto, historicamente conhecida como as sufragistas. Vale destacar que Leolinda Daltro e Gilka Machado formaram um Partido Republicano Feminino que tratou do que foi pregado como “direitos das mulheres”, como forma de simbolizar a luta Brasil (2020).

O primeiro movimento, já caracterizado como movimento feminista na sociedade brasileira, foi iniciado por Bertha Lutz. A ativista tratou dos direitos políticos no Brasil. Na Era Vargas, essa mulher conseguiu mostrar a existência de uma luta pelo direito ao voto, que foi uma possibilidade debatida dentro da Constituinte de 1891. Bertha passou a se envolver em movimentos coletivos em meados de 1960 e vivenciou o sufrágio feminino na Inglaterra. Essa ativista atuou em 1919 em um jornal no Rio de Janeiro, dando voz à emancipação feminina.

É importante destacar que foi na Era Vargas que aconteceu o convencimento real do precedente de que o direito não cercearia a tradição da família brasileira. O Congresso evitou polêmicas e temas muito expansivos. Com isso, abriu-se uma pauta destinada à necessidade de franquear o direito ao voto à mulher, e esse direito estava sendo discutido antes e, apesar de existir, nunca aconteceu de fato a concessão.

Sobre essa questão, aponta Marques (2019, p. 73):

Ouvindo o apelo das mulheres a essas restrições, Vargas revisou pessoalmente o texto da comissão, e o decreto do novo Código Eleitoral, O voto feminino no Brasil publicado em 24 de fevereiro de 1932, acolheu o voto feminino sem condições excepcionais. As mulheres poderiam votar e ser votadas. Também podiam participar de eleições os religiosos integrantes de ordens, a quem a Constituição de 1891 havia negado a prerrogativa de votar. Por consequência, freiras também poderiam votar, se quisessem. O código também previu um tipo novo de representante, o classista, que podia ser escolhido por empregados ou por empregadores. Começa a corrida para fazer campanha eleitoral em todo o país e para convencer as mulheres que não acompanhavam o movimento sufragista a se registrarem como eleitoras nas seções eleitorais.

Em 24 de fevereiro de 1932, o voto feminino foi acolhido sem condicionantes; poderiam, enfim, as mulheres votar e ser votadas. Vale destacar que, em 1933, começou uma caminhada para a formação da Assembleia Constituinte. Nesse movimento de mulheres em prol de espaço no poder, foram lançadas sete candidatas, entre elas Bertha Lutz, filiada ao Partido Autonomista, e a professora Leolinda Daltro, que também se candidatou, além de outras ativistas do período Marques (2019).

Essa movimentação feminista foi promovida depois do voto. Essa possibilidade de acesso às assembleias representa não só uma conquista, mas uma inserção cidadã de uma sujeita nunca associada a direitos coletivos. A mulher, por muito tempo, foi tida como objeto de dominação do macho, foi subalternizada, e seu acesso à cidadania veio de forma tardia. Portanto, o movimento feminista concedeu à mulher a condição de cidadã.

Sobre as definições do que é cidadania e como o cidadão desenvolve essa legitimidade social, Araújo (2012, p. 150) define:

Cidadania é, também, uma categoria pensada, hoje, predominantemente a partir de um vetor: o inclusivo. Normalmente, tendemos a associar o termo a um sentido positivo e à ideia de inclusão. Como categoria política, a cidadania vem impregnada desse valor. No entanto, como categoria analítica e como reflexão teórica, nem sempre tais valores podem ser assim associados. As análises empíricas dos processos sugerem a necessidade de observar, simultaneamente, dois movimentos: o da inclusão e o da exclusão. O próprio recorte que define a condição geral de cidadão, o estado-nação, já se constitui também como exclusão – exclusão dos que não pertencem originalmente a esse espaço, por exemplo. Em outros termos, o modo como essa categoria ou dimensão se construiu tem produzido formas contraditórias, mesmo antinômicas, nos experimentos da democracia representativa.

A partir do momento em que a mulher passa a ter direitos e deveres socialmente, ela passa a ser um indivíduo pertencente a uma dada comunidade. A mulher passa a votar e ser votada; ou seja, temos a inserção da mulher na sociedade enquanto cidadã. Essa sujeita tende a conquistar liberdade e espaço social, obtendo uma cidadania de pertencimento ao coletivo em que vive, e isso é um grande marco para a mulher. Todos esses direitos são fruto da primeira onda feminista, que não traz só o voto como marco, mas também a cidadania da sujeita invisibilizada pelo gênero.

Esse momento também é capaz de trazer empoderamento para a mulher, pois o movimento de saída de um estado de inércia — ou seja, a retirada de um local de represália para um local de equidade — permite que a mulher se empodere do poder-dever cidadão. Portanto, o direito ao voto para a mulher não representa só o sufrágio feminino, mas a conquista da cidadania e o empoderamento de um coletivo feminino que esteve à margem social.

É importante mencionar que a obrigatoriedade do voto feminino só aconteceu de fato em 1965. Porém, dentro de toda essa discussão de conquista de direitos, podemos indagar a respeito da mulher negra neste cenário. Desde a conquista do voto, haviam se passado em

média duas décadas desde a abolição da escravatura. Ocorre que os negros não foram recepcionados pelo Estado com políticas integrativas; foram apenas jogados na sociedade, sob os estigmas imbuídos anteriormente em seus corpos (Sabino, 2024).

As mulheres negras conseguiram votar de igual forma que as mulheres brancas, porém sua invisibilidade social sempre foi motivo de não inclusão. A interpretação de que os negros estavam na subalternidade levou ao processo de invisibilidade negra na sociedade. Dentro do estudo sobre o sufrágio feminino, percebemos que as mulheres que mais lutavam na prática, com movimentações de rua em prol da conquista de direitos, estavam dentro das fábricas; as trabalhadoras foram as mulheres de maior promoção do direito ao voto. Entretanto, o ativismo em prol do gênero foi promovido pelas mulheres brancas detentoras de conhecimento científico sobre direitos e deveres.

Porém, a luta em prol do sufrágio feminino foi embasada pelas mulheres negras. As mesmas mulheres que estavam trabalhando nas fábricas eram objeto de racismo e tiveram o acesso ao voto dificultado. As mesmas mulheres que lutaram e buscaram visibilidade foram invisibilizadas pela cor. Os nomes de Ida B. Wells, Mary Church Terrell e Mary McLeod Bethune destacam-se por serem conhecidas no movimento sufragista negro (Davis, 2016).

As agremiações sobre as mulheres de cor estavam presentes no sufrágio feminino, apesar de serem recusadas pelos grandes movimentos sufragistas. As mulheres negras seguiam apoiando a luta pelo sufrágio. Em 1918, Du Bois publicou um artigo intitulado “Votes for Women: A Symposium by Leading Thinkers of Colored America”, que falava sobre o voto para as mulheres na América de cor. A maioria dos debates partia dessa Associação Nacional das Mulheres de Cor, com mulheres negras, até que houve um movimento apoiado por Ana Jones sobre o sufrágio feminino e a reforma social, que levantou mais possibilidades de acesso para a mulher negra (Davis, 2016). Neste sentido, Davis menciona (2016, p. 163):

As mulheres negras estavam mais do que dispostas a colaborar com seus "claros poderes de observação e julgamento" para a criação de um movimento multirracial pelos direitos políticos das mulheres. Mas, a cada tentativa, elas eram traídas, menosprezadas e rejeitadas pelas líderes do branco como leite movimento sufragista feminino. Tanto para as sufragistas quanto para as integrantes do movimento associativo, as mulheres negras eram seres meramente dispensáveis quando se tratava de conquistar o apoio das brancas do Sul. Quanto à campanha pelo sufrágio feminino, aparentemente, todas as concessões feitas às mulheres sulistas fizeram muito pouca diferença no final. Quando os votos pela décima nona emenda foram totalizados, os estados do Sul ainda estavam alinhados no campo da oposição - e, de fato, quase conseguiram derrotar a emenda. Depois da aguardada

vitória do sufrágio feminino, as mulheres negras do Sul foram violentamente impedidas de exercer seu direito recentemente adquirido.

Acerca da conquista do voto pela mulher negra, os relatos são mínimos. Temos, então, o entendimento de que esse acesso se deu por meio das lutas sociais e raciais; esse movimento introduziu a mulher negra dentro das normas cidadãs. Ou seja, a mulher negra encontrou a possibilidade de votar a passos lentos. Essa conquista de direito ocorreu por meio da primeira mulher negra a exercer o direito ao voto: Almerinda Farias Gama. Almerinda era mulher, ativista e negra; lutava pela classe trabalhadora e era sindicalista. Outro nome importante do voto feminino negro foi Antonieta de Barros, que posteriormente foi a primeira mulher negra eleita na política. Esses dados são relevantes para a pesquisa.

2.2.2 Gênero e feminismo: sexualidade, política e lutas sociais

O gênero é uma discussão amplamente divulgada pelo feminismo, sendo inclusive temática de discussão anterior nesta dissertação. Ocorre que é importante mencionar que foi por meio de lutas sociais e diálogos sobre sexualidade, gênero e mulher que conseguimos realizar a conceituação anteriormente apresentada. Em verdade, para discutirmos a importância dessas diretrizes em uma base política organizacional, precisamos entender como o mecanismo social lida com essas questões e debates.

Diante das definições de gênero anteriormente analisadas, podemos observar que as relações de gênero são relações de poder construídas socialmente. Dessa forma, o feminismo, como movimento político, caminha nesse mesmo sentido. Sabemos que o feminismo questiona e indaga as relações de poder estruturadas, assim como a opressão feminina e a exploração do corpo da mulher Teles (2017).

O movimento de mulheres nasce por lutas travadas dentro de quilombos e no mercado de trabalho. Essas mulheres começam a movimentar o cenário mundial com a inquietude da diferença salarial. É por meio dessas lutas que diversos conceitos emergem. O conceito de movimento de mulheres trata de uma ação organizativa de grupos que reivindicaram direitos e melhores condições de trabalho. Essas reivindicações, intituladas como feministas, são atos políticos que permitiram uma amplitude de direitos sociais às mulheres (Teles, 2017).

Ocorre que a união de institutos como gênero e feminismo em um mesmo diálogo faz surgir a necessidade de falarmos sobre as lutas sociais entrelaçadas nesses fenômenos. Em

tese, para que haja o levantamento conceitual de que gênero é formado por relações sociais, o feminismo teve que atuar fortemente para projetar esse conceito.

Em resumo, o liame de conexão entre gênero, feminismo, sexualidade, política e lutas sociais é posto por meio da essencialidade dos debates e lutas que promovem a necessidade de distinguirmos o gênero da sexualidade. É o feminismo que levanta essa bandeira de separação de fenômenos; o feminismo divide esses institutos de formação pessoal e de transposição sexual como distintos. O gênero está para a sociedade e suas relações, bem como a sexualidade encontra-se nos desejos carnis subjetivos. Ambas são condicionantes fabricadas pelas relações sociais e pelas relações de poder.

Esses conceitos nascem e se desenvolvem por meio das lutas sociais e políticas em prol da alocação do corpo feminino socialmente. Podemos ainda esclarecer que as lutas sociais são as responsáveis por enveredar esses conceitos já delineados através do feminismo:

O feminismo nasceu, assim, da necessidade das mulheres de marcarem seu próprio lugar na luta por direitos mais amplos e igualitários. Muitas das que o integraram nesse primeiro momento eram jovens de classe média, parte de uma geração pioneira, a primeira a entrar em massa no ensino superior e a aspirar por carreiras profissionais. Elas fogem do modelo de suas mães, dependentes de um marido-provedor; e são também a primeira geração a quem a pílula liberou para o exercício da sexualidade, como fora sempre o privilégio masculino – isso em si uma revolução. Finalmente era possível separar a relação sexual da procriação, que condenara muitas mulheres à gravidez indesejada (ALVES; PITANGUY, 2022, p.88).

É importante mencionar que, entre 1960 e 1980, ocorria a chamada segunda onda feminista. Podemos mencionar que, nessa fase, já existiam alguns direitos conquistados para as mulheres, porém, na prática, não havia igualdade. Em verdade, emergiam aí algumas indagações acerca do que de fato foi conquistado nas lutas feministas até então. Neste período, permeavam as seguintes reflexões entre os sujeitos: haveria uma submissão natural da mulher ao homem nunca superada? Com essa inquietação, nasce a discussão sobre feminilidade, sexualidade e gênero.

Nesse cenário, Simone de Beauvoir revoluciona a discussão de gênero e mulher com a seguinte frase: “não se nasce mulher, torna-se mulher”. A autora, em sua obra *O Segundo Sexo*, apresenta diversas indagações e pronunciamentos que chocam a sociedade em pleno século XX, com provocações sobre a sexualidade e os prazeres do corpo feminino. O corpo feminino é analisado como um local de dominação/exploração, mas também, e não menos importante, como um local de prazer, do gozo e do erotismo. Então, percebe-se um desnudar

da mulher, antes vista como um objeto perante a sociedade burguesa. Para a autora (1967, p. 456):

Uma mulher que despence suas energias, que tem responsabilidades, que conhece a dureza da luta contra as resistências do mundo, tem necessidade — como o homem — não somente de satisfazer seus desejos físicos como ainda de conhecer o relaxamento, a diversão, que oferecem aventuras sexuais felizes. Ora, há ainda meios em que essa liberdade não lhe é concretamente reconhecida; arrisca-se, usando-a, a comprometer sua reputação, sua carreira; no mínimo, exigem dela uma hipocrisia que lhe pesa. Quanto mais tiver conseguido impor-se socialmente, mais fecharão de bom grado os olhos; mas, na província principalmente, na maior parte dos casos, ela será severamente vigiada. Mesmo nas circunstâncias mais favoráveis — quando o temor da opinião não mais influi — sua situação não é neste ponto equivalente à do homem. As diferenças provêm ao mesmo tempo da tradição e dos problemas que a natureza singular do erotismo feminino coloca.

O surgimento da segunda onda feminista, por meio da divulgação da obra de Beauvoir, chocou a sociedade patriarcal ao abordar a sexualidade feminina e a essencialidade da feminilidade. Para a autora, a mulher torna-se mulher diante das relações sociais e do desejo de ser mulher em suas características visivelmente detectáveis. Essas discussões eram tidas como surpreendentes, devido ao fato de que a mulher, antes, tinha sua feminilidade elencada como um objeto de exploração do corpo; ou seja, a mulher havia anteriormente sofrido uma subsunção da sua performance feminina.

Assim, a mulher, conseqüentemente, não poderia seduzir ou buscar o prazer sexual. Se houvesse mulheres com esse comportamento naquele período, quando essa visão era latente, certamente sofreriam um risco em potencial e estariam destinadas à morte e à retaliação pública. Nesse contexto, elas eram chamadas de mulheres promíscuas e/ou depravadas.

Essa segunda onda feminista foi também uma fase de libertação sexual. Trata-se de um momento no qual as mulheres do Ocidente valorizaram um discurso voltado para a sexualidade, promiscuidade, irresponsabilidade com os filhos e desapego. Foi nessa fase feminista que se teve alto índice de exibição do corpo, de lutas de rua e pautas sobre sexo. Como lembra a professora, historiadora e política, deputada mais votada da história de Santa Catarina, Ana Compagnolo Caroline, a frase desse período foi: “Faça amor, não faça guerra, goze livremente, lute pela soberania de seus desejos” (2022, s/p).

A militância de rua chama atenção nesse período. As sujeitas que estavam no movimento de rua, “as rebeldes”, lutavam no feminismo, em prol do gênero e da sexualidade, e enveredavam por discursos sobre lutas sociais plurais, patrocinadas por partidos de esquerda

em ativismos e movimentos classistas. Em resumo, estamos falando de um coletivo feminista protagonizado por mulheres que vão às ruas em busca de direitos e ecoam a igualdade através de seus corpos, em busca de equidade.

As mulheres mostram e trazem para as lutas sociais a reforma cultural do sexo. Através dessas políticas de igualdade, pautas como o aborto e métodos contraceptivos vigoraram como direito feminino. Essa revolução em prol de mudanças radicais de fato marcou a sociedade. Para que os homens pudessem compreender a mulher enquanto indivíduo dentro das ondas feministas, foi necessário muito embate:

Conforme sua teoria, a condição e conceito de “feminino” são artimanhas discursivas arquitetadas por uma sociedade masculinista e falocêntrica. Nessa sociedade, concebida na cabeça de Judith, existe uma hierarquia de gêneros — o gênero masculino controla a área de atuação do gênero feminino — que se manifesta em todos os âmbitos: desde a linguagem até a política. Ainda nessa sociedade, identifica-se que a heterossexualidade é compulsória e a impressão que temos de que o conceito “mulher” é natural não passa de outro condicionamento cultural governado pelos homens, mais uma estratégia de poder. Seguindo suas premissas, o gênero — comportamento de cada sexo — e o próprio sexo não passam de produções, criações deliberadas dos homens para que pareçam “naturais” ou “inevitáveis”, mas não o são: nem naturais nem inevitáveis (CAMPAGNOLO, 2022, s/p).

A terceira onda do feminismo trouxe à pauta a necessidade de dialogar sobre gênero e, por esse motivo, para melhor aprofundamento das categorias gênero, feminismo, sexualidade, política e lutas sociais, os tópicos seguintes tratarão da mulher e seu caminhar no mercado de trabalho e, posteriormente, no ambiente público. A seguir, temos o tópico 2.3: *A mulher no espaço de trabalho: capitalismo, dominação e exploração*.

2.3. A mulher no espaço de trabalho: capitalismo-dominação-exploração

Para tratar da mulher e sua chegada ao mercado de trabalho, devemos primeiro fazer um apanhado histórico. Após o desenvolvimento econômico expandir-se por meio da industrialização — que é o primeiro cenário organizacional que a mulher adentra — temos a expansão do lucro. A sociedade teve de se desenvolver para manter o capital em voga.

Com o capitalismo, o meio social de trabalho foi alterado e a forma de operá-lo nada mais é do que um processo de exploração da mão de obra humana. Faz-se notável que foi por meio desses movimentos econômicos de expansão em massa que a mulher chega ao trabalho,

saindo do ambiente privado/lar para o mercado.

Buscamos apoio em Pierre Bourdieu (2012) para analisar a correlação entre a divisão sexual e a divisão do trabalho: “está inscrita, por um lado, na divisão das atividades produtivas a que nós associamos a ideia de trabalho, assim como, mais amplamente, na divisão do trabalho de manutenção do capital social e do capital simbólico” (p. 60). Sendo que essa forma de segregação ocupacional entre homens e mulheres coloca o homem no monopólio de todas as atividades oficiais, públicas, de representação e, em particular, de todos os espaços de honra. Esse fato representa a permanência do patriarcado nas relações sociais.

O autor (2012) continua a citar a estruturação social dividida entre homem e mulher, com base na divisão sexual do trabalho e de modo que o homem se sobrepõe à mulher, em um movimento patriarcal. Assim, além dessas condições, existem divisões embasadas na honra masculina, que é polida por um poder superior sobre a mulher. Sobre essa questão, Bourdieu (2012, p. 60) fala:

[...] das trocas de palavras (nos encontros quotidianos e sobretudo nas assembleias), trocas de dons, trocas de mulheres, trocas de desafios e de mortes [...]; ela está inscrita, por outro lado, nas disposições (os *habitus*) dos protagonistas da economia de bens simbólicos; as das mulheres, que esta economia reduz ao estado de *objetos* de troca (mesmo quando, em determinadas condições, elas podem contribuir, pelo menos por procuração, para orientar e organizar as trocas, sobretudo matrimoniais; as dos homens, a quem toda a ordem social, e em particular as sanções positivas ou negativas associadas ao funcionamento do mercado de bens simbólicos, impõe adquirir a aptidão e a propensão, constitutivas do senso de honra, de levar a sério todos os jogos assim constituídos como sérios.

Antes, a mulher se encontrava dentro de um regime patriarcal, estando sujeita à obediência de seu marido para exercer a atividade de sustento, além de ser alocada em funções domésticas de exploração. É importante indicar que o patriarcado ainda impera, inclusive no capitalismo. A exploração da mão de obra começa com jornadas de trabalho exorbitantes, baixa remuneração e constante operacionalização manual de maquinários e, apesar disso, essa fase é considerada um marco significativo para as mulheres no mercado de trabalho Saffioti (2013):

O Brasil dos anos 1970 conheceu o acelerado processo de industrialização capitalista que impulsionou uma mudança significativa na estrutura de redistribuição do produto social, permitindo a ampliação e diversificação de uma classe média com renda elevada com possibilidade de consumo. As

mulheres trabalhadoras não ficaram fora desse processo, Houve, no período, uma acentuada expansão do trabalho feminino. Todavia, a maior parte (89%) foi absorvida pelo setor de serviços e com altíssima concentração nos empregos domésticos. Ocupações de baixo prestígio e de remuneração reduzida constituíram o reduto da mão de obra feminina (SAFFIOTI, 2013, p. 22).

Por algum tempo, acreditou-se que o trabalho libertaria a mulher da condição de submissão e que a obtenção de espaço no mercado de trabalho daria a tão sonhada liberdade. Porém, a mulher, enquanto figura feminina, é apenas objeto de produção no capitalismo e se encontra imersa em espaços de discriminação, com salários baixos e alta exploração braçal, como meio de patrocínio da dominação masculina sobre seus corpos Hooks (2023).

O capitalismo, como processo de manutenção do organismo social, se solidifica pela necessidade constante da corrida excessiva por um capital amplo, com a exploração de uma mão de obra humana barata para obter maior lucratividade e desenvolvimento do mercado consumerista.

O movimento feminista, por si só, não introduziu a mulher no mercado de trabalho; foi o capitalismo consumista que fez a mulher adentrar o mercado. Na verdade, houve uma necessidade das famílias de classe média de contar com maior quantitativo de mão de obra humana no âmbito do trabalho, para termos uma rotatividade maior de lucro e fonte de renda, de modo que a máquina consumerista siga se mantendo Hooks,(2023).

Com o processo de capitalização das pessoas, as mulheres foram vítimas de um trabalho excessivo, com uma grande carga manual que demandava horas anormais de esforço para cumprir o exigido. Para provar sua condição, as mulheres foram exploradas nas fábricas em condições desumanas. Por esse motivo, grandes revoluções saíram de dentro de fábricas mercantis, como explica Saffioti (1987, p. 41):

O capitalismo é um sistema de produção baseado na exploração da mão-de-obra assalariada, com o auxílio de tecnologia crescentemente sofisticada. Nas sociedades escravocratas e feudais, os pobres também eram explorados. Nas primeiras, os escravos nem sequer eram considerados pessoas. Eram tidos como coisas de propriedade de um punhado de senhores, que levavam vida ociosa. Nas segundas, os servos deviam obediência e lealdade absolutas aos seus senhores, que não tinham obrigação de trabalhar, e tinham até o direito de deflorar as noivas antes que seus maridos pudessem recebê-las para a vida conjugal. Nestes dois tipos de sociedade, as pessoas não eram, nem na prática, nem na lei, consideradas iguais. Ao contrário, eram socialmente desiguais, tendo o senhor direito de vida ou morte sobre seus escravos.

A comparação do processo escravista com o capitalismo nasce de um sistema de exploração da mão de obra. O sistema capitalista visa o capital e explora a mão de obra humana de forma desumana; de igual modo, os escravizados passaram por um processo similar na época da colonização, quando foram explorados como mão de obra barata para que os portugueses dominassem os territórios. Portanto, o sistema capitalista reflete esse mesmo percurso de exploração-dominação; ou seja, basicamente, ambos os sistemas apontam para a necessidade da mão de obra humana para obterem espaço e/ou lucro. O objetivo desses institutos é manter os sujeitos em uma redoma de dominação a todo tempo, para que os sujeitos adentrem ao movimento circense sem perceber que são objetos do Estado.

De fato, a sociedade caminhou na onda capitalista pós-industrialização de um modo tão sólido e denso que, hoje em dia, o processo permanece. Apesar de haver movimentos de retaliação a processos capitalistas de extrema desídia, o sujeito ainda vivencia a exploração da mão de obra para manter sua subsistência, o que o capitalismo chama de sistema de burguesia e proletariado.

A proximidade entre o proletariado e a mulher, e o homem e o burguês, parte de uma relação que advém muito do sistema patriarcal, no qual a mulher encontra-se na servidão e o homem no comando das famílias. Não podemos deixar de expor que o capitalismo bebe muito nesses institutos para manter o processo de exploração-dominação. O homem mantém o poder exercendo a dominação sobre corpos que são invisibilizados; esse corpo dominado sempre será o mais vulnerável. Nesta perspectiva, estamos falando do corpo da mulher, pois esta, desde a formação das famílias, tende a ser subalternizada. O comparativo da mulher com o escravo nasce devido à característica de inferioridade que ambos possuem.

O patriarcado disseminou o processo de dominação-exploração no lar, ao ponto em que a mulher esteve condicionada a vender sua mão de obra de forma barata para sair do lar e, por esse motivo, o capitalismo se valeu dessa condição para aplicar a mais-valia e aumentar o quantitativo de mão de obra com o trabalho feminino.

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito ao contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai favorecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez

que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa (SAFFIOTI, 2013, p. 67).

De forma similar ao escravismo, o capitalismo eclode não só como forma organizativa, mas também como um meio de segregar a sociedade em classes e, desse modo, os sujeitos passam a ocupar lugares de poder distintos com base na condição financeira e social, o que também contribui para o processo de não-lugar ocupado pela mulher (Saffioti, 2013).

O escalonamento da sociedade em classes permite que a mulher que não esteja na burguesia sofra condições ainda mais degradantes de sobrevivência em atividades manuais. Assim, a burguesia branca emprega o método racial/classista na sociedade para manter uma hierarquia e nutrir o capitalismo com sua política do pão e circo.

Os subtópicos seguintes vão tratar da entrada da mulher no espaço público, abordando no subtópico 2.3.1 *A mulher no espaço público e privado* e, em seguida, no subtópico 2.3.2 *A mulher na política e espaços de poder*.

2.3.1. A Mulher no espaço público e privado

A mulher adentra o espaço público depois de muita luta e busca por igualdade de direitos; contudo, ainda há um longo caminho a trilhar em um contexto social de desigualdades de gênero e suas interseções com raça/etnia e classe social.

A vivência da mulher e suas experiências, permitidas pela sociedade paternalista e patriarcal apenas no espaço privado de atuação, são bastante restritas ao lar e à condição materna. Esses fatores limitaram e ainda limitam a liberdade da mulher de acessar os espaços públicos e restringem sua visibilidade enquanto cidadã. Dessa forma, a mulher desenvolve pouca prática no exercício de atividades públicas devido a uma herança patriarcal que a coloca como pessoa apta para exercer atividade doméstica, qual seja, a criação das crianças. Nesse sentido, quando a mulher adentra o espaço público, ela tende a ser estigmatizada e sofre preconceitos e discriminação.

Por esse motivo, é importante entender que a mulher que vai ao espaço público já esteve, preteritamente, em um caminhar dentro da esfera privada, local em que essa figura é

subordinada e inferiorizada, em razão do biológico que fomentou a estrutura patriarcal. Essa mulher, que agora adentra o âmbito público, tende a refletir o que exerce em sua vida privada; ou seja, reflete as restrições que lhe são impostas, nutrindo o sistema machista também no espaço público.

É importante compreender que a mulher que vai ao espaço público é uma sujeita que, dentro do espaço privado, foi invisibilizada, e esse é o motivo que a leva, muitas vezes, ao silenciamento. A adoção de uma função doméstica na unidade familiar, como mãe, esposa e empregada, tende a inviabilizá-la em um ambiente macro e, logo, existe uma falsa impressão feminina de que o espaço público não é o seu lugar (Perrot, 2007).

Muitas vezes, o não pertencimento feminino ao espaço público nasce da conceitualização patriarcal de que a mulher que se exhibe ao público, ao ponto em que discute, opina, mostra seu corpo e suas convicções, é sinônimo de vergonha ou de depravação. Assim, podemos dizer que o corpo da mulher foi indicado para ficar no lar, para cumprir com o biológico e com o desejo do macho. Logo, temos um distanciamento da mulher do espaço público devido às condicionantes que a reprimem por anos.

Perrot (2003, p. 14) explica que:

Uma mulher em público é apenas uma figura. Mundana, exprime por sua aparência a fortuna do marido, de quem ela é uma espécie de cabide. A elegância da moda é um dever seu. A própria beleza constitui um capital simbólico a ser barganhado no casamento ou no galanteio. No palco do teatro, nos muros da cidade, a mulher é o espetáculo do homem. Muito cedo a publicidade soube usar sua imagem. Ainda hoje, o corpo feminino, silencioso e dissecado, continua sendo o principal suporte da publicidade.

O âmbito público e o privado se encontram, e, entre si, no momento em que se compreende a esfera pública como um prolongamento e multiplicidade das pessoas em direção a uma pluralidade humana que não exclui a singularidade individual, mas que reflete as individualidades em um coletivo, também formado por outros grupos de organização, temos a conexão lógica entre o espaço público e o privado Barbosa (2019).

O público e o privado, portanto, estão relacionados como Estado e sociedade. De um lado, o Estado como entidade pública e, do outro, a sociedade como privado. Alguns estudiosos podem não detectar, porém a dominação posta nas famílias é similar à dominação do Estado sobre os sujeitos, pois as mudanças são apenas na aplicação das normas de organização, mas também são reflexos do que ocorre na vida privada.

A relação da mulher com o espaço doméstico, qual seja o privado, dispõe, segundo Pateman (1989, p. 75), da seguinte organização:

As feministas estão tentando desenvolver a teoria de uma prática social que, pela primeira vez no mundo ocidental, seria uma teoria verdadeiramente geral que incluísse homens e mulheres de forma igual - baseada na interrelação da vida individual com a coletiva ou da vida pessoal com a política, em vez de sua separação e oposição. No nível imediatamente prático, esta demanda é expressa no que talvez seja a conclusão mais clara das críticas feministas: a de que, para que as mulheres participem plenamente, como iguais, da vida social, os homens têm de dividir de forma igual a criação das crianças e outras tarefas domésticas. Enquanto as mulheres se identificarem com esse trabalho "privado", seu status público será sempre prejudicado.

Tais conflitos mostram que existe uma dificuldade para as mulheres saírem do silenciamento e, por muito tempo, essa sujeita sente-se uma intrusa. Por isso, no espaço político, elas lidam com a estranheza do local que lhes está sendo ofertado e acabam por ficar dissociadas da vida cotidiana. Essa mulher do lar, do mundo privado, prefere não se expor ao público devido à retaliação e à inexperiência que possui para lidar com uma sociedade Barbosa (2019) misógina, machista e autoritária, na qual há uma predominância do poder do macho e uma dominação masculina.

Desse modo, as mulheres se tornam, muitas vezes, amargas e defensivas com outras mulheres no âmbito público, devido ao medo recorrente da crítica e do rótulo. Durante muito tempo, a mulher teve uma libertação confusa e misteriosa, repleta de tabus e tensões. Ser mulher em uma sociedade repleta de uma consciência de gênero que é questionada a todo momento é ato revolucionário Barbosa (2019).

Por esse motivo, devemos compreender o modo como a sociedade se posiciona frente à correlação entre o público e o privado, diante de uma mulher que fora condicionada a manter-se no privado e que, com muita luta, alcança o público com sede de libertação. A mulher deseja ser indivíduo e, para ser representada, é necessária a promoção de uma tomada do espaço público, não apenas na perspectiva de adentrar ao trabalho. A ideia é que essa mulher, que tem direito ao voto, abandone as funções domésticas para ser a representante do seu grupo/classe. Ou seja, a mulher no espaço público, na política, deve ser política e representar o gênero, a classe e a raça. A ideia é que essa sujeita venha a ter comandos e ocupar um lugar de eloquência social. Ter uma mulher na política é símbolo de luta, dominação de espaço, libertação e conquista de um direito de cidadã.

2.3.2 Mulheres na política e espaços de poder

O lugar da mulher é na política. É necessário elucidar que essa sujeita, ao adentrar o espaço de poder/político, depara-se com um sistema opressor machista que rechaça a candidatura de mulheres por desacreditar na capacidade e condição de sujeita devido ao gênero e ao sexo. O processo de entrada desses corpos na política trata-se de um ato repleto de violências, preconceito e estigma.

A partir dessa compreensão, antes de adentrar ao mérito da abordagem central dessa discussão e pesquisa, que trata do papel da mulher na política, elencamos a seguir como esse processo foi desenvolvido historicamente, desde o começo das candidaturas e tomadas de cargos até os dias de hoje.

Em 3 de maio de 1993, dia da eleição para os representantes da Assembleia Constituinte, a primeira candidatura de uma mulher foi feita por Bertha Lutz, mulher e ativista, grande nome do direito político de gênero. Bertha candidatou-se a deputada; ela estava filiada ao Partido Autonomista e, nesse mesmo período, havia outras mulheres candidatas. Foram sete mulheres candidatas, dentre elas Leolinda Daltro e a advogada Natércia da Silveira. Bertha Lutz foi a que mais recebeu votos, com um total de 16.423, mas não conseguiu vaga na Câmara; porém, conseguiu a suplência no Partido Autonomista, ao qual se associou Marques (2019).

Nesse período, segundo lembra Marques (2019), outro grande nome do movimento das mulheres na política foi Carlota Queirós, que, apesar de sua grande movimentação social acerca do feminismo, teve um embate com Bertha Lutz sobre a defesa de políticas de saúde centralizadas. Esse conflito ocorreu porque, ao passo que Bertha era a favor da autonomia dos Estados para a implantação das políticas, Carlota as condicionava. Por isso, Bertha e Carlota tinham divergências políticas; as ativistas possuíam um *modus operandi* distinto e, nesse sentido, essa divergência ecoou como um entrave, porém foi necessária para a difusão dos direitos das mulheres.

Sobre essa divergência, Marques (2019, p. 83) explica que:

Enquanto Bertha defendia o exercício de direitos políticos sem condições, a deputada Carlota, junto a outros políticos da época, acreditava que, a cada direito usufruído, deveria existir um dever correspondente. Vale lembrar que, apesar da eleição de Carlota Queirós para a Constituinte e do voto de Almerinda de Farias Gama nas eleições para deputados classistas, a

participação política feminina não estava garantida e ainda era uma pauta importante a ser discutida na Constituinte. Assim, durante os trabalhos constituintes da assembleia, Carlota defendeu que as mulheres, para se alistarem como eleitoras, deveriam participar de uma cerimônia cívica de juramento à bandeira nacional. Nos seus pronunciamentos, também sugeriu que as mulheres prestassem serviços sociais de assistência aos pobres em contrapartida ao direito de votar. Tal associação entre atividades de defesa da coletividade – via treinamento militar ou via assistência social – e o direito ao voto tinha longa história nos debates em torno do alcance da cidadania. Já vimos que, durante os trabalhos da Constituinte de 1891, houve parlamentares que lançaram mão da ideia do cidadão-soldado para justificar a exclusão das mulheres dos direitos políticos. Em igual medida, podemos considerar muitas iniciativas da professora Leolinda Daltro como respostas aos que se opunham a que mulheres fossem cidadãs ativas.

Por um lado, Bertha Lutz, como fica claro na explicação de Marques (2019), temia a aplicabilidade da condicionante frente ao direito político devido à militarização ainda discreta; por outro lado, a ativista Carlota Queirós acreditava que o processo de ofertar/conceder um direito deveria gerar uma obrigação. Ocorre que, dentro do feminismo, a obrigatoriedade de um dever político posterior à concessão de direitos pode gerar uma retaliação feminista, visto que os direitos das mulheres não devem ser condicionados a atos consequenciais, o que faz sentido para o entendimento contrário que Bertha aplica a essa ideia. A ativista mostrou precaução com a causa da mulher, ainda muito frágil naquele período.

Neste sentido, é importante elucidar um pouco sobre a trajetória histórica da mulher nos cargos de poder, conforme mencionam Gatto e Thomé (2024, p. 12-13), de forma simplificada, como foi a ocupação dos cargos eletivos no Brasil:

Foram várias as que se candidataram para compor a Assembleia Constituinte; e, de fato, se elas haviam sido apenas oito (1,6% da Câmara dos Deputados) na legislatura anterior, foram eleitas três vezes mais, 26 mulheres (5,3% do total de deputados), para participar da redação da nova Carta. Entretanto, na primeira eleição direta para o cargo de presidente após o fim da ditadura, em 1989, mesmo com 22 candidatos disputando, apenas um deles era mulher (Lívia Maria Pio, do Partido Nacionalista). Os pleitos para outros cargos não foram tão diferentes. Nas eleições gerais de 1990, nenhum dos 27 governadores eleitos era mulher. Para a Câmara dos Deputados, foram eleitas mulheres para 29 das 503 cadeiras. A composição do Senado para a Legislatura de 1991-1995 também só contou com cinco mulheres (entre os 81 assentos). Mas a baixa representação política das mulheres não era um problema só no Brasil. Em 1990, em todo o mundo, as mulheres ocupavam na média apenas 9,4% dos assentos nos parlamentos. Na Europa, região que estava mais avançada neste quesito, apenas 13,8% dos legisladores eram mulheres, na média. Já na América do Sul, a presença das mulheres nas legislaturas era mais baixa: 9,8% (OUR WORLD IN DATA, 2023).

Dentro dessa perspectiva, temos que elucidar que, em todo o mundo, a discussão sobre as mulheres na política ganhava força; inclusive, em 1995, a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher discutiu a desigualdade de gênero no âmbito político. As discussões globais foram cruciais para a modificação do cenário brasileiro, que, diante da ausência feminina nas candidaturas, impulsionou a norma brasileira nº 7.783, que instituiu a cota de gênero para as eleições às câmaras municipais no Brasil (Gatto; Thomé, 2024).

Em uma abordagem mais cíclica sobre a elegibilidade das mulheres na política, podemos observar que, dentro do poder executivo, há uma tendência de manutenção do poder pelos burgueses. Inclusive, podemos destacar que a elegibilidade das mulheres começa nos cargos de prefeitas, em uma figura de “prefeita coronel”, fruto de uma herança colonial branca com perfil europeu, que propaga o coronelismo e a manutenção da branquitude no poder.

No período colonial, inclusive, a ideia de capitania hereditária foi colocada como uma sequência do poderio masculino. A mulher entra na política, inicialmente, através do papel que exerce como esposa de presidente, governador e/ou prefeito. Em verdade, o fato de o marido ter ocupado anteriormente a respectiva cadeira enquanto chefe de poder, e diante da norma que, por um dado período, torna o detentor do poder inelegível, cria uma tendência de que essa mulher (esposa/mãe/filha) seja inserida no cargo, por já ter sua imagem associada aos conceitos de família e lar, o que patrocina ainda mais a continuidade das capitânicas hereditárias comandadas pela burguesia, explica Barbosa (2019).

Ocorre que a não participação feminina no processo eleitoral advém de um processo colonial que pouco colocou a mulher como detentora de poder e, na verdade, essa mulher que exerce a função de dona do lar nunca teve acesso ao poder. No período das casas grandes e senzalas, a figura da mulher burguesa branca era a que estava ao lado de um homem também branco e detentor de poder. Por esse motivo, o primeiro sinal de mulheres no poder é por meio da herança colonial.

Por isso, o não-lugar que a mulher ocupa na política advém do tripé colonialismo-capitalismo-patriarcado, que a condicionou a não exercer nenhum papel público, e a condição do gênero e sexo limitou a mulher devido ao biológico. Neste sentido, observamos que há também uma tendência capacitista que a inibe de exercer papéis político-sociais. Para quebrar esse conceito, é necessário que as lutas feministas tenham maior incidência para que as mulheres tomem posse de um local de representatividade de direito.

Conforme resultados de pesquisas realizadas entre 2014 e 2016, o motivo que leva a

mulher a não ocupar lugares políticos é, em 41% dos casos, a falta de apoio de partidos políticos, apesar da cota de gênero. Em segundo lugar, com 23% do percentual, existe a tese de falta de interesse da mulher em eleger-se. Ora, um total de apenas 19% acredita que seria uma dificuldade concorrer com homens, pressupostos esses que, em tese, excluem a mulher do poder (Machado, 2019).

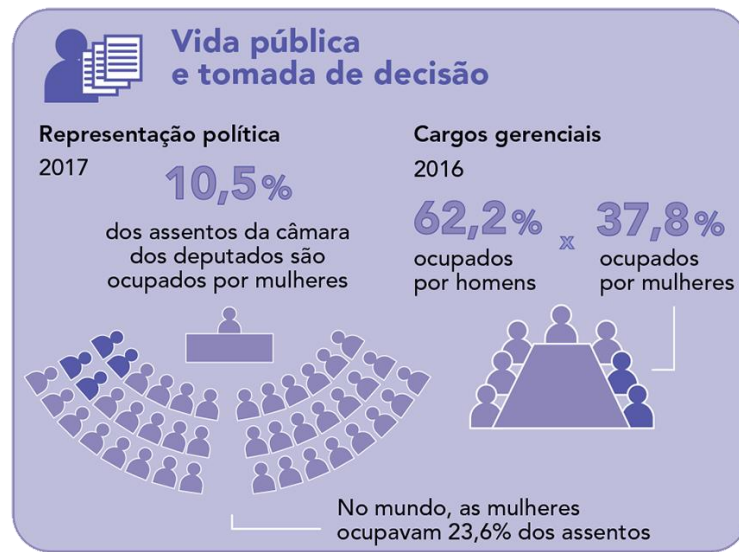
Segundo Machado (2019), houve um aumento de 15% no percentual de mulheres nos cargos de senadora e deputada federal em 2018. Esse aumento aconteceu não só pela cota de gênero, mas também devido à participação acentuada em discussões acerca de representatividade e luta feminina; essas temáticas impulsionaram o aumento de mulheres em busca de representação política.

A continuidade da baixa representação feminina no poder é um fator que permanece socialmente muito evidente, devido ao fato de que as mulheres foram levadas a permanecer em constante inércia diante de uma condicionante que o gênero sofreu.

O local de poder, por muito tempo, foi apontado ao macho. O homem, que era chefe do lar e provedor da família, detinha o poder no espaço privado e, conseqüentemente, no público, e, de fato, esse entendimento limitou a mulher como sujeita política. Ainda assim, a participação política feminina é mínima, como indicam os resultados da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), que revelam a invisibilidade feminina na política.

Vejamos os resultados da pesquisa sobre a estatística de representação de mulheres na política, IBGE, 2018:

Figura 1: Estatística de representação de mulheres na política, IBGE, 2018.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Essa pesquisa realizada pelo IBGE (2018) sobre indicadores sociais, entre 2017 e 2017, aborda vida pública e tomada de decisão, considerando duas categorias fundamentais: a representação política e a ocupação de cargos gerenciais por homens e mulheres. Ao investigar a representação política, constatou-se que, em 2017, no Brasil, apenas 10,5% dos assentos da Câmara dos Deputados eram ocupados por mulheres.

Esse não é um problema somente do Brasil, como é possível observar que, no mundo, as mulheres ocupavam, em 2017, apenas 23,6% do total dos assentos da Câmara dos Deputados. Portanto, mostra-se que a representatividade feminina na política nesse período é muito baixa. Quando foram investigados os cargos gerenciais no período de 2016, os resultados indicam que 62,2% eram ocupados por homens e apenas 37,8% por mulheres. Portanto, a desigualdade entre homens e mulheres é uma realidade ainda a ser enfrentada no Brasil.

Devido ao ideal de que o homem é quem exerce o poder, podemos observar que, quando uma mulher vai em direção aos cargos políticos publicamente, ela tende a surgir com uma aparência mais séria, buscando uma proximidade com o masculino para obter aceitação. Muitas vezes, elas aparecem usando roupas masculinas, como terninhos e tons escuros.

Esse movimento permite a seguinte reflexão: se as mulheres se vestem com a ideia de formar uma imagem mais masculina no exercício do poder, em tese, entende-se que os preceitos que movem o machismo e a misoginia foram incutidos na consciência da mulher candidata/eleita (Beard, 2018).

É fato: a mulher na política é um ato revolucionário que permite a constante manutenção da luta, faz valer os direitos conquistados, levanta debates político-sociais,

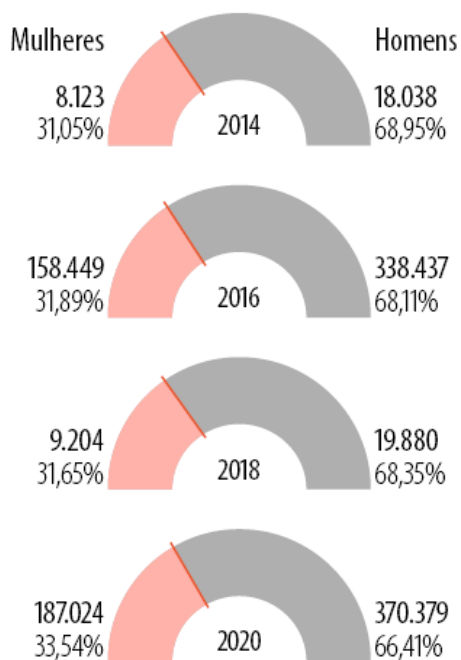
reverbera a igualdade de direitos e a subsunção de normas tolhidas. A mulher é e precisa ser representação do gênero enquanto corpo feminino na política eleitoral.

É importante trazer também para essa discussão a figura da mulher negra neste cenário político. Existem marcadores históricos que representam o acesso dessa mulher negra à política, tendo em vista que os enfrentamentos destas ultrapassam a barreira do gênero e eclodem no racismo.

Sobre os resultados da pesquisa realizada pelo Senado Federal em 2022, sobre as candidaturas femininas nas eleições e a porcentagem de prefeitas eleitas nas últimas eleições municipais, é possível observar que a disparidade entre mulheres e homens é grande.

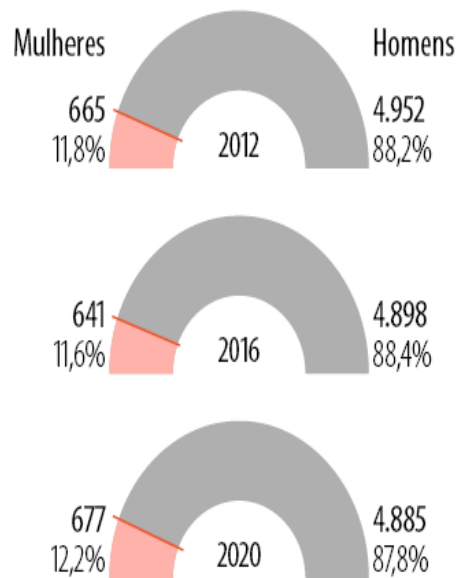
Entre os anos de 2014 e 2020, as candidaturas femininas nas eleições mostram que, apesar dos resultados revelarem um aumento da participação da mulher nos anos de 2016 (158.449 mulheres e 338.437 homens) e em 2020 (187.024 mulheres e 370.379 homens), esses números indicam que a luta ainda tem um caminho longo para alcançar a igualdade entre a participação de homens e mulheres no espaço da política.

Candidaturas femininas nas eleições



Fonte: TSE
agência **senado**

Porcentagem de prefeitas eleitas nas últimas eleições municipais



Fonte: TSE
agência **senado**

Figura 2: Senado Federal, 2022.

Figura 3: Senado Federal, 2022.

Inicialmente, é válido indicar que movimentos negros impulsionaram o acesso das mulheres à via política. Estamos aqui falando da Frente Negra Brasileira, fundada em 1931 pelas Nações Unidas; foi o primeiro partido político da população afrodescendente do país. Assim, as mulheres eram chamadas dentro do movimento de “frente negrinas” (Almeida; Machado, 2021).

Podemos indicar o nome de Antonieta de Barros, que foi a primeira mulher negra eleita, em 1934, no cargo de deputada estadual em Santa Catarina. A ativista foi professora, jornalista e escritora, e esteve na militância da mulher negra por muitos anos. A deputada enfrentou batalhas contra o racismo e sexismo em sua época, abrindo caminho para as mulheres negras neste ambiente político. A determinação da ativista virou símbolo de resistência (Sabino, 2024).

Outro grande nome da política de representação negra é o de Ludelina Melo, que vivenciou por muitos anos o trabalho doméstico. Essa ativista teve seu corpo negro retirado desse cenário para acessar o Partido Comunista Brasileiro, sendo fundadora da primeira Associação de Trabalhadores Domésticos. Nesse período, Ludelina deu voz a diversas militâncias sindicais.

Não menos importante, é válido indicar o nome de Benedita da Silva, que também movimentou o cenário das mulheres negras em reivindicações de bairro, tendo início com uma atuação marcante nas favelas. A ativista se candidatou pela primeira vez a vereadora em 1982 pelo PT – Partido dos Trabalhadores. Passados alguns séculos, Benedita enfrentou cargos como governadora e atualmente exerce o cargo de deputada federal no Rio de Janeiro.

Em resumo, podemos indicar que a maior parte das candidaturas femininas é composta por mulheres autodeclaradas brancas, seguida pelas pardas e, depois, pelas pretas. Esse padrão é seguido em todos os cargos; a distância na proporção de candidatas entre mulheres brancas e negras em cargos de maior poder/importância é maior. As candidaturas femininas de mulheres negras, para diversos cargos de elegibilidade pública, ainda detêm um quantitativo baixo de inscrições (Gatto; Thomé, 2024).

Neste sentido, podemos observar a seguinte abordagem de Almeida e Machado (2021, p. 403):

Nota-se, então, que a conquista de direitos políticos por mulheres brancas não necessariamente foi revertida em prol das mulheres como um todo, porque, muitas vezes, seus pleitos estavam relacionados à defesa de interesses que eram mais próprios das mulheres brancas (Davis, 2017). Foi

necessária, nesse contexto, a organização de movimentos de afro-americanas para a luta mais ampla por direitos, com a invocação de lemas como “ergue-nos enquanto subimos”, transmitindo a ideia de que se deve subir na conquista de direitos, independentemente da classe social, criando ambiente para que todos subam juntos (Davis, 2017). Nesse ponto, o feminismo negro tem pauta mais abrangente e preocupada com questões coletivas.

Ou seja, as mulheres brancas estão diante de um cenário difícil; porém, as mulheres negras enfrentam uma complexidade maior devido à etnicidade. A descrença depositada em um corpo negro faz com que ocorra esse distanciamento entre mulher negra e espaço político. O termo “subrepresentações” fica a cargo de um conjunto de mulheres negras que lutam a todo momento; por isso, utiliza-se o termo “ergue-nos enquanto subimos” para que a luta feminista negra no campo da representação siga firme.

A invisibilidade política da mulher negra é vista em dados palpáveis. Nesta toada, Santana (2023, p. 110) menciona:

Neste contexto de baixa representação de gênero, o racismo agrava a situação, performando um quadro de exclusão política de mulheres negras e indígenas decididamente inaceitável, sobretudo se estamos num país onde a população feminina corresponde a 51%, e a parcela autodeclarada negra, 53,6%, segundo dados do IBGE/2015. A sub-representação dessas mulheres é espantosa e constrangedora para os olhares que o racismo não conseguiu anestesiar. E, considerando que a discriminação racial nessas terras se baseia fundamentalmente no fenótipo, quanto mais retinta for a cor da pele, as pessoas negras são mais expostas e submetidas aos processos de exclusão, negação e invisibilidade, enfrentando barreiras quase intransponíveis no acesso ao poder. Dados do IBGE dão conta de que, nas eleições do ano de 2018, apenas 24,4% do parlamento brasileiro era composto de pessoas autodeclaradas pretas ou pardas. Ressalto, ainda, que quando observamos as imagens das parlamentares, percebemos que muitas das que se declaram pardas são socialmente vistas e tratadas como pessoas brancas, e até se comportam como tal. Nesta legislatura, as mulheres que se identificam como pretas ou pardas fenotipicamente constituem 2,36% das parlamentares, o que equivale a somente 13 mandatos, entre os 513 deputados e deputadas federais.

De fato, as ausências negras no campo político partem de um cenário discriminatório. A pouca representatividade e a constante luta para a inserção dessas mulheres têm grande apoio de questões coletivas, geralmente de bairros, favelas e comunidades carentes, que possuem representantes negras envolvidas na necessidade da assistência humana e engajadas no campo político.

2.3.3 Sistema eleitoral e política de cotas de gênero na sociedade brasileira

Antes mesmo de falar sobre como funciona o sistema de cotas políticas de gênero na sociedade brasileira, decidimos iniciar essa abordagem expondo alguns apontamentos sobre a organização administrativa do Estado em poderes, sejam eles: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Portanto, o intuito é caminhar destacando questões importantes sobre o sistema eletivo e buscar uma aproximação com conhecimentos que envolvem as funções e organizações do poder executivo e do legislativo. Nesse sentido, procuramos dar destaque, especificamente, ao poder legislativo e sua estrutura eletiva, haja vista que esta pesquisa dialoga com mulheres que, atualmente, se enquadram no cargo de vereadoras, sejam elas eleitas ou as que se encontram na iminência do cargo/concorrendo.

Para melhor compreensão, foi preciso destrinchar a conceituação dos diversos processos de elegibilidade e, de início, vamos elencar que o poder executivo trata daquele poder de maior representação e comando organizativo da sociedade, sendo o poder que se encontra em status de maior hierarquia. No âmbito federal, quem exerce esse poder é o Presidente da República; no Estado, os governadores; e, no município, o prefeito. Os cargos de maior representação pública são exercidos pelos chamados “chefes do executivo” e, nesse quesito, é válido elucidar que o termo chefe indica um adjetivo costumeiramente masculino, o que, por si só, já reverbera um sistema eleitoral machista.

Já o poder legislativo trata de uma via do poder que surge com o objetivo de elaborar leis e regulamentar projetos para a melhor organização do Estado e, como representação do âmbito federal, temos os deputados federais e senadores. No espaço estadual, os deputados estaduais e, no município, os vereadores, que são objeto desta dissertação quanto à elegibilidade. Para compreender a cota de gênero como uma norma de execução no regramento eleitoral, precisamos, antes de mais nada, conhecer o processo de elegibilidade.

Vale ressaltar que esta pesquisa se volta mais especificamente para o âmbito municipal, devido ao recorte do objeto de estudo, com foco no Território de Identidade Médio Rio das Contas. Em decorrência disso, a pesquisa foi realizada considerando o sistema que move a Câmara Municipal de cada município sediado neste território, onde as interlocutoras atuam/atuarão. Quando acontece a eleição quadrienal no município, os/as vereadores/as são escalonados/as dentro de partidos que possuem filiações e bandeiras. As definições específicas desses grupos não são necessárias nesta pesquisa, porém, é importante trazer à

baila a elegibilidade do/a vereador/a em sua forma organizacional. De fato, o/a vereador/a tende a eleger-se dentro de um percentual que seu partido ou coligação alcançar.

Já a eleição para presidente/a, governador/a e prefeito/a trata-se de um processo regido pelo sistema majoritário: quem tem a maioria dos votos vence. Já para vereador/a, o sistema é proporcional. Os partidos com maiores votos serão eleitos e, a partir daí, será analisado quais os/as vereadores/as mais votados/as; ou seja, o partido mais bem votado proporcionará a indicação do vereador mais votado naquele partido. Para que ocupem as cadeiras da câmara, vale indicar que as vagas para vereador/a são suscetíveis à Lei Orgânica Municipal, a depender da quantidade de habitantes no município.

Ocorre que, para as mulheres adentrarem ao esquema de elegibilidade política, enquanto sujeitas elegíveis dentro de partidos e coligações, primeiro essas mulheres sofreram com uma inacessibilidade diante de um espaço machista. Vale mencionar que, até serem aceitas nesse nicho, houve um processo longo, muito em decorrência de movimentações feministas que buscavam representatividade no espaço público, até que alcançaram a política de ação afirmativa de cota de gênero na política. Neste viés, Sanchez (2017, p. 9) aponta:

Isso quer dizer que os partidos políticos representam limites para que as mulheres passem da condição de cidadãs elegíveis para a condição de candidatas aptas a participar do processo eletivo. Esses limites estão relacionados à legislação eleitoral e à predominância de oligarquias partidárias nas decisões desses organismos. O modo como os partidos escolhem seus candidatos nem sempre é caracterizado por mecanismos democráticos. A experiência brasileira revela que tanto a estrutura interna dos partidos quanto às suas posições ideológicas são fatores que influenciam o desempenho eleitoral das mulheres. A pressão dos movimentos feministas por maior participação resultou em algumas mudanças e, embora não se possa falar propriamente de uma democratização das estruturas e dos procedimentos adotados pelos partidos, a permeabilidade à participação feminina vem crescendo especialmente nos partidos de esquerda, sinalizando uma tendência de melhora que, todavia, apresenta resultados ainda muito tímidos.

Com base na definição do processo eletivo anteriormente discriminado, tratamos aqui da aplicabilidade da cota política de gênero. Os projetos de lei com a temática de gênero e sua inserção na política acabam por ter pouca repercussão, devido à baixa quantidade de mulheres nos cargos. Diante de várias discussões em prol da igualdade de direitos e muito em decorrência das lutas feministas, conseguimos obter uma norma cuja abordagem caminhou dentro da via obrigatória para o cadastramento de mulheres nos partidos e coligações:

Em 1995 a Deputada Federal Marta Suplicy, endossada por outras deputadas, apresentou o projeto de lei que propunha cota mínima de 30%

para a candidatura de mulheres para as eleições relacionadas à Câmara Municipal de todo Brasil, para o pleito que iria ocorrer no ano seguinte. A proposta foi aceita, porém com uma redução de 10% no percentual proposto originalmente, assim, a Lei nº 9.100 de 29 de setembro de 1995 foi aprovada estabelecendo que deveriam ser reservados 20% das vagas para mulheres (BARROS, 2019, p.183).

A Lei nº 9.504, de 1997, modificou o regramento anterior e, com aplicação na eleição de 1998, aumentou o percentual de candidaturas de cada sexo para 30%. Com efeito, o texto trouxe o termo sexo e modificou o quantitativo para ampliar a participação das mulheres. Vejamos o que diz o texto da lei supracitada:

Art. 10. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 150% (cento e cinquenta por cento) do número de lugares a preencher, salvo:

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo (BRASIL, 1997).

No entanto, em 2009, ocorreu a mudança da lei anterior para a Lei nº 12.034/09. Neste novo texto, a norma passou a constar “preencherá”. Antes, como estava posto, a norma previa que haveria uma reserva de vagas; agora, de fato, a norma instituiu um ordenamento de que “deve preencher” a quantidade de vagas para mulheres. Porém, a norma modificou-se para exigir, com o uso do termo “deve”; entretanto, na prática, não ocorre essa subsunção à norma.

A lei que institui as cotas eleitorais de gênero conseguiu se consagrar com força após as discussões da década de 1990, que permitiram a inserção da mulher no rol de candidatos. Todos os regramentos que vieram na sequência visam à igualdade entre os sexos. É importante mencionar que a lei sobre cota de gênero eleitoral emerge devido a uma grande pressão política para a devida elaboração de leis que regulamentem o acesso das mulheres ao espaço público na América Latina e, após a ditadura, o processo de elegibilidade feminina ganhou maior repercussão com o feminismo. Ou seja, existe essa previsão, intitulada cota de gênero, que garante, em tese, o preenchimento de um quantitativo de mulheres em partidos políticos, o que se trata de um grande avanço.

Vale ressaltar que, em 1995, a Lei dos Partidos Políticos nº 9.096 aborda, no artigo 44, inciso V, a necessidade da devida aplicação de no mínimo 5% dos recursos do Fundo Partidário para maior difusão de programas de participação política das mulheres. Inclusive, a

Lei 13.487, de 2017, previu que 10%, no mínimo, do tempo de propaganda partidária gratuita no rádio e TV deveria ser concedido à propagação da participação das mulheres na política (Cabral; Montaldi; Toledo, 2023).

Com base no que o Tribunal Superior Eleitoral divulgou, em 2018, um total de 30% da verba do Fundo Especial de Financiamento de Campanha seria destinado à candidatura feminina, e essa destinação foi divulgada juntamente com o percentual igual de divulgação das candidatas em rádio e TV (TSE, 2018).

Podemos dialogar no sentido de que a previsão de cotas de gênero é uma norma de ação afirmativa que, na prática, não é aplicada. Na realidade, não temos efetividade de resultado com o regramento. As mulheres garantem apenas a sua participação em partidos; porém, nada garante que elas ocupem as cadeiras da câmara municipal, como no caso desta pesquisa, em que as interlocutoras mencionam essa questão.

Sabemos que, apesar de haver uma destinação específica de quantitativo de mulheres em partidos, ou verbas para as mulheres no espaço político, que foram angariadas através de lutas femininas políticas organizadas, temos uma inefetividade da norma, que, apesar de garantir, não se aplica na prática. A mulher no espaço público político é pouco instituída no cargo devido à resistência social de eleger uma mulher para comandar cargos de poder.

Nesse viés, Sanchez (2017, p. 9) aponta que:

Isso quer dizer que os partidos políticos representam limites para que as mulheres passem da condição de cidadãs elegíveis para a condição de candidatas aptas a participar do processo eletivo. Esses limites estão relacionados à legislação eleitoral e à predominância de oligarquias partidárias nas decisões desses organismos. O modo como os partidos escolhem seus candidatos nem sempre é caracterizado por mecanismos democráticos. A experiência brasileira revela que tanto a estrutura interna dos partidos quanto às suas posições ideológicas são fatores que influenciam o desempenho eleitoral das mulheres. A pressão dos movimentos feministas por maior participação resultou em algumas mudanças e, embora não se possa falar propriamente de uma democratização das estruturas e dos procedimentos adotados pelos partidos, a permeabilidade à participação feminina vem crescendo especialmente nos partidos de esquerda, sinalizando uma tendência de melhora que, todavia, apresenta resultados ainda muito tímidos.

Sabe-se que, apesar da dificuldade de inserção das mulheres nos cargos políticos e das normas ainda serem pouco acessadas, é preciso indicar, de fato, que a militância tem movimentado o cenário das lutas políticas em prol das mulheres.

Considerando essa compreensão, no tópico *Preconceitos, discriminação e violência política contra a mulher*, procuramos mostrar as múltiplas, complexas e diversas barreiras para que as mulheres acessem os espaços públicos. No tópico seguinte será exposta a violência simbólica enfrentada pelas mulheres na política.

2.3.4. Preconceitos, discriminação e violência política contra a mulher

Para que a mulher exerça um cargo político é preciso coragem e determinação, mas acontece que, apesar disso tudo, elas acabam por sofrer diversos embates sociais devido ao seu estereótipo.

Na verdade, a mulher carrega consigo o preconceito, a discriminação e a violência em razão de ser mulher. O corpo feminino é submetido a condicionantes sociais devido ao lugar que ocupa enquanto não sujeito e, desse modo, a mulher tende a ser inferiorizada, descredibilizada e até mesmo abusada pelo simples fato de ser mulher.

A violência política contra a mulher retrata a discriminação de gênero que foi criada desde a formação das conjunturas sociais privadas, qual seja, no mecanismo da família, propriedade privada e patriarcado, onde se criaram determinações segregacionistas que são instituídas no campo público. Assim, esse espaço de poder encontra-se repleto de preconceitos, estereótipos, discriminação, desigualdades e violências de gênero, devido à aplicabilidade do machismo e da misoginia nas unidades organizativas.

De acordo com a cartilha elaborada pelo Ministério Público Federal em 2022, para explicar o que é violência política de gênero e as diversas formas como ela pode se manifestar antes, durante e após as eleições, e também conforme se lê na Moção nº 152/2023, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – Poder Legislativo, Processo nº 24784, protocolado em 21 de agosto de 2023:

As mulheres são silenciadas em diversos ambientes e afastadas de uma efetiva participação na esfera política e de decisão tanto na vida pública quanto privada. A violência política de gênero é toda ação, conduta ou omissão que busca impedir, dificultar ou restringir os direitos políticos das mulheres – cis ou trans – em virtude de seu gênero. Inclui qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício dos direitos e das liberdades políticas fundamentais.

De acordo com o Ministério Público Federal (Brasil, 2022, p. 6), quando pergunta sobre *O que é violência política de gênero?*, a definição é a seguinte:

São atos que tentam excluir a mulher do espaço político, dificultar o exercício de funções públicas, restringir o exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais ou induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade ou que lhe são prejudiciais. As agressões podem ser de natureza física, moral, psicológica, econômica, simbólica ou sexual.

A violência política de gênero é exercida dentro das unidades públicas, tais como Câmara Municipal, Assembleia Legislativa, Congresso Nacional, unidades parlamentares, dentre outros espaços. Esse fenômeno é potencializado porque o homem ocupa a maior porcentagem de cadeiras nos órgãos públicos, e essa tendência advém da dominação do macho no espaço privado, que institui demarcações de terras e organiza o trabalho familiar de chefia do lar. Sendo que o poder público também veio, a princípio, a ser conduzido pelo homem.

Neste sentido, Abade e Freitas (2023) instituem que violência política de gênero é a ação, conduta ou omissão cuja finalidade é impedir, obstaculizar ou restringir direitos políticos à mulher, sendo considerada violência qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e suas liberdades políticas em virtude do sexo.

O sistema machista patrocina essa formação social de hierarquia masculina e, a partir daí, quando a mulher ingressa no espaço público, tende a ser vítima de violências. Em decorrência disso, as feministas lutaram para quebrar esse instituto normativo de poderio masculinizado. Apesar das movimentações serem no sentido de concessão de direitos às mulheres, estas ainda sofrem resquícios de uma sociedade misógina.

Com o direito ao voto e com o avanço do feminismo, a mulher passa a alcançar a chefia de grupos de bairro ou agremiações, tais como lideranças de unidades de trabalho. Apesar da progressão de direitos, a mulher ainda é vítima de violências de diversas formas. Essas desigualdades são empregadas para reprimir a mulher dentro do coletivo social; ou seja, dentro de um cenário macro, há um constante silenciamento dessas sujeitas nas unidades coletivas, seja pelo movimento de repressão sobre os projetos públicos ofertados, ou mesmo pela restrição de espaço (Marques, 2019).

A discriminação da mulher na política começa pelo próprio eleitorado, que são os primeiros a reprimir e retalhar a mulher candidata pelo gênero, pela posição feminina, pelas

roupas e pelas causas de defesa. De fato, o corpo feminino é violentado no momento em que se expõe como sujeita política em um espaço predominantemente masculino. Essa sujeita sofre imediatamente com o machismo e com os rótulos atribuídos ao corpo da mulher. Quando a mulher vai ao público, acaba por ser estigmatizada, pois, nesse contexto, ocorre que o primeiro espaço de violência é a população, que constantemente expõe uma desconfiança pelo potencial intelectual feminino.

A descrença pela condição feminina de exercer o poder é uma herança patriarcal. O poder do macho reprime a mulher enquanto sujeito, e ocorre que essa incredibilidade posta na figura feminina advém de uma falsa atribuição de “função social” atribuída à mulher na sociedade, que, dentro do ideal masculino, é colocada para servir o lar ou como objeto de satisfação sexual.

Castro e Oliveira (2023, p. 264) lembram que:

Candidatos ou parlamentares do sexo masculino são alvo de críticas por suas ações e decisões políticas, enquanto as mulheres são ofendidas com base em sua personalidade e aparência física, além de serem sexualizadas e desqualificadas profissionalmente. Os insultos direcionados aos homens estão relacionados à sua atuação política, como "corrupto" ou "ladrão"; as mulheres são chamadas de "loucas", "histéricas", "fracas", "frágeis" ou "vagabundas", adjetivos ligados à sua reputação pessoal.

Ocorre que, não só no público votante a violência é observada, mas também dentro das unidades parlamentares. Os colegas dos cargos políticos, em sua maioria homens, reproduzem uma cultura machista de preconceito e discriminação para com a mulher no exercício dos cargos.

Neste sentido, Abade e Freitas (2023, p. 16) destacam que:

Ressalte-se que as mulheres sofrem violência política também dentro dos próprios partidos. Não apenas adversários políticos, mas colegas da mesma estrutura partidária muitas vezes agem para limitar o acesso das mulheres às instâncias internas de poder e organização. Nesse contexto, o homicídio da vereadora Marielle Franco deveria ter sido encarado como um compromisso das autoridades brasileiras com nosso Estado Democrático; um marco para a justiça brasileira na defesa de Direitos Humanos. Um símbolo de uma grande transformação. Mas isso ainda não ocorreu.

Inclusive, vale indicar que o termo violência política de gênero foi criado após alguns eventos públicos, quais sejam: a destruição da imagem da ex-presidenta Dilma Rousseff, enquanto fora retirada do poder em um processo de impeachment, em 2016; e o assassinato de Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, que foi morta em razão de ser mulher, ou seja,

vítima de feminicídio. Ambos os casos trouxeram a problemática da violência política de gênero como pauta de grandes movimentos sociais, sejam eles destinados aos direitos da mulher ou mesmo aos direitos humanos (Lopes, 2024).

É importante informar que, após esse fato com a vereadora Marielle Franco, em 2018, foi promulgada, em 4 de agosto de 2021, a Lei nº 14.192, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. Essa norma aproveita para criminalizar a divulgação de fotos e vídeos falsos em campanhas eleitorais e criminaliza diversas violências políticas contra a mulher (Abade; Freitas, 2023).

Enfim, o emprego de preconceitos, discriminação e violência política contra a mulher é fato, e esse não é um caso somente do Brasil, mas está presente em todas as sociedades políticas. Por isso, é importante destacar algumas considerações sobre a mulher negra: *as disposições de gênero e suas intersecções com raça/etnia e classe social na sociedade brasileira*.

2.4 Mulher negra: as disposições de gênero e suas intersecções com raça/etnia e classe social na sociedade brasileira

Existe uma correlação entre as problemáticas que envolvem gênero, raça/etnia, e é o que chamamos de interseccionalidade entre condicionantes sociais. Nessa mesma perspectiva, é necessário elencar discussões acerca da classe social que pertence a esse liame fronteiriço. Os marcadores gênero, raça/etnia e classe sempre foram condicionantes correlatas, pois todas essas definições se encontram dentro das mesmas discussões sociais de invisibilidade, sub-representação e inferioridade.

O estudo interseccional de gênero, raça/etnia e classe é importante para compreender de que modo a mulher negra enfrenta violências para além do sexo/biológico; ocorre que, neste caso, o racismo esbarra no sexismo. A história da mulher negra e de seus descendentes parte de um local de escravidão, hipersexualização, exploração e abusos. Não é novidade. O lugar que a mulher negra ocupou por muitos anos foi ligado à servidão e, por muito tempo, essa sujeita esteve coisificada e tratada como abjeto social, estando sempre à margem social. Essa sujeita, repleta de condicionantes, enfrenta a inacessibilidade no espaço público.

Para Akotirene (2019, p. 29):

A interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões. A interseccionalidade dispensa individualmente quaisquer reivindicações identitárias ausentes da coletivamente constituída, por melhores que sejam as intenções de quem deseja se filiar à marca fenotípica da negritude, neste caso, as estruturas não atravessam tais identidades fora da categoria de Outros. Logicamente, para a Europa, branquitude é um sistema de poder muito além da brancura da pele, distinto do caso brasileiro, da mestiçagem, como quer a democracia racial defendida pelas elites brancas e trânsitos regionais com seus deslocamentos de privilégios. Daí interseccionalidade ser útil para perceber onde começa o racismo e termina a discriminação regional, a xenofobia e as opressões ressignificadas contextualmente.

Na concepção da autora, falar sobre interseccionalidade é falar sobre identidade e racismo/branquitude, que são fenômenos interceptados por estruturas sociais que tendem a racializar as lutas políticas em caixas. Para compreendermos essa conexão entre marcadores, precisamos evidenciar a tendência hegemônica que se aplica no mundo, na qual a mulher negra enfrenta uma solidão plural. Especialmente, essa mulher enquadra-se nessa discussão, pois é ela a vítima de fronteiras segregacionistas. É necessário compreender esse corpo feminino dentro de diversidades que tratam do gênero, sexualidade, classe, cor e subjetividades (Akotirene, 2019).

Esse cenário existe muito em decorrência do homem branco europeu, que esteve representando a hierarquia social de poder na sociedade como forma de determinar a ordem social e a separação entre gênero e raça nos espaços. Isso ocorre desde a escravidão; a mulher é submissa a essa condição. A mulher negra, de modo geral, é subvertida a uma condição animalesca. O corpo feminino negro é ainda mais violentado, e essa mulher passa por sexismo e racismo em um só sujeito, pois o gênero segrega e a raça exclui.

Ribeiro (2017, p. 24) institui, de forma lógica, que:

Mulheres negras, por serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supremacista branca por serem uma espécie de carência dupla, a antítese de branquitude e masculinidade. Nessa análise, percebe o status das mulheres brancas como oscilantes, pois são mulheres, mas são brancas, do mesmo modo, faz a mesma análise em relação aos homens negros, pois esses são negros, mas homens. Mulheres negras, nessa perspectiva, não são nem brancas e nem homens, e exerceriam a função de Outro do Outro.

Isto porque o gênero segrega, a raça discrimina e a classe subalterniza. A mulher negra, além do gênero, carrega consigo a negritude de um povo escravizado. Para além do biológico, o corpo negro sofre discriminações sociais nunca percebidas pela branquitude. A

mulher negra ocupa o papel de empregada doméstica, local de sub-representação e, por isso, a classe também desponta como marcador nesse espaço público.

É importante destacar que, no início, o movimento feminista foi um movimento branco. As mulheres brancas de maior projeção intelectual gozavam de acesso ao conhecimento científico, em uma unidade organizativa aristocrática na qual as burguesas, filhas e esposas, participavam desses movimentos de militância diante da possibilidade de estudo. Essas mulheres, no feminismo, buscavam a equiparação de direitos. Nesse sentido, é importante destacar que existiu uma ausência de estudos que englobasse a figura da mulher negra. O feminismo negro desponta como epistemologia social e busca tecer maiores reflexões que conceituam os enlaces entre raça e sexo.

Ribeiro (2019, p. 111) explica que, nesse sentido:

contradiscursos e contranarrativas não são importantes somente num sentido epistemológico, mas também no de reivindicação de existência. A invisibilidade da mulher negra dentro da pauta feminista faz com que essa mulher não tenha seus problemas sequer nomeados. E não se pensa saídas emancipatórias para problemas que sequer foram ditos. A ausência também é ideologia. Muitas feministas negras pautam a questão da quebra do silêncio como primordial para a sobrevivência das mulheres negras. Angela Davis, Audre Lorde, Alice Walker, em suas obras, abordam a importância do falar. “O silêncio não vai te proteger”, diz Lorde. “Não pode ser seu amigo quem exige seu silêncio”, diz Walker. “A unidade negra foi construída em cima do silêncio da mulher negra”, diz Davis. As autoras estão falando sobre a necessidade de não se calar sobre opressões como forma de manter uma suposta unidade entre grupos oprimidos, ou seja, alertam para a importância de que ser oprimido não pode ser utilizado como desculpa para legitimar a opressão.

Vale mencionar que a mulher branca encontra maior acessibilidade à via social devido à sua condição de esposa. Apesar de ainda ter seu lugar de subordinação demarcado pelo gênero, sua branquidão a aloca em espaços de poder de forma sequencial, dentro de uma condicionante hereditária. No período colonial, seguido do Império, a mulher branca tende a ter trajetórias menos violentas, em razão de pertencer à casa grande. Essa mulher tem a possibilidade de acessar a via pública devido à sua aproximação com conhecimentos científicos que a conduzem ao ativismo. Já no caso da mulher negra, esta, antes mesmo de ser considerada mulher, enfrenta, para além do sexismo, o racismo e, desse modo, a estrutura ocupacional violenta atinge a mulher negra de forma direta. A hegemonia social retira o corpo negro da sociedade para branquear o espaço e coisificar a negritude. Em verdade, essa figura encontra a base de sua coletividade dentro da senzala, local de opressão e barbárie.

O racismo é o primeiro marcador perceptível sobre o corpo da mulher negra e, sob todas as dimensões, ela é tolhida de direitos. Desde o surgimento do capitalismo, a onda de opressão tende a explorar a mão de obra negra e vender a baixo custo o serviço prestado por essas mulheres. Nesse sentido, a opressão política é negra, pois, em tese, as atividades da base social são exercidas por corpos negros. Em verdade, o controle de imagem é feito sobre o corpo da mulher negra (Collins, 2019).

Santana (2023, p. 103) considera que os:

Estereótipos são ideias preconcebidas e distorcidas sobre as pessoas, as coisas do mundo, os fatos. O preconceito racial serviu de base para a construção de uma imagem estereotipada das pessoas negras, suas capacidades, potencialidades, seu caráter, entre outros atributos. Nesse sentido, os estereótipos não só contribuem para fundamentar a superexploração da força de trabalho negra, mas também para travar o nosso acesso aos espaços de poder, que podem modificar ou subverter essa lógica.

Desse modo, existe um estigma social que retira a mulher negra dos espaços devido ao gênero, raça/etnia, cor e classe, e a impede de acessar o espaço de poder devido à sua pouca visibilidade social, que, somada aos marcadores supradescritos, tende a patrocinar uma subversão dessa mulher enquanto indivíduo e cidadã. Ou seja, essa mulher, além de enfrentar questões raciais e de gênero, é alocada em uma classe inferior, sendo a todo momento inferiorizada.

Para buscar uma melhor compreensão sobre 2.4 As disposições de gênero e suas intersecções com raça/etnia e classe social na sociedade brasileira, consideramos importante aprofundar conhecimentos sobre questões relativas a 2.4.1 *Racismo, branquitude, branqueamento e democracia racial no Brasil*, buscando esclarecimentos sobre essas desigualdades sociais e traços específicos do racismo brasileiro.

2.4.1 Racismo, branquitude, branqueamento e democracia racial no Brasil

O racismo institucional e o preconceito racial são temáticas embasadas na supremacia branca e também chamam a atenção para as experiências de exploração em confluência com o patriarcado, racismo e colonialismo.

Como forma de definir o racismo, devemos dispor que esse instituto é organizativo, ou ainda, uma norma estruturante de todas as organizações sociais de poder. O colonialismo

retrata esse racismo ao converter o humano em dominação, de modo que o negro se encontra como dominado. Segundo Fanon (2008, p. 87), “o racismo colonial não difere dos outros racismos”.

O racismo emerge como uma ramificação do processo de escravidão. O corpo negro foi e é um corpo violentado, estuprado e explorado em todas as conjunturas sociais, e esse corpo ocupa o lugar da servidão dentro do organismo social. Isso faz com que esse corpo esteja em um local de inferioridade; ou seja, há uma animalização da negritude.

Nessa perspectiva, é importante tecer a correlação que existe entre raça e racismo, pois o racismo emerge do agrupamento de raças em comum com características semelhantes — físicas, sociais e de classe — como explica Munanga (2001).

Hita define raça (2025, p. 34), considerando que:

O termo raça costuma, com frequência, continuar associado à definição biométrica do racismo científico do século XIX, de forte base biológica e genética. Para os que o entendem deste modo, cada vez mais se condena e até rejeita o uso da noção de raça, ao ponto de muitos estudiosos optarem por substituí-lo pelo de “etnicidade”. Tal proposição pode, em alguns casos, produzir mais confusão conceitual do que esclarecimentos, segundo o que afirma Hale (2014, p.13) “o conceito de etnicidade mais obstaculizou, do que aclarou, limitando especialmente nossa análise do racismo”. Antropólogos, de modo geral, preferiram usar o conceito de etnicidade. Sociólogos, como António Sergio Guimarães (2003), resgataram o conceito de “raça” como categoria analítica e classificatória, especialmente para o senso comum, cujos significados precisam ser melhor explicados e pensados. Peter Wade (1997) que usa ambos os conceitos associa raça ao sangue e descendência genética, enquanto situa etnicidade a uma origem geo-cultural, em que a cultura de um lugar é incorporada pelas pessoas. Apesar de diferentes, esses dois conceitos – etnicidade e raça – parecem muitas vezes confluírem entre si, ao menos no modo como antropólogos ou sociólogos usam um ou outro em muitas de suas análises (HITA, 2014).

Kilomba (2019, p. 75) também contribui com esse entendimento sobre o racismo e explica que:

No racismo estão presentes, de modo simultâneo, três características: a primeira é a construção de/da diferença. A pessoa é vista como "diferente" devido a sua origem racial e/ou pertença religiosa. Aqui, temos de perguntar: quem é "diferente" de quem? É o sujeito negro "diferente" do sujeito branco ou o contrário, é o branco "diferente" do negro? Só se torna "diferente" porque se "difere" de um grupo que tem o poder de se definir como norma - a norma branca. Todas/os aquelas/es que não são brancas/os são construídas/os então como "diferentes". A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os "Outras/os" raciais

"diferem". Nesse sentido, não se é "diferente", torna-se "diferente" por meio do processo de discriminação.

Neste sentido, existe uma tendência sócio-organizacional que segrega, já que os espaços são fracionados pela branquitude, que detém o poder de organização e comando político institucional. Esse movimento institui a chamada supremacia branca. Os privilégios da branquitude são postos pela sociedade classista, que aloca o branco na elite diante de sua hereditariedade dentro do colonialismo, que conduz o homem branco ao local de dominador de terras, propriedades e corpos.

A branquitude eclode de uma sociedade racializada, constituída em decorrência das discriminações de cor que são condições implantadas desde a escravidão. Podemos observar que a figura do homem branco europeu, que é o dito colonizador, é um sujeito que tem seu espaço institucional conexo à burguesia. Um espaço que, por si só, representa a instância de mais amplo poder, e essa atribuição parte de um sistema aristocrata que foi solidificado e criado pela branquitude. De fato, o branco esteve no papel de dominador em todos os cenários sociais devido à propagação do colonialismo.

Para Santos (2022, p. 46), a:

branquitude diz respeito aos sujeitos que negam a importância do conceito de raça enquanto conceito político, não se abrindo para o diálogo sobre essa importância. E a branquitude é quando os sujeitos brancos aceitam a importância do conceito de raça enquanto conceito político e interação de igual para igual. No entanto, essa diferenciação de conceitos apontada por Piza (2005) é criticada por Cardoso (2020), o mesmo não vê relevância na distinção desses conceitos, visto que o branco com branquitude ou branquitude diante da sociedade, ambos terão vantagens. Diante da discussão, ao que parece, esses termos se diferem apenas por uma questão de nomenclatura e tentar conceituá-los não seria necessário ao se falar da identidade racial branca.

Nesse sentido, a definição de branquitude vai além do que se percebe nas discussões raciais e discriminatórias. A branquitude reverbera uma ideologia social que encontra respaldo na política organizacional do Estado, ao ponto em que a identidade racial torna-se um mecanismo de incorporação do sujeito na sociedade oligárquica.

Por isso, é preciso compreender que existe uma forma de nichar os sujeitos dentro de grupos e, na sociedade, os sujeitos se organizam dentro de coletivos. Podemos indicar que o branco acaba por herdar uma condição genética que o torna hierarquicamente superior e, nesse sentido, o lugar do branco parte da perspectiva do dominador, e o negro, por ter sido

rotulado como objeto, adentra a vertente do dominado. Ou seja, o negro é subrepresentado e, nesse sentido, tem-se o contraste de espaços ocupados. Essa divisão estrutural tende a polarizar a sociedade (Bento, 2022).

A manutenção dos ideais históricos e simbólicos criados após a escravidão permite que a sociedade caminhe a passos contínuos para a manutenção da segregação racial. A sociedade busca a todo momento manter o ciclo de exploração com o corpo negro, pois, em tese, existe aí uma condição de maior lucratividade, devido ao emprego de uma mão de obra barata. Ou seja, como explica Bento (2022), o trabalho braçal negro é explorado na fase do colonialismo e no capitalismo, mantendo o ciclo de sujeição negra.

Desse modo, Bento (2022, p. 40) considera que os:

Movimentos sociais como o de mulheres negras, quilombolas e indígenas desestabilizam as relações de colonialidade, construindo contranarrativas que trazem novas perspectivas e paradigmas, e, além da denúncia, procuram protagonizar ação política contra a expropriação de riquezas e a brutalidade que sustentam a sociedade e o regime político no qual vivemos. Uma sociedade que se alimenta do lucro e do preconceito de raça vendido como liberalismo meritocrático, na verdade, está impondo o "capitalismo racial" [...].

A ideia do embranquecimento racial, ou seja, de branquear toda a coletividade de modo a proibir a mestiçagem e rechaçar a mistura de raças, surge da necessidade do branco de manter-se no poder e de explorar o negro hereditariamente. O sistema capitalista nutre isso, seja pela exploração da mão de obra negra, seja pela cultura do estereótipo branco que deveria ser alcançado para conquistar a imagem do que seria belo. Esse embranquecimento é uma tática hegemônica para se ter uma sociedade padronizada e classista; inclusive, o racismo se reverbera dentro dessas políticas.

A branquitude emprega uma ideologia racial, apesar de ter propagado a ideia de termos uma dita “democracia racial” como forma de perpetuar a igualdade. Os poderosos chefes de governo repudiam a ideia de uma mestiçagem de raças. A crença é de que essa fusão social permitiria uma maior incidência negra no coletivo social, e esse movimento negro foi chamado de “mito” da democracia racial, uma ideologia da democracia racial rechaçada pelos racistas, que optaram por coibir o acesso de negros ao poder.

Vale indicar que, por volta de 1900 a 1950, houve a ideia da democracia racial, que pretendia uma quebra de barreiras discriminatórias. Ao passo em que se pregava a ideia de uma sociedade dominada pela igualdade racial, o poderio branco embargava ações afirmativas. Esse movimento de quebra ideológica de uma pluralidade parte de correntes

racistas que repudiam a mestiçagem e a mistura de raças, pautando-se na crença de que ainda há a tese de que essa suposta igualdade traria um rompimento na herança branca com a mistura de raças inferiores e abjetas.

Afinal, as ações afirmativas antirracistas são atos que vêm ocorrendo com maior frequência para a quebra estrutural do preconceito racial. Atualmente, temos uma maior concessão de direitos civis, políticas de atendimento a minorias, cotas e acesso à educação como forma de erradicar o racismo e o branqueamento racial. Esses atos permitem uma inquietação social pela quebra de paradigmas.

PARTE III**TRAJETÓRIA PERCORRIDA PELA PESQUISA DE CAMPO**

A ciência e a política têm uma conformação de gênero, embora nem sempre isso tenha sido tematizado (Flávia Biroli, 2020, p. 19).

3 TRAJETÓRIA PERCORRIDA PELA PESQUISA DE CAMPO

Nesta Parte III, apresentamos a trajetória percorrida pela pesquisa de campo, considerando a importância da amostra e o delineamento da pesquisa, desde a sua elaboração até os resultados e a discussão dos dados coletados durante a investigação.

Para tanto, este tópico foi subdividido em subtópicos, a saber: *3.1 Classificação, método e procedimentos teórico-conceituais da pesquisa; 3.2 Breve descrição sobre a construção do marco teórico da pesquisa ; 3.3. É chegada a hora do campo: técnicas, instrumentos e procedimentos na coleta de dados; 3.4. Contexto do Território de Identidade Médio Rio de Contas do Estado da Bahia; 3.4.1. Jequié-BA; 3.4.2. Ipiaú-BA; 3.5. Tratamento, análise, interpretação, resultados e discussão de dados; 3.5.1 Perfil das mulheres na política, interlocutoras da pesquisa; 3.5.2 O que dizem/pensam/falam as mulheres brancas e negras que participam da vida política no Território de Identidade Médio Rio de Contas sobre a participação feminina no espaço da política; 3.5.3. Sobre o machismo e o racismo enfrentados pela mulher branca e negra no espaço político; e sobre a violência de gênero, etnia/raça, o que dizem as interlocutoras; 3.5.4 Sobre as cotas de gênero, projetos de promoção da mulher na política e projetos sociais; 3.5.5 Sobre os projetos sociais das interlocutoras, caminhadas e contribuições.*

3. 1 Classificação, método e procedimentos teórico-conceituais da pesquisa

Neste subtópico, apresentamos a pesquisa de campo, discorrendo sobre a classificação da pesquisa e o percurso teórico-metodológico-conceitual, seus elementos, etapas, fases, interlocutoras, instrumentos, campo de investigação e a forma como esta pesquisa foi delineada, com a descrição de dados sobre sua estrutura, organização e desenvolvimento ao longo de dois anos – 2023-2024.

Trata-se de uma pesquisa sobre *a narrativa de mulheres quanto à participação feminina na política no Território de Identidade Médio Rio de Contas – BA*. De acordo com o tema/objeto de estudo, foi classificada como uma pesquisa teórica (baseada na análise bibliográfica e documental) e de campo (exploratória, descritivo-interpretativa e qualitativa), conforme o objetivo geral, que consistiu em analisar narrativas de mulheres

brancas e negras que participam, atuam ou atuaram na vida política e que ocupam ou ocuparam espaço nesse cenário, observando o que dizem, pensam e falam as interlocutoras sobre a participação feminina nesses espaços, considerando desigualdades de gênero, raça/etnia, classe social e preconceitos que podem (ou não) ter enfrentado no campo de atuação e nos processos de tomada de decisão.

É considerada uma pesquisa de análise bibliográfica, pois foi desenvolvida com base em material já publicado, como artigos científicos, livros e teses. Vale ressaltar que a maioria das pesquisas se pauta em um estudo bibliográfico, cuja base está na consulta de materiais de pesquisa para a compreensão do conhecimento existente. Grande parte das pesquisas exploratórias é definida como bibliográfica, especialmente aquelas que abordam diversas ideologias. Trata-se de uma pesquisa social que busca construir o campo com o apoio da análise bibliográfica, fundamentada em referências conceituais já consolidadas (Gil, 2002).

Nesse sentido, vale informar que a escolha da pesquisa exploratória foi feita com o intuito de permitir uma aproximação com o campo e com as interlocutoras e, por se constituir também como pesquisa social, essa abordagem possibilitou uma visão geral e ampliada dos fenômenos descritos no problema de pesquisa. Uma das características da pesquisa exploratória é justamente a ampliação dos estudos sobre a temática analisada, com o apoio de outras discussões que tratam do tema.

É importante mencionar que o estudo exploratório foi desenvolvido também com base na Revisão Sistemática de Literatura (RSL), conforme orienta Gil (2008). As pesquisas exploratórias são realizadas com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, de modo a familiarizar o leitor com determinado fato [...] (Gil, 2008, p. 27). O autor (2008, p. 27) explica que:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas.

Essa definição mostra que se faz necessário ir a campo e, de fato, o campo aproxima o pesquisador da realidade investigada, proporcionando uma compreensão mais precisa sobre a temática. Inclusive, é necessário que o campo traga respostas ao pesquisador, que atenda às suas inquietações e que, dentro de uma pesquisa social, acrescente um *plus* ao que se espera

daquele cenário. No caso da busca por mulheres vereadoras no cargo ou na iminência de ocupá-lo, temos relatos pessoais que narram e descrevem situações discriminatórias em casos reais, os quais fortalecem a pesquisa (Minayo, 2007).

A pesquisa também é definida como descritiva, pois tem como finalidade descrever características do objeto de estudo dentro de um coletivo, analisando variáveis. Esse tipo de pesquisa aprofunda-se nas características, buscando elucidar opiniões, atitudes e crenças da população investigada. Além disso, a pesquisa descritiva busca evidenciar a associação entre variáveis e, nesta abordagem, observam-se marcadores variáveis que se aproximam. Ou seja, a presente pesquisa é descritiva devido à soma desses atributos (Gil, 2008).

Faz-se necessário destacar, ainda, que esta pesquisa é de caráter qualitativo, uma vez que está relacionada às ciências sociais e parte da pluralidade das esferas da vida. Tem como característica a coleta de dados aberta, que oportuniza a reconstrução de casos; as participantes trazem respostas aos questionamentos propostos por meio de narrativas pessoais. Por isso, utiliza métodos interativos e humanísticos, pois traz a sensibilidade vivida na rotina de seu cargo ou função (Flick, 2013). Contudo, busca apoio na análise quantitativa para as questões fechadas do formulário aplicado às interlocutoras. De acordo com Creswell (2007, p. 186):

A pesquisa qualitativa usa métodos múltiplos que são interativos e humanísticos. Os métodos de coleta de dados estão crescendo e cada vez mais envolvem participação ativa dos participantes e sensibilidade aos participantes do estudo. Os pesquisadores qualitativos buscam o envolvimento dos participantes na coleta de dados e tentam estabelecer harmonia e credibilidade com as pessoas no estudo. Eles não perturbam o local mais do que o necessário. Além disso, os métodos reais de coleta de dados, tradicionalmente baseados em observações abertas, entrevistas e documentos, agora incluem um vasto leque de materiais, como sons, e-mails, álbum de recortes e outras formas emergentes (ver seção sobre coleta de dados posteriormente neste capítulo). Os dados coletados envolvem dados em texto (ou palavras) e dados em imagem ou fotos.

Dessa forma, existem autores, a exemplo de Creswell (2007), que identificam a pesquisa qualitativa como pesquisa interpretativa, que é o caso desta pesquisa que se debruçou sobre o material teórico coletado, neste seguimento, e, assim, foi possível desenvolver resultados.

3.2 Breve descrição sobre a construção do marco teórico da pesquisa

Para a realização desta pesquisa, decidimos pela sua divisão em etapas. No primeiro momento, na Etapa I, tratamos da elaboração do projeto de pesquisa, fase em que a pesquisadora buscou a melhor maneira de abordar o tema, selecionando a teoria que mais dialoga com as discussões.

Na Etapa II – Fase I, empregamos a metodologia exploratória para selecionar interlocutores, definir o campo de investigação, realizar o aprofundamento do marco teórico e promover ajustes metodológicos sob orientação. Nessa fase, foi realizado o aprimoramento do projeto; buscamos o aprofundamento de conceitos, definições e concepções referentes ao tema, aplicadas na construção do marco teórico desta pesquisa. Para isso, reunimos material teórico, bibliográfico e documental. O método exploratório utilizado nessa fase foi fundamental para o aprimoramento de ideias, sendo inclusive flexível, por ter um viés de maior variação no fato pesquisado. Foi a partir do método exploratório que buscamos conhecer o fenômeno, suscitar os resultados qualitativos e realizar o levantamento bibliográfico e documental.

Assim, a abordagem teórica, tendo como base de análise os dados bibliográficos, foi realizada por meio da consulta a livros, revistas, artigos, periódicos, dissertações e teses disponíveis na internet, e-books e materiais impressos. Também foi relevante na aplicação da análise documental da legislação vigente, relatórios de pesquisa, entre outros.

Vale mencionar que esta pesquisa é definida, também, como uma pesquisa social e, nesse sentido, aborda a teorização de diversos autores nesse campo de estudo. Possui o propósito de resolver seu problema por meio de procedimentos científicos; através da ciência, obtém-se uma metodologia ampla para a pesquisa social (Gil, 2002).

Nessa perspectiva, foi elaborada, num primeiro momento, a partir da análise de definições, conceituações e construção de categorias de gênero e suas ramificações com raça/etnia, classe, violência e poder. A intersecção desses temas refletiu na dificuldade enfrentada pelas mulheres para ter acesso à política municipal e, por isso, foi dada a devida importância ao estudo do gênero (mulher) com a condicionante cor (ou não), atrelada aos cargos políticos de vereadoras.

É importante indicar, ainda, que uma pesquisa científica não é feita com base em achismos. O pesquisador deve entender que a pesquisa científica não se resume à delimitação

de tema, coleta de dados, análises e objetivos. Dessa forma, a pesquisa científica carrega uma responsabilidade social e, assim, afirmam Silvia e Gamboa (2014, p. 50):

A pesquisa científica não é, portanto, uma atividade neutra, realizada ao acaso e movida pela curiosidade imparcial do pesquisador. Ela é, sim, de fato, influenciada pelo contexto social mais amplo como, por exemplo, as condições sociopolíticas e econômicas de determinada sociedade, por contextos mais específicos (relacionados à estrutura interna do curso ou instituição na qual é desenvolvida) e pelo próprio pesquisador, com seu sistema de valores, crenças, etc.

Levamos em consideração, neste momento, que, na pesquisa, há a necessidade de reunir uma base teórica de forma a selecionar o que mais se aproxima do objeto de estudo. Esse material contribuiu com a teorização de conceitos pertinentes, adequados e consistentes, somando-se aos dados de campo.

Na observação *in loco*, direta, a pesquisa obteve respostas similares às que foram estudadas por outros pesquisadores e estudiosos do tema, bem como outras divergentes (Minayo, 1994). A partir desse entendimento, esta pesquisa não foi definida apenas por conceitos, inclusive porque ela se organiza no sentido de definir e categorizar conceitos, buscando chegar ao ponto de discussão e interpretação dos dados coletados no campo de investigação. Nessa investidura, foi possível detectar os marcadores sociais que se destacaram ao abordarmos a categoria “violência política contra a mulher”. Esse foi um achado importante da pesquisa, valorizado pelo seu destaque.

Assim, tomamos algumas lições de Gil (2002, p. 134), que explica:

A categorização consiste na organização dos dados de forma que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusões a partir deles. Isso requer a construção de um conjunto de categorias descritivas, que podem ser fundamentadas no referencial teórico da pesquisa. Nem sempre, porém, essas categorias podem ser definidas de imediato. Para se chegar a elas, é preciso ler e reler o material obtido até que se tenha o domínio de seu conteúdo para, em seguida, contrastá-lo com o referencial teórico.

As perguntas foram aplicadas e coletaram informações tanto na abordagem teórica quanto no campo de investigação. O material teórico foi selecionado com base em contribuições de referenciais como John Scott (1995), Pierre Bourdieu (2012), Heleieth Saffioti (2015), Angela Davis (2016), Carla Akotirene (2018), Bell Hooks (2023), Djamila Ribeiro (2018), Cida Bento (2022), entre outros autores e autoras que pesquisam, estudam, discutem e escrevem sobre questões de gênero, sexualidade, feminismo, bem como sobre as

categorias de classe, raça/etnia, machismo, racismo, misoginia, autoritarismo e os diversos preconceitos que se manifestam nas relações de gênero e na sociedade.

Devido ao fato de constituir-se, de acordo com os seus objetivos, como uma pesquisa exploratória e descritivo-interpretativa, a estratégia utilizada foi a da triangulação, considerando que este foi o melhor método a ser aplicado. Reconheceu-se que essa trajetória, com suas curvas, linhas e coordenadas, conforme o tema em questão, se forma a partir da ampla conceituação de métodos, definições e fontes. Nessa perspectiva, a ideia foi somar as conceituações por meio de multimetodologias, realizando a triangulação de dados, a fim de alcançar a demarcação do objeto/problema desta pesquisa.

Tuzzo e Braga (2016, p. 141) explicam que:

Entendemos que a construção de uma metodologia na área das Ciências Sociais já está consolidada pela ideia de multimétodos, não cabendo mais a busca de um resultado somente por um viés de pesquisa. Assim se firma aqui a ideia de triangulação, de olhares múltiplos, de buscas diversas que se complementam, mas que também podem se firmar somente no eixo qualitativo.

Seguindo a trajetória da pesquisa entre 2023 e 2024, na Etapa II – Fase II, o método da pesquisa descritiva foi aplicado no campo. É necessário destacar que esta pesquisa coletou narrativas (o que dizem/pensam/falam), realizou encontros e diálogos com mulheres no exercício do cargo legislativo e, também, com mulheres que estavam na iminência do cargo, concorrendo à eleição para vereadora nesse período da pesquisa. Considerando a importância da aplicação da entrevista narrativa, foram utilizados formulários com questões fechadas e abertas, bem como observação *in loco*, direta, assistemática e sistemática, aplicada no campo de atuação das interlocutoras, além de conversas informais e formais (Creswell, 2007) com as participantes da pesquisa.

Desse modo, por meio de entrevistas semiestruturadas, que permitiram maior flexibilidade para as entrevistadas dialogarem sobre o tema, foi possível ouvir, auscultar, escutar e observar as participantes, gravar as conversas e, também, fazer anotações no caderno de campo. A escolha pela aplicação do formulário deveu-se à ausência de tempo das interlocutoras para responderem a um questionário mais extenso, pois, por serem pessoas que trabalham com o público, o tempo de contato prolongado foi dificultado. A aplicação do formulário mostrou-se a decisão mais acertada, pois, no mesmo momento, foi possível que as interlocutoras lessem e respondessem, tirassem dúvidas sobre as perguntas e, após o preenchimento, devolvessem à pesquisadora. O questionário poderia ter sido entregue e não

retornado, considerando que as interlocutoras estavam em campanha política, com seu tempo e espaço ocupados por essa atividade.

O objetivo do formulário foi comparar respostas, realizar a triangulação e o confronto dos dados com as respostas obtidas por outros instrumentos aplicados pela pesquisa. Por esse motivo, os questionamentos foram elaborados de modo equivalente. Assim, é válido elucidar que as perguntas seguem uma sequência lógica e fazem parte de um arcabouço estruturado para a obtenção de resultados sólidos. Tanto o formulário respondido pelas próprias interlocutoras quanto o roteiro de entrevista, respondido verbalmente e preenchido pela entrevistadora no momento da entrevista, são aqui reconhecidos como dois instrumentos essenciais que contribuíram para a coleta de dados fundamentais no campo de investigação.

Vale indicar que a escolha da entrevista semiestruturada foi feita como guia para orientar as entrevistadas na pesquisa. Conforme Flick (2009), esse procedimento pode até fugir da ordem, dada a liberdade para expandir os discursos e, assim, as investigadas não ficaram presas a uma fórmula fechada de perguntas, sendo sempre permitido o diálogo.

É preciso destacar, aqui, que a abordagem descritiva seguiu o ideal de descrição do fenômeno, e esse método possibilitou, como característica, a coleta de dados de forma categorizada. Da mesma forma, caracterizou-se o procedimento de aplicação dos formulários com questões fechadas e abertas. Esse procedimento considerou que a pesquisadora entrou em campo para buscar informações com a participação de mulheres brancas e negras, atuantes na política e em espaços de poder, que desempenham o cargo de vereadora no legislativo municipal do território baiano.

A aplicação do formulário para a coleta de dados no campo deu-se para que a pesquisadora compreendesse a vivência das interlocutoras, especialmente as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em decorrência do gênero e da cor como condicionantes de acesso ao poder.

Por esse motivo, na Etapa III, a atenção voltou-se para recolher o que pensam, falam e dizem as interlocutoras. Isso se justifica pelo entendimento de que esse processo permitiu à pesquisadora narrar, ouvir, sentir, auscultar e escutar, e essas ações despontaram como uma experiência singular de investigação.

É importante, também, apontar que esse tipo de abordagem no campo serviu como aporte teórico-metodológico-epistemológico e político, contribuindo, assim, para a produção desta pesquisa descritiva. Esse tipo de investigação possibilitou à pesquisadora conhecer e reconhecer, nas interlocutoras, suas crenças e experiências, analisar e interpretar o que

falam/dizem/pensam sobre o tema/objeto investigado e, assim, mergulhar no cotidiano da pesquisa.

Seguindo as orientações de Clandinin e Connelly (2011, p. 85), reconhecemos que:

Definido esse sentido do lugar fundacional de Dewey em nossa concepção sobre a pesquisa narrativa, nossos termos são pessoal, social (interação); passado; presente; futuro, (continuidade); combinados a noção de lugar (situação). Este conjunto de termos cria um espaço tridimensional para investigação da narrativa, com a temporalidade ao longo da primeira dimensão, o pessoal e o social ao longo da segunda dimensão e o lugar ao longo da terceira. Utilizando esse conjunto de termos, qualquer investigação particular é definida por este espaço tridimensional: os estudos têm dimensões e abordam assuntos temporais; focam no pessoal e no social em um balanço adequado para a investigação, e ocorrem em lugares específicos ou sequências de lugares.

Enfim, esta pesquisa partiu do entendimento voltado à compreensão da experiência como histórias vividas e narradas pelas mulheres pesquisadas sobre sua participação na política, nos lugares e espaços de poder. O intuito de sua aplicação é compreender e interpretar as dimensões pessoais e humanas, à luz do que está posto nos arcabouços teóricos (Clandinin & Connelly, 2011).

3.3. É chegada a hora do campo: técnicas, instrumentos e procedimentos na coleta de dados

É importante apontar que esta pesquisa foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (CEP/UESB), em fevereiro de 2024, com permissão de entrada no campo. Na amostragem inicial, houve o indicativo de uma média de 10 participantes, partindo, em regra, de uma média de uma vereadora por município que compõe o Território de Identidade Médio Rio de Contas - BA. Porém, devido à movimentação da política municipal em 2024 e, assim, por ser um ano eleitoral para prefeitos e vereadores, as dificuldades se apresentaram como barreiras para as abordagens planejadas pela pesquisa.

Nesse período, as dificuldades de acesso, de marcar encontros e de contatar as mulheres em exercício e/ou na iminência do cargo provocaram preocupação e inquietação da pesquisadora. Foram várias as tentativas para conseguir marcar momentos de conversas e contatos. Enfim, chegou-se ao momento, e, a partir daí, os dados foram coletados com a

participação de um total de 4 vereadoras, sendo que 3 encontravam-se em exercício no quadriênio 2020-2024, e todas foram reeleitas para o quadriênio 2025-2028, além de uma outra, que foi eleita pela primeira vez em 2024 para o exercício seguinte, de 2025-2028.

Foi assim que a coleta de dados ocorreu: através de conversas informais que antecederam as conversas formais e a aplicação do roteiro de entrevista. Em seguida, realizou-se a própria entrevista semiestruturada, bem como a aplicação do formulário, composto por questões fechadas e abertas. Essa atividade de campo começou a ser realizada com assessores das vereadoras em março de 2024 e foi feita dessa forma devido à agenda e à disponibilidade das interlocutoras para a realização das entrevistas, que ocorreram, de fato, entre maio e novembro de 2024.

Nessa fase da pesquisa, tivemos uma atuação cautelosa como pesquisadora, buscando oportunidades e dedicação para maior compreensão dos dados informados pelas participantes, interlocutoras da pesquisa, e decidimos por quais seriam as abordagens mais adequadas, consistentes e que coadunam com o objetivo da pesquisa.

Como instrumentos para a coleta de dados, também foi utilizado um caderno de campo da pesquisadora, no qual foram feitas anotações, partindo das conversas informais e formais com as interlocutoras, da entrevista semiestruturada e da observação in loco. Também foi aplicado um formulário, com questões fechadas e abertas, às 4 interlocutoras.

É importante ainda dizer como se deu esse processo metodológico, de forma sistemática, no campo. Foi assim: após diálogos iniciais acerca do cargo e da profissão, a coleta de dados iniciou-se com a entrevista semiestruturada (Apêndice 1), aplicada especialmente sob a abordagem das dificuldades de exercer o cargo. As indagações foram feitas com o intuito de compreender as dificuldades aplicadas sob os marcadores de gênero e raça/etnia, que dificultam o acesso da mulher branca e negra à política.

Ao final, foi aplicado o formulário, com perguntas fechadas e abertas (Apêndice 2), para o registro de dados técnicos sobre as participantes e respostas mais coesas.

As entrevistas foram feitas com o uso de gravador de voz, com permissão das entrevistadas, mediante assinatura do TCLE. Dentre as perguntas contidas no roteiro de entrevista, tivemos 10 perguntas; algumas delas abordaram as dificuldades que a interlocutora percebe no espaço político, se percebe violências de gênero e se percebe racismo, no caso de vereadoras negras. Nesse momento, aproveitamos a oportunidade dada pelo roteiro de entrevista semiestruturado e utilizamos também o caderno de campo para o registro das falas da entrevista, respostas e conversas informais.

É importante apontar que as perguntas permearam as dificuldades de exercer o cargo e quais os atos que as participantes empregam para modificar o cenário misógino, autoritário, machista e racista que temos na política.

Em seguida, o formulário foi preenchido com 4 perguntas. As primeiras foram sobre dados de identificação e, as seguintes, indagações acerca do que dizem, pensam e falam as mulheres brancas e negras que participam da vida política/espço de poder, sobre a participação feminina nesses espaços, o machismo e o racismo como condicionantes que interferem na participação feminina nos cargos. Além disso, abordou-se a importância de mulheres no cargo de poder e a atuação mediante projetos que ofertem políticas para a equiparação de direitos entre homens e mulheres.

O formulário, composto por questões fechadas e abertas, possui perguntas sequenciais da mesma temática, com escala simples, composta por categorias como: sim, não, muito, muito pouco, não me lembro; e por questões abertas, que solicitam à interlocutora justificar a resposta fechada. Desse modo, foi feita a triangulação e o confronto dos dados coletados pela pesquisa.

De acordo com Gil (2021), o formulário é “uma técnica adequada para verificar como são as pessoas, o que fazem, o que fizeram, o que pretendem fazer, o que sabem, o que valorizam, o que almejam, o que temem, no que creem e muito mais” (p. 81-82).

Vale ressaltar que, para a aplicação da entrevista e do formulário, todas as interlocutoras assinaram o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 3). Para isso, levamos em consideração que todas as participantes tinham conhecimento sobre a temática desta pesquisa, acerca da participação das mulheres na política/espço de poder, com foco no estudo sobre as mulheres brancas e negras que ocupam o cargo de vereadora nesse contexto.

Todas elas foram informadas pela pesquisadora e confirmaram ter conhecimento acerca da possibilidade de desistência caso não se sentissem confortáveis, podendo interromper a entrevista. Além disso, tinham ciência do direito de interromper a entrevista a qualquer momento, se assim desejassem.

Foram informadas também de que esta pesquisa possui caráter descritivo, justamente por ter, como método de coleta de dados, a narrativa das interlocutoras, considerando que as falas expressas por elas respondem às questões de investigação, e que o sigilo seria mantido.

O intuito da ida a campo foi, de fato, a intenção de buscar, na vivência e nas experiências das interlocutoras, no espaço da política/do poder, o que elas narram

(dizem/pensam/falam) sobre as mulheres no campo político: quais enfrentamentos pessoais vivenciam, o que dizem sobre o machismo e o racismo frente às mulheres negras, se, como brancas ou negras, percebem esse preconceito, e se há uma busca pela mudança de cenário com leis orgânicas e projetos de lei.

De maneira informativa, é importante destacar que, como já foi mencionado anteriormente, esta pesquisa encontra-se dividida em 3 etapas.

Na Etapa I, ocorreu o aprimoramento do projeto, fase de busca, de inquietação e de definição da abordagem teórica, bem como de melhor delimitação do tema e formulação dos objetivos da pesquisa.

Lembrando que o objetivo geral procurou *analisar narrativas de mulheres brancas e negras que participam/atuam/atuaram da vida política e ocupam/ocuparam espaço nesse cenário no Território de Identidade Médio Rio de Contas, observando o que dizem/pensam/falam as interlocutoras sobre a participação feminina nesses espaços, considerando desigualdades de gênero, raça/etnia, classe social e preconceitos que podem (ou não) ter sofrido no campo de atuação e nas tomadas de decisão.*

Na Etapa II – fase I, momento em que a pesquisa exploratória se desenvolveu, buscamos aproximação com o campo: a Câmara Municipal de Jequié e a Câmara Municipal de Ipiaú, sediadas no Território de Identidade Médio Rio de Contas - BA. A partir daí, fomos em busca das interlocutoras disponíveis para contato e procuramos viabilizar o deslocamento até as vereadoras na região. Posteriormente, quantificamos aquelas disponíveis para narrar suas vivências e experiências na política/espços de poder.

A observação in loco, direta e assistemática, foi realizada em março de 2024, com o objetivo de identificar quais eram as vereadoras eleitas e/ou na iminência do cargo, que haviam respondido ao contato feito, além de buscar uma assessoria eficiente, com capacidade de resposta e atendimento ao público.

Nesse momento, chegamos até 4 participantes, sendo 2 da cidade de Jequié-BA e 2 da cidade de Ipiaú-BA. Todas confirmaram disponibilidade para atendimento ao público, com assessorias dispostas a repassar os convites de participação. De fato, devido ao curto tempo da pesquisa de mestrado, essas foram as participantes que retornaram ao contato feito via assessoria no WhatsApp.

Para a Etapa II – fase II, foi feito um levantamento bibliográfico e documental para selecionar teorias e abordagens teóricas, buscando conceitos com base em autores/as que mais se relacionam com o tema mulher na política/espços de poder, a perspectiva de gênero e seus

embates com a sexualidade, o racismo, a misoginia, o autoritarismo, o machismo e o patriarcado.

Nessa perspectiva, em seguida, foi realizada uma busca minuciosa por autores/as que tratam da desigualdade de oportunidade dada à mulher, considerando aspectos fundamentais da formação da sociedade brasileira, da dicotomia entre macho x fêmea, homem x mulher, e do segregacionismo ocupacional de espaços entre homens e mulheres, que foram pré-determinados pelo biológico.

Além disso, procurou-se desenvolver algumas reflexões sobre as lutas feministas em prol da conquista de direitos até a chegada da mulher ao espaço político/de poder, e sobre a observância da mulher negra dentro dessa narrativa, que vivencia um cenário dificultado. Da mesma forma, foram realizadas algumas reflexões sobre as inquietações da mulher branca, oriunda da casa grande, e da mulher negra, vítima de uma invisibilidade social que vai além do sexismo, com base na interseccionalidade.

Vale mencionar que, para a construção da abordagem bibliográfica, foi realizada anteriormente uma Revisão Sistemática de Literatura – RSL, método utilizado na fase de elaboração do projeto de pesquisa que gerou esta dissertação, considerando sua importância para a definição do tema e dos percursos desta pesquisa. Na abordagem bibliográfica, buscamos aprofundar conceituações do tema, bem como concepções e constructos fundamentais à pesquisa.

Na Etapa II, portanto, foram construídos os seguintes itens e subitens da Parte II desta dissertação: *2.1 Conceitos, definições, concepções e categorias fundamentais da pesquisa: 2.1.1 Gênero, masculino e feminino: hierarquia de opressão; 2.1.2 Desigualdade de gênero e suas intersecções com etnia e raça; 2.1.3 Subalternização do corpo feminino; 2.1.4 Mulher: patriarcado, machismo, autoritarismo e misoginia; 2.2 Políticas públicas para a mulher: uma breve contextualização: 2.2.1 Redemocratização, luta das mulheres e feminismo no Brasil: direito ao voto, cidadania, emancipação e empoderamento; 2.2.2 Gênero e feminismo: sexualidade, política e lutas sociais; 2.2.3 O sistema eleitoral e a política de cotas de gênero na sociedade brasileira; 2.3 Mulher e espaço público e privado: 2.3.1 A mulher no espaço de trabalho: capitalista-dominação-exploração; 2.3.2 Preconceitos, discriminação e violência contra a mulher na política brasileira; 2.3.3 Mulheres na política e espaços de poder; 2.4 As disposições de gênero e suas intersecções com raça/etnia e classe social na sociedade brasileira: 2.4.1 Racismo, branquitude, branqueamento e democracia racial no Brasil.*

Esta pesquisa, portanto, é definida como exploratória, descritiva e qualitativa, com

apoio da pesquisa quantitativa, aplicando a abordagem descritivo-interpretativa para a análise de dados das narrativas das interlocutoras.

Assim, é importante apresentar os questionamentos que foram feitos pela pesquisa e ressaltar que, no percurso da abordagem de campo, procuramos investigar as interlocutoras sobre as seguintes questões: a) Em relação à participação/atuação feminina na política brasileira, você acredita que o machismo e o racismo interferem na ocupação dos cargos? Já ouviu falar sobre desigualdade de gênero? Se sim, percebe alguma relação com as questões de raça/etnia e classe social dentro do espaço de poder público/espaço da política? O que você já ouviu falar sobre o local público de tomada de decisão e a ocupação masculina nesse espaço? b) Você sabe informar se, no município no qual você exerce/exerceu sua função nesse espaço, já houve outra mulher branca ou negra nas cadeiras do Legislativo? c) De que modo você percebe a política, os saberes e as práticas vivenciadas por você no cargo? Você considera importante a presença de mulheres nas cadeiras do Legislativo municipal? Se sim, de que modo você percebe a atuação da mulher negra no espaço/ambiente de poder público? Percebe se há algum privilégio? Se sim, você pode falar um pouco sobre isso? d) Sobre os projetos de lei orgânica municipal, pareceres e implantação de regulamentos, você sabe responder se esses documentos são elaborados com o intuito de buscar a equiparação de direitos para homens e mulheres no âmbito social/da política/espaço de poder? Qual sua opinião? Você percebe que é importante (ou não) trabalhar com projetos que promovam o combate ao racismo e ao sexismo contra a mulher nesses espaços? Se sim, quais são as referências que você utiliza para trabalhar com essas temáticas nas audiências com os demais colegas de mesa? Você sabe dizer se as abordagens que atendem ao público feminino incomodam os homens que exercem a função social de comando/organização pública nesses espaços? Se sim, o que já percebeu/ouviu/viu sobre essa questão?

Além dessas questões, para analisar as narrativas (o que pensam/falam/dizem) de mulheres brancas e negras que participam/atuaam da vida política no Território de Identidade Médio Rio das Contas, BA, a pesquisa procurou interrogar as interlocutoras sobre: a) O que você sabe dizer sobre as cotas de gênero nos partidos políticos? Se não houvesse a obrigatoriedade das cotas de gênero nos partidos, você acredita que haveria mulheres no exercício de cargos do Legislativo? Você milita no partido a favor das mulheres? Se sim, costuma militar no âmbito político em prol das mulheres no seu espaço de atuação? Por favor, se sim, pode falar/narrar um pouco sobre sua participação/atuação? b) Você percebe alguma dificuldade em exercer sua profissão em razão de ser mulher? Se sim, a que/quem atribuiria

essa(s) dificuldade(s)? O que você sabe dizer sobre ser uma mulher negra no espaço de poder/da política? Você percebe que esse é um condicionante que amplia ainda mais (ou não) as dificuldades da mulher para exercer/atuar/participar da vida política? Se sim, pode comentar um pouco sobre essa questão?

Nesse caso, a investigação utilizou o holofote para guiar sua caminhada de março de 2023 a dezembro de 2024, para não desviar a atenção em relação ao problema e aos objetivos da pesquisa, com olhar voltado para a proposição da pesquisa, a saber: a) Quanto maior o acesso e o avanço de mulheres brancas e negras ao direito de ter direitos, maior será o quantitativo de mulheres participando da política/espacos de poder, aumentando a representatividade da mulher nesses lugares e nos aspectos sociais e políticos. Do mesmo modo, será possível elaborar estratégias adequadas ao combate/enfrentamento das desigualdades de gênero e suas interseções com etnia/raça e classe social, proporcionando uma melhor compreensão das iniquidades persistentes e das conquistas alcançadas, além de dar maior visibilidade ao papel social e às tomadas de decisão políticas das mulheres no espaço ocupado pelo poder masculino.

No campo, no momento dos primeiros contatos com as vereadoras pesquisadas, na compreensão da pesquisa, essas indagações mostraram que, ao aplicar os materiais a essas mulheres na política/espaco de poder investigadas, as respostas revelaram que há conscientização das interlocutoras sobre o problema referente ao gênero entrelaçado à raça no espaço da política/do poder. Porém, por tudo que foi possível perceber, há uma maior preocupação com a condição da mulher de modo geral.

De acordo com o que foi possível observar e compreender, as questões sobre a mulher negra foram mais observadas pelas próprias mulheres negras que ocupam o cargo. Portanto, há uma ausência de percepção macro sobre o racismo como marcador segregacionista.

Destacamos, inclusive, que, antes da entrevista, as conversas informais trouxeram respostas a alguns posicionamentos políticos das vereadoras pesquisadas.

Vale informar que, na realização de uma pesquisa, devemos apresentar a abordagem de estudo e buscar compreender os dados que o campo nos revela. Ocorre que sabemos que o campo é um local imprevisível, e houve idas e vindas a locais públicos em busca do contato direto com a participante que, por vezes, não foi consolidado.

Desse modo, a pesquisa de campo enfrentou essas questões que envolvem participantes humanos, que devem despender seu tempo e disponibilidade para contribuir, de livre e boa vontade, com o pesquisador, o que, às vezes, não ocorreu durante a realização

desta pesquisa. Assim, a constante busca pelo contato fez com que o campo fosse realizado de forma mais lenta, porém cuidadosa e responsável, sempre considerando as lições extraídas dos processos de desenvolvimento teórico-metodológico da pesquisa científica.

Essas questões observadas no primeiro momento de contato com as interlocutoras contribuíram para a elaboração das questões das entrevistas semiestruturadas, considerando que a maior parte das participantes afirmou perceber as violências e preconceitos de gênero no cargo e, de fato, essas sujeitas acabam por narrar situações de violência e reproduzir discursos genéricos sobre a necessidade de participação feminina na política.

Acerca do racismo enfrentado pela mulher negra, foi possível perceber, nesse primeiro contato, ao que tudo indica, que há uma ausência de percepção sólida, isto é, de um movimento de padronização de ideais dentro das unidades públicas, o que acaba por contaminar as sujeitas.

Nesse momento dos primeiros contatos, foi possível observar que uma das participantes, ao que parece, se mostrou mais destoante desse cenário e demonstrou maiores inquietações com a causa da mulher, especialmente com a causa da mulher negra, que enfrenta marcadores raciais.

A seguir, apresentamos a fase da descrição do campo, onde ocorreram as entrevistas e a aplicação de formulários, a observação in loco, as conversas formais e informais, bem como os encontros com as interlocutoras, que se restringiram às cidades de Jequié-BA e Ipiaú-BA. Além disso, mostramos uma descrição do contexto do Território de Identidade Médio Rio de Contas, no Estado da Bahia.

3.4. Contexto do Território de Identidade Médio Rio de Contas do Estado da Bahia

O território que foi delimitado como campo de pesquisa foi o Território de Identidade Médio Rio de Contas, no Estado da Bahia, e a escolha desse território se deu com base na proximidade que a pesquisadora tem com os municípios dessa região, onde vive, além da caracterização das Câmaras de Vereadores das cidades de Jequié e Ipiaú - BA.

É importante evidenciar que a pesquisadora reside na cidade de Jequié-BA, local no qual o Programa de Mestrado Acadêmico em Relações Étnicas e Contemporaneidade — PPGREC — está sediado. A escolha também se justifica pela importância de estudar uma região da Bahia na qual o Programa está inserido. O PPGREC possui espaço físico para o

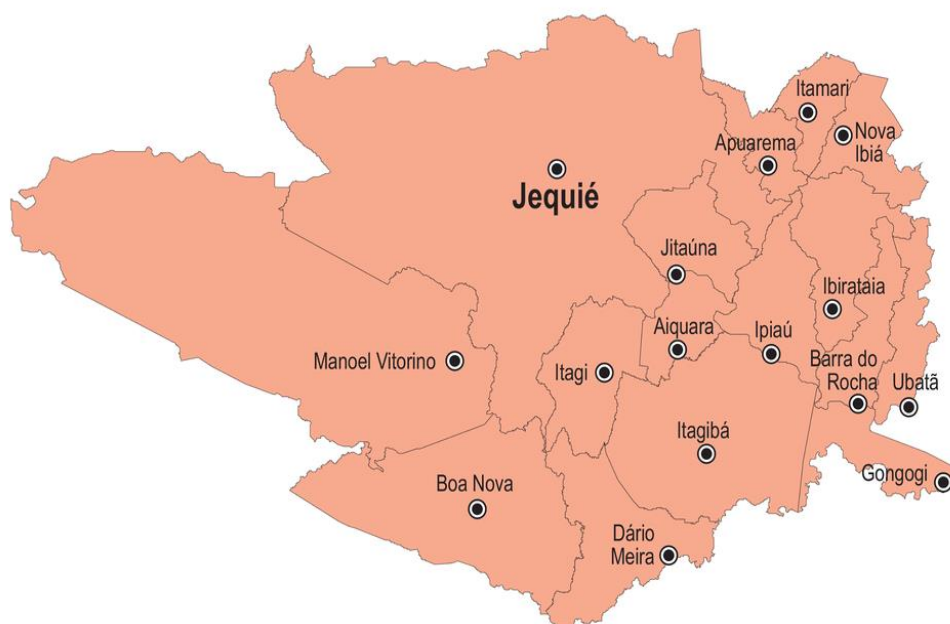
desenvolvimento de atividades em solo jequieense.

O Território de Identidade Médio Rio de Contas, espaço físico no qual ocorreu a pesquisa de campo, é composto por 16 municípios: Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jitaúna, Jequié, Manoel Vitorino, Nova Ibiá e Ubatã.

Vejamos, abaixo, a Figura 1 — Mapa das cidades do Médio Rio de Contas - BA.

Figura 4: Mapa cidades Médio Rio de Contas-BA

Figura 3: Imagem retirada do Google, 2024.



A seguir, apresentamos uma breve descrição dos municípios nos quais as interlocutoras — mulheres na política/poder —, três vereadoras participantes da pesquisa, atuam e residem.

3.4.1 A cidade de Jequié-BA

A região de Jequié-BA, no interior da Bahia, está localizada no sudoeste do estado, a 365 km de Salvador, e é marcada por ser uma região fortemente ligada à criação de gado, plantação de cacau e milho, bastante farta e regionalizada.

O território recebe diversas manifestações culturais tradicionais, como as festas de São João, São Pedro e eventos religiosos. Nele está sediada a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, campus de Jequié, bem como o Órgão de Educação e Relações Étnicas – ODEERE/UESB, onde funciona o Programa de Relações Étnicas e Contemporaneidade – PPGREC.

Na cidade de Jequié-BA, conforme dados de pesquisas sobre a população dos municípios baianos e brasileiros (IBGE, 2024), o número de habitantes é, aproximadamente, de 158 mil. Esse número é considerado baixo e acaba por favorecer a possibilidade de um cenário político mais próximo da pesquisadora, bem como a aproximação com mulheres da região que atuam na política/espaço de poder.

Vejamos, abaixo, a Figura 4, que apresenta uma imagem do centro de Jequié-BA:

Figura 5: Centro de Jequié-BA, 2023



Fonte: Imagem retirada do Google, 2024.

Jequié é a cidade que mais se destaca nesse território e foi a primeira a apresentar

vereadoras dispostas a serem entrevistadas pela pesquisa. É um espaço marcado por uma política forte, com predominância do domínio do Partido dos Trabalhadores – PT, além de outros partidos de esquerda.

A cidade é considerada a maior localidade da festa de São João na Bahia e reúne uma ampla gama de expressões culturais regionais. É conhecida como a cidade “Sol” e, por isso, de um “povo sol”, devido ao calor e à temperatura elevada. Destaca-se, também, por ser uma das cidades do interior da Bahia que se desenvolveu próxima ao Rio de Contas.

É importante mencionar que esse município baiano deve seu desenvolvimento econômico e social ao comércio da feira regional de alimentos, vestuário e objetos diversos, que atraía comerciantes desde meados do século XIX. Jequié já pertenceu ao município de Maracás, entre os anos de 1860 e 1897. Entretanto, posteriormente, a cidade se expandiu e passou a ser uma fonte de atividades centrais para as regiões Sudeste e Sudoeste da Bahia, assim como para a bacia do Rio de Contas. Atualmente, exhibe um forte comércio local e cresceu linearmente às margens do Rio de Contas, conhecido por seu volume de água e sua extensa mata.

Vejamos, abaixo, a Figura 5, que mostra a Câmara de Vereadores da cidade de Jequié-BA:

Figura 6: Câmara de vereadores Jequié-BA, 2021.



Fonte: Imagem retirada do Google, 2024.

Nessa cidade, há duas interlocutoras da pesquisa, mulheres que atuam no cargo de vereadoras. Para preservar suas identidades, foram denominadas por nomes fictícios. Portanto, chamadas de Maria e Ana (pseudônimos), pertencem a essa cidade e encontram-se,

atualmente, em exercício no cargo de vereadora municipal, ambas reeleitas para o quadriênio 2025-2028. As entrevistas ocorreram na sede da Câmara Municipal da cidade.

3.4.2. A cidade de Ipiaú-BA

A cidade de Ipiaú-BA, que também faz parte do campo da pesquisa, está sediada no Território de Identidade Médio Rio de Contas-BA. É uma cidade ainda menor, em comparação a Jequié, e pertence à região Sul da Bahia, ficando localizada no interior do estado. Segundo a última análise da pesquisa feita pelo IBGE (2024), a cidade possui uma população média de aproximadamente 42 mil habitantes, sendo considerada uma cidade de pequeno porte.

Ipiaú é caracterizada pela grande mata e destaca-se pela plantação de cacau, que foi fonte de renda dos cidadãos locais por muitos anos. Após a década de 1990, a renda proveniente do cacau foi diminuindo devido à vassoura-de-bruxa. Esta cidade do interior da Bahia possui uma economia forte ligada ao transporte e ao comércio local e, apesar da pouca movimentação turística, conta com grandes igrejas construídas há mais de uma década, com arte clássica.

A seguir, mostramos a Figura 6 – Centro de Ipiaú – BA:

Figura 7: Centro de Ipiaú-BA, 2024



Fonte: Imagem retirada do Google, 2025.

Além disso, a cidade tem uma rica história cultural, que pode ser observada no museu da cidade e nos centros culturais, e tem se expandido com o comércio e atividades de vendas, sendo uma cidade circunvizinha a Jequié, Ibirataia, Jitaúna, Itagibá, Aiquara e Barra do

Rocha.

Esta pesquisa contou com a narrativa de duas vereadoras desta cidade, chamadas por nomes fictícios de Júlia e Paula (pseudônimos): uma, que estava em exercício e foi reeleita para o quadriênio (2024-2028), e a outra, que está na iminência do cargo, eleita pela primeira vez em 2025.

3.5. Tratamento, análise, interpretação, resultados e discussão

Neste item 3.5, apresentamos o processo de análise de dados, mostrando como foram feitas a coleta, o tratamento, a análise e a interpretação dos dados coletados no campo, bem como os resultados obtidos pela pesquisa.

A intenção deste item, de fato, é responder ao problema da pesquisa, a saber: o que dizem, pensam e falam as mulheres brancas e negras que participam ou atuam na vida política no Território de Identidade Médio Rio de Contas, BA, sobre a participação feminina na política, acerca das desigualdades de gênero e suas interseções com etnia/raça, classe social, seu papel social e tomadas de decisão no espaço ocupado pelo poder masculino?

Vale ressaltar que não só o problema foi observado pela pesquisadora no decorrer da investigação, mas também os objetivos — tanto o geral quanto seus desdobramentos específicos — foram tomados como foco da investigação e, desse modo, foram respondidos à medida que foram feitos o tratamento, a análise e a interpretação dos dados coletados pelos instrumentos aplicados em cada etapa e fase da pesquisa.

Retomando aqui o objetivo geral para guiar a descrição desta dissertação, que teve como propósito *analisar narrativas de mulheres brancas e negras que participam, atuam ou atuaram na vida política e ocupam ou ocuparam espaço neste cenário no Território de Identidade Médio Rio de Contas, observando o que dizem, pensam e falam as interlocutoras sobre a participação feminina nesses espaços, considerando desigualdades de gênero, raça/etnia, classe social e preconceitos que podem (ou não) ter sofrido no campo de atuação e tomadas de decisão, com a intenção de mostrar os resultados obtidos pela presente pesquisa.*

A partir dele, procuramos mostrar as respostas dadas pelas interlocutoras e de que modo a pesquisa buscou responder a cada um de seus desdobramentos, os objetivos específicos referentes a cada etapa desta pesquisa.

Na Etapa I, foi realizada a abordagem exploratória com levantamento bibliográfico e documental sobre violência contra a mulher, desigualdade de gênero e raça, participação e atuação de mulheres na política brasileira e outras questões relacionadas ao tema/objeto de estudo, além da Revisão Sistemática de Literatura (RSL) para definir o tema, identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis, com vistas a ajustar e atualizar o *projeto de pesquisa*.

Para o desenvolvimento da pesquisa na Etapa II, Fase I, elaborou-se o marco teórico da pesquisa, procurando aprofundar conhecimentos, conceitos, concepções e definições dos principais termos relacionados ao tema/objeto de estudo, categorias e questões referentes à sua contextualização, discussão e interlocuções com os referenciais selecionados para a construção do quadro teórico da pesquisa, que, assim, foram aplicados na abordagem de campo.

Para a realização da Fase II, da Etapa II, a pesquisa aplicou os instrumentos de pesquisa (formulário fechado e aberto e observação in loco, direta e assistemática) às interlocutoras — mulheres na política/espço de poder — para identificar mulheres brancas e negras que participam, atuam ou atuaram na vida política no Território de Identidade Médio Rio de Contas, BA. Nesse momento, selecionaram-se as variáveis que caracterizam e traçam o perfil das pesquisadas (idade, sexo, gênero, raça, etnia, tempo na política, ocupação/participação atual): vereadoras, candidatas ou mulheres que atuam entre 2023-2024 ou em iminência do cargo. Desse modo, foram selecionadas as quatro interlocutoras da pesquisa.

Nesse momento, também foram realizadas observações in loco, direta, assistemática e sistemática, e utilizando um roteiro de entrevista semiestruturada (com anotações e gravação) e um formulário fechado e aberto que investigou o que dizem, pensam e falam as mulheres brancas e negras que participam da vida política/espço de poder no Território de Identidade Médio Rio de Contas, considerando a participação feminina no espaço da política para identificar a opinião das interlocutoras sobre a pesquisa que aborda as desigualdades de representação que a mulher enfrenta.

Nos subitens seguintes, mostramos os resultados da análise dos dados coletados no campo, conforme as informações supracitadas, por etapas e fases desta pesquisa.

Conforme as questões que compõem os instrumentos, foram criados tópicos e subtópicos para apresentar os resultados da análise, cuja estrutura e organização ficaram da seguinte forma: 3.5.1 Perfil das mulheres na política, interlocutoras da pesquisa; 3.5.2 O que

dizem, pensam e falam as mulheres brancas e negras que participam da vida política no Território de Identidade Médio Rio de Contas sobre a participação feminina no espaço da política; 3.5.3 Sobre violência de gênero, machismo e racismo enfrentados pela mulher branca e negra no espaço político; e sobre a violência de gênero, etnia/raça, o que dizem as interlocutoras; 3.5.4 Sobre as cotas de gênero, projetos de promoção da mulher na política e projetos sociais; 3.5.5 Sobre os projetos sociais das interlocutoras, caminhadas e contribuições.

A seguir, os subtópicos dispostos mostram os resultados do tratamento, análise e interpretação dos dados coletados no campo, por meio da entrevista e formulário, observação in loco, das conversas formais e informais que foram feitas, partindo da aplicação dos estudos teóricos, da análise bibliográfica e documental.

3.5.1 Perfil das mulheres na política, interlocutoras da pesquisa

Por meio da abordagem exploratória, realizada entre os meses de junho e novembro de 2023, foi possível observar e delimitar a região do Médio Rio de Contas-BA como espaço onde se encontra o objeto desta pesquisa. Nesse recorte, consideramos duas cidades (Jequié e Ipiaú), conforme a proximidade dessas localidades e suas composições de câmaras de vereadores. Nelas, localizamos as quatro mulheres interlocutoras da presente pesquisa.

Assim, partindo do objeto desta pesquisa sobre mulheres no espaço da política/poder, realizamos uma coleta em portais de prefeituras municipais, na internet, para levantar o quantitativo de mulheres no cargo de vereadoras nesta região. Os dados foram colhidos nos portais públicos municipais, por meio de pesquisa na internet, e investigaram a ocupação de cargos por mulheres e homens no território baiano do Médio Rio de Contas.

Na Tabela 1 — Dados sobre a quantidade de mulheres e homens que ocupam lugar em Câmaras Municipais e Prefeituras, região do Médio Rio de Contas, 2023 — é possível observar a quantidade de mulheres e homens que ocupam os cargos de vereadores nas cidades que compõem esse Território de Identidade do Estado da Bahia.

Tabela 1 – Dados sobre quantidade de mulheres e homens que ocupam lugar em Câmara Municipal e Prefeituras, região Médio Rio de Contas, 2023

Cidades 2021/2024	Vereadores/as	Mulher	Homem
Aiquara	9	2	7
Apuarema	9	2	7

Barra do Rocha	9	0	9
Boa Nova	11	1	10
Dário Meira	9	0	9
Gongogi	9	0	9
Ibirataia	11	0	11
Ipiaú	11	1	10
Itagi	11	3	8
Itagibá	11	0	11
Itamari	9	0	9
Jequié	19	2	17
Jitaúna	9	2	7
Manoel Vitorino	9	0	9
Nova Ibiá	9	1	8
Ubatã	9	1	8
Total	164	15	149

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Após a análise dos dados coletados sobre a quantidade de mulheres e homens que ocupam lugar em Câmaras Municipais da região do Médio Rio de Contas-BA, foi possível verificar que, de um total de 164 vereadores que ocupam o espaço de poder/política nesse território, temos o total de 15 mulheres e 149 homens. Destacamos ainda que os municípios de Barra do Rocha, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Itagibá, Itamari e Manoel Vitorino não possuem mulheres nas Câmaras Municipais.

Para a realização desta pesquisa, foi feita a busca sobre o que dizem os portais na internet acerca do quantitativo de mulheres no cargo. O objetivo dessa coleta foi buscar, entre o percentual encontrado, o contato com mulheres brancas e negras atuantes ou na iminência do cargo, nessa região, para colher experiências para posterior discussão dos dados da realidade que a mulher enfrenta (ou não), devido ao machismo, autoritarismo, misoginia nos espaços públicos e também privados onde vivem suas relações sociais e profissionais, e até mesmo o racismo.

Após essa busca, definimos que a mulher que integra a pesquisa é a mulher no exercício da função de vereadora e/ou aquelas na iminência do cargo que podem relatar as narrativas do exercício de um poder regado pelo machismo e pelo racismo.

O critério de inclusão na pesquisa foi: ser maior de 18 anos e ser mulher que atua ou ainda aquela que esteja inscrita como candidata na iminência do cargo de vereadora na região do Médio Rio de Contas, na Bahia, e que concorde em participar da pesquisa.

Vale ressaltar que a pesquisa foi realizada conforme o regramento do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UESB, com o intuito de manter a ética da pessoa humana, evitando constrangimento e toda e qualquer situação desconfortável à participante. E que toda e qualquer pesquisa apresenta riscos; logo, com relação à pesquisadora, esta declara que a

responsabilidade e as consequências de todos os atos praticados neste estudo recairão sobre ela.

Nesse sentido, buscamos manter uma relação de confiança com as interlocutoras para evitar desconforto. Assim, é importante destacar que o anonimato e o sigilo foram resguardados. As interlocutoras, a partir desse momento, foram nomeadas como tal e ficaram cientes de que poderiam optar por não responder perguntas que lhes causassem desconforto, assim como tiveram conhecimento de que poderiam desistir de participar do estudo a qualquer momento, sem prejuízo.

Nesse sentido, a pesquisadora e sua orientadora encontram-se cientes de todo o risco que a pesquisa, porventura, poderia causar e, assim, procuramos indicar total responsabilidade pela reparação das consequências que poderiam surgir em decorrência da pesquisa.

Sendo assim, foram realizadas três entrevistas com vereadoras no exercício 2020/2024 e uma eleita em outubro de 2024 para a vigência do ano de 2025-2028. Em razão da pesquisa de campo ter ocorrido em período de eleição municipal (2024), momento de grande movimentação de figuras públicas, houve um espaçamento entre as entrevistas devido à disponibilidade e possibilidade de cada uma das vereadoras.

Assim, é possível observar no Quadro 1, a seguir, dados identitários conforme respostas coletadas pelo formulário (Apêndice 2):

QUADRO 1: Dados identitários retirados do formulário (apêndice 2), 2024

Interlocutora	Questão 1.1.4 Sexo	Questão 1.1.5 Cor	Questão 1.1.7 Exercício no cargo	Questão 1.1.9: Estado civil
Maria	Feminino	Parda	Em exercício 1 a 4 anos (2024)	casada
Ana	Feminino	Parda	Em exercício 1 a 4 anos (2024)	viúva
Júlia	Feminino	Preta	Em exercício 1 a 4 anos (2024)	solteira
Paula	Feminino	Preta	Eminência (2025)	casada

Fonte: arquivo da pesquisa (2024)

De acordo com os resultados do Quadro 1, é possível perceber que nenhuma das interlocutoras se declarou branca e, apesar de algumas delas possuírem características de branquitude acentuada, declararam-se pardas, o que mostra um entendimento acerca do movimento negro e de suas ramificações de cor entre parda e preta. Em verdade, devido à miscigenação em nosso país, o branco é uma raça pouco declarada, tendo em vista que, diante da colonização portuguesa, houve uma racialização e todos os sujeitos nacionais tiveram sua

etnicidade interligada. Assim, acabam por ser reconhecidos enquanto pardos, o que é uma declaração viável dentro de um país multicultural. Segundo Munanga (2019, p. 113):

Há muito tempo que o movimento negro brasileiro vem construindo a identidade coletiva negra na luta contra o racismo, identidade esta que incluiria pretos e pardos. Tal identidade passa pela cor da pele por razão histórica, não biológica. Agora, afirmar que o Estatuto da Igualdade Racial vai obrigar os cidadãos brasileiros a se identificarem pela cor da pele é ignorar a luta do Movimento Social Negro, que vem antes desse Estatuto. Para alguns estudiosos e intelectuais brasileiros, parece que tudo começa com as políticas afirmativas, que são resultantes de uma longa luta de gerações do Movimento Negro.

A autodeclaração das interlocutoras mostra a percepção que cada uma delas tem sobre si; no entanto, reconhecemos a complexidade dessa questão, apesar de saber que a autodeclaração de raça/cor é um processo em que cada pessoa se identifica como pertencente a determinada raça, cor ou etnia.

A partir desse entendimento, tomando como referência a concepção de Munanga (2019), o termo raça, aqui nesta pesquisa, é definido como uma construção social e não biológica e, portanto, está mais relacionado ao fenótipo, isto é, como se identifica, como se parece, e também referente a marcadores sociais da diferença, a exemplo da cor da pele, origem familiar, descendência, pertencimento comunitário, cultura, traços físicos, entre outros.

Conforme os resultados da análise das respostas dadas pelas interlocutoras, duas se percebem pretas e duas se autodeclararam pardas. É importante mencionar que Júlia e Paula (interlocutoras, 2024), conforme traços físicos, cor da pele e fenótipo, são negras, mas se autodeclararam pretas, justificando que isso se deve à sua tonalidade de pele mais retinta. É importante destacar que, nesse momento, foi possível perceber que essas interlocutoras, ao que parece, conhecem seu pertencimento racial e sua etnicidade, mostrando que estamos diante de pessoas conscientes de sua identidade.

A importância da autodeclaração nesta pesquisa está no sentido de mostrar a vivência de mulheres brancas e negras no cenário político/espço de poder. Em verdade, conforme Munanga (2019) e outros referenciais desta pesquisa, as mulheres negras enfrentam discriminação de gênero e de raça devido à herança patriarcal e escravista que o Brasil reflete em seu meio social. Desde a formação da sociedade brasileira, a história colonial e a ideologia do embranquecimento, a disseminação do mito da democracia racial foram tentativas de influenciar as pessoas a se perceberem racialmente como superiores ou inferiores, com base

no racismo estrutural, e foram causas de sofrimentos oriundos de estereótipos, preconceitos e discriminação. Esse processo discriminatório e excludente, muitas vezes, leva as pessoas a se declararem em uma cor, raça ou etnia diferente, e tem refletido nos processos sociais que se mantêm até hoje, como pressão e dominação para influenciar imagens, opiniões e ideias para branquear essas identidades.

No caso das interlocutoras, foi possível perceber, no campo, que as vereadoras que se declararam pardas, na verdade, conforme a compreensão da pesquisa, reproduzem um discurso ligado à branquitude; ou seja, apesar da autodeclaração, não conhecem a correlação entre pardo e negritude. As interlocutoras Maria e Ana (interlocutoras, 2024), na concepção da pesquisa, possuem falas e experiências de uma vivência branca, devido à branquitude e suas ideologias. Apesar de se reconhecerem como pardas, foram branqueadas; esse dado será comprovado mais adiante.

O embranquecimento social foi notável em algumas respostas, o que traz à tona o instituto da branquitude e da ideologia do branqueamento social. Apesar disso, as interlocutoras revelaram que possuem conhecimento sobre questões raciais que atravessam os corpos negros e, independentemente de se autodeclararem pardas, ainda assim disseram que não vivenciam discriminações raciais. Logo, na compreensão da pesquisa, essas interlocutoras acabam por mitigar o discurso racial por terem sido branqueadas. Devido aos respectivos fenótipos, reparados pela brancura, as duas interlocutoras que se autodeclararam pardas — vereadoras Maria e Ana — responderam que não vivenciam discriminações raciais e disseram que observam mais as questões de gênero devido à interpelação direta.

Por esse motivo, foi necessário discutir as dificuldades das mulheres nos cargos de vereadora na região de Identidade Médio Rio de Contas – Bahia para melhor compreender essas contradições de Maria e Ana sobre gênero e suas intersecções com raça/etnia e classe social.

Em seguida, mostramos a intenção da pesquisa de evidenciar a importância de investigar as formas de vivências e experiências pessoais das interlocutoras e, também, na política/espço de poder, por meio de suas respostas às questões formuladas pela pesquisa. Com isso, a pesquisa buscou saber de que modo elas falam, pensam e dizem sobre suas vidas imersas na política municipal, nos espaços de poder, lugares que, pelo que tudo indica, experimentam diariamente preconceitos, discriminação e tentativas de exclusão desses e de outros espaços públicos.

3.5.2 Narrativa de mulheres brancas e negras do Território de Identidade Médio Rio de Contas sobre a participação feminina no espaço da política.

A interlocutora Maria foi a primeira a ser entrevistada, no dia 21 de maio de 2024, no período da tarde, na Câmara Municipal da cidade de Jequié-BA, local onde exerce sua atividade como vereadora. No dia 5 de junho de 2024, a vereadora Ana foi entrevistada, também na Câmara Municipal de Jequié-BA, em seu gabinete.

Após um período de contato com outras vereadoras, conseguimos realizar a entrevista da vereadora Júlia, aplicada no dia 7 de novembro de 2024, na Câmara Municipal da cidade de Ipiauí-BA, local onde exerce sua atividade. A entrevista ocorreu no período da manhã, após algumas tentativas anteriores de diálogo. Por fim, no dia 19 de novembro de 2024, foi realizada a entrevista com a vereadora Paula, nas dependências da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

A entrevista com as interlocutoras passou pelos trâmites anteriormente mencionados, com assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Termo de Uso de Imagem. Além disso, todas as entrevistadas conheceram o projeto de pesquisa, que foi explicado em cada detalhe de forma cuidadosa e esclarecedora. Também foi relatada a trajetória pessoal da pesquisadora, de modo que as conversas informais fluíram de maneira natural antes e depois das entrevistas. Levando em consideração o tempo curto das vereadoras para as discussões, foi aberto espaço para que pudessem falar, perguntar e tirar dúvidas. Todas elas demonstraram ter conhecimento acentuado acerca dos posicionamentos que declararam na entrevista. Portanto, todas as entrevistas ocorreram com a aplicação do roteiro de entrevista semiestruturada, previamente estruturado e organizado pela pesquisadora. Essa abordagem da pesquisa foi seguida da aplicação do formulário fechado e aberto, conforme projetado para cada uma delas.

As abordagens iniciais foram no campo do gênero e da participação feminina na política, com as seguintes indagações e respostas dadas pelas interlocutoras:

P: O que você pode falar sobre a luta das mulheres para participar dos espaços públicos poder/político? E o que você como vereadora consegue ver de mais difícil para enfrentar sendo uma mulher no exercício do cargo?

M: Trabalho muito pelo empoderamento da mulher, para que elas ocupem espaços, para que as mulheres não se diminuam, e busquem seus direitos,

vejo que para ser mulher no cargo o mais difícil é o preconceito, o machismo, eles pensam que não temos capacidade, eu sinto isso aqui! [grifo da pesquisa]. *A posição que eles colocam é que somos menores, mesmo estando no mesmo cargo, recebendo o mesmo salário, nos diminuem. Chegar aqui não é fácil, conviver não é fácil, mas desistir não é opção! Busco não me sentir diminuída pelo preconceito, muitas vezes eu falo no microfone e não sou ouvida, nem todos, mas a grande maioria dos colegas não permitem que eu me expresse, conversam, ficam com conversas paralelas, isso é revoltante. Percebo que eu incomodo mesmo!* [grifo da pesquisa]. *Eu não aceito essas atitudes, nos que somos mulheres, não devemos nos sentir diminuídas, se eu to aqui é porque almejei, quero ocupar espaço, não é só ser mulher é ter representatividade* (Maria, interlocutora da pesquisa 2024).

De acordo com a vereadora Maria, a luta das mulheres para participar dos espaços públicos de poder/político não é novidade para ela e, como vereadora, consegue perceber que é mais difícil enfrentar os problemas por ser uma mulher no exercício do cargo, principalmente porque os homens pensam que a mulher “não” tem “capacidade” e, assim, enfatiza: “[...] eu sinto isso aqui!”. “Aqui”, no caso, indica o lugar ocupado por ela no espaço da política, no lugar de poder – a Câmara Municipal de Jequié-BA, onde exerce seu mandato como vereadora do referido município. A interlocutora continua dizendo que as relações entre homens e mulheres nesse espaço não são fáceis, pois, como ela afirma: “A posição que eles colocam é que somos menores, mesmo estando no mesmo cargo, recebendo o mesmo salário, nos diminuem. Chegar aqui não é fácil, conviver não é fácil, mas desistir não é opção!”. Assim, a interlocutora mostra que, apesar dos preconceitos, dos modos arrogantes, das atitudes machistas, autoritárias e misóginas que dificultam ocupar esse lugar e cargo, ela luta e resiste.

É possível perceber que a fala da vereadora traz bastante potência para esta pesquisa, ao mostrar sua vontade de luta e resistência pelos direitos de igualdade da mulher, quando indica que, de fato, trabalha para que as mulheres ocupem, sim, esses espaços de poder e governabilidade. Notamos, inclusive, que a interlocutora menciona algo muito importante quando diz que “a política é um lugar de direito de todos” (Maria, interlocutora da pesquisa 2024). Esse discurso transmite, ao que parece, a ideia de que a vereadora conhece a necessidade de respeito na relação entre homem/vereador e mulher/vereadora, observa que a mulher deve buscar, por meio da luta e resistência, a igualdade de direitos, especialmente na política, frente aos homens. Em verdade, a interlocutora enfatiza o preconceito de ser mulher no cargo, mostrando sua total intolerância frente aos colegas que a subestimam ou diminuem.

Na entrevista, a vereadora afirma que percebe atitudes machistas dos colegas para com ela na Câmara Municipal e diz que, quando vai propor algo, percebe que os colegas a tratam

com diminuição de competência, muito devido ao gênero. Foi possível notar que sua fala expressa o incômodo ao ser subestimada, mesmo estando no mesmo cargo que o colega homem.

Vale indicar que a vereadora parte da impossibilidade de se expressar e, então, ao que tudo indica, essa colocação da interlocutora coaduna harmonicamente com a concepção de Saffioti (2001), elaborada em sua obra *O poder do macho*, que de modo consistente contribui para compreender que a fala da interlocutora, a vereadora Maria, representa o que ela pensa sobre a condição social da mulher diante da dominação masculina. Na análise descritivo-interpretativa da narrativa dessa vereadora, conseguimos compreender que a dominação do homem para com a mulher é herança patriarcal e, assim, refletida na exploração do trabalho e também nos ambientes públicos de trabalho e nas relações entre homens e mulheres. No caso aqui analisado, essas atitudes machistas partem de um local de domínio e inferiorização da mulher na ocupação do cargo político, na Câmara Municipal de Jequié-BA.

Ao aplicar as mesmas perguntas a outra vereadora, a interlocutora Ana, a pesquisa obteve a seguinte resposta:

*Olha, a pouco eu estava na luta para colocar uma coordenadora mulher em uma escola da comunidade do noturno, e muitos não queriam aceitar por ela ser mulher, queriam um coordenador homem. Mas eu lutei. As mulheres devem ocupar os cargos de poder, temos que acreditar e ter perseverança para que as mulheres ocupem espaços de liderança. Precisamos dizer que a gente pode, e que a gente consegue estar nestes espaços e não recuar, além disso a dificuldade que eu vejo aqui na câmara é que os colegas não permitem que seja uma mulher a representante das comissões, só me colocaram como suplente, percebo um machismo mesmo. Dentro do plenário, percebo que às vezes eu to falando algo, eles conversam atrapalhando, não ouvem, e eu brigo mesmo, **gente eu to falando!** [grifo da pesquisa]. Precisa ter controle para lidar com essas situações, esse preconceito é tanto, que às vezes não querem acatar nossos projetos por sermos mulheres as proponentes do projeto (Ana, interlocutora da pesquisa, 2024).*

A narrativa dessa interlocutora é muito importante para entender que “basta ser mulher”, independentemente do cargo que ocupa, idade, posição social, formação, pertencimento racial/étnico, religioso ou outro qualquer, para que o homem se sinta superior, o macho valente, sabido, dominador, e a mulher um ser inferior, fêmea, dócil, dominada, subordinada, obediente e que não tem capacidade para ocupar espaço na vida pública.

Nesse sentido, é possível notar na resposta da vereadora Ana, quando, logo no início da pergunta sobre a luta das mulheres para participar dos espaços públicos de poder/político e o que ela pensa, diz e fala como vereadora sobre o que consegue ver de mais difícil para

enfrentar sendo uma mulher no exercício do cargo, que essa não é uma tarefa fácil. Contudo, essa interlocutora Ana mostra que a luta e a resistência são suas aliadas e valorizadas nas suas tomadas de decisão no cargo de vereadora.

Essa assertiva pode ser notada quando ela informa: “Olha, há pouco eu estava na luta para colocar uma coordenadora mulher em uma escola da comunidade do noturno, e muitos não queriam aceitar por ela ser mulher, queriam um coordenador homem. Mas eu lutei. As mulheres devem ocupar os cargos de poder, temos que acreditar e ter perseverança para que as mulheres ocupem espaços de liderança.”

A problemática da restrição ao falar é dita por ambas as interlocutoras. A vereadora Ana (interlocutora, 2024) retrata a impossibilidade de falar nos espaços políticos; os colegas homens, em sua maioria, tentam sempre silenciá-las. Essa atitude advém de um processo colonial em que a mulher, perante um homem, deve se calar, obedecer, e esse processo de silenciamento é similar à servidão, em que a mulher deve prestar obediência ao homem e não deve expressar sua opinião. O hábito de concordar com a fala masculina, sem expressar opinião, é uma forma estrutural e cultural de manutenção do poder do macho.

Por tudo que foi possível perceber na fala das interlocutoras Maria e Ana, fica clara a compreensão de que o machismo na Câmara Municipal, frente aos colegas que as colocam em cargos subalternizados devido ao seu gênero, traduz um ambiente dicotômico entre homens e mulheres na política: o lugar do feminino e o lugar masculino, o ser macho e ser fêmea, o espaço do homem, o vereador, e o não-lugar da mulher, a vereadora. Trata-se de um cenário extremamente machista e patriarcal, que tende a invisibilizar a mulher dentro do cargo. A dificuldade que ambas relatam para exercer o cargo está presente na fala: a dificuldade de falar nas audiências e reuniões, ou a dificuldade de propor projetos. Essas são questões vivenciadas pelas duas, tanto o fato de interromper a fala feminina quanto de interpor outras conversas para silenciar a mulher. Nas suas narrativas, fica claro que essas são atitudes que existem de fato e ocorrem, notadamente, para gerar uma invisibilidade feminina dentro das Câmaras Municipais.

Vale destacar a concepção de Beard (2023, p. 18) sobre essa questão, quando discute o silenciamento feminino no espaço público e explica:

O que me interessa é a relação entre esse clássico momento homérico de silenciar uma mulher e alguns dos modos como vozes femininas não são publicamente ouvidas em nossa própria cultura contemporânea e em nossa política, das cadeiras do Parlamento ao chão das fábricas. É uma notória surdez, lindamente parodiada numa velha charge de Punch: "Excelente

sugestão, srta. Triggs. Talvez um dos homens aqui presentes queira executá-la". Quero refletir sobre como isso pode estar relacionado com o abuso a que, mesmo agora, são submetidas muitas mulheres que realmente se manifestam, e uma das questões que me ocorrem é a conexão entre manifestações públicas a favor de uma imagem feminina numa cédula, ameaças de estupro e decapitação via Twitter e a desqualificação de Penélope por Telêmaco.

Tal reflexão teórica indica uma violência política, pois a reprimenda da fala feminina é fruto de um machismo desenfreado nos órgãos, e essas atitudes originam-se dentro da sociedade devido ao ideal de que a mulher não deve opinar ou mesmo não possuir capacidade de atuação no mercado. Esse silenciamento é a reprodução de uma violência simbólica que emerge pela segregação social entre macho e fêmea.

Sobre o silenciamento e a reprodução de violência simbólica contra a mulher, observamos o que diz a vereadora Júlia:

A gente mulher sofre um preconceito grande por ser mulher, muitos acham que a política foi feita para homens e cada dia mais a gente busca espaço na política e ainda somos minoria. Para falar sobre a luta das mulheres na política, eu percebo também que temos que lutar frente ao eleitorado, em Ipiaú-BA, a maioria dos eleitores são mulheres, e poucas eleitoras mulheres votam em mulheres. É uma luta constante. Na eleição passada só tinha eu de mulher na câmara. Quanto à dificuldade eu acho que é o preconceito, devido a termos uma bancada masculina maior que acha que não devemos está ali (JÚLIA, interlocutora da pesquisa, 2024).

Nessa fala, percebemos que a vereadora narra que a luta para ter mulheres na política parte, primeiramente, da não aceitação do eleitorado; poucos são os eleitores que acreditam na capacidade da mulher de exercer o cargo. A grande maioria das pessoas acredita que o homem foi feito para o espaço público e que o lugar da mulher é no lar, sendo que essas ideologias dificultam o acesso ao espaço político.

A disposição social em que o homem se insere no labor extra lar e a mulher em atividades domésticas faz com que a sociedade imprima uma falsa impressão de incapacidade feminina no trabalho público. O eleitorado reproduz aquilo que é vivenciado dentro da comunidade, um sistema machista e opressor.

A dificuldade do eleitorado está no fato da não visualização desse cenário de atuação para a mulher; a ideia posta socialmente é de que devemos ter um chefe de poder homem, como ocorre na propriedade privada (família), onde o poder emana do homem. O sistema político organizacional bebe muito dos primeiros sistemas de governo, onde havia oligarquias e monarquias regidas por homens brancos da nobreza, e até hoje a ideologia social emprega

isso: o poder que detém o homem branco. Apesar de termos uma luta e uma atuação significativa das mulheres para a mudança desse cenário, ainda existe uma barreira social que estigmatiza o lugar que a mulher deve ocupar (Beard, 2023).

De maneira bastante perspicaz, conseguimos perceber, ao que tudo indica, que a vereadora Paula responde à referida pergunta com o posicionamento de que:

*Ser mulher é um marcador social forte, ser preta é outro marcador mais forte, para ocupar esse espaço tem que ir para o enfrentamento mesmo, eu sou um exemplo, enfrento muito preconceito, os homens acham e as próprias mulheres acham que você não vai conseguir, que não vamos fazer a diferença, não acreditam no seu potencial. **Eu sofri muito!** [grifo da pesquisa]. Quando eu comecei a estudar, muitas pessoas desacreditavam de mim, queria estudar para me fortalecer, principalmente para aprender a me defender na política. A dificuldade, eu vejo é de ter que enfrentar uma câmara totalmente machista, sexista, maioria masculina, e olha em breve, eu vou ter grandes enfrentamentos direto porque eu defendo causas que para os homens não é importante. Para mim não vai ser fácil, vou para o enfrentamento mesmo, vou defender a população LGBTQIAPN+. Eu quero fazer a diferença! Você acredita que teve gente que não votou em mim por eu defender a população LGBTQIAPN+ (PAULA, interlocutora da pesquisa, 2024).*

Essa fala de Paula (interlocutora, 2024), no entendimento desta pesquisa, é de uma dimensão acadêmica profunda, pois temos aí expressa a visão de uma mulher que se coloca como uma mulher preta na luta e mostra enfrentamento contra preconceitos, que são ainda maiores devido à sua negritude. A vereadora narra a necessidade de ir ao enfrentamento e de estudar para ter embasamento em temáticas de importância, a exemplo do estudo sobre gênero, sexualidade, raça e racismo. Ela deixa claro, em sua concepção, que estudar e ter conhecimentos sobre essas questões permite que a ativista esteja academicamente repleta de conhecimento teórico para expandir direitos. Essa visão da vereadora é louvável e de extrema necessidade para combater a desigualdade de gênero contra a mulher e a mulher preta/negra. Ocorre que, como afirma a vereadora Paula, essas pautas incomodam os homens, pois, segundo ela, os colegas vereadores desacreditam e ignoram a importância desses temas. Ela ainda menciona que o fato de levantar a bandeira da comunidade LGBTQIAPN+ a levou a ser repreendida até pelo eleitorado, e esse preconceito está presente na sociedade, conforme os estudos que abordamos sobre a diferença de grupos.

Segundo Barros (2019), quando existe distinção para aqueles que possuem características que envolvem sexo, gênero, profissão e etnia que destoam do regramento social engessado, ou seja, todos aqueles que defendem grupos diferentes que possuem diferenças em relação ao que é posto socialmente, enfrentam discriminação.

A partir desse entendimento de Barros (2019), podemos compreender que a comunidade política reflete um posicionamento machista, fechado, autoritário, misógino e de superioridade masculina, e, para ultrapassar essa percepção engendrada, é necessária a luta e a resistência feminina. Pensamos assim, observando que a vereadora expõe sentir a necessidade de estudar, lutar e resistir para respaldar suas falas e ter propriedade e autonomia para as tomadas de decisão, para o posicionamento sobre o que pensa, fala e diz, até mesmo para se defender desses ataques machistas, autoritários e misóginos.

A deputada estadual Olívia Santana (2023, p. 127), em sua obra *Mulher preta na política*, reproduz uma fala, nessa perspectiva, a saber:

Mulheres, negros, povos originários, LGBTQIAP+ têm suas trajetórias de construção de cidadania, no cenário da democracia liberal vigente, marcadas por negações de direitos, quer seja juri-dicamente, quer seja por mecanismos coloniais perpetuados nos costumes, na cultura, socialmente reproduzidos, que provocam exclusões e silenciamentos, sendo vistos como inaptos a exercer posições de liderança na sociedade. De escravizadas/ os a tuteladas/ os, destinadas/ os a servir como cabos eleitorais, recrutadas/ os nas grandes hordas de desempregadas/os que, sem a cidadania consciente e crítica, oferecem seu precioso voto a preço vil. É a trágica contradição vivida pelo exército de pessoas tidas como descartáveis, manipulados a empoderar e legitimar aqueles que lhes oprimem. Mas a resistência a esse quadro se ergue, de maneira crescente na sociedade brasileira. O enfrentamento aos estereótipos racistas, patriarcais, LGBTfóbicos, ao etarismo e a tantas opressões que estratificam os corpos e fixam lugares sociais está na ordem do dia. As lutas dos movimentos sociais antirracistas, feministas e LGBTQIAP+ vêm trazendo cada vez mais vozes insurgentes, que denunciam e também projetam novas perspectivas de socialização.

A partir desse entendimento, é válido elencar dados trazidos do formulário acerca do pensamento das vereadoras sobre desigualdade de gênero e raça/etnia dentro dos espaços públicos, da política e do poder.

No Quadro 2 – Desigualdade de gênero, etnia/raça no espaço público, apresentamos as respostas das vereadoras, interlocutoras da pesquisa, sobre se já ouviram falar dessa desigualdade que atinge as mulheres no espaço público, bem como as justificativas dadas por elas para suas respostas. Vejamos a Tabela 3, abaixo:

QUADRO 2: Desigualdade de gênero, etnia/raça no espaço público

Interlocutoras da pesquisa	Questão 2.1: Já ouviu falar sobre desigualdade de gênero, etnia/raça no espaço público?	Se sim, então o que você já ouviu falar sobre o local público de tomada de decisão e a ocupação masculina deste espaço?
Maria	Não me lembro	- Não justificou
Ana	Sim	Percebo no dia a dia, que a desigualdade de gênero e raça existe no espaço público, principalmente na

		política. O machismo chama a atenção na câmara, onde temos maioria masculina.
Júlia	Sim	Constantemente vejo muitas pessoas falando dessa desigualdade no espaço público e também percebo dentro da câmara. A desigualdade de gênero principalmente.
Paula	Sim	O machismo e o racismo nos espaços públicos são visíveis, essas desigualdades permanecem desde o período imperial. Acho que o racismo é ainda maior.

Fonte: arquivo da pesquisa (2024).

Os resultados da análise dos dados apresentados no Quadro 2 ratificam que as interlocutoras já ouviram falar dessa desigualdade de gênero e raça que existe no cenário público, tanto com relação às mulheres quanto ao racismo. Nesse espaço, de forma acentuada, percebemos que apenas uma vereadora, a interlocutora Paula, narra com maior domínio o racismo e a necessidade de militância para além do sexismo.

Nesse sentido, a interlocutora Paula (interlocutora, 2024), em sua justificativa, evidencia o racismo e destaca que “o machismo e o racismo nos espaços públicos são visíveis, essas desigualdades permanecem desde o período imperial. Acho que o racismo é ainda maior”. Essa interlocutora, ao que parece, tem muita convicção na sua fala sobre o que pensa dessa questão e, por tudo que foi possível perceber, no momento em que estava sendo entrevistada, mostrou muita segurança sobre o que sabia acerca do racismo, sexismo, gênero e suas influências na ocupação da mulher no espaço da política e do poder.

Destacamos também que a vereadora Paula se autodeclarou preta e evidencia o racismo com maior afinco. Essa maior visibilidade que a interlocutora dá à causa mostra sua indignação com a problemática, uma situação-problema que atravessa diretamente sua vida e sua profissão. De acordo com sua resposta, o racismo atinge sua persona para além da profissão, e ela se encontra envolvida nessa luta desde sua atividade ativista na comunidade. O preconceito e a discriminação racial são tomados por essa interlocutora como fronteiras impeditivas que vão além do sexismo. Na verdade, essas fronteiras são heranças da escravidão, e essa subsunção humana coloca a comunidade negra em um não-lugar.

O não-lugar do negro na sociedade brasileira é uma herança da escravidão, de uma sociedade hierárquica, patrimonialista, patriarcal, que mantém o pacto da branquitude oriundo da colonização e que se reflete nos espaços sociais de produção de desigualdades entre brancos e negros, mulheres e homens, nos espaços de exclusão da educação, da política, da saúde, dentre outros.

Em verdade, conforme os resultados encontrados pela pesquisa, é possível notar que a pauta racial ainda enfrenta uma difícil percepção das investigadas e, ao que tudo indica, essa é uma realidade brasileira, não apenas das vereadoras pesquisadas, mas de mulheres que ainda buscam, por meio da luta e resistência, a igualdade de direitos, o respeito, o combate ao machismo e aos diferentes tipos de violência de gênero contra a mulher, inclusive o feminicídio. Pois as mulheres, mesmo brancas, pardas ou negras/pretas, ainda acreditam que o sexismo é a fonte de maior preconceito, deixando a pauta racial em outro lugar — um lugar que privilegia o silenciamento, a negação de uma realidade cruel e estrutural que se mantém na sociedade brasileira.

Portanto, podemos pensar que esse pensamento foi moldado socialmente por uma sociedade branca que busca, a todo momento, empregar um pensamento branqueado sobre os negros, pretos, afrodescendentes e afrobrasileiros. A falsa impressão de igualdade é posta diante de leis e regramentos públicos; porém, na prática, a segregação racial existe. A seguir, vamos adentrar na discussão do machismo somado ao racismo e analisar o que narram as interlocutoras sobre essas questões e marcadores sociais da diferença.

3.5.3. Sobre violência de gênero, machismo e racismo enfrentados pela mulher no espaço político

Para saber o que pensam, falam e dizem as vereadoras, interlocutoras da pesquisa, sobre violência de gênero, machismo e racismo enfrentados pela mulher branca e negra no espaço político, a pesquisa fez indagações acerca destes marcadores sociais da diferença no espaço da política/poder onde atuam ou ocupam cargos na Câmara Municipal de Jequié e de Ipiauí.

A pesquisa ainda questionou se a interlocutora já sofreu violência de gênero ou raça no cargo. Essas indagações foram feitas para saber se essas mulheres percebem os institutos de desigualdade de gênero e de raça, se existe incidência de violências sob as mulheres nessa perspectiva e quais são as inquietações de cada uma das investigadas.

Vejamos o que foi perguntado sobre essa questão e as respostas dadas pelas quatro interlocutoras da pesquisa:

P: Qual sua opinião sobre o machismo e racismo enfrentado por mulheres brancas e negras dentro dos espaços de poder? Você já sofreu algum tipo de violência/discriminação de gênero ou raça no exercício do cargo?

Na oportunidade, uma das vereadoras descreve sua opinião acerca do machismo e do racismo enfrentados por mulheres brancas e negras. Vejamos o que responde a vereadora Maria:

*- Se tentam me humilhar, me derrubar por ser mulher, eu não me permito ser humilhada ou derrubada, as mulheres brancas e as mulheres negras tem os mesmos direitos. Eu me posiciono, no sentido de que mulher é mulher independente da cor, temos os mesmos direitos, sei que existe um preconceito pesado, cruel, não tenho dúvida que enfrentar o racismo somado ao fato de ser mulher seja ainda mais difícil. Acredito que existe sim esse machismo e racismo com as mulheres negras". Ao ser indagada sobre violência de gênero vivenciada ela retrata: "Sobre a violência, eu já sofri sim no cargo, piadas, olha uma vez um colega me destratou na sessão na frente de todos, porém eu rebati a fala dele, **não permite**, ele levantou o dedo me apontando, e eu também fui e levantei o dedo para ele também, quando ele falou mais alto, eu pedi respeito, e me impus. Nesse dia eu chorei, fiquei abalada, foi muito desrespeitoso. Mas eu não abaixo a cabeça, não é qualquer homem machista que queira me apontar me desconstruir que vai conseguir, isso é violência, os colegas não prestam atenção quando a gente fala, quando a gente propõe pautas femininas eles ignoram e acham desnecessário. É uma luta constante! (MARIA, interlocutora da pesquisa, 2024).*

Na fala da vereadora Maria, foi possível perceber que a interlocutora, ao que parece, demonstra conhecimento do racismo enfrentado pela mulher negra, inclusive narra que acredita que ser mulher negra na política deve ser ainda mais difícil, evidenciando a necessidade de igualdade entre os indivíduos. Porém, sua fala, na compreensão da pesquisa, se inclina de forma mais acentuada para o machismo e sua experiência direta no cargo, enquanto mulher parda (com fenótipo branco).

Conforme a interpretação da pesquisa, essa condição, ao que parece, não lhe traz inquietações raciais diretamente; as questões de gênero parecem mais evidentes. Na sua narrativa, a vereadora Maria denuncia a tentativa de humilhação e de derrubá-la. Essa narrativa da vereadora, conforme a compreensão da pesquisa, mostra diferentes sentidos, a exemplo de tirá-la do cargo, diminuir sua participação e poder de decisão, de dar opinião, de ocultar seu prestígio e credibilidade, de silenciá-la. Nesse sentido, ficou evidente que essa interlocutora, ao que parece, apesar de encontrar diversas dificuldades para atuar no cargo que ocupa como vereadora, expressa sua autonomia, poder de tomada de decisão e resistência a essas atitudes dos homens que também ocupam o cargo de vereador na Câmara Municipal.

Quando ela diz: "Se tentam me humilhar, me derrubar por ser mulher, eu não me permito ser humilhada ou derrubada, as mulheres brancas e as mulheres negras têm os

mesmos direitos”, mostra que ela tem consciência da importância de combater a desigualdade e a violência de gênero contra a mulher e, também, o racismo e o preconceito de cor, que se entrelaçam ao gênero.

Por isso, Maria reage e diz: “Eu me posiciono no sentido de que mulher é mulher, independente da cor, temos os mesmos direitos. Sei que existe um preconceito pesado, cruel; não tenho dúvida de que enfrentar o racismo somado ao fato de ser mulher seja ainda mais difícil.” E não para por aí. Desse modo, mostra, de certo modo, uma necessidade de repetir o que já disse anteriormente, mas essa questão, ao que tudo indica, é um desejo, uma vontade, uma reação que aproveita a ocasião da entrevista para denunciar uma relação de dominação, machismo, misoginia e autoritarismo que lhe incomoda, e esse foi um momento que encontrou como desabafo, de “jogar para fora” aquilo que está corroendo, trazendo sofrimento e dor.

Por isso, a vereadora Maria, uma política atuante que deseja dar seu exemplo para outras mulheres, não silencia e revela qual seria sua atitude, tomada de decisão e posicionamento contra essas ações preconceituosas e discriminatórias, afirmando:

Se tentam me humilhar, me derrubar por ser mulher, eu não me permito ser humilhada ou derrubada, as mulheres brancas e as mulheres negras tem os mesmos direitos. Eu me posiciono, no sentido de que mulher é mulher independente da cor, temos os mesmos direitos, sei que existe um preconceito pesado, cruel, não tenho dúvida que enfrentar o racismo somado ao fato de ser mulher seja ainda mais difícil.

Portanto, ficou aparente que o fato de diminuir ou humilhar a mulher vereadora é um fenômeno que a atravessa de forma precisa e angustiante, que se mantém engasgado, e ela sofre essas consequências por uma única razão: “ser mulher” (Maria, interlocutora, 2024). Desse modo, narra diversas violências contra a mulher como forma de não se calar, mostrando que o lugar que ocupa — o cargo de vereadora — não pode ser tomado como um não-lugar da mulher.

O relato de violência de gênero da vereadora é impactante; o ato de falar mais alto e intimidar a mulher no exercício do cargo é uma violência de gênero consubstanciada, conforme retratam pesquisas e estudos sobre violência contra a mulher, e existe regramento legal que pune esse tipo de conduta.

O ato praticado pelo colega homem frente a Maria (interlocutora, 2024), no exercício do cargo de vereadora, configura-se como violência política de gênero, de modo que deve ser aplicada a Lei 14.192/21, e o artigo 3º desta norma, que institui: “considera-se violência

política contra a mulher toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher” (Brasil, 2021).

Outrossim, percebemos que Maria, pelo que tudo indica, por seus gestos, sua forma de falar sobre o ocorrido, o tom da voz e a variação do tom empregado na fala, mostra que se sentiu diminuída com o ato praticado pelo colega; porém, a necessidade de lutar, enfrentar e resistir a fez debater em pé de igualdade com ele. Essa atuação da vereadora mostra uma resistência feminina diante de uma imposição masculina; trata-se de um pensamento feminista que ela reproduz para manter-se no enfrentamento. Para além do gênero, no caso narrado, temos uma mulher no exercício de uma função pública, e a violência verbal impositiva para desestruturar a colega beira o abuso de direito.

Com relação a essa abordagem, temos também a resposta de outra interlocutora, a vereadora Ana, que traz narrativas pessoais sobre violência de gênero e, assim, menciona:

Existe, ainda existe muita gente racista, já presenciei situações de racismo no cargo, ainda mais quando é negra de periferia, o preconceito é pior, claro que a mulher branca e a mulher negra sofrem com o machismo. Mas com a mulher negra o enfrentamento é maior. Sobre a violência de gênero e de etnia/raça, vejo que existe como falei no meu caso aqui na câmara quando estou falando, eles não deixam, ficam de conversa paralela. É difícil”. A vereadora Júlia (interlocutora, 2024) menciona resposta nesta mesma linha da interlocutora Ana, ao passo em que elucida: “Existe machismo, existe preconceito racial, existe a questão do ser feminina, os homens excluem mesmo, a gente briga pelo espaço, e ainda somos minoria. Eu passo isso aqui na casa bastante preconceito. Sobre a questão da violência, violência de gênero e de etnia/raça, eu já sofri sim aqui na câmara (JÚLIA, interlocutora da pesquisa, 2024).

Para uma compreensão mais detalhada, podemos observar que ambas as vereadoras, interlocutoras Maria e Ana, afirmam conhecer o racismo enfrentado pela mulher negra, bem como apontam o machismo acentuado em razão de serem mulheres. A vereadora Ana diz que o racismo prevalece quando se trata da mulher negra, que sofre uma segregação ainda maior. Ambas destacam que existe, sim, esse machismo e racismo no cenário político, tendo em vista que o local de poder social onde há maior hierarquia segregacionista é a política, e nesses espaços os princípios monárquicos ainda existem; de fato, a escravidão ainda se manifesta dentro da sociedade.

Quando perguntadas sobre a violência em razão do gênero e da etnia/raça, ambas afirmaram que ocorre sim e, para Ana (interlocutora, 2024), esse tipo de violência é percebido quando os colegas a impedem de falar, não dão atenção às suas colocações e, assim, ficam

conversando enquanto ela está com a palavra. Do mesmo modo, essas são situações semelhantes às que vimos com as outras vereadoras.

Percebemos que a vereadora Júlia (interlocutora, 2024) disse ter sido vítima de violência de gênero e raça/etnia na câmara, por parte dos colegas, mas não relatou o ocorrido, o que mostra que, no momento da entrevista, não esteve à vontade para descrever o fato. Ela havia sido informada pela pesquisa de que poderia deixar de falar sobre o que não tivesse vontade de informar, pois todo participante de pesquisa científica possui essa liberdade de responder o que desejar e na medida em que desejar. Ciente dessa condição e liberdade da interlocutora, em nenhum momento a pesquisadora insistiu, respeitando a fala da interlocutora.

Outra interlocutora, a vereadora Paula, respondeu a essa questão da pesquisa, que questiona sobre violência de gênero, machismo e racismo enfrentados pela mulher branca e negra no espaço político, afirmando que:

Existe com mulheres brancas e com mulheres negras, porém com mulheres negras muito mais, é mais acentuado. Sobre a violência, já sofri violência de gênero e de etnia/raça, eu sou uma mulher negra e já escutei “aquela neguinha, do cabelo duro”, palavras desse sentido ofende, ataca, diminui, mas eu ressignifico (PAULA, interlocutora da pesquisa, 2024).

Essa fala da vereadora Paula (interlocutora, 2024) é bastante relevante para responder aos objetivos desta pesquisa, pois traz uma narrativa concreta do que estamos examinando frente à disparidade enfrentada pela mulher negra. Ela afirma que sabe que existe machismo tanto com mulheres brancas quanto com negras, mas que as mulheres negras sofrem mais devido à raça. Em seguida, a vereadora aponta que sofreu violência, sim. E a violência que a vereadora narra ter sofrido trata-se de um ato racista, pois o termo “neguinha do cabelo duro” é uma representação racista da aparência, da cor da pele e do tipo de cabelo.

O racismo é mostrado em diferentes aspectos no decorrer das entrevistas e das conversas informais e, no caso de Paula (interlocutora, 2024), houve um ataque ao seu cabelo e à sua cor de pele. As formas de caracterizar e se referir ao cabelo negro como duro, ruim, devido à sua textura crespa, são extremamente racistas, devido ao simbolismo negro que essa característica representa e à forma equivocada que prejudica a autoafirmação da estética negra. Lembramos, aqui, que durante muitos anos a ideia de branqueamento social intitulava o cabelo negro como “ruim”, aquele que deve ser alisado, tratado e cuidado para se parecer com o cabelo de uma pessoa branca, a fim de retirar o aspecto negróide (Ribeiro, 2018).

Podemos afirmar que a negritude não é sinônimo de “feio”; o corpo negro e suas características representam uma etnicidade própria, que é sinônimo de resistência diante dos enfrentamentos dos corpos negros nos cenários de exploração do homem branco. Portanto, o momento em que intitulam a vereadora como “neguinha do cabelo duro” é uma representação de uma cultura racista, franqueada pela ideologia da branquitude (Bento, 2022).

Acerca do tema machismo, a pesquisadora indagou sobre a opinião das interlocutoras a respeito do eleitorado e se há preferência de votos por candidatos masculinos. Assim, a pesquisadora indagou:

P: Você sabe informar se os eleitores de sua cidade costumam priorizar seu voto em figuras masculinas?

Vejamos a resposta dada pela interlocutora Maria:

Eu vejo isso, no dia-a-dia pra que mulher nisso, eu já ouvi de um tio meu a seguinte frase “sai disso, pra que mulher nesse negócio?” e eu me perguntei porque eu não posso estar nesse negócio, porque a mulher não tem capacidade de estar aqui? Que tipo de negócio é esse? a gente vê isso no dia-a-dia frequentemente. Vou te dar um exemplo, hoje faz 31 anos da federação do Estado da Bahia das APAES, a federação preside as APAES da BAHIA, temos 80 na Bahia, já tem muitos anos que só homens presidem essa federação, esse ano eu ocupo esse espaço, teve uma outra mulher lá atrás, e hoje eu retorno enquanto mulher nesse espaço (MARIA, interlocutora da pesquisa, 2024).

A narrativa da vereadora Maria supracitada, traz um dos grandes preceitos do machismo, que é a tendência capacitista que esse instituto promove. O machismo acredita que apenas o homem detém capacidade para ocupar lugares e exercer certas atividades, o que, na verdade, representa uma onda patriarcal de dominação masculina.

Por muito tempo, o homem deteve o poder do lar, da propriedade e da mulher e, nessa toada, o macho acaba por reproduzir um capacitismo pleno, de modo que a mulher, em contrapartida, estaria em um local de incapacidade, em locais de menos prestígio ou mesmo na subalternidade, como já discutimos.

Segundo Saffioti (2015), a mulher que vai ao mercado de trabalho ainda sofre esse mito capacitista de que não tem vocação para atuar na esfera pública devido à sua condição projetada para o interior subjetivo da sua família e dos cuidados domésticos. Por meio do feminismo, a onda capacitista de direcionamento de espaços foi atravessada por uma luta plural feminina em prol da igualdade de direitos em todos os espaços.

A vereadora Ana respondeu: “Percebo sim, existe este estigma de que a mulher não dá conta”. Nessa fala, a interlocutora apresenta justamente a discussão anterior de que existe socialmente uma suposta incapacidade feminina de exercer atividades fora do lar. A mulher é colocada em um ambiente subalterno, e Ana (interlocutora, 2024) revela, em sua fala anterior, que os cargos da câmara ofertados às vereadoras mulheres são justamente os de suplentes, pois dentro da instituição o machismo pondera uma inoperabilidade da mulher diante do seu gênero. Essa atuação também configura uma violência política; o estigma do não alcance social devido ao gênero representa uma violência simbólica.

De maneira similar, a vereadora Júlia responde: “Sim, percebo que votam mais em homens”, e a vereadora Paula explica que:

*Acho que não é priorizar, eu não vejo que seja a questão de votar em homens, na verdade, os eleitores eles não conhecem muito, e seguem uma tendência de poder masculino, muitas pessoas acham que eu não sou política, porque eu sou mulher, porque apoio movimentos de militância, porém eu bato de frente, **Eu não sou massa de manobra** [grifo da pesquisa] (PAULA, interlocutora da pesquisa, 2024).*

Vejamos a expressão aplicada pela interlocutora Paula: “[...] Eu não sou massa de manobra.” Essa é uma expressão que, ao que tudo indica, mostra a indignação da vereadora diante de “uma tendência do poder masculino” de pensar que, por ser mulher, ela não é política e, portanto, não deveria estar naquele espaço – a Câmara de Vereadores de sua cidade.

A vereadora Paula (interlocutora, 2024) traz um discurso muito polido no sentido de que a questão do voto masculino dentro do eleitorado ser maior é uma questão de ausência de conhecimento do eleitorado, que não acredita na capacidade da mulher, que desconhece a militância, muitas vezes um eleitorado conservador que ainda acredita no coronelismo como sistema. Portanto, essa preferência pelo voto masculino parte muito de uma sociedade ainda patriarcal, que retalha a militância e os movimentos sociais plurais. Logo, a incidência de maiores votos em homens parte de um coletivo dominado pelo homem branco europeu heterossexual.

Os resultados apresentados no Quadro 3, ao que parece, revelam que as mulheres que atuam hoje no cargo de vereadora municipal, investigadas pela pesquisa, sabem da importância da representatividade da mulher na política e no espaço de poder. Vejamos o Quadro 3, abaixo:

QUADRO 3: Desigualdade de representação política e participação feminina na política: interferência (ou não) do machismo e racismo na ocupação de cargos por mulheres, 2024

Interlocutoras da pesquisa	Questão 2.2: Qual sua opinião sobre a pesquisa que aborda as desigualdades de representação que a mulher enfrenta?	Questão 2.3: Em relação a participação/atuação feminina na política brasileira, acredita que o machismo e o racismo interferem na ocupação dos cargos
Maria	Muito importante	Sim, interfere. Os homens acham que o espaço na política é deles, e a maioria propaga o racismo.
Ana	Muito importante	Sim. Interfere porque acham que por esses motivos, nós não vamos conseguir.
Júlia	Muito importante	Sim. O machismo e o racismo das pessoas para com a candidata mulher interfere até mesmo na eleição no momento de votar.
Paula	Muito importante	Sim. Sendo mulher negra na política, sofro constantemente por conta desses marcadores sociais.

Fonte: arquivo da pesquisa (2024).

Conforme os resultados obtidos na análise das questões 2.2 e 2.3 do Quadro 3, acima, foi possível perceber que as interlocutoras conhecem as fronteiras sociais que obstruem o acesso da mulher ao espaço político. Ora, as mulheres que adentram o espaço político sofrem com o machismo imbricado entre colegas de profissão e eleitorado. Sabemos que os órgãos públicos de representatividade popular são dominados por uma maioria masculina que tende a manter uma cultura machista, misógina e racista.

No caso do racismo, foi possível perceber que, de forma acentuada, algumas interlocutoras relatam conhecer e saber do problema racial que as mulheres negras enfrentam; porém, grande parte não consegue narrar vivências de racismo e, conforme a compreensão da pesquisa, as investigadas mostram que essa percepção, no caso delas como vereadoras, deve-se ao pouco acesso à violência de gênero racial.

É válido destacar que duas interlocutoras se autodeclararam pardas (as vereadoras Maria e Ana) e outras duas se declararam negras (as vereadoras Júlia e Paula), conforme analisado inicialmente por esta pesquisa. Ocorre que, conforme foi possível verificar nos resultados da análise descritivo-interpretativa, as mulheres pardas entrevistadas afirmaram ter vivenciado pouco o racismo devido à sua tonalidade de pele clara.

Ao que tudo indica, essas mulheres pesquisadas são tomadas pela branquidade, o que acaba por ser maquiado por uma cultura do embranquecimento. Enquanto isso, as duas interlocutoras negras disseram que percebem o racismo e a violência de gênero na política. Sendo que uma delas, apesar de conhecer o racismo, ainda permeia o mito da democracia racial (Bento, 2022), não percebendo a discriminação racial como um marcador da

desigualdade. Essa interlocutora, naturalmente, reproduz uma consonância com a cultura do branqueamento.

Porém, a interlocutora Paula (interlocutora, 2024) se apresenta bastante conhecedora da situação que se refere ao corpo feminino e mostra que sua concepção é de que o corpo feminino negro ocupa um lugar que exige luta e resistência para combater preconceitos, discriminação e desigualdades contra a mulher. Essa interlocutora narra suas vivências e experiências observadas de discriminações de gênero e raça devido à sua negritude.

Com isso, foi notado pela pesquisa, conforme os resultados obtidos pela análise descritivo-interpretativa sobre essa questão, do formulário e do roteiro de entrevista, que, ao que tudo indica, diante da sua experiência, ela procura mostrar maior domínio dessa discussão ao estender sua resposta para falar e contar o ocorrido com ela no sentido da militância negra.

Não é novidade que a mulher negra enfrenta uma sub-representatividade muito devido à condição de objeto em que a mulher negra vivenciou nos séculos passados. A quebra desse estigma no espaço público é de maior complexidade devido à existência acentuada de um poder ainda mantido por hierarquias coloniais brancas; nesse período, as mulheres negras ocupavam a servidão (Davis, 2016).

De maneira geral, a militância dessas interlocutoras e as causas que elas apoiam no exercício das suas funções, ao que parece, mostram, de fato, um patrocínio significativo à comunidade feminina. Outro resultado relevante é que, além de atuarem em prol das crianças em escolas municipais, algumas delas também falam da importância da assistência que desenvolvem na periferia e zonas rurais dos municípios onde atuam como vereadoras. Ou seja, temos um grupo de interlocutoras atuante em prol de minorias plurais, residentes do Território de Identidade Médio Rio das Contas – BA, especificamente na área de abrangência de Jequié e Ipiaú – espaços de atuação das interlocutoras e onde a pesquisa foi realizada.

Enfim, é possível responder a este desdobramento da pesquisa considerando que as mulheres investigadas, vereadoras dos municípios de Jequié e Ipiaú, interlocutoras desta pesquisa, buscam representatividade feminina, sendo representantes da concepção do feminismo, mesmo que não tenham tido acesso ao movimento e às suas teorias e concepções sobre os direitos da mulher à ocupação do espaço público, na política e no poder e, por tudo que foi observado, buscam a luta e a resistência nessa direção e sabem o que fazer, sabem-fazer, fazendo, no cargo em que ocupam como políticas e vereadoras.

Contudo, também foi notado que os resultados descritivo-interpretativos mostram que as discussões que envolvem a figura da mulher negra ficam a cargo de mulheres que sofreram

atos racistas dentro do espaço público. Assim, foi possível perceber que apenas uma das interlocutoras revela, em seus relatos pessoais, que a violência racial deve ser combatida e que ela já sofreu esse tipo de violência, mostrando maior inquietação quando a discussão racial é levantada na pesquisa.

3.3.4 Sobre as cotas de gênero, projetos de promoção da mulher na política e projetos sociais

A cota política de gênero é um dos questionamentos desta pesquisa. Inclusive, trata-se de uma pauta mencionada pelas interlocutoras, que atuam na política e conhecem, sabem e reconhecem a necessidade da norma sobre o tema para promover maior acessibilidade das mulheres aos cargos.

Na verdade, esse desdobramento do tema sobre mulheres na política permitiu que a pesquisadora aprofundasse seus conhecimentos sobre a efetividade (ou não) da norma nesse sentido.

Em relação à Questão 8, foi perguntado às interlocutoras:

“P: Você acredita que a cota de gênero é aplicada de forma a ser uma ponte de acesso a mulher na política?”

A vereadora Maria, interlocutora da pesquisa, responde que: *“Sim, ajuda muito; se não houvesse a cota de gênero, acredito que não haveria mulheres na política. Apesar disso, a luta é constante pela maior incidência de mulheres na política.”*

Já a vereadora Ana diz:

Eu acho importante, mas na realidade a mulher só entra para compor os partidos, não tem essa vontade dos partidos de colocar mais mulheres, e vejo que as próprias mulheres acabam por ter medo de adentrar esse espaço, acham que não ganha. Olha, quando eu sai pelo PT (Partido dos trabalhadores), eu sai para ajudar e compor ali o partido, nem eu acreditava (ANA, interlocutora da pesquisa, 2024).

Nessas falas, conseguimos perceber que as vereadoras Maria e Ana narram a importância da cota de gênero na política. Por um lado, Maria destaca a essencialidade da cota para a presença feminina no espaço político. Por outro, Ana indica que essa lei tem suas deficiências: o regulamento promove uma composição obrigatória das coligações e/ou partidos, que devem cadastrar no mínimo 30% de cada sexo. Nessa perspectiva, muitas mulheres acabam ingressando no coletivo eleitoral apenas para cumprir a norma.

Ou seja, a cota política de gênero é uma lei que, apesar de visar uma conjuntura política com maior igualdade entre homens e mulheres na ocupação de cargos, desenvolve-se de forma diferente na prática. Na verdade, a lei é utilizada unicamente como regra para a inscrição dos partidos, e essa obrigatoriedade leva a fraudes cadastrais.

Na resposta da interlocutora Ana, ao que tudo indica, essa questão do mero preenchimento da inscrição pelos partidos acaba por ferir o direito da mulher de ocupar espaços. Na fala dessa vereadora, os resultados revelam que ela aponta justamente isso: em sua filiação ao PT, houve um cadastramento do seu nome na chapa devido à necessidade de composição do partido dentro das regularidades. Ela ainda destaca que, no momento em que se filiou, nem ela acreditava no seu potencial enquanto vereadora, até que sua elegibilidade comprovou sua capacidade para o exercício do cargo.

Para Sabino (2024), a prática das candidaturas laranjas ocorre devido à obrigatoriedade da lei de cota de gênero política. Acontece que os homens, no intuito de preencher a regra dos 30% mínimos de candidaturas de cada sexo, acabam por inscrever mulheres de forma ilícita pelo número do CPF, mas apenas para que o partido seja cadastrado. O ilícito ocorre frequentemente e configura crime eleitoral; no entanto, essa prática é comum em municípios pequenos, que não possuem fiscalização eleitoral.

Segundo Barbosa (2019), as candidaturas figurantes são feitas por parentes e amigas de grandes personalidades políticas, que se envolvem nesse cadastramento para o recebimento de dinheiro público. A tendência é evitar mulheres nos partidos para que o sistema machista prevaleça no domínio dos cargos de liderança.

Para a vereadora Júlia, a cota de gênero é uma norma “desproporcional, porque para as mulheres sempre resta o mínimo de 30%”. No mesmo sentido, a vereadora Paula expõe sua opinião, afirmando: “Sim, acho positivo, existe de fato uma discrepância muito grande, então é importante e se faz necessário”.

De maneira geral, foi possível observar que, conforme os resultados da investigação sobre essa questão, as mulheres de fato conhecem a norma e reconhecem sua existência, tendo em vista que o regulamento também promove financiamento de campanha para aquelas que se arriscam na política sem recursos.

É essencial indicar que a lei de cota de gênero política não garante a elegibilidade, pois, apesar dos partidos terem o quantitativo mínimo para cada sexo, deve-se considerar que, nas eleições para deputados e vereadores, adota-se o sistema proporcional de elegibilidade e, em tese, dentro de um partido com maioria de votos, elegem-se os candidatos mais votados.

Em regra, no campo político, os homens recebem mais votos individualmente do que as mulheres em suas candidaturas, devido ao machismo estrutural. Portanto, as mulheres são inscritas por força da obrigatoriedade da lei, mas não são eleitas. Ou seja, a cota de gênero financia a participação partidária, mas não exige regulamentação que garanta um quantitativo mínimo feminino nas cadeiras parlamentares federais, estaduais ou municipais.

Podemos afirmar que a cota política de gênero é uma norma que, atualmente, possui aplicabilidade ilícita, e as interlocutoras, em suas falas, procuram comprovar que conhecem o sistema eleitoral e afirmam a importância de haver um quantitativo mínimo de mulheres.

Na fala de todas elas, como foi observado nos resultados da análise dessa questão, ficou explícita a consciência das investigadas sobre a importância da participação feminina na política. Elas demonstram conhecimento de que as mulheres devem e podem ocupar o espaço público, mas também revelam que, em sua maioria, os partidos escalonam mulheres apenas para o preenchimento da cota na inscrição.

Esse movimento de candidatura laranja acaba por retirar o sentido da lei. Portanto, a tese de igualdade e reserva de vagas partidárias é uma norma fria, que não cumpre o que foi estabelecido em seu regramento.

De maneira sequencial, dialogamos com as interlocutoras sobre os projetos implementados por elas para a proteção feminina ou projetos nos quais atuam no suporte ao acesso das mulheres ao mercado. Assim, foi perguntado pela pesquisa:

P: Você acha importante trabalhar com projetos que reforcem a necessidade de acesso para mulheres na política?

Para a questão 9 do formulário e da entrevista, a vereadora Maria respondeu:

Sim, é importante. Não basta ser mulher, tem que representar as mulheres com excelência, precisamos falar dos nossos direitos. Nesta casa a grande maioria dos colegas, são homens, e aqui eu vejo que talvez essas discussões sobre feminismo, pareçam uma imposição minha, fica desconfortável, eles acham que essa discussão não vale de nada pelo sentimento machista natural que os homens tem. Mas a gente não vai desistir de falar, se eu to aqui é para discutir isso mesmo, o que acredito e defendo. Eles querendo ou não, vou falar, eu vou defender a causa da mulher, eles gostando ou não, se faz necessário! Só de eu estar aqui ocupando uma cadeira do legislativo municipal não é tarefa fácil, vou desistir na primeira cara feia, ou crítica? Não vou mesmo, eu estou aqui defendendo os direitos das mulheres e a mim mesmo enquanto mulher (MARIA, interlocutora da pesquisa, 2024).

A narrativa de Maria, por tudo o que é possível compreender, representa um discurso consciente acerca do feminismo e de sua importância na política. Assim, essa vereadora indica que não basta ser mulher; é necessário ter representatividade e ir à luta.

Essa fala da entrevistada, na compreensão da pesquisa, reproduz um discurso social de militância de gênero no âmbito público. Maria parece querer mostrar que as discussões sobre o acesso da mulher à política, na percepção de seus ouvintes, são sempre vistas como imposição dela, uma vez que a maioria dos colegas é formada por homens que, por serem homens, acabam imprimindo um sentimento machista a esses debates e dificultam a propagação de projetos que incentivem as mulheres a atuarem nos cargos políticos.

O reconhecimento da vereadora, ao afirmar que “Só de estar aqui ocupando uma cadeira do Legislativo não é tarefa fácil”, mostra que ela conhece a importância do seu papel no campo político e a necessidade de promover a causa feminina para garantir mais direitos às mulheres.

Nesse sentido, temos a fala sobre representatividade política dita por Tabata Amaral (2024, p. 119-120), a saber:

Foi por isso que, ainda no meu primeiro ano de mandato, decidi criar o Vamos Juntas, uma mobilização suprapartidária para elegermos mais mulheres, começando pelas eleições de 2020. O principal objetivo do Vamos Juntas é apoiar mulheres, das mais diferentes origens e idades, que toparam o desafio de se candidatar para um determinado cargo eleitoral pela primeira vez. As selecionadas para participar do projeto vêm das cinco regiões do país. Aproximadamente metade delas é negra e algumas são pessoas com deficiência, enquanto outras são lésbicas ou bissexuais e duas são transexuais. Nós mulheres somos diversas, e essa diversidade, inclusive de ideias, precisa estar representada na política. Em comum, elas têm histórias muito inspiradoras, que caberiam em muitos outros livros, trajetórias marcadas por muita luta e uma vontade enorme de transformar o nosso país. Mesmo que algumas ainda não tivessem se dado conta disso, as mais de cinquenta mulheres que selecionamos para participar do Vamos Juntas, sem nenhuma exceção, antes de decidirem se candidatar, já haviam liderado mudanças importantes em suas comunidades, ONGs e empresas.

De acordo com a compreensão desta investigação, com base na concepção de Tabata Amaral sobre a representatividade política da mulher, podemos dizer que a pauta da representatividade feminina promove movimentações em prol da maior participação das mulheres nos espaços de poder, a propagação de incentivos públicos com a ideia de proporcionar espaço à mulher no campo político e busca mostrar a incansável luta feminina por direitos.

Para a vereadora Ana, a discussão caminha dentro da seguinte narrativa: “Com certeza, tem que ter conferências, projetos, audiências públicas, o que puder para reforçar a necessidade da mulher na política, é difícil.” Observamos que há uma semelhança de sentido sobre a representatividade feminina entre o que dizem as interlocutoras Ana e Júlia, pois, para a segunda, essa questão é importante. Assim, ela afirma: “*Sim, é importante, as mulheres são inibidas para esse espaço, precisamos conversar e dialogar sobre a importância das mulheres nos cargos.*”

Percebemos que as falas das duas vereadoras supracitadas são bastante coesas e sólidas no sentido de afirmar que conhecem a necessidade de incentivar a participação feminina nos cargos públicos, e essa consciência de gênero é promovida pelo feminismo.

É sabido que a mulher, estando no cargo público, possui o dever de promover projetos e atividades que levem a população a refletir sobre a necessidade de termos mais mulheres na política. As vereadoras afirmam que, para apoiar esse movimento, buscam conversar, dialogar, promover audiências e conferências em prol da participação feminina na política.

A movimentação das mulheres políticas é notada pela pesquisa, e elas fazem isso para que haja discussões sobre a importância das mulheres na área. Esse movimento é tomado por elas como um ato revolucionário, e procuram mostrar uma quebra do estigma masculinizado do espaço, além de visibilizar a comprovação da existência de uma resistência de gênero pulsante dentro da luta promovida por elas.

Essa consciência, que toma os espaços dos movimentos provocados pelas vereadoras interlocutoras desta pesquisa, foi notada nas discussões e reflexões de Beard (2023) sobre essas inquietações e provocações dos movimentos feministas e de mulheres que lutam por direitos.

Segundo Beard (2023), quando há mulheres nos locais de tomada de decisão popular, existe maior possibilidade de proteção dos direitos femininos, pois as mulheres que ocupam cargos no Executivo e/ou Legislativo, em sua maioria, dão maior visibilidade às questões que as atravessam e atingem suas semelhantes. Ou seja, as interlocutoras ocupantes de cargos legislativos no território de identidade baiano indicam a importância da promoção de projetos que apoiem a participação das mulheres na política.

Ainda dentro dessa temática, a interlocutora Paula afirma: “*Sim, com certeza, eu tenho um projeto, o projeto ‘Mão Amiga’, em que promovo rodas de conversa com mulheres de diversas realidades e, inclusive, desenvolvo atividades que ressaltam a importância de ter mulheres na política.*”

O sentido e o discurso que aparecem na narrativa da vereadora Paula nos levam a perceber que existe, dentro dos mandatos eletivos dessas interlocutoras, uma preocupação com a promoção das mulheres no espaço político.

É possível que essa atividade contribua para termos uma política feminina representativa de militância feminista, que busca a quebra das barreiras de gênero na política.

Ao que parece, essa vereadora evidencia a importância de projetos sociais dentro dos mandatos eletivos — projetos e propostas que financiam a participação feminina nos cargos. Os projetos sociais, na visão dessa vereadora, são importantes para a maior conscientização coletiva acerca da capacidade feminina de acessar espaços.

Além disso, Paula fala do contato direto com as comunidades locais, dos encontros promovidos por ela com as pessoas para apresentar e socializar os projetos e propostas elaborados por ela.

Abaixo, apresentamos o Quadro 4: Participação da vereadora na equiparação de direitos para homens e mulheres e na elaboração de projetos de combate ao racismo e sexismo, 2024.

QUADRO 4: Participação da vereadora na equiparação de direitos para homens e mulheres e na elaboração de projetos de combate ao racismo e sexismo, 2024

Interlocutoras da pesquisa	QUESTÃO 3.1 DA PESQUISA: Você trabalha com o intuito de equiparar direitos entre homens e mulheres no âmbito social	QUESTÃO 3.2 DA PESQUISA: Você acha importante trabalhar com projetos que promovam o combate ao racismo e sexismo?
Maria	Sim, busco abordar temas e medidas direcionadas a igualdade.	Sim, é necessário promover a reflexão e conscientização sobre a quebra dessas estruturas sociais
Ana	Sim, sempre tento promover projetos que abracem mais espaço para a mulher.	Sim, é preciso levar a população o conhecimento acerca desses problemas sociais para que as pessoas mudem.
Júlia	Sim, promovo projetos direcionados a figura feminina.	Sim, acho importante.
Paula	Sim, busco sempre promover ações em prol da igualdade de gênero. É importante evidenciar essa questão na política.	Sim, é extremamente necessário trabalhar projetos de combate ao racismo e sexismo, sendo uma mulher negra na política o meu papel é promover projetos que abracem as mulheres e o coletivo negro.

Fonte: arquivo da pesquisa, 2024.

Os resultados do Quadro 4, acima, mostram que as interlocutoras, segundo a afirmação de cada uma, estão na militância feminina, buscando a equiparação de direitos devido à ausência que percebem de um coletivo feminino nos espaços públicos.

Sabe-se que, quanto maior o quantitativo de mulheres dentro de um ambiente machista, maior será a movimentação no cenário segregacionista para a quebra de preconceitos de gênero e raça. Ter mais mulheres na política é ter mais direitos, mais projetos que atendem a todas as mulheres; é, de fato, ter uma atuação voltada diretamente para o feminino e suas invisibilidades, nunca atendidas pelos homens que ocupam a maior parte das cadeiras públicas.

Enfim, sobre essa questão da participação na política, a interlocutora Paula, ao que parece, possui domínio das questões raciais, ao passo que, a todo momento, ratifica sua negritude e a necessidade de atuar no combate ao racismo, afirmando que é preciso conhecer a barreira social. As demais vereadoras também demonstram saber da importância de combater atos racistas. Além disso, ter uma mulher negra militante na área de etnia/raça é uma forma de mostrar que houve avanços e conquistas na representação necessária para um grupo marginalizado no contexto sociopolítico.

3.3.5 Sobre os projetos sociais das interlocutoras, caminhadas e contribuições

Neste sentido, percebemos também a essencialidade das ações sociais e dos projetos de maior militância que atendem à comunidade e conduzem a jornada política das interlocutoras em diversos cenários.

Nesta pesquisa, observamos que cada interlocutora emerge de um grupo social pouco assistido pelas grandes políticas públicas.

A vereadora Maria demonstra, em sua fala, ser bastante atuante na causa das crianças especiais e atua junto a organizações que atendem crianças com deficiência física e/ou mental, promovendo, junto a um coletivo de mães, uma fonte de apoio social municipal. Vale destacar que a maioria dessas mães, conforme informações coletadas pela pesquisa, são mães solo, periféricas e negras, objetos de manobra nas mãos do grande poderio branco masculino no município onde a interlocutora atua como vereadora.

Sua atuação no município atende, especialmente, organizações educacionais de tempo integral para crianças com e sem deficiência, crianças de baixa renda que necessitam de assistência do Estado. É importante destacar que, durante as conversas informais com a vereadora Maria, a pesquisa coletou informações relevantes para compreender sua trajetória na política municipal. Inclusive, essa vereadora comenta como foi sua inserção na política e revela que isso decorreu muito de sua aproximação com crianças, a qual ocorreu devido à maternidade e à sua experiência pessoal enquanto genitora.

A maternidade, segundo Maria, fez com que ela pudesse observar as crianças com maior cuidado, e esse contato direto com locais de assistência às crianças possibilitou também a observação de dificuldades plurais na educação e na saúde dos menores. Ao participar de atividades de luta pela concessão de direitos às crianças e às mães solo da localidade onde atua, a vereadora tornou-se voz desse grupo e ingressou no cargo devido à sua representatividade nesse espaço de assistência a essa população em Jequié - BA.

Percebemos, aqui, um ponto de conexão da tendência capacitista imbricada à mulher em relação à trajetória pública feminina. No caso da vereadora Maria, foi possível perceber que ela esteve relacionada a um contexto de maternidade para, só então, se perceber enquanto mulher política. Esse maternar envolto de dificuldades, na gestação e no parto, fez com que Maria, mãe e atuante no município, conhecesse diversas mulheres com relatos distintos de uma maternidade difícil. Foi por meio da ausência de suporte nas unidades de atendimento à saúde de crianças, ou mesmo nas creches, espaços educacionais e/ou escolas, que ela acessou o ativismo político.

A partir daí, a vereadora enveredou pela assistência a esse coletivo de crianças que necessita de maior proteção do poder público, não só esse grupo de crianças, mas também as mães que possuem necessidades relacionadas aos seus filhos e filhas em diversos locais do município.

Para quebrar a barreira social e o estigma de que a função social da mulher seria a maternidade, Maria adentra o espaço público por meio da conexão com esse grupo materno e de crianças, buscando superar condicionantes sociais e quebrar o estereótipo da função da mulher na maternidade e na criação da criança, enquanto mulher e mãe. Desse modo, Maria revela que acessa a política para comprovar que a mulher, mesmo sendo mãe, pode e deve exercer papel político-social.

Podemos destacar também o que diz a ativista Ana, uma vereadora atuante no campo da luta, que entrou na política por meio de sua atuação como professora, pois foi nas escolas

que ela começou sua trajetória de liderança em grupos sociais de revolução, combate à discriminação e à violência. Ana traz para sua política a luta de um coletivo escolar feminino em busca de igualdade de condições frente aos homens nas direções escolares, representando a autonomia feminina nas escolas e sua possibilidade de acessar o espaço público.

Sabemos que o campo da educação e da escola são espaços que abarcam mulheres na atuação em atividades de ensino; porém, os cargos de liderança nessas unidades ainda são masculinizados, apesar dos avanços já alcançados pelas mulheres. Na fala de Ana, foi assim que ela percebeu que ser vereadora era uma condição para buscar mudanças nessa direção.

Durante conversas informais e na análise das respostas dadas por Ana aos questionamentos da pesquisa, constatou-se que ela é uma vereadora bastante ligada a projetos de inclusão escolar, direitos dos professores, acesso à educação e igualdade de direitos entre homens e mulheres. Segundo suas informações, ela promoveu sua entrada na política por ser uma profissional no exercício de uma liderança escolar, que quebrou a barreira do poder de controle masculino nas escolas e se colocou como representante de uma comunidade pouco assistida. A resistência de Ana é notada em suas falas sobre liderança em espaços escolares, e foi daí que ela se transmutou para a política.

Assim como a vereadora Júlia, que representa uma mulher de luta e resistência. Ela conta que liderava movimentações de bairro e nasceu em uma comunidade periférica, rural, de pouco acesso às políticas públicas, e relata que foi por meio de sua mobilização para conseguir espaço para sua comunidade pouco assistida que acessou a política. Essa vereadora se autodeclara negra e demonstra conhecer a importância de ser uma mulher negra na política, uma mulher representante de minorias que busca priorizar a assistência para as comunidades periféricas.

A interlocutora Júlia conta que a precariedade da vida no campo e as dificuldades enfrentadas pela população dessas regiões são pautas de discussão em seu mandato como vereadora, e uma das ações é promover a implantação de assistência pública a esses grupos. Ela comenta que sua entrada na política se deu devido ao seu ativismo na zona rural, com o objetivo de orientar as comunidades rurais sobre como acessar serviços básicos, como saúde, educação, lazer e outros. Júlia advém justamente de um grupo representado por mulheres líderes de suas famílias, que enfrentam a miserabilidade social. Ela confirma ser ativista e afirma conhecer as necessidades de corpos marginalizados.

Para Paula, sua entrada na política vem de sua atuação social em prol dos direitos das mulheres negras e da comunidade LGBTQIAPN+, pois foi por meio de projetos sociais de

assistência a jovens e adultos que ela chegou ao espaço público, político e de poder. Essa vereadora, segundo as informações coletadas pelos instrumentos aplicados na pesquisa, promove atividades de discussão sobre gênero, raça/etnia e sexualidade.

A interlocutora Paula ainda informa que essas ações são realizadas para conscientizar e propagar a igualdade racial e de gênero, mostrando que essas são questões que representam sua ideologia política na função de vereadora e mulher política. É importante destacar que a vereadora enveredou por militâncias de coletivos violentados pela cultura machista cis-heterossexual branca, promovendo uma luta de muitos anos por meio de palestras, minicursos, atividades e oficinas em prol da conquista de direitos.

Além disso, para revelar sua trajetória na política, Paula mostrou que sua atividade política gira em torno da assistência a grupos socialmente rechaçados pelo machismo e racismo. A vereadora vem movimentando a política municipal na cultura e na educação para a mudança de cenário e, ainda segundo Paula, sua via política está ligada ao combate ao racismo e ao machismo; desse modo, seu acesso ao cargo se deu por meio da militância dentro da comunidade negra, feminina e LGBTQIAPN+.

Enfim, por tudo que foi possível compreender, as interlocutoras da pesquisa são mulheres que conquistaram os espaços que ocupam no cargo de vereadoras por meio da luta e resistência, buscando a inserção na política através do contato direto com comunidades periféricas. Elas partem de grupos invisibilizados para dar voz e representatividade a pessoas que estão à margem, e essa, ao que tudo indica, é uma das características das mulheres na política: partir de comunidades micro para atingir a sociedade de modo geral.

PARTE IV**CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PESQUISA**

Eu sei que, para algumas mulheres, o caminho a ser percorrido é ainda mais longo e alguns dos obstáculos podem parecer intransponíveis. Nós ainda precisamos ultrapassar muitas barreiras para termos o nosso direito à participação política plenamente garantido. Mas nós devemos persistir na ideia de que a política deve, sim, ser um lugar para todos (Amaral, 2020, p. 127).

4 Conclusão e considerações finais da pesquisa

Em guisa de conclusão, é possível dizer que esta pesquisa sobre narrativas de mulheres acerca da participação feminina na política no Território Médio Rio das Contas-BA traçou um caminho árduo para chegar até aqui.

Foram muitas barreiras, muralhas, caminhos cercados de entraves, dificuldades de tempo e espaço das interlocutoras para marcar contatos, empecilhos e questões próprias dos espaços da política e do lugar de poder. Contudo, toda pesquisa resulta de busca, indagação, procura, investigação e perquirição de uma realidade, objetivando torná-la inteligível.

Confiantes nessas palavras de Mello (2002) sobre a pesquisa e o pesquisador enquanto ser social, fomos à luta, buscamos paciência, tempo, espaço, tranquilidade, a ocasião e, assim, chegamos até aqui...

Contudo, foi por meio de estudos da literatura existente, da análise bibliográfica e documental, das contribuições teóricas, somados à coleta de dados no campo de investigação, que o objeto desta pesquisa foi encontrado e percebido. Considerando aqui a importância de responder ao objetivo da pesquisa exploratória, partimos para buscar estratégias para estudar os conceitos, concepções e definir categorias de análise, muitas vezes colocando nossas matrizes teóricas em dúvida e tomando decisões pautadas no cuidado para construir concepções, empregar conceitos e definir categorias de análise.

Desse modo, foi elaborado o marco/quadro teórico desta dissertação, buscando aprofundar conhecimentos, conceitos, concepções e definições dos principais termos e categorias de análise. Na contextualização do território no qual a pesquisa se desenvolveu, à medida que a pesquisadora foi se apropriando de conhecimentos sobre o espaço, também se cercou de novas ferramentas para ajudar na discussão e interlocução com os referenciais selecionados para a construção do quadro teórico da pesquisa e com o contexto de vivências e experiências das vereadoras investigadas.

De fato, durante a trajetória desta pesquisa, por tudo que foi possível observar e concluir das falas das mulheres na política e no espaço de poder, as dificuldades enfrentadas por essas vereadoras, mulheres no espaço público da política e do poder, são inúmeras e partem desde as questões de gênero até seus entrelaçamentos com raça/etnia, classe social, entre outros marcadores sociais da diferença. Assim, as interlocutoras foram se revelando, falando de suas vidas, tecendo discussões sobre a mulher branca e a mulher negra dentro dessa estrutura de poder que, no entendimento da pesquisa, chegou a hora de falar, contar,

desabafar e socializar, “jogar para fora”.

Enfim, a análise bibliográfica, como um esforço de compreensão, possibilitou o entendimento das informações coletadas pela pesquisa e, assim, foi possível identificar que as mulheres brancas e negras mostram, nas suas falas e no modo de participação, que caminham dentro de um espaço municipal da política que se configura como machista, misógino, autoritário e racista nos espaços de poder. Esses institutos de dominação acabam por liderar e povoar o imaginário da Câmara de Vereadores e, certamente, dos moradores do Território de Identidade Rio das Contas, na Bahia, e da sociedade brasileira.

Não foi difícil também perceber e chegar à conclusão de que a problemática desta pesquisa tem uma história e parte, primeiro, de um espaço privado, do lugar onde os seres humanos se reúnem em grupos, formam opiniões, constroem as cidades e, concomitantemente, os grupos, nichos semelhantes e as famílias. Contudo, no espaço privado, a mulher é tida como subordinada ao homem, é discriminada e vivencia a dominação masculina devido à sua condição biológica de reprodução, assim como sujeições sexuais e de gênero.

Porém, e há sempre um porém, o âmbito público parte dessa vivência privada e reflete as mesmas condições postas nas pequenas comunidades. Na verdade, a mulher que sai do lar para enfrentar o mercado de trabalho esbarra nos preconceitos de gênero e nas violências simbólicas contra a mulher. O sexo e o biológico, a condição materna e a sua feminilidade conduzem a mulher a um espaço de pouca notoriedade, devido à herança social dicotômica de homem versus mulher e à necessidade desses corpos estarem em espaços distintos, com atividades distintas, o que mostra a pouca representatividade feminina devido ao gênero.

Quando confrontadas sobre o conhecimento da política institucional e o reconhecimento da importância da ocupação de cargo político enquanto mulher, foi interessante observar, na conclusão dos resultados, que as interlocutoras, em sua maioria, possuem discursos ligados à importância das mulheres no cargo do legislativo municipal e que todas apresentam uma narrativa que coaduna com a equidade de direitos entre homens e mulheres na política. Tecem comentários, inclusive, sobre a necessidade da participação feminina na política para que haja uma maior militância feminista na estrutura de poder. Consideramos, assim, que esse processo, em tese, faz com que os obstáculos da desigualdade de gênero e raça sejam visibilizados.

A partir desse entendimento, a pesquisa caminhou em busca de respostas para seus questionamentos, inquietações e provocações, pautando-se na intermediação de diferentes

possibilidades para superar as barreiras encontradas em sua trajetória investigativa. Foi por meio dos esclarecimentos dos conceitos teórico-metodológicos, das definições, concepções e categorias de análise sobre o tema que buscamos contribuições para prosseguir a cada etapa e fase desta pesquisa e, assim, fomos encontrando o caminho particular desta dissertação.

Foi assim que chegamos até aqui... atrás das informações exploratórias, do levantamento bibliográfico e documental, nos aproximamos das *Narrativas de mulheres sobre a participação feminina na política no Território Médio Rio das Contas-BA*, buscando uma compreensão mais detalhada dos veios interpretativos do cotidiano de mulheres nos espaços públicos, na política e no poder. Buscamos conhecimento e procuramos estratégias para entender o cotidiano de vereadoras nesse território, realizar uma investigação focada no tema, identificar, selecionar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis com olhar clínico, contadas a partir da experiência feminina, da mulher no cargo de vereadora em Jequié e Ipiáú.

Com a aplicação dos instrumentos de pesquisa — formulário fechado e aberto, observação in loco, direta, assistemática e sistemática — durante as conversas formais e informais com as interlocutoras, mulheres nos espaços da política e do poder, foi possível responder ao objetivo (c) da pesquisa, que se propôs a identificar mulheres brancas e negras que participam/atuam da vida política no Território de Identidade Médio Rio das Contas, BA, e, desse modo, selecionar uma amostra de quatro vereadoras, que muito contribuíram para dar respostas a esta dissertação de mestrado em *Relações Étnicas e Contemporaneidade*. Considerando que todas elas são pardas ou negras e têm pouco tempo na política, o que mostra que a entrada da mulher nesse espaço é algo muito novo, mas que tem avançado, apesar de os avanços serem considerados tímidos e ainda invisibilizados por uma sociedade machista, autoritária, misógina e que demonstra sua herança colonial de modo visível.

Quanto ao objetivo (d), este também foi respondido pela pesquisa, no momento em que foi realizada observação in loco, direta e sistemática, aplicado o roteiro da entrevista semiestruturada, com suas anotações e gravações, e também a aplicação do formulário fechado e aberto, que buscou investigar o que dizem, pensam e falam as interlocutoras mulheres. Foram encontradas mulheres autodeclaradas pardas e negras nesses espaços observados pela pesquisa.

Os resultados foram representativos, pois mostraram que as mulheres que se autodeclararam negras e pardas no espaço público, da política e do poder, representam um avanço, ainda que a pesquisa reconheça que a participação de mulheres pardas e negras na vida política do Território de Identidade Médio Rio das Contas, BA, ainda seja muito tímida.

No entanto, a pesquisa percebeu que os resultados mostram um avanço que merece ser destacado, pois revelam que a participação feminina no espaço da política no Território de Identidade da Bahia, estado nordestino sediado no interior da Bahia, tem se ampliado e se destacado no cenário político brasileiro. Além disso, mostram qual é a opinião das interlocutoras sobre esta pesquisa, que aborda as desigualdades de representação que a mulher enfrenta e apropria-se de novas ferramentas pedagógicas, sociais e políticas para viabilizar a participação da mulher no espaço público.

Em relação à participação e atuação feminina na política brasileira, foi interessante como a pesquisa chegou à conclusão dos resultados das questões sobre a crença de que o machismo e o racismo interferem na ocupação dos cargos, se já ouviram falar sobre desigualdade de gênero, ou ainda, se percebem alguma relação com as questões de raça/etnia e classe social dentro do espaço de poder público e da política, e o que já ouviram falar sobre o local público de tomada de decisão e ocupação masculina nesse espaço. Todas as participantes confirmam esses questionamentos em suas falas e não se sentiram tímidas nem tiveram dificuldades para descrever o machismo e o racismo como barreiras sociais para a incidência feminina no cargo, seja de mulheres brancas ou negras.

Podemos concluir que, de fato, os resultados mostram que as vereadoras vivenciam essa segregação de espaço, e essa é uma questão que limita o acesso das mulheres à política.

De acordo com o que foi mostrado na conclusão dos resultados da Parte III desta dissertação, as interlocutoras narram atos machistas praticados pelos colegas homens; elas falam abertamente sobre a violência enfrentada em suas casas legislativas e, muitas delas, partem para o embate para obter respeito frente ao coletivo masculino que comanda o espaço.

Neste seguimento, foi levantado um questionamento e os resultados obtidos, ao que parece, levam à conclusão de que todas as vereadoras pesquisadas sabem informar se, no município onde exercem ou exerceram suas funções na política municipal, já houve outra mulher branca ou negra nas cadeiras do legislativo, pois apontaram nomes anteriores. Portanto, é válido destacar que nenhuma delas foi a primeira a exercer o cargo, ou seja, todas recordaram figuras femininas que ocuparam o legislativo em seus respectivos municípios. Ademais, a referida indagação foi observada e respondida por elas, ao que tudo indica, sem tropeços.

Durante as conversas informais, por exemplo, foi possível notar que algumas mulheres são alocadas nos cargos por meio de coletivos que necessitam de representatividade pública para maior assistência. Os resultados revelaram que, através da inserção feminina na política,

surgiu e se configurou a representatividade singular das mulheres invisibilizadas que, atualmente, ocupam o cargo de vereadora no Território de Identidade Médio Rio das Contas, Bahia.

Em evidência, conforme os resultados analisados, foi possível observar e chegar à conclusão de que, na percepção das interlocutoras, cada mulher que exerce o cargo, já exerceu ou que, porventura, encontra-se na iminência de exercer, chega ao cargo como representante de uma minoria silenciada e invisibilizada.

De acordo com os resultados da análise das narrativas das interlocutoras, ficou evidente que cada uma está vinculada a um coletivo e, dele, assume liderança. Isso ocorre diante das necessidades específicas de cada grupo, como ações voltadas ao atendimento de crianças, escolas, pela função de professora, origem em áreas rurais ou envolvimento com projetos sociais. No entanto, cada uma delas ocupa uma militância que as impulsiona na conquista e manutenção do cargo e, até mesmo, na reeleição para o cargo de vereadora.

Do mesmo modo, essas mulheres se encontram no caminhar político, revelando seu envolvimento com a representação desses coletivos invisibilizados e silenciados. Nesse sentido, levam para seu campo de atuação as demandas de uma comunidade pouco assistida e, assim, dizem que “acabam” por caminhar na política devido à representatividade que exercem em seus grupos e pela busca diária pela efetivação de direitos.

Por fim, é importante concluir destacando que os resultados obtidos pela presente pesquisa mostraram que, ao que tudo indica, essas mulheres chegam ao cargo devido à representação de grupos diversos que são liderados por elas, coletivos pouco assistidos pelo Estado que compartilham a inacessibilidade de direitos. Assim, podemos observar que, em atuações particulares e coletivas, as mulheres ganham força para enfrentar o universo masculino público, e esses grupos tendem a potencializar a necessidade de mulheres no poder, devido à sua trajetória de luta por espaço.

A mulher negra enfrenta ainda mais condicionantes sociais e ocupa um espaço de inferioridade devido ao racismo. As limitações raciais esbarram no corpo hipersexualizado, que foi objeto de servidão; para além do gênero, a mulher negra vivencia os traumas de uma servidão que a aprisiona. O preconceito racial atinge a mulher no espaço público para além do gênero; as questões raciais são fenômenos que permeiam a condição de não sujeito, em uma veemente nutrição da escravatura.

Para estudar o acesso das mulheres aos espaços de poder político, partimos do estudo feminista, dos espaços públicos de ocupação, dos processos de capitania hereditárias e

conquistas como a cota de gênero, até esbarrarmos no campo com suas implicações e respostas para este estudo.

Como foi dito, no campo investigado foi perceptível que a maioria das mulheres entrevistadas percebe o machismo de forma acentuada, devido à dificuldade que a coletividade tem em perceber atos racistas. Vale mencionar que, para todas elas, ser parda trata-se de uma negritude fruto da miscigenação, e ocorre que a autodeclaração das entrevistadas como pardas beira, ao que tudo indica, um pertencimento mais próximo da brancura, devido ao entendimento de que não são brancas em razão da mistura de raças. Porém, as entrevistadas foram dominadas pelo pensamento branco, no sentido de que imprimem violências apenas de gênero.

Apesar de a violência de gênero ser uma problemática emergente, de forma explícita a temática racial fica a cargo das mulheres que vivenciam a negritude na própria pele. Muito embora algumas ainda tenham o pensamento branqueado, há a militância de esquerda que levanta a bandeira da igualdade de cargos para mulheres negras.

Pelo grau de gravidade, foi possível considerar que, no contexto investigado, a violência estrutural na política se destaca, e a discriminação de gênero aponta-se como uma forma de afastar a mulher do espaço público, da política e do poder. Esse movimento é mantido devido à necessidade social de seguir um sistema capitalista exploratório. Contudo, se a mulher parte para o empoderamento em busca de direitos como representante feminina do grupo, o sistema de dominação e poderio masculino seria combatido.

Por este motivo, esta pesquisa procurou promover reflexão sobre a essencialidade das cotas de gênero de forma mais transparente, qual seja: entende-se que a cota deveria garantir um quantitativo mínimo de cadeiras, não apenas de inscritas em partidos. A ideia é que todo o legislativo conte com a presença feminina, e a intenção de fato é que a mulher figure na política para que conquiste espaço e promova maiores discussões em prol da igualdade de gênero e raça.

Devido à coleta de dados no campo, conseguimos verificar a problemática das candidaturas laranjas e perceber o perfil patriarcal de algumas candidatas que foram dominadas pela estrutura masculina. Portanto, a ideia da pesquisa é promover uma reflexão ampla sobre a essencialidade de maiores discussões acerca das mulheres na política. As dificuldades foram mostradas para que os movimentos feministas promovam maior embate na política.

A representatividade feminina, nas considerações desta dissertação, é uma necessidade

das mulheres para que elas sejam percebidas como cidadãs e para que as violências simbólicas sejam demolidas. A mulher, enquanto representante do povo, consegue quebrar estigmas machistas devido ao enfrentamento que promove só por ocupar o cargo.

Dessa ocupação do cargo feminino devem ser elaborados projetos, leis e regulamentos que tenham como finalidade englobar as mulheres na sociedade, promover acessibilidade e visibilidade feminina.

No entanto, conforme se pode inferir dos resultados da investigação a respeito dessa questão, não foi percebida, de maneira expressa, a existência de projetos elaborados pelas interlocutoras, até o período de finalização desta pesquisa, para equiparação de direitos. Mas todas elas desenvolvem ações nas periferias de seus municípios, e uma delas na área rural.

Apesar disso, as vereadoras investigadas informaram que as discussões que envolvem o direito e a proteção da mulher são sempre represadas e repudiadas devido ao machismo dos colegas eleitos. As vereadoras narram a dificuldade de propor projetos para combater o racismo e o sexismo, devido ao engessamento dos conceitos patriarcais na organização social.

Cumprе salientar que as vereadoras demonstram conhecimento acerca da existência dessas desigualdades e se mostram bastante atuantes na quebra dos estigmas de gênero. Nas audiências, as vereadoras costumam se impor; muitas delas partem para o embate para, de fato, conquistar espaço e alcançar direitos para as mulheres.

Além disso, podemos entender que os discursos raciais femininos das interlocutoras conseguem atravessar as barreiras do preconceito e, por meio do conhecimento sobre representantes negras, chegam aos cargos em que atuam frente ao feminismo, ao gênero e ao sexo, promovendo discussões que ampliam o espaço do feminismo negro.

Como foi possível ver ao longo da Parte III desta dissertação, as vereadoras entrevistadas, todas elas, mostraram que a cota política de gênero é uma norma de acesso que coloca a mulher dentro dos movimentos políticos e, apesar disso, algumas revelam a existência de fraudes e candidaturas laranjas apenas para satisfação da norma.

Porém, a conclusão dos resultados desta pesquisa mostra que a existência da cota ainda é relevante para essas mulheres.

Do mesmo modo, chegamos à conclusão de que essas mulheres têm trajetórias muito próximas e todas valorizam a militância feminina, afirmando que militam principalmente no feminismo, sendo frequente o diálogo de combate ao machismo. Em verdade, todas se referiram ao enfrentamento no plenário, ao embate com os colegas homens, e para conseguir falar é preciso mostrar militância; não escapam da luta, que parte delas para combater o

machismo dos colegas do legislativo municipal, pois eles se posicionam para promover a invisibilidade da mulher no cargo.

Em guisa de conclusão, após ter respondido os objetivos da pesquisa, é possível confirmar a proposição formulada de que, quanto maior o acesso e avanço de mulheres brancas e negras ao direito de ter direitos, haverá maior quantitativo de mulheres participando da política e dos espaços de poder, aumentando a representatividade feminina nesses lugares e em aspectos sociais e políticos. Do mesmo modo, será possível elaborar estratégias adequadas ao combate e enfrentamento das desigualdades de gênero e suas interseções com etnia/raça, classe social, proporcionando uma melhor compreensão das iniquidades persistentes e das conquistas alcançadas, além de dar maior visibilidade ao papel social e às tomadas de decisão políticas das mulheres no espaço ocupado pelo poder masculino.

Referências

ABADE, Denise; FREITAS, Juliana. Violência política de gênero no sistema internacional e no ordenamento interno: o estado constitucional cooperativo sob enfoque. **Revista de Direito Mackenzie**, Brasília, v.17, n.1, p.1-31, 2023. Disponível em: < <https://www.mpf.mp.br/pge/institucional/gt-violencia-de-genero/publicacoes/artigos> > Acesso em: 14 de nov. 2024.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**: feminismos plurais. São Paulo. 2019.

ALBERNAZ, Lady Selma; SOARES, Eliane Veras; LEWIS, Liana. O que é raça? Estratégias para definir e combater o racismo. In: SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de. (Orgs.) **Gênero, diversidade e desigualdades na Educação**: interpretações e reflexões para a formação docente. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009, p. 175-194.

ALMEIDA, Jéssica; MACHADO, Raquel. Gênero, Raça e Participação Política da Mulher Negra: da Visibilização à Inclusão. **RDP**, Brasília, v. 18, n. 98, p. 397-421, abr./jun, 2021. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5324>> Acesso em: 12 de nov. 2024.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **Feminismo no Brasil**: memórias de quem fez acontecer. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

AMARAL, Tabata. **Nosso lugar**: O caminho que me levou à luta por mais mulheres na política. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ARAÚJO, Clara. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.9, p. 147-168, set./dez, 2012. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/zYnTjQt7LXDkLXNsqNtKNJQ/> > Acesso em: 16 de nov. 2024.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. Lisboa. Relógio D'Água Editores. 2001.

AUGE, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução Maria Lúcia Pereira. 9ª edição. Campinas-SP: Papyrus, 2012.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 60, n.2, p.505-540, 2017. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/dados/a/QmHJT46MsdGhd_VDdYptGrWN/abstract/?lang=pt > Acesso em: 1 de dez de 2024.

BARBOSA, Cláudia. **As mulheres na política local**: entre as esferas pública e privada. 1ª edição. Curitiba: Appris, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70. São Paulo, 2016.

BARROS, Laís. A lei das cotas eleitorais de gênero e sua influência na candidatura e na eleição de mulheres para a câmara dos deputados do Brasil. **Caos –Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa/PB, n. 23, p.181 -196, jul./dez, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/caos/index> > Acesso em: 16 de set. 2024.

BARROS, José D' Assunção. Igualdade e diferença: uma discussão conceitual mediada pelo contraponto das desigualdades. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/djdg7bsmyr5RGvFTcY37dv/> > Acesso em: 1 de fev de 2025.

BEARD, Mary. **Mulheres e poder**: um manifesto. Tradução de Celina Portocarrero. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: 1. Fatos e mitos. 5ª edição. Tradução Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Editora nova fronteira, 1980.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: 2. A experiência vivida. 2ª edição. Tradução: Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Editora nova fronteira, 1980.

BEARD, Mary. **Mulheres e Poder**: um manifesto. 2ª edição. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BESTER, Gisela. Aspectos históricos da luta sufrágica feminina no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.15, n. 21, p.11-22,1997. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23351> > Acesso em: 01 jul de 2023

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus Editora, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRAZIL, Katarina. **Mulheres na política brasileira**: reflexões sobre gênero e democracia intrapartidária. Lumen Juris. Rio de Janeiro. 2020.

BRASIL. **Ministério Público Federal**. Violência política de gênero é crime: saiba como reconhecer e denunciar essa prática. Brasília, 2022. 15. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pge/institucional/gt-violencia-de-genero/publicacoes-1>> Acesso em: 16 de set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.504 de 30 de setembro 1997**. Estabelece normas para eleições. Brasília: Presidência da República, [1997]. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9504.htm >Acesso em: 16 de set. 2024

BRASIL. **Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009**. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 -Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 -Código Eleitoral.

Brasília: Presidência da República, [1995]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm > Acesso em: 16 de set. 2024.

BRASIL. **Senado Federal**. Candidaturas femininas nas últimas eleições, de 2022.

BRASIL. **Senado Federal**. Porcentagem de prefeitas eleitas nas últimas eleições municipais, de 2022.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. 22ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CACHAPUTZ, Rozane. Da família patriarcal à família contemporânea. **Revista Jurídica Cesumar**, v.4, n. 1, p.69-77, 2004. Disponível em: < <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/364> > Acesso em 16 de set. 2024.

CAMPAGNOLO, Ana. **O mínimo sobre feminismo**. Campinas-SP: Omínimoeditora, 2022. Livro eletrônico, 936 posições.

CARMO, Nádia; RODRIGUES, Ozaias. Minha carne não me define: a hipersexualização da mulher negra no Brasil. **O Público e o Privado**, v.19, n. 40, set/dez, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/5274/6311> > Acesso em: 16 de set. 2024.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v.17, n. 49, p-117-133, São Paulo, 2003. Disponível em < <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948> > Acesso em: 14 de nov. 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASTRO, Bruna; OLIVEIRA, Vanessa. A violência política de gênero dentro e fora do parlamento como instrumento utilizado para coibir a participação política de mulheres nos espaços de poder e decisão. **Confluências**, Niterói/RJ, v.25, n.3, p.254-276, ago-dez, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/59317> > Acesso em: 16 de set. 2024

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa**: experiência e história em pesquisa qualitativa. Tradução Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. Boitempo. São Paulo, 2016.

DRUMONT, Mary. Elementos para uma análise do machismo. **Pespectivas**, Rio de Janeiro, v.3, p. 81-85, 1980. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/items/3216ccc5-faf8-4791-9350-aa01e601a067> > Acesso em: 16 de set. 2024.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1984.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FLICK, Uwe . **Métodos de pesquisa**: introdução à pesquisa qualitativa. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORESTA, Nisia. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens** São Paulo: Editora Cortez, 1989

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GAATO, Malu A. C; THOMÉ, Débora. **Candidatas**: os primeiros passos das mulheres na política no Brasil. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

GIL, Antônio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GIFFIN, Karen. Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10 (supl. 1), p.146-155,1994. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/nj5NpCSgpQFQCsLmBZ4KC7p/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em: 20 de abr. 2024.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs**, p. 223-244, 1984. Disponível em: < <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2298> > Acesso em: 24 de maio de 2023.

GONZALES, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos de relações raciais. **Novos Estudos CEBRAP**, n.54, p.147-156, jul.,1999. Disponível em: < <https://www.pragmatismopolitico.com.br/wp-content/uploads/2018/11/GUIMARAES-Ra%C3%A7a-e-os-estudos-de-rela%C3%A7%C3%B5es-raciais-no-Brasil.pdf> > Acesso em: 1 de fev. de 2025.

HITA, Maria Gabriela. **A política do reconhecimento**: Teoria e prática. In: HITA, M. G. (org.). Raça, racismo e genética em debates científicos e controvérsias sociais. Salvador: Edufba, 2017.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução Bhuvi Libanio. 21ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatística de representação de mulheres na política 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar**: uma história da conquista do sufrágio feminino no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019

LOPES, Twing. **Violência política contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Morúla Editorial, 2024.

MARQUES, Teresa. **O voto feminino no Brasil**. 2ª edição. Brasília: Edição Câmara, 2019.

MACHADO, Raquel. et.al. **A participação da mulher brasileira na política**. Ebook. Fortaleza/CE. 2019.

MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (Orgs.). Uma breve história das representações do corpo feminino na sociedade o corpo feminino em debate. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.2,p. 264, maio-agosto/2004. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ref/a/C8FS6sY8NZwTpDL34J4CTjv/> > Acesso em: 1 de fev. 2025.

MELLO, Lucrécia Stringhetta. Pesquisa. In: FAZENDA, Ivani. **Dicionário em construção**: interdisciplinaridade. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 26ª edição, 2007.

MONTALDI, Paola; CABRAL, Guilherme Perez; TOLEDO; Gustavo. A participação feminina no sistema político-eleitoral e a política de cotas no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, v.127, n.2, jul/dez, p. 285-317, 2023. Disponível em: < <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/965> > Acesso em: 12 de nov. 2024.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise. São Paulo: **Perspectiva**, 2020. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_3117175_AsAmbiguidadesDoRacismoABrasileira.pdf > Acesso em: 10 de nov. 2024.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, jul./dez., p. 31-43, 2001. Disponível em: < <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/515> > Acesso em: 16 de set. 2024.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade nacional versus Identidade negra. 5.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Traduzido por Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução Denise Bottmann. 7ª edição. São Paulo: Paz & Terra, 2017.

PINTO, Céli. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, Jun, 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r> > Acesso em: 01 de set. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: 1ª Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RICOEUR, Pierre. **Tempo e narrativa** – Tomo 1. Campinas: Papyrus Editora, 1994.

SABINO, Gabi. **Política substantivo feminino: um despertar para o protagonismo das mulheres**. São Paulo: Maquinaria Sankto Editora e Distribuidora Ltda., 2024.

SACCHET, Teresa. A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputa eleitoral. In: BIROLI, Flávia... [et al]. (Orgs.). **Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidades** 3ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. 11ª edição. São Paulo: Moderna, 1987.

SANCHES, Beatriz. Reforma política e representação parlamentar feminina: possibilidades e limites. **Almanaque de Ciência Política**, Vitória, v. 1, p. 04-14, 2017. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/317563805_Reforma_politica_e_representacao_parlamentar_feminina_possibilidades_e_limites > Acesso em: 20 de nov. 2024.

SANTANA, Olivia. **Mulher preta na política**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Malê, 2023.

SANTOS, Ana; NEVES, Fernanda; REIS, Thaís. A objetificação dos corpos femininos: uma reflexão fenomenológica. **Revista Mosaico**, v.11, n. 2, p.154-160, 2020. Disponível em: < <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/2311> > Acesso em: 16 de set de 2024.

SANTOS, Cláudia. **Branquitude e seus privilégios**: estudo descritivo com professoras autodeclaradas brancas na escola Carolina Maria de Jesus, Maracás - BA. Dissertação (Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade) – Programa de Pós Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Jequié-BA, p. 205. 2022.

SCHWARCZ, Lilia. **Imagens da Branquitude**: A presença da ausência. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> > Acesso em: 10 de dez. 2023.

SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, n. 45, p. 327-351, 2012. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/15018> > Acesso em: 10 de dez. de 2023.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 216, jan/abr, 2005. Disponível em < https://www.scielo.br/j/re_f/a/H5rJm7gXQR9zdTJPBf4qRTy/?format=pdf&lang=pt > Acesso em: 24 de out. 2023.

SILVA, Régis Henrique dos Reis; GAMBOA, Sílvia Áncizar Sánchez. Do esquema paradigmático à matriz epistemológica: sistematizando novos níveis de análise. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.16, n.1, p.48-66 jan./abr., 2014. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1329> > Acesso em: 15 de nov. 2024.

TELES, Maria. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

TILIO, Rafael. et. al. Corpo feminino e violência de gênero: uma análise do documentário “chega de fui fui”. **Psicologia & Sociedade**, Uberaba/MG, v. 33, p. 1-16, 2021. Disponível

em: <

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309367925018> > Acesso em: 16 de set. 2024

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Tradução Francisco Morás. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Tradução Gentil Avelino Tilton. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Fundo Eleitoral e tempo de rádio e TV devem reservar o mínimo de 30% para candidaturas femininas, afirma TSE. **Site do TSE**, 2018. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Maio/fundo-eleitoral-e-tempo-de-radio-e-tv-devem-reservar-o-minimo-de-30-para-candidaturas-femininas-afirma-tse>> Acesso em: 16 de set. 2024

TRILES, Beatriz. Corpos Femininos: por uma subversão. **Revista Peri**, Florianópolis, v. 13, n.03, p. 87-102, 2021. Disponível em: < <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/peri/article/view/4999> > Acesso em: 10 de junho de 2024.

TUZZO, Simone Antoniaci.; BRAGA, Claudomilson Fernandes. O Processo De Triangulação Da Pesquisa Qualitativa: O Metafenômeno Como Gênese. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo-SP, v. 4, n.5, p. 140-158, ago, 2016. Disponível em: < <https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/38> > Acesso em: 16 de set. 2024.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Formulário fechado e aberto.

APÊNDICE B - Roteiro De Entrevista Semi-Estruturadas.



Apêndice 1

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
 Programa de Pós-Graduação em Nível de Mestrado em Relações Étnicas e
 Contemporaneidade

Mestranda: Sandy Fernandes Menezes
 Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima de Andrade Ferreira

ROTEIRO DA ENTREVISTA NARRATIVA À VEREADORA, INTERLOCUTORAS DA PESQUISA

Este roteiro de entrevista tem como objetivo coletar dados sobre a participação feminina na política no território médio rio de contas-ba. São dados coletados para a realização de uma pesquisa de Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade, intitulada “”.

Questões da pesquisa:

1. O que você pode falar sobre a luta das mulheres para participar dos espaços públicos de poder/político?
2. O que você como vereadora consegue ver de mais difícil para enfrentar sendo uma mulher no exercício do cargo?
3. Qual sua opinião sobre o machismo e racismo enfrentado por mulheres brancas e negras dentro dos espaços de poder?
4. Você já sofreu algum tipo de violência/discriminação de gênero ou raça no exercício do cargo?
5. Você sabe informar se os eleitores de sua cidade costumam priorizar seu voto em figuras masculinas?
6. Você considera importante discutir as questões que permeiam o exercício da atividade pública de governabilidade de uma mulher branca ou não branca?
7. Para você, a mulher negra tem maiores enfrentamentos dentro dos cargos públicos devido ao racismo?
8. Você acredita que a cota de gênero é aplicada de forma a ser uma ponte de acesso a mulher na política?
9. Você acha importante trabalhar com projetos que reforcem a necessidade de acesso da mulher na política?
10. Quais situações de projetos promovidos em seu governo atendem a classe feminina? Há algum projeto que busque priorizar as mulheres negras? Se não, depois dessa discussão pretende discutir mais a temática em sua atividade pública?

Muito obrigada!



Apêndice 2

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Nível de Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade
PPGREC/ODEERE

Mestranda: Sandy Fernandes Menezes
Orientadora: Prof^a. Dr.^a. Maria de Fátima de Andrade Ferreira

FORMULÁRIO FECHADO E ABERTO À VEREADORA, INTERLOCUTORAS DA PESQUISA

Este formulário fechado e aberto tem como objetivo coletar dados sobre participação feminina na política no Território de Identidade Médio Rio de Contas-BA. São dados coletados para a realização de uma pesquisa de Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade, intitulada "Narrativa de mulheres sobre participação feminina na política no território de identidade Médio Rio de Contas – BA".

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Dados sociodemográficos

1.1.2 Nome: _____

1.1.3 Idade: _____

1.1.4 Sexo: 1.1.4.1 () Masculino 1.1.4.2 () Feminino

1.1.5 Qual a sua cor? 1.1.5.1 () Branca 1.1.5.2 () Preta 1.1.5.3 () Parda () 1.1.5.4 Amarela 1.1.5.5 () Indígena

1.1.5.6 () Outra. Se outra, qual: _____

1.1.6 Formação acadêmica: 1.1.6.1 () Superior Completo 1.1.6.2 () Especialização 1.1.6.3 () Mestrado 1.1.6.4 () Doutorado 1.1.6.5 () Pós-Doutorado

1.1.7 Em exercício no cargo público atual: 1.1.7.1 () Em exercício de 1 a 4 anos 1.1.7.2 () Em exercício 4 a 8 anos

1.1.7.3 () Em exercício a mais de 10 anos 1.1.7.4 () na eminência

1.1.8. Qual cargo ocupa atualmente: _____

1.1.9 Estado civil: 1.1.9.1 () Casado/com companheiro 1.1.9.2 () Solteiro 1.1.9.3 () Separado/Divorciado

1.1.9.4 () Viúvo 1.1.9.5 () Outro. Se, então qual? _____

1.1.10 Religião: 1.1.10.1 () Católica 1.1.10.2 () Evangélica 1.1.10.3 () Espírita 1.1.10.4 () de matriz africana

1.1.10.5 () Outra 1.1.10.6 Se outra, qual? _____

2 O que dizem/pensam/falam as mulheres brancas e negras que participam da vida política do Território de Identidade Médio Rio de Contas, sobre a participação feminina no espaço da política/poder.

2.1 Você já ouviu falar sobre desigualdade de gênero e etnia/raça dentro do espaço de poder público?

2.1.1 Sim () 2.1.2 Não () 2.1.3 () muito 2.1.4 () muito pouco 2.1.5 () não me lembro

Se sim, então o que você já ouviu falar sobre o local público de tomada de decisão e a ocupação masculina deste espaço? _____

2.2 Qual sua opinião sobre a pesquisa que aborda as desigualdades de representação que a mulher enfrenta?

2.2.1 () importante 2.2.2 () muito importante 2.2.3 () pouco importante 2.2.4 () não é importante 2.2.5 () não tenho opinião

2.2.6 Justifique sua opinião _____

2.3 Em relação a participação/atuação feminina na política brasileira, acredita que o machismo e o racismo interferem na ocupação dos cargos?

2.3.1 Sim () 2.3.2 Não () 2.3.3 () muito 2.3.4 () muito pouco 2.3.5 () não me lembro

2.3.6 Justifique sua resposta _____

2.4 Você sabe informar se o município no qual exerce sua função, já teve outra mulher branca ou negra nas cadeiras do legislativo?

2.4.1 Sim () 2.4.2 Não () 2.4.3 () muito 2.4.4 () muito pouco 2.4.5 () não me lembro

2.4.6 Se sim, sabe informar quem foi a sujeita e qual função exerceu? _____

2.5 Sobre as políticas, saberes e práticas vivenciadas no cargo:

2.5.1 você considera importante que haja mais mulheres nas cadeiras do legislativo/executivo municipal?

2.5.1. Sim () 3.1.2 Não () 3.1.3 () muito 3.1.4 () muito pouco 3.1.5 () não me lembro

Se, pode falar um pouco sobre isso? _____

2.5.2 você acredita que a mulher negra necessita de maior espaço no ambiente de poder público?

2.5.2.1. Sim () 3.1.2 Não () 3.1.3 () muito 3.1.4 () muito pouco 3.1.5 () não me lembro

Se, pode falar um pouco sobre isso? _____

3. Sobre os projetos de lei orgânica municipal, pareceres e implantações de regulamento.

3.1 Você trabalha com o intuito de busca equiparação de direitos para homens e mulheres no âmbito social?

3.1.1 Sim () 3.1.2 Não () 3.1.3 () muito 3.1.4() muito pouco 3.1.5() não me lembro

Se, pode falar um pouco sobre isso? _____

3.2 Você acha importante trabalhar com projetos que promovam o combate ao racismo e sexismo?

3.2.1 Sim () 3.2.2 Não () 3.2.3 () muito 3.2.4() muito pouco 3.2.5() não tenho opinião

3.2.6 Se, justifique sua resposta: _____

3.3 Quais referências você utiliza para trabalhar com essas temáticas nas audiências com os demais colegas de mesa?

3.4 Você sobre dizer se as abordagens que atendem o público feminino incomodam os homens que exercem a função social de comando/organização pública?

3.4.1 Sim () 3.4.2 Não () 3.4.3 () muito 3.4.4() muito pouco 3.4.5() não me lembro

3.4.6 Se sim, qual a sua opinião sobre isso? _____

3.4.7 Se, quais situações consegue descrever? _____

4 Narrativas das mulheres brancas e negras que participam/atuaam da vida política no Território de Identidade Médio Rio de Contas, BA

4.1 Se não houvesse a obrigatoriedade das cotas de gênero nos partidos, acredita que haveria mulheres no exercício de cargos do executivo/legislativo?

4.1.1 Sim () 4.1.2 Não () 4.1.3 () muito 4.1.4() muito pouco 4.1.5() não tenho opinião

4.1.6 Se, por quê? _____

4.1.7 Justifique sua resposta: _____

4.2 Você costuma militar no âmbito político em prol das mulheres neste espaço?

4.2.1 Sim () 4.2.2 Não () 4.2.3 () muito 4.2.4() muito pouco 4.2.5() não tenho opinião

4.2.6 Se, você pode falar um pouco sobre sua participação/atuação? _____

4.3 Você sente alguma dificuldade em exercer sua profissão em razão de ser mulher?

4.3.1 Sim () 4.3.2 Não () 4.3.3 () muito 4.3.4() muito pouco 4.3.5() não tenho opinião

4.3.6 Se sim, a que você atribuiria essa(s) dificuldade(s)? _____

4.4 Você acha que ser uma mulher negra é uma condicionante que amplia ainda mais as dificuldades para exercer/atuar/participar da vida política?

4.4.1 Sim () 4.4.2 Não () 4.4.3 () muito 4.4.4() muito pouco 4.4.5() não tenho opinião

4.4.6 Se sim, por quê? _____

4.4.7 Justifique sua resposta: _____

Muito obrigada!